

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CLÁUDIO MACHADO MAIA

**ELEMENTOS QUE CONFORMAM A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA ERA
DA GLOBALIZAÇÃO: o posicionamento estratégico de atores locais no sul do Brasil**

Porto Alegre

2012

CLÁUDIO MACHADO MAIA

**ELEMENTOS QUE CONFORMAM A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA ERA
DA GLOBALIZAÇÃO: o posicionamento estratégico de atores locais no sul do Brasil**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Co-orientador: Prof. Pós-Dr. Mario Riedl

Co-orientador: Prof. Dr. Manuel Belo Moreira

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

M217e Maia, Cláudio Machado

Elementos que conformam a evolução da agricultura na era da globalização : o posicionamento estratégico de atores locais no sul do Brasil / Cláudio Machado Maia. – Porto Alegre, 2012.
48 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Co-orientadores: Mario Riedl e Manuel Belo Moreira.

(Série PGDR – Tese, n. 48).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

1. Agricultura familiar : Brasil, Região Sul. 2. Desenvolvimento rural. 3. Sociologia econômica. 4. Globalização. I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Riedl, Mario. III. Moreira, Manuel Belo. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. V. Título. VI. Série.

CDU 631.115

CLÁUDIO MACHADO MAIA**ELEMENTOS QUE CONFORMAM A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: o posicionamento estratégico de atores locais no sul do Brasil**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de abril de 2012.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi (Orientador – Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / PGDR / UFRGS

Prof. Pós-Doutor Mario Riedl (Co-orientador)
Faculdades Integradas de Taquara / FACCAT

Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira
Programa de Pós-Graduação em Economia / PPGE / UFRGS

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / PPGDR / UNISC

Profa. Dra. Angélica Massuquetti
Programa de Pós-Graduação em Economia / PPGE / UNISINOS

Prof. Dr. Alberto Riella
Diretor do Departamento de Sociologia da Universidade de la República (UDELAR),
Uruguai

À minha mãe Estelita (*in memoriam*), à Márcia e o meu filho Emanuel, pelas angústias e preocupações que passaram e pelos momentos que deixamos de estar juntos.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio moral e material de minha mãe Estelita Machado Maia (*in memoriam*), Márcia Dallabrida e Cecília Munari. A elas, e pelos momentos que deixamos de estar juntos, renovo destacadamente meus agradecimentos.

Às minhas irmãs Jussara e Fátima, a quem admiro e considero, pela compreensão e apoio, pela presença, pelo carinho e mensagens de encorajamento...

Ao Prof. Filippi, ao Prof. Mario Riedl e ao Prof. Manuel Belo Moreira, pela presença incondicional, pela competência, profissionalismo, compreensão, dedicação e ensinamentos. Foram orientadores incansáveis.

A vocês dedico este trabalho, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Não existe trabalho intelectual produzido solitariamente, ele está amparado naqueles que indicam caminhos e nos dão o apoio para construirmos o nosso.

Agradeço à minha mãe Estelita Machado Maia (*in memoriam*) e a meu pai Trajano Pereira Maia (*in memoriam*), que me educaram sem hesitar, demonstraram estímulo, incentivo e paciência, educação e apoio de maneira afetiva e carinhosa que são próprios de nossos pais.

À Márcia, ao Emanuel, à Fátima e à Cecília, por estarem ao meu lado, apoiando-me nos momentos difíceis e vibrando comigo a cada etapa vencida.

Ao professor Filippi, pela dedicação, atenção, compreensão e pragmatismo. Suas sugestões, ensinamentos, caráter, profissionalismo e estímulos fizeram diferença, sobretudo nos momentos em que um toque de mestre se fazia necessário. Suas orientações foram imprescindíveis. Foste um grande incentivador e inspirador na empreitada em outros países.

Ao professor Mário, pelo acompanhamento na orientação no Curso de Mestrado na UNISC, pela sua compreensão, atenção e dedicação. Seu empenho, suas sugestões e seus conhecimentos foram constante ensinamento e estímulo ao longo destes seis anos. Um exemplo a ser seguido ao longo desta e de outras produções acadêmicas. Agradeço pela oportunidade em poder tê-lo, novamente, como orientador. Obrigado por teres sido mestre e amigo.

Ao professor Ivaldo, coordenador da ReDeTIR para o Brasil, agradeço de forma amiga e carinhosa, pois contei sempre com sua atenção e profissionalismo. Suas observações e recomendações foram imprescindíveis, principalmente nos momentos iniciais à candidatura ao doutorado sanduíche.

Ao professor Catedrático Manuel Belo Moreira, meu orientador no doutorado sanduíche desenvolvido no ISA, Instituto Superior de Agronomia, Departamento de

Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa, UTL. Sou muito grato por ter viabilizado as condições que permitiram meu vínculo com a Instituição e, sobretudo, pela imensa contribuição acadêmica. Por tudo isso, minha eterna gratidão. Também nesta ocasião, tive a felicidade de discutir os contornos desta tese com o Professor Fernando Oliveira Baptista, pesquisador e professor do ISA – agradeço pelos valiosos momentos de reflexão, sugestões, doações bibliográficas e a todos pela racionalidade européia, oportunidade de poder olhar para os problemas do Brasil, a partir do exterior.

Ao Europe Aid Co-operation Office – Programa ALFA II-0541-FA e la Red de Desarrollo Territorial e Integración Regional (ReDeTIR) e a todos seus integrantes pela possibilidade da realização do doutorado sanduíche, sobretudo ao Prof. Dr. Alberto Riella Coordenador Geral do Programa ALFA II-0541-FA / ReDeTIR pela sua atenção, profissionalismo e tratativas, assim como, naquelas conversas, que oportunamente tivemos em alguns Congressos e Eventos Internacionais. Sob os auspícios do Programa ALFA II-0541-FA estendi meus caminhos até Portugal, Europa e aprimorei o trabalho que havia começado. O Programa ALFA II-0541-FA / ReDeTIR que tem sido importante plataforma que contribui com a formação e a qualificação de pós-graduandos de todas as Universidades envolvidas, propiciando intercâmbio de professores/pesquisadores, de origem latinoamericana e européia, apoiando estudos e teses de doutorado em Ciências Sociais, destacando temas relacionadas ao Desenvolvimento Territorial, à Governança e Integração Regional, a partir de uma perspectiva comparativa entre o MERCOSUL e a União Européia, com ênfase para as regiões desfavorecidas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, professores, funcionários e colegas, pela contribuição – em especial, às funcionárias Lisiane e Marilene, e à Coordenadora Operacional Eliane Sanguiné pela compreensão, educação, calma, presteza, dedicação e profissionalismo no atendimento e tratativas.

À EMATER e à COOPERFONTENOVA, bem como à Cooperativa e atores de Santo Antônio da Patrulha, pelo acompanhamento e por se colocarem sempre à disposição, possibilitando a realização desta tese.

Aos agricultores e demais que me receberam em meio às suas lidas diárias e compartilharam um pouco de suas vidas comigo.

À CAPES, pela bolsa concedida, apoio fundamental para que este trabalho pudesse ser realizado com dedicação, tranquilidade e comprometimento.

À UFRGS, universidade pública de qualidade, pelo apoio extremamente indispensável e por possibilitar a realização desta e de tantas outras pesquisas.

Agradeço aqueles que desde o início, na graduação e pós-graduação, respeitaram e apontaram alguns caminhos às respostas de minhas dúvidas e questionamentos. Em especial, ao professor Pedro Silveira Bandeira da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, cujas orientações no curso de economia e após a graduação, foram marcadas pelo profissionalismo, dedicação e pela disponibilidade em todos os momentos.

A todas as pessoas que fazem parte de minha vida e que compartilham comigo essa experiência meus sinceros agradecimentos.

“É melhor tentar e falhar que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver”.

Martim Luther King

RESUMO

Esta Tese combina reflexão teórica e estudo empírico sobre o posicionamento estratégico de atores nas localidades de Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha, sul do Brasil. Apresenta-se uma análise comparada da (gênese da) política agrícola em alguns distintos países, caracterização e gênese do processo de desenvolvimento e da inserção da agricultura assim como elementos que tem conformado sua evolução e reestruturação. O objetivo geral é analisar a evolução da agricultura nas últimas décadas no contexto da política agrária moderna e, especificamente, explicar os impactos da política agrária moderna para a agricultura de base familiar; descrever características que os atores locais possam apresentar para que o processo de desenvolvimento possibilite alcançar mercado aos seus produtos e apresentar estudo de caso num contexto da (re) emergência da agroindústria familiar como alternativa de desenvolvimento. Os desenvolvimentos teóricos pertencem a enfoques distintos, se inserindo no que se chama de uma metodologia de economia política crítica. Combinou-se três técnicas de investigação: A pesquisa exploratória para desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, envolvendo levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e estudo de caso. A revisão histórica busca a relação entre evolução da agricultura e a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento. Nas entrevistas aprofundou-se e complementou-se a análise documental. Na questão delimitadora da pesquisa discutiu-se fatores políticos, sociais e econômicos que estão na origem da política agrícola moderna e ações para garantir um modelo de agricultura baseado na pequena exploração familiar. Na perspectiva analítica território, abordou-se elementos que podem favorecer o processo de desenvolvimento (rural). Na perspectiva da sociologia econômica analisou-se a construção social das relações de mercado e a origem histórica social dos fenômenos econômicos. Empiricamente, diferentes estratégias na condição de agricultura familiar em busca de inserção de produtos no mercado, uma gestão social específica, posicionamento estratégico e organização Cooperativa alternativa para coordenação ao mercado. Em Crissiumal, a construção social do mercado decorre de variáveis sociais associadas à dinâmica cultural e política, ao ambiente de colaboração das alianças e ao modelo de desenvolvimento local devido a compreensões compartilhadas, a relações sociais de confiança, mas também a condições organizativas e ao posicionamento estratégico dos atores. Santo Antonio da Patrulha, também alcança mercados, entretanto, identificou-se gargalos, baixa propensão ao associativismo, situação própria da visão liberal, individualismo metodológico, interesse próprio, conforme indicado nos relatos. Então, na hipótese de um vínculo entre agricultura e Estado, na política agrária moderna um contexto que pressupõe um enquadramento no qual predomina a existência da exploração agrícola familiar, caracteristicamente um conjunto de instituições, cujas formas são específicas ao setor agrário (cooperação, mutualismo, sindicalismo, administração pública) que vem se constituindo progressivamente num aparato de enquadramento técnico, social e econômico. Enquadramento que vem administrando as complexas relações entre a sociedade industrial (capitalista) e a sociedade agrária e assegurando a reprodução desta pequena produção, sendo coerente com as formas específicas dela.

Palavras-chave: Política agrícola. Agricultura familiar. Globalização. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This thesis relates theoretical considerations and empirical studies on the strategic behavior of actors in the counties of Crissiumal and Santo Antonio da Patrulha, Southern Brazil. In a context conditioned by globalization, we discuss developmental dynamics and regional integration, elements showing relevant for public policies through their interaction and empowerment. We do not intend to analyze the rural productive units internally, but a more aggregated analysis of the consequences of their internal relationships, how they affect the decision making process and the effects on their evolution and structure. We search for agents that determine the main variables of the agricultural dynamics, focusing on both micro and macro elements. The theoretical background uses different approaches, inserting itself in what is known as a methodology of critical political economy. We combined three investigation techniques: Exploratory research in order to clarify, modify and develop concepts and ideas, which comprised bibliographic research, documental search, interviews and case study; The historical background which emphasizes the relationship between agricultural evolution and the family farming role in the development process, through the interviews we intended to consolidate the documental analysis; The focus of the research consisted in discussing the political, economic and social factors in the origin of the modern political agriculture, as well as the initiatives to consolidate a model based on family farming. We present a comparative analysis of the agricultural policy in different countries. We focus on globalization and characterization of the development process and the role of agriculture in its evolution and transformation. We focus on the analytical perspective of the territory, considering the rural world complexity. Also, the evolution of agricultural policies in European and Latin American countries, as well as factors that may enhance the process of rural development. Empirically, different strategies of the family farming in search of new markets for their products were analyzed. We found out that they use a specific social administration, strategic positioning and cooperative organization to assess the market. Rules and institutions characterized by cooperation, association, participative governance and a relative autonomy contribute for the implantation of a diversified productive system of family agroindustries. The social construction of the market results from social variables linked to the cultural and political dynamics, the environment of collaboration and the capacity to introduce a model of local development based on shared experiences and social relations of confidence.

Kye-words: Agricultural policy. Family farming. Globalization. Rural development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul.....	24
Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul e COREDE's Celeiro e Metropolitano Delta do Jacuí	25
Figura 3 – <i>The political trilemma of the world economy</i>	86
Figura 4 – A <i>démarche</i> da sociologia econômica	104
Figura 5 – COOPER FONTE NOVA – Selo de garantia	117
Figura 6 – Rota Turística Mundo Colonial	119
Figura 7 – Mapa de Crissiumal – Agroindústrias e pontos turísticos	121
Figura 8 – Selo de Empresa Participante no Programa de Qualificação Produtiva Puro Engenho	157
Figura 9 – As chaves do processo de institucionalização da política agrária	184

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Crissiumal – Cachaça Orgânica certificada	140
Fotografia 2 – Crissiumal – Brasão COOPERAFE e a indicação de origem, Colônia Nova.....	147
Fotografia 3 – Máquina construída para auxiliar na produção de vassouras.....	154
Fotografia 4 – Identificação da COOPERCANASUL.....	158
Fotografia 5 – Santo Antônio da Patrulha – Açúcar mascavo, rapadura e melado.....	167
Fotografia 6 – Santo Antônio da Patrulha – Cachaça Encanto da Lagoa	171
Fotografia 7 – Santo Antônio da Patrulha – Produção de cachaça e melado.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise histórico-comparativa, a sociologia histórica	34
Quadro 2 – Determinantes externos: o modo como a agricultura se integra no fenômeno globalizador	38
Quadro 3 – Uma tipologia de mercados para agricultura familiar	108
Quadro 4 – Algumas das práticas que podem influenciar o mercado, a/na localidade de Santo Antônio da Patrulha.....	174
Quadro 5 – Participação em Associações Voluntárias, por Regiões.....	182
Quadro 6 – Índice de Participação em Associações dos Entrevistados, por Região...	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População, Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação.....	112
Tabela 2 – Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha – Indicadores de população e Macrossetores produtivos - 2000 / 2010.....	114
Tabela 3 – Preços de alguns produtos em Santo Antônio da Patrulha (R\$/Kg).....	162
Tabela 4 – Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha. Indicadores de estabelecimentos de agricultura familiar, Macrossetores produtivos e Taxa de absorção – 2010.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS

ALALC	Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALFA	América Latina Formação Acadêmica
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
DEASR	Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FMI	Fundo Monetário Internacional
FEE	Fundação de Economia e Estatística
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ISA	Instituto Superior de Agronomia
JAC	Juventude Agrícola Cristã
LABORS	Laboratório de Observação Social
LNCLC	Listas Nacionais de Concessões e Listas Comuns
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Européia
UTL	Universidade Técnica de Lisboa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O MARCO TEÓRICO ADOTADO E A BUSCA DE UMA METODOLOGIA ADEQUADA	30
3 INTERPRETAÇÕES DA POLÍTICA AGRÁRIA E A POLÍTICA AGRÍCOLA MODERNA.....	38
3.1 As políticas agrárias.....	40
3.2 As origens da política agrária: a agricultura e o Estado	43
3.3 Os regimes agrários: a agricultura e o Estado.....	48
3.3.1 O modelo inglês	48
3.3.2 O modelo do Leste europeu (o modelo da Europa Oriental)	49
3.3.3 O modelo ocidental.....	51
3.4 O Estado, a agricultura e o capitalismo.....	53
3.4.1 As virtudes da exploração de tipo familiar	53
3.4.2 O estado moderno e a exploração familiar agrária: algo em comum?	56
3.5 A política agrária moderna.....	59
3.5.1 Gênese da política agrária moderna	59
3.5.2 As características da produção.....	62
3.5.3 A estrutura institucional da política agrária moderna	66
3.5.4 Características fundamentais da política agrária moderna	68
3.5.4.1 Países europeus: fortes particularidades nacionais.....	70
3.6 As políticas agrárias não européias: a América Latina, o MERCOSUL e a tentativa de integração econômica.....	74
3.7 Considerações	77
4 POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO...	80
4.1 Globalização	80
4.1.1 A gênese da globalização econômica.....	83
4.2 Globalização e agricultura	87
4.3 Da globalização ao território.....	89
4.4 Considerações	100
5 ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITEM TRANSAÇÕES NO MERCADO	102
5.1 A experiência de Crissiumal	116
5.1.1 Percepções das lidas diárias e interpretações de Crissiumal	123
5.2 A experiência de Santo Antônio da Patrulha	155
5.2.1 Relatos e percepções de Santo Antônio da Patrulha	157
5.3 Considerações	175
6 CONSIDERAÇÕES	185
REFERÊNCIAS.....	196

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS AGRICULTORES COOPERADOS.....	202
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS AGRICULTORES NÃO COOPERADOS.....	205
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS ÀS LIDERANÇAS LIGADOS AO PROCESSO COOPERATIVO.....	208
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS À LIDERANÇAS – COOPERATIVADOS/ASSOCIAÇÕES/EMATER/ETC..	210

1 INTRODUÇÃO

Esta tese constitui-se de um estudo que combina reflexão teórica sobre análise da agricultura e tendências de evolução *vis-a-vis* elementos que conformam a evolução da agricultura na era da globalização, com um estudo empírico que refletem aspectos importantes da dinâmica da agricultura, sobretudo a brasileira, observada especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, no final do século XX ao começo do século XXI, onde estratégias são adotadas para alcançar um nicho, um mercado para os seus produtos. O estudo empírico apresenta considerações em torno de experiências verificadas em dois municípios: Crissiumal localizado na região celeiro, aproximadamente 500 km da capital, no noroeste do Estado do RS e Santo Antônio da Patrulha, situado na região metropolitana a aproximadamente 83 km da capital do RS, Porto Alegre.

O estudo situa-se em discutir contribuições teóricas que contribuem para abordar a temática do desenvolvimento, numa perspectiva de abordagem em que o processo de desenvolvimento contém elementos que, embora nem sempre apareçam em conjunto, reconhece-se sua relevância, uma vez que o desenvolvimento seria benéfico se tais elementos ocorressem ao longo do processo, alcançando um tempo que acontecessem conjuntamente.

A partir de estudos e experiência fora do Brasil sob os auspícios da União Européia (Programa ALFA II-0541-FA), houve a oportunidade de participar de discussões, debates, congressos, acessar referenciais bibliográficos e documentos que possibilitaram combinar uma perspectiva de análise que, nestes tempos de globalização, busca identificar e caracterizar dinâmicas de integração regional e de desenvolvimento. A perspectiva de análise descreve e apresenta elementos que a partir de sua interação e empoderamento possam ser apropriados e considerados para a reformulação das políticas públicas, possibilitando novas formas de geração de emprego, de luta contra a exclusão e de abertura de territórios em busca de inserção e criação no mercado. Para a realização deste estudo e apreensão metodológica para buscar aprofundamento teórico e referencial bibliográfico, agregar leituras e interpretações, valeu-se do Doutorado Sanduíche, realizado no

Instituto Superior de Agronomia (ISA), Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa (DEASR/UTL), em Portugal, assim como a perspectiva de abordagem e interpretação das problemáticas do desenvolvimento rural no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

Assim sendo, esta tese, também como contrapartida à bolsa de doutoramento sanduíche, dá andamento a uma série de estudos e debates no âmbito do Projeto ALFA II-0541-FA (*Europe Aid Co-operation Office*) – Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional (ReDeTIR) considerando os desafios para o desenvolvimento territorial que tem emergido das dinâmicas geradas pelos processos de integração regional conjugados com a consolidação da globalização e de fenômenos associados às complexas relações entre o global e o local, numa perspectiva comparada entre MERCOSUL e União Européia.

A possibilidade de descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas apresentada nesta tese, assim como, a contribuição da idéia de construção social de um mercado, também encontra inspiração no fato de seus resultados poderem contribuir no relatório do projeto de pesquisa “Agricultura Familiar e (novos) Mercados – *Embeddedness*, Instituições e Políticas Públicas no Sul do Brasil: um esforço para compreender dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural”. Sob coordenação do Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi, o projeto qualificado quanto ao mérito e relevância, foi selecionado por atender ao Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES Nº 02/2010, como Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, estuda casos e realidades distintas que, contudo, possuem em comum o fato de serem experiências que almejam a inserção em (novos) mercados, valendo-se, a priori, de relações e estruturas sociais e organizacionais, atuando sob condições institucionais, não raro, mediadas por políticas públicas. O Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES Nº 02/2010 tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito das

Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico.

Em se tratando de desenvolvimento rural e, mais especificamente no caso do Brasil, o progresso técnico, a modernização e a mecanização da produção surtiram significativos efeitos no progresso econômico e na organização do setor produtivo primário. Muito freqüentemente, esse progresso técnico foi influenciado pela orientação, pela destinação de recursos e pela definição de prioridades das políticas públicas para o setor. Num contexto internacional, a partir da II Guerra Mundial é possível identificar um conjunto de novas formas de atuação envolvendo um conjunto díspar de agências de auxílio ao desenvolvimento. Desenvolveu-se uma política de apoio ao desenvolvimento e uma política de ajuda humanitária que, embora parecessem harmoniosas, apresentam-se contraditórias.

O apoio desenvolvimentista possibilitava financiar os ministérios da agricultura, apoiar a formação de pessoal qualificado, através de ajuda preferencial a faculdades de agronomia e respectivos treinamentos em instituições americanas. Também eram favorecidos os serviços de investigação e extensão e garantia-se adoção de créditos subsidiados e de auxílios a organismos de comercialização (*marketing boards*). Ao mesmo tempo em que os interesses econômicos da agroindústria oriunda dos Estados Unidos eram satisfeitos pela promoção da modernização das agriculturas segundo o modelo que ficou conhecido por Revolução Verde, cuja base era a promoção do uso de sementes produtivas nomeadas híbridas, fertilizantes, pesticidas, corretivos, maquinaria moderna e sistemas de irrigação, por outro lado, havia a concessão de crédito aos agricultores para que eles pudessem adotar tal modelo.

Por outro lado, nos estudos sobre o processo de desenvolvimento têm sido reduzidas as análises do tipo político na intenção de entender os princípios que regem os processos de tomada de decisão relacionados com a política agrária, assim como, sobre as chaves explicativas de por que a política agrária é como é, e de como se aplica na forma como a conhecemos. Conseqüentemente, este estudo apresenta reflexões teóricas que intentam dar conta de respostas a cerca dos fatores políticos e sociais, que são originados em detrimento

destas chaves explicativas. Nestes anos de franca abertura política e comercial, não se esquecendo da herança histórica da formação econômica e da agricultura brasileira – alguns elementos desse debate remetem à compreensão sobre o descaso para com a agricultura familiar que continua secundária no projeto brasileiro, o que requer lembrança sobre o perfil do Estado e suas alianças para cada período histórico, bem como, a modernização da agricultura, excludente e conservadora, – no qual o Brasil tem sido incorporado ao comércio internacional, sobretudo, cada vez mais interdependente às políticas comerciais e agrárias internacionais, principalmente no tocante a um contexto entre União Européia e Estados Unidos. Sendo assim, nesta tese é realizada uma análise política comparada da política agrária desenvolvida, elementos que a conformam, características daquelas nações que têm apresentado êxito à luz de suas políticas agrárias e do comportamento estratégico dos seus agentes/atores do desenvolvimento, onde um comportamento estratégico e um enquadramento, possibilitam vantagem comparativa e/ou competitiva ao alcançar mercados para produtos e serviços.

Para fins da abordagem adotada, e tendo presente a nota apresentada no parágrafo anterior, é importante esclarecer uma questão conceitual que normalmente tem causado problemas de compreensão a muitos que recorrem à literatura sobre o desenvolvimento rural, já que se emprega a expressão agrária, sendo como “... o agrário é uma dimensão maior”. Então, para Mielitz, Melo e Maia (2010), quando se fala agrícola, trata-se especificamente de questões ligadas à produção, produtividade e dos processos técnicos que buscam expandir esses aspectos, sendo essas questões apenas um aspecto de uma dimensão maior, a que chamamos agrária. Agrária, se refere também aos aspectos relacionados com a organização e uso do espaço rural; aos impactos que a atividade produtiva causa no ambiente; às dinâmicas das populações no meio rural e entre esse e o urbano e as trocas de mão-de-obra e serviços entre essas espacialidades; aos fluxos e cadeias dos mercados, entre outros aspectos. E fundiária trata das questões relacionadas à propriedade e à posse da terra. Portanto, “como expressão mais ampla o agrário pode abarcar as dimensões fundiárias, agrícolas e mais presentemente aquelas relacionadas às questões ambientais, das populações tradicionais, etc” (MIELITZ NETTO, MELO e MAIA, 2010, p.9).

Sugere-se que a reflexão teórica histórica profunda realizada é importante à medida que busca contextualizar a gênese, contextos evolutivos e originalmente influências que marcaram a evolução da política agrária e mutações conjunturais que permeiam a constituição da política agrária moderna. Também procura-se descrever características de nações que têm apresentado êxito à luz de suas políticas agrárias e do comportamento estratégico que historicamente têm apresentado.

Outrossim, a estratégia desta tese em adotar inicialmente uma reflexão histórica e contextos evolutivos – especificamente localizados, mas que ao longo do tempo foram sendo socializados conformando estratégias de ação de nações – considera que historicamente o processo de política agrária e/ou para o desenvolvimento rural, a globalização, assim como o contexto internacional tem sido permeados pelo papel do Estado, sociedade civil e posicionamento estratégico ao adotar ações específicas para alcançar mercados para seus produtos. E, embora haja uma série de considerações, a diferenciação desde os contextos históricos até o momento atual, enfatiza-se que a relação da reflexão teórica com Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha está em entender que, tanto ao longo da história, quanto nas experiências mais exitosas localmente consideradas, é possível identificar que, além da égide do Estado, de uma sociedade civil organizada coletivamente, de uma interação e participação social que legitima a presença do Estado, há uma racionalidade coletiva no entendimento da importância do processo. Assim como um enquadramento que possibilita alcançar política pública e mercado e que todo esse contexto e elementos possibilitam que o processo possa gerar melhor bem estar social. E, ali também está, a questão que coloca juntas política agrária, globalização e desenvolvimento rural, tal como os contextos históricos problematizados localmente, dentre as comunidades de Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha. Suas histórias inseridas em contextos históricos do processo de desenvolvimento global que caracteristicamente tem levado a crises conjugando mudanças, contextos e enquadramentos globais, assim como crises sócio-econômico-ambientais, políticas nacionais e esforços locais. Portanto, antes de tratar da discussão das localidades e trajetórias propriamente ditas, procurou-se vincular este tema à totalidade econômico-político-social histórica, para que não se caísse ou corresse o risco de analisar situações e/ou problemáticas separadas, como se tivessem vida e soluções próprias,

no interior de sua sociedade e/ou localidade. Então, reconstituiu-se como pano de fundo as engrenagens da política agrária que permitessem compreender melhor o peso da questão do enquadramento em toda a problemática estudada nas experiências apresentadas.

É neste momento que questiona-se sobre o processo histórico que tem configurado as orientações da política agrária e em alguns casos, até sua existência. Ao final deste, espera-se ter respondido o questionamento em torno de: que elementos poderiam contribuir para que um processo de desenvolvimento originado, a partir do posicionamento estratégico de atores locais, pudesse conduzir ao alcance de um mercado para seus produtos e/ou serviços, mantendo os agricultores familiares em suas localidades?

Esta pesquisa, assim como apresenta um estudo de caso, também encontra inspiração no contexto da situação vivenciada pelos agricultores familiares em função das transformações ocasionadas pela modernização tecnológica da agricultura, sobretudo no Rio Grande do Sul, principalmente a partir do “fenômeno soja”, em meados da década de 1970, quando, por exemplo, a região Celeiro (hoje COREDE Celeiro), ao Noroeste do estado do Rio Grande do Sul foi palco de significativas mudanças na forma de produzir dos agricultores familiares e a Região Metropolitana foi local conhecidamente marcado pela presença da grande escala de produção – grãos, como por exemplo, soja e trigo na região Celeiro e o cultivo de arroz e da cana-de-açúcar para fins de beneficiamento e produção de açúcar industrializado na região metropolitana. Um grande número de agricultores familiares viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução, em face da dificuldade da incorporação dessas novas tecnologias e de sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar. Conforme contextualizado, ressalta-se que o estudo de caso apresentado nessa pesquisa referencia os municípios de Crissiumal, na região do COREDE Celeiro e Santo Antônio da Patrulha, na região do COREDE Metropolitana, localizados no Sul do Brasil e as alternativas de desenvolvimento adotadas pelas suas comunidades. Nas Figuras 01 e 02, pode-se identificar a localização das regiões de estudo e respectivos municípios.

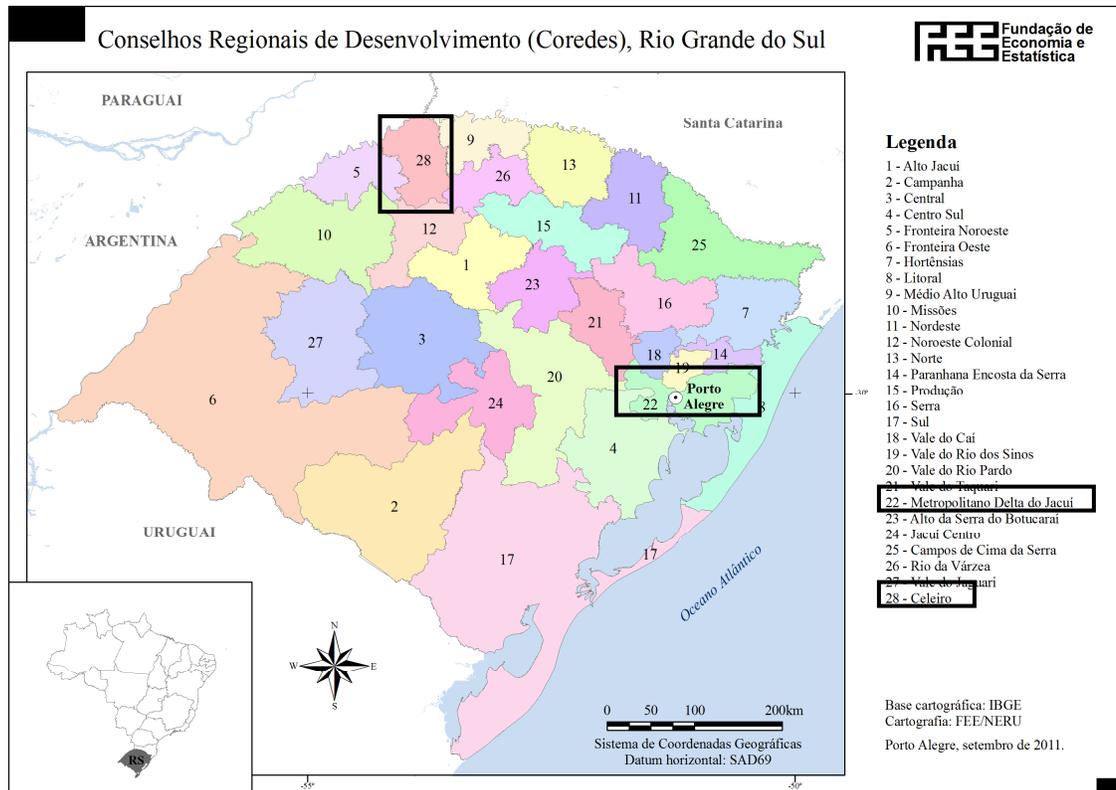


Figura 1: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul
Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2011.

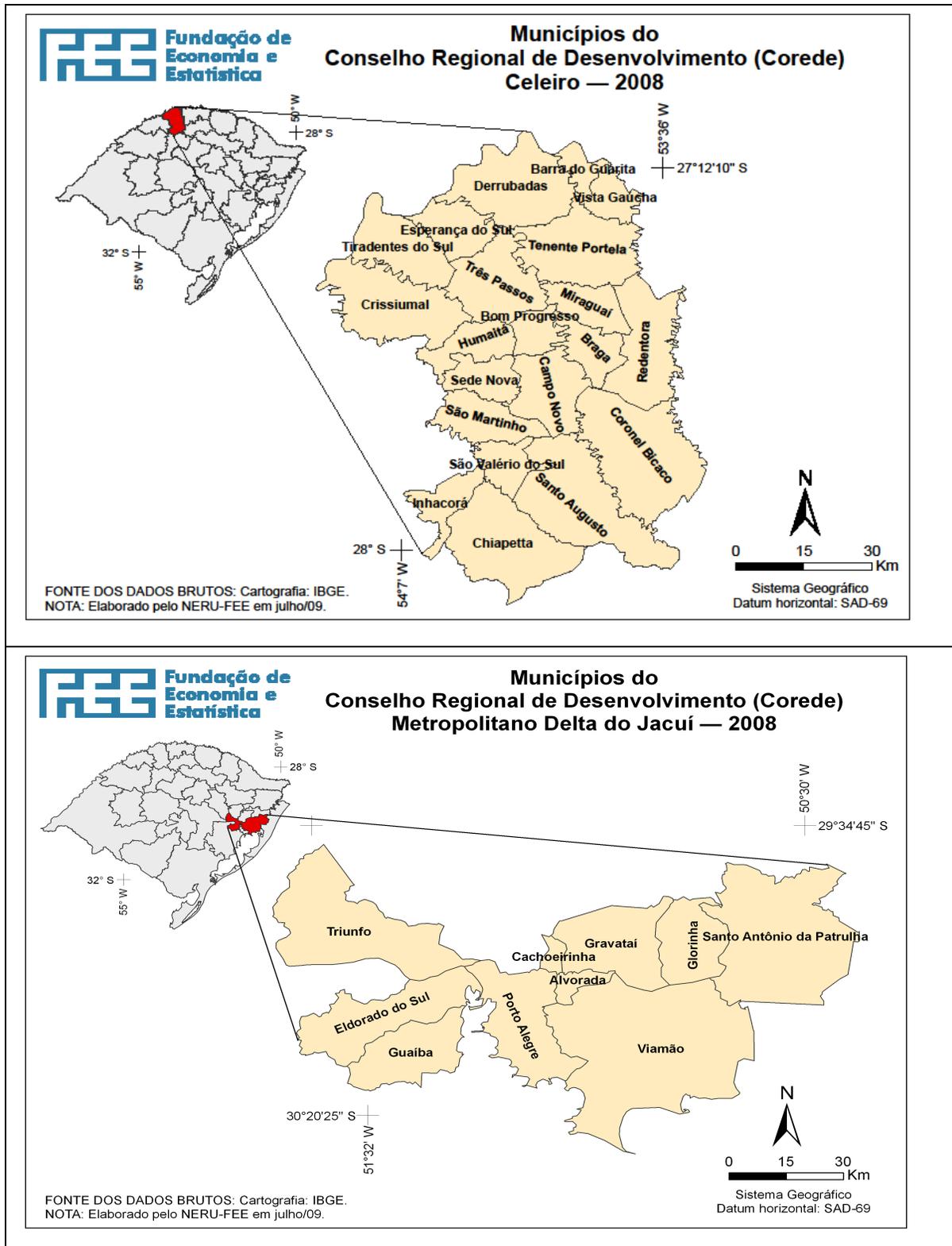


Figura 2: Mapa do Rio Grande do Sul e COREDE's Celeiro e Metropolitano Delta do Jacuí
Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2009.

O contexto inspirador do progresso tecnológico tem dois rostos: de um lado, a aldeia planetária que se unifica; e de outro lado, a difusão, que é muito desigual. Um modelo de mecanização agrícola europeu ou norteamericano desenvolvido para aquela realidade e que, no entanto, é adotado pela agricultura brasileira. A internacionalização dos pacotes tecnológicos, a mecanização, representou uma fase da mundialização (chamada de *mondialisation*, pelos franceses) ou globalização (chamada de *globalisation*, nos países anglófonos), que só fez acentuar os movimentos da população, com a desestabilização dos campos. Situação em que, conforme aponte Paulet (2009), os Estados, com suas políticas, tentam limitar o êxodo, assim como os espaços rurais que sequer possuem potenciais têm poucas chances de serem repovoados.

Lançar um olhar sobre o progresso técnico e seus efeitos na agricultura é analisar aspectos relacionados às conseqüências que essa modernização traz. Assim como, por outro lado, conforme apontado por Schneider (1999), dentre as várias formas de reação às transformações ocasionadas pela modernização tecnológica da agricultura, as mais conhecidas foram as que caracterizaram o deslocamento de muitos agricultores do sul que se transferiram para o norte e para o centro-oeste do Brasil; as que levaram ao surgimento de movimentos sociais organizados, os sem terras, os atingidos por barragens, os que estimularam o surgimento de novas estratégias de reprodução familiar, e finalmente, as caracterizações de êxodo rural.

Ao apresentar temas e elementos vinculados ao processo de desenvolvimento, descrevendo algumas noções de território que permitem uma perspectiva de análise considerando a composição e a complexidade do mundo rural, desde uma perspectiva comparada, o objetivo geral da tese é analisar a evolução da agricultura¹ nas últimas décadas no contexto da política agrária moderna. Especificamente, busca-se explicar os impactos da política agrária moderna para a agricultura de base familiar; descrever alguns

¹ O termo agricultura, sobretudo a brasileira, há de considerar em seu sentido amplo, englobando as atividades de produção e intercâmbio de gado (pecuária), ou seja, o que tradicionalmente é considerado agropecuário. Prefere-se referir genericamente a agricultura ao âmbito agrário que a denominação mais habitual de setor agrário, considerando que as distinções setoriais tradicionais são cada dia menos relevantes, na prática e analiticamente. Para o que o agrário é uma dimensão maior. E, como expressão mais ampla pode abarcar as dimensões fundiárias, agrícolas e mais presentemente aquelas relacionadas às questões ambientais, das populações tradicionais, etc.

elementos ou características que os atores locais pudessem apresentar para um processo de desenvolvimento que lhes garanta alcançar um mercado aos seus produtos e, conseqüente, melhores alternativas de renda permanecendo em suas localidades; apresentar estudo de caso num contexto da (re) emergência da agroindústria familiar como alternativa de desenvolvimento, no período destacado em torno de meados da década de 1990 a 2005, a partir do qual o posicionamento estratégico local possibilita alcançar um mercado para seus produtos num ambiente propiciado pelas políticas públicas para o desenvolvimento rural. Na realidade, como é difícil de estabelecer os períodos a respeito das datas precisas, decidiu-se analisar a evolução e a dinâmica da agricultura no contexto compreendido, especificamente, desde o surgimento, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) até meados da década de 2010, assim como, a situação atual destas experiências.

É certo que a política agrária de cada país tem particularidades próprias, ligadas à sua história econômica, à sua organização política e a sua organização social, assim como, ao entorno geopolítico relativamente homogêneo – por exemplo, como o da Europa Ocidental onde se encontram características cada vez mais comuns na forma como se elabora e aplica a política agrária, sobretudo a raiz da constituição da União Européia. Entretanto, a partir de hipóteses desta tese, assume-se que, num contexto em que a produção exceda as necessidades internas, corresponde-se a uma orientação sistemática para as exportações, exterior no sentido de outras comunidades, outras regiões, outros países, situação que seria possível devido ao desenvolvimento de cooperativas, lideradas por agricultores organizados e seus sindicatos e Instituições². Assim como, por outro lado, ações empreendidas pelo Estado para a garantia de inserção de um modelo de agricultura baseado sobretudo na inclusão da exploração do tipo familiar, numa situação que potencializa a imagem positiva associada aos produtos da exploração do tipo familiar, produtos coloniais, viabilizando a construção e o alcance de um mercado de produtos com atributos de aceitação.

² É fundamental a disposição dos agentes internos em conversar, dialogar e que se sintam identificados com aquilo em que estão dispostos a “fazer” por sua iniciativa própria. Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, certa ideologia, onde o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, com certa solidariedade, constituindo estruturas dialogantes (MAIA, 2008, p.51; PAIVA, 2006, p.6, p.11).

Também há de se considerar que, neste estudo, não se propõe a análise interna às unidades produtivas agrárias, como por exemplo, sua rentabilidade ou a eficiência na utilização de seus recursos, mas pretende-se na análise, uma consideração mais agregada das conseqüências que nelas tem os elementos externos a elas, como estes incidem em suas decisões e como afetam a sua evolução e estrutura. Conforme Etxezarreta (2006, p.81), assinala-se repetidamente que se considera que este enfoque é mais adequado para destacar quem são os agentes últimos que realmente determinam as principais variáveis da dinâmica da agricultura, tanto a respeito dos agentes microeconômicos de decisão como para os aspectos macroeconômicos.

Ajudando a compreender as chaves deste processo, apontando idéias sobre fatores políticos, sociais e econômicos que estão na origem do mesmo, na análise aqui proposta, não limita-se à lógica dos países europeus ocidentais, mas amplia-se sua perspectiva e campo de observação ao que tem ocorrido em países de viés socialistas, nos Estados Unidos e até em países em vias de desenvolvimento na América Latina, sobretudo, o Brasil. Conforme Servolin (1988, p.6-7), tudo isto com o eixo de referência posto nos princípios que regem o que é chamado de política agrária moderna, aludindo com este qualificativo as ações empreendidas pelos Estados capitalistas europeus para garantir a reprodução de um modelo de agricultura baseado na exploração de tipo familiar. Sendo assim, a relevância desta reflexão teórico/metodológica insere-se num contexto em que as políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento rural consideram cada vez mais a complexidade, possibilidades e alternativas da agricultura familiar, a inserção, assim como a sua contribuição no processo de desenvolvimento, dada a preocupação de possibilitar um mercado para seus produtos, num momento em que as políticas públicas têm absorvido a mesma lógica, das políticas agrárias modernas. Esta reflexão, assim como todo o processo das políticas públicas, não ignora a importância do agronegócio, mas vem a contemplar o segmento da agricultura familiar.

Sendo assim, para assentar as bases do que as (re) leituras apresentadas nesta tese irão demonstrar, é importante considerar que há todo um complexo sistema de forças que

permeiam a evolução da agricultura, da exploração agrária ao sistema alimentar global. Conforme Etxezarreta (2006, p.16), geralmente os estudos que pretendem analisar a dinâmica da agricultura tomam como seu eixo central de observação ou o âmbito macroeconômico – como tem evoluído as grandes variáveis agregadas, produção final, valor adicionado, produtividade, tecnologia, uso de inputs externos, etc. – ou se referem à unidade microeconômica de produção, desde a empresa ou unidade de exploração agrária e seus resultados ou a combinação de elementos macro e microeconômicos.

Argumenta-se que, mesmo que basicamente seja na exploração³ ou empresas agrárias onde se materializam as últimas decisões de produção tomadas por seus gestores – os agricultores e/ou empresários agrários –, as unidades de produção ou mesmo o moderno agronegócio está imerso em um conglomerado extremamente complexo de forças de grande escala e poder que, juntamente, determinam uma grande parte das decisões que se tomam a nível microeconômico, assim como seus resultados. Não é possível estudar a empresa agrária, sem estudar também as forças que nela incidem, a forma em que a afetam e em que direção a conduzem. Tudo isso irá determinar em grande parte as decisões que se tomam a nível microeconômico. Portanto, apesar de que a composição, estrutura material e social, resultados e dinâmica das unidades produtivas agrárias pudessem constituir um dos objetivos essenciais e último deste estudo, considera-se que para analisar a evolução da agricultura na atualidade é necessário situar-se no marco de um complexo sistema de forças, em geral inseridas em um sistema alimentar mundial e num sistema econômico global (ETXEZARRETA, 2006, p.16).

Sistema alimentar ou sistema agroalimentar pode-se definir como “el conjunto de las actividades que concurren a la formación y a la distribución de los productos alimentarios y, em consecuencia, al cumplimiento de la función de alimentación humana em uma sociedad determinada” (MALASSIS, 1973⁴ apud ETXEZARRETA, 2006, p.16)⁵.

³ Exploração, unidade de produção, para efeitos deste estudo, emprega-se no sentido de propriedade ou unidade de produção agrária, unidade produtiva agrária. Empresa agrária, tanto pequena como grande, como propriedade de produção agrária.

⁴ MALASSIS, Louis. *Economie agroalimentaire*. I Economie de la consommation et de la production agro-alimentaire. E'ditions cuyas, 19 rue Cuyas, Paris. 1973.

2 O MARCO TEÓRICO ADOTADO E A BUSCA DE UMA METODOLOGIA ADEQUADA

Conforme Moreira (2001), a interpretação da evolução da agricultura pode ser como resultado de movimentos plurifacetados, com características e ritmos desiguais, onde além da racionalidade própria dos agentes econômicos é essencial considerar a ação do Estado⁶.

a perspectiva multifacetada de encarar a evolução da agricultura decorre de uma precaução metodológica por forma a evitar a ênfase da lógica interna dos processos de evolução, tantas vezes sobrevalorizada, dando o devido valor à influência dos fatores externos nessa evolução, que aliás se vêm intensificando com a globalização (MOREIRA, 2001, p.73).

O que requer a utilização de uma metodologia de investigação que contemple a agricultura imersa num sistema econômico que em sua etapa atual é mundial em sua estrutura e dinâmica; integrada num processo geral de acumulação mundial e situada dentro de um amplo processo de reestruturação, que aquele processo geral de acumulação mundial apresenta na atualidade.

Analisar-se, vinculando a agricultura entre o resto da economia não é recente. Foi amplamente tratada pelos clássicos – recorda-se a preocupação de Malthus de que não haveria alimento suficiente para toda a população⁷; ou as posições de Ricardo, no que diz respeito às leis dos grãos, as quais foram abolidas para a diminuição do custo de vida dos

⁵ Os principais componentes do sistema agroalimentar são: a indústria agroalimentar (fornecedora dos fatores de produção agrária), o setor agrário (a produção agrária propriamente dita) e a indústria de alimentos (elaboração, processamento de alimentos) e a distribuição dos mesmos. E, dado o caráter transnacional de muitos dos componentes dos extremos deste sistema – da cadeia de alimentos –, ao sistema agroalimentar é sempre atribuído um caráter internacional; e os seus recentes desenvolvimentos, particularmente a própria internacionalização do processo produtivo agrário, e as condições em que ele mesmo tem lugar, o tem sido levado a conformar-se como um sistema agroalimentar global.

⁶ Por ação de Estado, entende-se não só a que deriva dos governos dos Estados-Nação, mas também o resultado das regulamentações emanadas de formas de poder supranacionais, por exemplo, como acontece no caso da União Européia, ou resultante de acordos internacionais, tanto os meros acordos bilaterais como aqueles que decorreram ou decorrem de negociações no seio do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e/ou Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC substituiu o GATT a partir de 1º de janeiro de 1995 (PAULET, 2009, p.43).

⁷ Em que o crescimento da população seria mais rápido do que o da produção de alimentos e demais necessidades – o que levaria à fome e à miséria generalizadas.

trabalhadores e, por outro lado dos salários⁸; ou Smith, que em sua obra de referência reconhece que a troca não conhece fronteiras e os mercadores não tem fidelidade aos países onde se instalam⁹. Pouco tratada por Marx, mais preocupado em estabelecer as leis da dinâmica do capitalismo em uma época de industrialização, o que por sua vez foi interessante para alguns de seus seguidores, como Kautsky (1899/1974) e Lenin (1969) nas primeiras décadas do século XX. No entanto, conforme aponta Etzezarreta (2006, p.19), a partir desta época, sob a influência do pensamento neoclássico e o isolamento do pensamento marxista, a maioria dos estudos consideraram a agricultura como um setor cujas especificidades (necessidade de terra, tempo de produção marcada por biologia, bem como a existência de unidades produtivas pré-capitalistas, como o latifúndio e o campesinato) a distanciaram do corpo da análise econômica geral (leia-se industrial), ou como um setor de caráter tradicional que havia ficado para trás na modernização produtiva que envolveu a indústria. Em ambos os casos, a preocupação dos economistas ortodoxos consistia em como converter esta agricultura atrasada e pré-capitalista em um moderno setor de produção, capaz de proporcionar alimentos baratos e outros elementos necessários para o desenvolvimento do dominante setor industrial. A modernização da agricultura constituía o eixo do trabalho analítico que sobre ela se realizava.

Pelo lado marxista, após o período que foi a Revolução Russa, o desastre do stalinismo e a Guerra Fria, reiniciou-se a discussão sobre como o desenvolvimento do capitalismo afetaria o setor agrário, sobretudo se iria conduzi-lo ao desaparecimento, à diferenciação ou a sobrevivência do campesinato. Debate que se plantava, especialmente, nos países em desenvolvimento onde era relevante, porém teve sua contrapartida na Europa¹⁰. Pela dinâmica da agricultura desde a II Guerra Mundial, tem sido necessário um importante esforço de renovação de seus métodos de análise. Nem a teoria marxista tradicional sobre a evolução do campesinato, nem a preocupação neoclássica sobre a modernização da exploração agrária são suficientes. Sem rejeitar-lhes em sua totalidade,

⁸ Suas primeiras formulações estão registradas no panfleto de 1815, intitulado: Ensaio sobre a influência de um baixo preço dos cereais sobre os lucros do capital.

⁹ Assim introduzida na reflexão econômica uma das idéias que está na base do que se pode designar por globalização (MOREIRA, 2001, p.1).

¹⁰ Um importante revitalizador deste tema nos anos 50 foi Claude Servolin, que iniciou amplo debate, principalmente na França. Para uma idéia desse debate veja Servolin (1988).

hãõ de ser integrados em esquemas mais amplos que sejam capazes de refletir a evoluçãõ da agricultura atual.

Desde meados dos anos 50 iniciou-se toda uma nova metodologia de análise da agricultura baseada em que a modernização da agricultura e o desenvolvimento da indústria agroalimentar haviam levado a agricultura a ser integrada nas economias nacionais e na agroindústria internacional, dando lugar ao surgimento de complexos agroalimentares internacionalizados. Estudam-se as atividades agrárias enquadradas nestes complexos agroalimentares no contexto da dinâmica global das economias internacionalizadas, analisando o impacto dos demais agentes do complexo e da economia global em atividades estritamente agrárias. Em termos de concepções metodológicas mais críticas, se realizam trabalhos de interesse desde a lógica dos complexos agroalimentares e as vias setoriais, até a questão territorial como opção metodológica de análise, que significam uma importante renovação na maneira de analisar a agricultura e integrá-la num âmbito mais amplo.

Neste contexto, de novas perspectivas analíticas assim como o processo de reestruturação que passa a agricultura mundial, como marco teórico, recorre-se a alguns autores, tais como Ricardo Abromovay, Pedro Bandeira, Oliveira Baptista, Belo Moreira, Norman Long, Van Der Ploeg, Requier-Desjardins, Servolin, Thierry Linck, assim como Philippe Steiner, Peixoto e Marques e a Nova Sociologia Econômica, entre outros, que seguramente contribuem ao estudo das problemáticas no âmbito de conceitos e aplicações ao desenvolvimento rural. Por outro lado, pode-se perceber que entre os estudiosos dos temas agrários há uma busca por uma economia política da agricultura que, em parte, se apóia inicialmente nos estudos anteriores que utilizaram os enfoques das cadeias agroalimentares, das políticas agrárias modernas e que auxiliie em explicar as relações sociais de produção atuais no contexto de uma economia global mundial.

Nesta busca atual podem-se identificar diversos desenvolvimentos teóricos, sendo que nenhum deles é claramente dominante e com frequência misturam-se tratamentos que pertencem a enfoques distintos. Nestes andamentos, a situação é tão fluída que é difícil inclusive identificar com clareza as escolas de pensamento. Tudo isso se insere naquilo que

Etxezarreta (2006) chama de uma metodologia de economia política crítica, a qual estuda a agricultura no marco de um sistema agroalimentar global e de um processo geral de acumulação. Logo, se o objetivo de toda investigação é avançar no conhecimento teórico, conforme Caïs (2002), tal progresso só pode ser conseguido a partir de uma compreensão global dos fenômenos sociais.

Por outro lado, a metodologia de estudo apropriada para a redação desta tese permite contemplar a agricultura como imersa em um sistema econômico que em sua etapa atual é mundial em sua estrutura e dinâmica, integrada num processo geral de acumulação mundial e situada dentro de um amplo processo de reestruturação que se apresenta atualmente. Então, para a realização da pesquisa procedeu-se à combinação de algumas técnicas de investigação.

Pesquisa exploratória, etapa inicial que possibilitou formar uma visão geral sobre o tema, seu significado e o contexto onde ele se insere, levando o pesquisador à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas, contribuindo para que, paulatinamente, seu próprio modo de pensar fosse sendo modificado. Objetiva-se desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e idéias para esta pesquisa e para estudos posteriores; com uma postura não exclusivamente economicista no planejamento; envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso; mostrando uma visão geral aproximativa; sendo a primeira etapa da investigação mais ampla.

Revisão histórica realizada com o propósito de compreender a relação entre a evolução da agricultura no contexto histórico de constituição da política agrária e a evolução, também, no caso do Brasil, da importância da agricultura de estrutura familiar no processo de desenvolvimento. A compreensão demandou pesquisa bibliográfica, em livros, documentos e discussões realizadas no âmbito das atividades acadêmicas e de doutoramento sanduíche. Conforme Caïs (2002, p.62), a necessidade de compreender globalmente certos problemas obriga as ciências sociais a abrir-se para outros campos. Portanto, neste estudo, também se adotou a disciplina da análise histórico-comparativa

devido à utilidade que tem a observação de trajetórias ou seqüências históricas para estudar e entender o fenômeno da mudança social, conforme referenciado no Quadro 1.

A disciplina análise histórico-comparativa utiliza metodologia comparativa para contrastar e observar teorias sociais a partir de casos históricos. Por outro lado, conforme aponta Caïs (2002, p.65), destas abordagens metodológicas, “Se crea una subdisciplina sociológica que es la sociología histórica, y que podría definir-se como: análisis sociológico aplicado a fenómenos históricos. Estudia procesos de estructuración social em El tiempo”. Santos Juliá (1989¹¹ apud CAÏS, 2002, p.65) define como “un intento de entender la relación entre acción humana personal o colectiva y organización de la estructura social como algo que se construye de forma continua em el tiempo”.

A sociologia histórica

“se ha convertido en una corriente de estudios transhistóricos, transdisciplinares y multiparadigmáticos. Transhistóricos porque, lejos de limitarse al estudio de una época o de un proceso paradigmático de cambio, han ido expandiéndose hacia la tematización del entero ámbito de la historia. Transdisciplinares porque, siquiera limitarse al estudio del cambio social, abordan universos temáticos de las más diversas especialidades sociológicas. Multiparadigmáticos porque en el empeño coexisten estudiosos de muy distinta orientación teórica: marxistas, weberianos, funcionalistas y toda suerte de híbridos entre estas tres matrices teóricas fundamentales (RAMOS, 1993¹², p.8 apud CAÏS 2002, p.65).

A utilidade do método comparativo não depende do campo da História em que se aplica, mas sim do tipo de problema ao qual está focado. É necessário saber se uma proposta teórica que é aplicada a um caso concreto mantém seu poder de explicação quando é aplicada a outros casos adicionais.

Uma construção lógica que pode permear a forma histórica - comparativa em investigação macrosocial pode encontrar inspiração em termos de comparações globalizadoras (Wallerstein, sistema-mundo) que colocam distintos casos comparados como membros de um sistema comum.

Quadro 1: Análise histórico-comparativa, a sociologia histórica.

Fonte: Elaboração do autor com base em Caïs (2002).

¹¹ JULIÁ, Santos. *Historia social, sociologia histórica*. Madri: Siglo XXI, 1989. 98p.

¹² RAMOS, Ramón. Problemas textuales y metodológicos de la sociologia histórica. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 63, 1993. p.7-28.

A análise documental possibilitou identificar a forma como a agricultura foi e ainda é percebida em termos de política pública, no discurso oficial e dos atores sociais, confrontando a visão predominante com a visão do setor/segmento objeto de análise.

Nas entrevistas buscou-se aprofundar e complementar a análise documental. Foram entrevistados mais de 20 agricultores familiares do município de Crissiumal, de Santo Antônio da Patrulha, técnicos / extensionistas da EMATER/RS-ASCAR, sindicatos rurais, representantes da comunidade, comércio e bancos, assim como representantes da cooperativa COOPERFONTENOVA de Crissiumal, COOPERCANASUL de Santo Antônio da Patrulha e lideranças do setor nos municípios e prefeitura. Os dados da pesquisa de campo para a realização desta tese foram levantados a partir dos contatos preliminares em meados de agosto do ano de 2005, viagens de estudos e discussões realizadas ao longo dos anos de 2006 e 2007, assim como entre os anos 2008 e 2011 – para o acompanhamento das lidas diárias e convivência com os agricultores familiares e diversos atores locais. Percebemos que os contatos preliminares foram importantes, uma vez que ao retomar atividades preparatórias para esta tese, notou-se que, não somente certa confiança ou afinidade, mas os contatados (desde a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – Gerência Porto Alegre e escritórios locais –, assim como parte dos entrevistados) ficaram à vontade diante das entrevistas e à medida que sabiam que estávamos na cidade realizando estudos sobre suas experiências *vis-a-vis* a lembrança ou comentários muitas vezes realizados, eram do tipo “*hah,... lembro de Ti...*”, “*Você já teve na Cooperativa..., me falaram que voltaria*”, “*Tu não teve aqui na cidade há uns anos atrás?*”, “*esse pessoal da universidade nunca volta aqui..., Vocês vem, perguntam, tiram fotos e não voltam mais*”, “*quem bom que Tu voltou pra nos dizer sobre o que concluiu da última vez que teve aqui...*” (jan.2011).

Buscou-se assegurar uma amplitude mínima que pudesse compor uma amostra representativa, embora por critérios não-paramétricos, de forma que as famílias selecionadas para aplicação do questionário contemplassem a diversidade sócio-econômica e cultural das famílias pertencentes ao universo correspondente. Para tanto, o número de

questionários aplicados foi superior a 10% do total de famílias integrantes do universo de agroindústrias familiares consideradas¹³.

Partindo-se de um contexto histórico, de políticas internacionais e de mercado, numa perspectiva de abordagem reflexiva no sentido do pense globalmente aja localmente, também buscando assinalar, sob a legitimação do Estado, elementos e características locais os atores devem apresentar para um processo de desenvolvimento que possibilite alcançar um mercado aos seus produtos, melhores alternativas de renda permanecendo em suas localidades. A condução do estudo para responder à questão que delimita a pesquisa, inicialmente, visa compreender as chaves do processo, considerando idéias sobre fatores políticos, sociais e econômicos que estão na origem da chamada política agrícola moderna, assim como as ações empreendidas pelos Estados capitalistas para a garantia de um modelo de agricultura baseado na exploração do tipo familiar. Após a contextualização apresentada no capítulo introdutório e as considerações em torno do marco teórico adotado da economia política crítica e de história agrária, bem como a busca de uma metodologia adequada apresentadas no capítulo 2, no capítulo 3, é realizada uma análise política comparada da (gênese da) política agrária desenvolvida em alguns distintos países.

No capítulo 4, apresenta-se a questão da globalização, do processo de desenvolvimento e da inserção da agricultura, sobretudo das regiões menos favorecidas *vis-a-vis* elementos que tem conformado a evolução e a reestruturação da agricultura. Inicialmente fala-se de globalização, sua caracterização e gênese, impactos, mudanças e a questão do Estado-Nação. A seguir, descrevem-se algumas noções de território que permitem uma perspectiva de análise considerando a composição e a complexidade do mundo rural. Faz-se rápida caracterização de políticas agrícolas no âmbito dos países

¹³ No estudo de caso, o universo de pesquisa abrangeu todas as famílias que se consideram integrantes da unidade socioespacial considerada – a localidade de Crissiumal e a localidade de Santo Antônio da Patrulha, constituída pelas diversas comunidades a que fazem parte as diversas famílias de agricultores familiares acrescentando-se a condição das famílias fazerem parte de uma Cooperativa. Cooperativa de Agroindústrias Familiares (Cooperfontenova) de Crissiumal, e a Coopercanasul de Santo Antônio da Patrulha. Entretanto, mesmo que se tenha realizado entrevistas com não associados das cooperativas, houve situações onde o entrevistado se sentia parte do processo e por ele beneficiado, assim como situações onde o associado não se sentia, nem mesmo representava satisfação em fazer parte, e/ou não concordava as decisões da gestão da Cooperativa

européus e latinoamericanos, apresentando considerações em torno de elementos que podem favorecer o processo de desenvolvimento rural.

Após a caracterização e delimitação do enquadramento teórico, assim como a demonstração de todo um aparato de enquadramento técnico, social e econômico que vem administrando as complexas relações entre a sociedade industrial e a sociedade agrária, e assegurando a reprodução da pequena produção, sendo, portanto, coerente com as formas específicas dela, no capítulo 5 apresentam-se os estudos de caso envolvendo duas localidades distintas que adotaram estratégias diferentes frente à condição de agricultura familiar de pequena produção, reprodução social e busca de inserção de seus produtos no mercado. Na análise, foram coletados dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-Ascar), além da combinação de informações disponibilizadas por pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos. Ainda, nesse capítulo, visa-se caracterizar a aplicabilidade da fundamentação teórica adotada e apresentar sugestivamente os avanços que a gestão pública pode viabilizar na construção de um modelo de desenvolvimento rural como alternativa de reprodução social, no que se refere à promoção da agricultura familiar e a construção social de um mercado para seus produtos.

O capítulo 6 traz as considerações finais, ou seja, os principais aspectos discutidos e apontados nesta tese. Foram estudadas as alternativas de reprodução da agricultura familiar, os princípios característicos do enquadramento alcançados pelo Governo em suas políticas, direcionadas à agricultura familiar.

3 INTERPRETAÇÕES DA POLÍTICA AGRÁRIA E A POLÍTICA AGRÍCOLA MODERNA

Importa para entendimentos fazer um esforço por clarificar o assinalado anteriormente, no capítulo 1, no que se observa a partir da II Guerra Mundial, onde é possível identificar um conjunto de novas formas de atuação envolvendo um conjunto díspar de agências de auxílio ao desenvolvimento. Tanto é que, mostra-se o Quadro 2.

Em pleno período do domínio colonial os territórios pobres e dependentes tinham por definição a evolução das agriculturas condicionada pelos interesses das potências administrantes, influência que se manteve para além deste período.

Os que já eram formalmente independentes, ou que vieram a sê-lo, não escaparam à influência dos dois blocos geopolíticos que se defrontaram até ao colapso da União Soviética.

Quanto ao bloco sujeito à hegemonia norte-americana, no que diz respeito à agricultura, as condicionantes exteriores eram de tamanha importância que eram os interesses económicos dos capitais aí instalados, em grandes plantações, que, se não determinavam, influenciavam a política interna de muitos países.

Por outro lado, com maior clareza a partir da II Guerra Mundial, é possível identificar um conjunto de novas formas de atuação envolvendo um conjunto díspar de agências de auxílio ao desenvolvimento: assim como as agências da política externa de apoio ao desenvolvimento da administração pública dos Estados Unidos; as agências resultantes dos acordos de *Bretton Woods*, como o Banco Mundial, a FAO e o PNUD no âmbito das Nações Unidas; as agências de apoio dos países ricos, nomeadamente os de passado colonial como a França no espaço francófono e a Grã-Bretanha para o espaço *Commonwealth*, bem como outras agências e fundações quer governamentais quer não governamentais. A ação dos países europeus foi bem menor, sobretudo enquanto a recuperação do pós-guerra não ficou completa. Sendo que até aí dominavam praticamente sem rival as agências da política externa norte-americana, as agências das Nações Unidas e as fundações e agências não governamentais de base norte-americana.

Tendo este contexto externo, extremamente condicionante, veja-se a situação na

ordem interna na maior parte dos países pobres e/ou não industrializados.

Ao contrário dos industrializados, nestes países a agricultura praticamente desempenhava duas funções. Por um lado, uma função produtiva e alimentar, uma vez que além de ser setor econômico importante assegurava o essencial da alimentação das populações autóctones e empregando essas populações e, por outro lado, era a principal fonte de divisas desses Estados. Fonte de divisas necessárias às funções de Estado, sobretudo para o desenvolvimento industrial considerado essencial para obtenção de uma verdadeira independência política.

Sublinhe-se que, de fato, tratava-se de promover a acumulação de capital à custa da agricultura, num processo de acumulação que na maioria das vezes não trazia contrapartida claramente favoráveis para os agricultores. Quando o resultado dessas políticas anti-camponesas traduziu-se na desvalorização social do estatuto de agricultor, *porque não dizer agricultor familiar* (grifo meu) que conseqüentemente adotou estratégias de resistência e de fuga, finalmente promovendo o êxodo de populações rurais que se iam instalando nas grandes cidades.

Voltando à ordem internacional, isto é, momentaneamente, desenvolveu-se uma política de apoio ao desenvolvimento e uma política de ajuda humanitária que, embora parecessem harmoniosas, apresentam-se contraditórias.

O apoio desenvolvimentista possibilitava financiar os ministérios da agricultura, apoiar a formação de pessoal qualificado, através de ajuda preferencial a faculdades de agronomia e respectivos treinamentos em instituições americanas. Também eram favorecidos os serviços de investigação e extensão e garantia-se adoção de créditos subsidiados e de auxílios a organismos de comercialização (*marketing boards*), etc. Ao mesmo tempo em que os interesses econômicos da agroindústria oriunda dos Estados Unidos eram satisfeitos pela promoção da modernização das agriculturas segundo o modelo que ficou conhecido por Revolução Verde, cuja base era a promoção do uso de sementes mais produtivas (nomeadamente híbridos), de fertilizantes, pesticidas, corretivos, maquinaria moderna e sistemas de irrigação, por outro lado, havia a concessão de crédito aos agricultores para que eles pudessem adotar tal modelo.

Quadro 2: Determinantes externos: o modo como a agriculturas se integra no fenômeno globalizador.

Fonte: Elaboração do autor com base em Moreira (2001, p.109-111).

Nota: Conforme Moreira (2001, p.109), neste Quadro 2, usa-se indiscriminadamente o termo território ou países, embora nem todos os territórios pobres e dependentes tenham o estatuto de país independente.

Nesse capítulo 3, discute-se compreender as chaves do processo, considerando idéias sobre fatores políticos, sociais e econômicos que estão na origem da chamada política agrícola moderna, assim como, as ações empreendidas pelos Estados capitalistas para a garantia de um modelo de agricultura baseado na exploração do tipo familiar. É feita uma análise política comparada da (gênese da) política agrária desenvolvida em alguns distintos países, assim como poder-se-á ter uma idéia do enquadramento que assegure a reprodução da pequena produção, as formas específicas dela, bem como, a presença de instituições, sobretudo do Estado.

3.1 As políticas agrárias

No tocante ao setor agrário, atualmente, depois de tantas mudanças históricas, progressos econômicos, êxodo rural e industrialização da produção, resta a particularidade de que na agricultura européia, na maioria dos países da Europa ocidental há uma característica dominante: as empresas de produção agrária se encontram sob a forma capitalista, o que não deixa de ser uma contradição, já que mesmo em muitas das grandes explorações é conservado o caráter artesanal, sobretudo familiar (SERVOLIN, 1988, p.14).

Sendo assim, Servolin (1988, p.14-15) reflete que o setor agrário não funciona de maneira autônoma e isolada, ele requer a intervenção de instituições sociais e principalmente estatais. E, mesmo que estas intervenções multiformes as quais constituem a política agrária, sejam fontes de descontentamentos, tanto da sociedade como um todo quanto no interior do mundo agrícola, seguem como necessárias para o funcionamento de um setor que parece estar constantemente em crises sucessivas permanentes. Particularmente, o mundo agrícola habitualmente apresenta um contexto de insatisfação e pessimismo. Conforme Servolin (1988),

tal situação já inspirou vasta literatura, com títulos como “A questão agrária” de Kautsky (1900), “O Drama agrário” de H. Queuille (1923), a “A tragédia campesina” de M. Braibant (1937) ou mesmo a “Revolta campesina” de J. Meynaud (1963). Naquela época, em 1968, o recente Memorando sobre a

reforma da agricultura da Comunidade Económica Europeia – CEE¹⁴ (1968) conhecido como *Plan Mansholt*¹⁵ mostrava que estas preocupações estavam presentes em todos os países da Europa ocidental. Uma crise crônica que se manifestava, segundo todos os diversos autores, na ineficiência técnica e económica que se atribui a agricultura (SERVOLIN, 1988, p.15).

Segundo a literatura, o atraso da agricultura podia ser interpretado na ideia de que existia um atraso específico do setor agrário susceptível de dois tipos de interpretação (SERVOLIN, 1988, p.16).

Uma primeira, que pode ser denominada como interpretação indulgente, cujo atraso seria essencialmente de natureza técnica. O progresso técnico seria particularmente difícil na agricultura, devido a seus objetos de produção ser seres vivos, tanto animais quanto vegetais. Malassis (1979, p.229) assinalou que a industrialização do setor agroalimentar provém do processo geral de industrialização das sociedades ocidentais que se efetua com atraso devido às dificuldades específicas que a industrialização encontra nesse setor. O subsetor da produção agrícola apresenta as maiores dificuldades em razão das características dos seres vivos, meios e fins da atividade agrícola e devido às vicissitudes e extensão às quais está submetida esta atividade. Desta perspectiva, o atraso da agricultura seria em suma natural e não recairia sobre ela nenhuma responsabilidade.

Para a segunda interpretação, que também é a mais severa, o atraso do setor agrário é tanto técnico como de natureza social. O setor agrário representa de algum modo em nossa sociedade um peso do passado, que faz prevalecer em um país em vias de um processo de “civilização”, mentalidades e comportamentos indiferentes ou hostis, por que não dizer contrários à mudanças. Além do atraso das mentalidades, há o atraso das próprias estruturas económicas, as quais essa interpretação põe em questão. São essas estruturas que impossibilitam a utilização ótima das técnicas atualmente disponíveis. Essas estruturas

¹⁴ Hoje União Europeia – UE.

¹⁵ Para fins de referencia, em nível europeu, Sicco Mansholt, foi Vice-Presidente da Comissão e Comissário para a Agricultura entre 1958 e 1972. Apesar de ter estado à frente dos destinos da Comissão apenas por um breve período de tempo (menos de um ano), ficou na história como o responsável pela aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) e pelo lançamento das primeiras reformas (plano Mansholt) que abriram caminho à futura evolução da agricultura europeia. A Comissão Mansholt esteve em funções entre 22 de Março de 1972 e 5 de Janeiro de 1973. Dois grandes acontecimentos assinalaram este mandato: a criação da serpente monetária europeia (24 de Abril de 1972) e o primeiro alargamento da Comunidade Europeia (1 de Janeiro de 1973).

constituem a realidade que converte a construção racional de um sistema agrário ótimo em uma hipótese utópica (KLATZMANN, 1978, p.207). Logo, a crise agrária resultaria do desequilíbrio entre o estado das estruturas das explorações e o nível dos meios modernos de produção.

Levanta-se a questão de saber a quem atribuir a manutenção até nossos dias desta forma de produção superada pela história e cuja presença é, por outro lado, reconhecida como importante para o desenvolvimento econômico e social. Tal questão pode ser respondida unanimemente pela conservação do efeito do “político”. Neste sentido, há uma visão simplista, segundo a qual a perpetuação da agricultura familiar seria simplesmente devida à capitulação do Estado e dos seus governantes e de sua demagogia eleitoreira (SERVOLIN, 1988, p.17).

Entretanto, alternativamente, surgiram numerosos trabalhos preocupados em analisar o setor agrário de forma mais objetiva, considerando-o como ele é, e não como deveria ser, na tentativa de tratar a razão de ser das diversas formas econômicas, sociais e institucionais que o compõem. E, a partir daí, pode-se ver como os estudiosos sobre a política agrária se desprendem, pouco a pouco, de sua tradição normativa e prescritiva. Por exemplo, sob esta perspectiva, cita-se a obra de Fauvet et Mendras (*Les paysans et la politique, 1958*) cuja a segunda parte desta obra trata da organização da agricultura – ao estudar o aspecto político das organizações agrárias, se abstendo de mencionar suas atividades econômicas e técnicas¹⁶.

Neste estudo¹⁷, adere-se a uma aproximação diferente, que se fundamenta na tradicional evolução de resultados das agriculturas e políticas agrárias euroocidentais e particularmente francesas. Neste caso, podem-se apontar claramente alguns dados, uma vez

¹⁶ Os partidários desse tipo de aproximação seguem, definitivamente, fiéis a uma visão que considera o campesinato como retardatário, atrasado, exterior ao conjunto social, como um *out-group*, segundo a expressão de E. Le Roy-Ladurie em seu prólogo no livro de S. Berger, ao tempo que apresenta esta exclusão como o efeito de uma ação expressa do Estado, de uma espécie de pura manipulação política (BERGER, 1975, p.66 apud SERVOLIN, 1988, p.21).

BERGER, Susan. *Les paysans contre la politique*. Paris: Le Seuil, 1975.

¹⁷ O texto apresentado daqui para frente, neste capítulo, tem como base a perspectiva de análise descrita e desenvolvida por Servolin (1988) em “Las políticas agrárias. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion. Serie Estudios 53. Madri: MAPA, 1988”.

que, há mais de um século, a agricultura de tipo individual tem garantido à população francesa segurança alimentar, com uma dieta alimentar abundante, de qualidade e diversificada, propiciando contínua diversificação de consumo, surgindo novas necessidades e novos mercados. Assim, este sistema, segundo expressões que muitas vezes é referenciado como atrasado, artificialmente conservado, protegido, sustentado e financiado pelo Estado, tem se revelado ao longo da história como um setor particularmente eficaz no ponto de vista econômico (SERVOLIN, 1988, p.23).

Conforme aponta Servolin (1988), a partir deste conjunto de constatações parte-se para compreender as políticas públicas em sua especificidade, na tentativa de elucidar a natureza e a função da relação privilegiada que une a agricultura e o Estado – tão privilegiada que muitos autores têm considerado o sistema agrícola como um efeito, uma verdadeira criação do “político”. Por isso, deve-se considerar que esse sistema é funcional, adequado aos pressupostos fundamentais de nosso sistema social global. A elucidação desta relação pode, não só permitir compreender como funciona a agricultura, mas também possibilitar aprender algo sobre a natureza e o desenvolvimento do próprio Estado.

3.2 As origens da política agrária européia: a agricultura e o Estado

A hipótese da existência de um vínculo privilegiado entre a agricultura e o Estado não é nova e não tem nada de particular que possa surpreender até mesmo especialistas em história das sociedades primitivas. Embora não se tenha aqui como objetivo o debate a respeito de sociedades primitivas ou mesmo sobre diversos tipos de Estados arcaicos e nem mesmo decidir se eles merecem e quando o nome de Estado, entretanto, é de extrema importância esclarecer a distinção¹⁸ entre os impérios – aqueles que se chama despotismo oriental – e as sociedades feudais características da Europa Ocidental. O objetivo e interesse é demonstrar até que ponto a maioria dos diversos tipos de centros políticos estudados, em todas as épocas e em todas as partes do mundo, se baseavam em uma política

¹⁸ Conforme Servolin (1988, p.23-25), Wittfogel (1964) apresentou generalizações sobre despotismo oriental aos *sumerios* e aos *incas*, a Roma e China, aos árabes e aos antigos havaianos e a tantos outros, terminando com Lenin e Stalin.

WITTFOGEL, Karl A. *Le despotisme oriental*. Paris: Ed. de Minuit, 1977.

agrária. O modo de produção asiático, que segundo Marx (C.E.R.M., 1970), caracterizava os grandes impérios orientais, baseava-se em uma gestão centralizada da produção agrária e da circulação das subsistências. Esta gestão geralmente não se estendia ao trabalho dos campos propriamente dito, ainda que em certas épocas e em alguns países existisse o trabalho de tipo coletivo em terras estatais. Porém, era o imperador quem, por meio de uma burocracia bem desenvolvida e onipotente, organizava as grandes obras de ordenação e aproveitamento, recolhia a maior parte do excedente, armazenava e redistribuía (SERVOLIN, 1988, p.24).

É conveniente enfatizar que, o inventário de todas estas sociedades despóticas que parece haver-se distribuído por todo o mundo, em todos os tempos, possui o interesse de demonstrar a profunda singularidade e o caráter excepcional da história européia. Todo o etnocentrismo dos europeus, apoiado em seu extraordinário êxito histórico dos últimos séculos, tem sido necessário para que se convertesse a famosa teoria dos Três Estágios em lei geral de desenvolvimento para qualquer tipo de sociedade. Há de se considerar que somente nos países europeus se desenvolveram sociedades feudais que, depois de um longo processo de decomposição, de transição, deram origem ao capitalismo industrial e ao Estado moderno¹⁹. O que nos interessa é a forma como as sociedades feudais trataram o problema de seu abastecimento alimentar, recordando, muito brevemente, em que consistia o sistema de produção agrária e em que se baseava o feudalismo²⁰.

O feudalismo se construiu sobre as ruínas do Império Romano do Ocidente, derrubado pelas tribos germânicas e fusionado posteriormente com elas. Do ponto de vista das técnicas agrícolas, o encontro das tradições romanas e germânicas deu lugar à criação de um sistema de produção que pode ser considerado como uma das principais inovações da história, no sentido de que a agricultura e a criação de gado (*ganaderia*) deixaram de ser antagônicas para tornarem-se atividades complementares.

¹⁹ Não há aqui a necessidade de maiores referências sobre a análise histórica e teórica do feudalismo, visto a extensa literatura existente sobre o assunto.

²⁰ Como referência aponta-se a síntese apresentada por Duby (1973), adotada por Servolin (1988). DUBY, Gorges. *Guerriers et paysans. VII-XII siècles. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.

Para que as terras aráveis estivessem em condições de cumprir sua função alimentícia, deveria-se mantê-las férteis, deixando-as periodicamente em repouso, com aporte de adubo e lavrando-as. O rendimento do cultivo cerealista dependia da eficácia destas três práticas conjuntas. E esta eficácia dependia principalmente do volume de criação de gado²¹. Conforme Duby (1973, p.35), “a interdependência das atividades pastoris e agrícolas constitui na Europa, a chave do sistema de cultivo tradicional”²². No decorrer dos séculos seguintes, toda a arte dos agricultores consistiu em aperfeiçoar e em reforçar constantemente este efeito sinérgico que resultava da união da agricultura e da criação de gado. Tais esforços conduziram a revolução agrícola do século XVIII.

É certo que todas estas considerações técnicas somente adquiriram significado quando se situaram num contexto das formas sociais, que se desenvolveram para poder colocá-las em prática. Esse mesmo movimento foi produto do que Duby (1973) considera “um dos maiores acontecimentos da história do trabalho... um fator decisivo para o desenvolvimento econômico”. Consequentemente, foi nesta época que os proprietários de terra adotaram uma nova maneira de utilizar a mão-de-obra servil: os escravos (os servos) deixaram de trabalhar em grandes grupos, na área do grande feudo e da vila. Os senhores os colocaram a trabalhar em áreas menores - os mansos, para que pudessem encarregar-se de cultivar, com a ajuda de suas famílias, possibilitando assim, ao mesmo tempo, o enriquecimento dos senhores e o seu próprio sustento²³.

Cabe lembrar, que esse novo tipo de exploração agrária rapidamente se apresentou envolvido em relações monetárias. Fato que, a partir do século X, em algumas regiões, as rendas passaram a ser pagas em dinheiro aos senhores. Sob o regime feudal, a exploração

²¹ O lavrado poderia ser tanto mais frequente e mais útil, à medida que os animais utilizados no lavrar fossem mais numerosos e mais potentes; quanto mais importante era o rebanho solto, maior era o adubo natural – a qualidade do exerceo que se estendia nos campos era função do número de bovinos e de ovelhas que permaneciam durante o inverno nos estábulos (SERVOLIN, 1988, p.25).

²² Este foi o modo como se estabeleceram as bases técnicas do sistema misto *agrícola-ganadero (polyculture-élevage)* que veio a caracterizar até nossos dias a agricultura da Europa Ocidental.

²³ São evidentes as razões dessa mudança, uma vez que o novo tipo de agricultura resultante da fusão dos sistemas romano e germânico não podia ser implantado com trabalho forçado de um escravo, realizado com negligência e pouco compatível com técnicas refinadas e intensivas. Pelo contrário, a viabilidade do novo sistema implicava a iniciativa e o trabalho incansável de uma família cuja sobrevivência e bem estar dependessem de sua própria responsabilidade.

do tipo familiar garantia uma boa parte da produção agrícola. Embora em algumas regiões o senhor conservava uma espécie de reserva cultivada em uma ou várias explorações de grande dimensão, cada uma delas entregues a famílias de arrendatários, de lavradores, que recorriam ao trabalho de pequenos agricultores, vizinhos ou de camponeses sem terra (SERVOLIN, 1988, p.26-27).

Ao menos em sua origem, o que distingue as sociedades feudais de todas as demais é o seu caráter, predominantemente descentralizado da gestão da agricultura, o que corresponde, por outro lado, a uma descentralização, uma localização do poder público²⁴.

Para Servolin (1988, p.27-28), tudo isso não impediu o desenvolvimento de um processo cada vez mais acentuado de diferenciação social e de divisão social do trabalho, como tampouco, o crescimento de centros estatais e o avanço da centralização política, sendo que ao mesmo tempo todos esses processos incrementaram a demanda de alimentos comercializados. Pela intervenção dos Estados, em matéria de incentivo da oferta agrícola - de forma eficaz, em longo prazo, adotando em linhas gerais, formas indiretas, tais como: favorecer o controle da terra por uma classe em detrimento de outra, estabelecer impostos obrigando os produtores a vender no mercado, ou optar por fomentar ou restringir as importações²⁵.

²⁴ Europa se caracterizava pela combinação de uma cultura relativamente homogênea de Estados rivais, numerosos e instáveis, de instituições locais fortemente autônomas e de grupos de parentesco debilmente estruturados. Este tipo de estrutura social resultou em disseminar e localizar o controle da produção agrícola, multiplicar as rivalidades dentro de cada grupo dirigente, tanto no interior como no exterior de seu próprio território, conferindo ao senhor (*landlords*) uma grande importância quanto a aliados ou rivais políticos, reduzindo aos camponeses a possibilidade de levar a cabo uma ação coletiva em um nível superior ao da vila, a menos que os próprios senhores restabelecessem a relação entre os povos e permitissem, portanto, uma vigorosa resistência local para a expansão do poder estatal (TILLY, 1975, p.394 apud SERVOLIN, 1988, p.27).

TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: University Press, 1975.

²⁵ A intervenção direta dos Estados europeus se manifestava mais na distribuição dos alimentos que em sua produção ou em seu consumo. Esta intervenção direta dos Estados na circulação dos produtos agrários somente se produziu de maneira mais importante na última fase de decomposição dos sistemas feudais. Por exemplo, se for comparado o comportamento dos governos europeus e chineses no momento de crise de subsistência do século XVIII, enquanto a administração chinesa contava há muitos séculos com uma especialização e uma rede de armazenamento, atenta ao abastecimento das coletividades locais; na França, pelo contrário, era uma administração nova, recentemente criada pelo poder central e que se esforçava então a tomar o poder da circulação dos grãos das aristocracias provinciais representadas pelos parlamentos, com o fim de criar um mercado nacional unificado (BIN WONG, 1983, p.243).

Em suma, o que caracteriza as sociedades feudais é o seu caráter instável, antagônico e por isso favorável à mudança. Sua concepção é dinâmica. Seus protagonistas eram muitos – senhores, proprietário da terra, camponeses²⁶ organizados em suas comunidades locais, artesãos e burguesia mercantil das cidades, que lutando muito rapidamente para libertarem-se do papel de servidores da aristocracia, conquistariam as franquias municipais e se organizariam em corporações. Finalmente, a monarquia, que se esforçava para fazer que seu poder fosse cada vez mais absoluto, apoiando-se em um corpo militar e uns serviços fiscais e administrativos, cada vez mais numerosos e estruturados.

Todas essas classes possuíam certa margem de manobra, as relações de força entre elas eram flutuantes e instáveis e as possibilidades de alianças eram variadas. Todas, incluindo o campesinato, estavam desde o princípio e cada vez mais completamente, vinculadas entre si por relações monetárias e mercantis (SERVOLIN, 1988, p.28-29).

Então, entende-se que as sociedades feudais européias, ainda que se pode considerá-las todas como pertencentes a um mesmo tipo geral, evoluíram de forma muito diferente, conforme as vicissitudes da história – as condições naturais, a posição geopolítica, as guerras, as revoltas, as epidemias, as opções e alianças políticas... Tudo isso teve um papel no desenvolvimento dos diferentes Estados e ao menos explica, para boa parte deles, sua posição atual. Porém, há de se deixar um espaço particular, conforme Tilly (1975, p.445), para as políticas adotadas em matéria de subsistência²⁷.

Conforme os países decidissem ser autárquicos, importadores ou exportadores de produtos alimentares, conforme tivessem ou não participado em aventuras coloniais e no estabelecimento de economias de plantações, os resultados a longo prazo foram bem diferentes. Definitivamente, as evoluções das estruturas da propriedade da terra e das estruturas da produção agrária determinaram estreitamente os diferentes modos de

²⁶ O termo camponês é empregado como sinônimo de agricultores.

²⁷ Por outro lado, estas opções de política agrária devem ser entendidas em relação ao lugar ocupado pelos diferentes países no sistema mundial que se constituiu no início do século XVI (WALLERSTEIN, 1974 apud SERVOLIN, 1988, p.29).

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the origins of the European World. Economy in the Sixteenth Century*. New York, London: Academic Press, 1974.

decomposição do feudalismo e das diversas formas de Estado, que resultaram do dito processo.

3.3 Os regimes agrários: a agricultura e o Estado

Conforme Servolin (1988, p.29-37), classicamente, destacam-se três grandes tipos de regimes agrários surgidos do feudalismo: o modelo inglês, o modelo da Europa do Leste ou da Europa Oriental, também chamado prussiano e o modelo europeu ocidental - modelo campesino.

3.3.1 O modelo inglês

O modelo inglês começou a aparecer em algumas partes da Grã-Bretanha a partir do século XVI e repousava sobre três elementos básicos: o proprietário que não explorava diretamente a terra e recebia uma renda; o empresário agrícola que recebia um benefício empresarial; e o trabalhador agrícola assalariado²⁸. Nas zonas mais pobres, os pastos substituíram os cultivos, as ovelhas para produção de lã ganharam espaço em detrimento da saída dos homens²⁹. Nas regiões mais férteis, a terra foi reagrupada em grandes propriedades, bem estruturada e equipada, conduzida por arrendatários competentes e apenas, utilizavam mão-de-obra estritamente necessária.

O destino desse modelo inglês é um tanto que contraditório. A partir do século XVIII permitiu o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, ávida de progresso técnico, sendo a primeira a adotar em grande escala a rotação de cultivos à base de cereais, forragens e plantas de escarpa; em utilizar seleção de espécies de animais e, mais tarde, em introduzir a mecanização - trilhadora de vapor. O início da Revolução Industrial estimulou

²⁸ Este modelo resultou de uma vitória dos *landlords*, aliados dos campesinos ricos e dos grandes arrendatários, na luta nas comunidades rurais. Vitória expressa no fenômeno conhecido dos *enclosures*.

²⁹ Grande parte da população rural foi expulsa dos campos, vindo a formar uma massa miserável e instável que refugiou-se nas cidades e que futuramente proporcionaria mão-de-obra para as indústrias nascentes, assim como emigrantes que povoariam a América do Norte.

ainda mais este tipo de agricultura ao oferecer um amplo mercado formado pela massificação crescente das populações urbanas. Neste momento, deu-se início à idade de ouro das *High Farming*, onde a agricultura inglesa serviu de modelo técnico, imitado pelo resto da Europa. Já na metade do século XIX, este modelo era considerado por Marx como o modelo acabado da agricultura capitalista, anunciando que seria copiado por todos os demais países da Europa ocidental. A partir do início do século XIX, quando na Inglaterra observou-se que a agricultura da metrópole não podia responder ao crescimento da população, desenvolveu-se uma política de importações procedentes dos Estados Unidos e dos domínios coloniais agrícolas, assim como de outros países do mesmo tipo, Argentina e Uruguai³⁰.

E, a partir deste momento, foi reestruturado o sistema agrário mundial, cujos mercados foram controlados por Londres, com objetivo de abastecer a Grã-Bretanha ao melhor preço. A agricultura da metrópole, sacrificada a causa de uma alimentação barata, experimentou profunda decadência a partir de 1880³¹.

3.3.2 O modelo do Leste europeu (o modelo da Europa Oriental)

O modelo do Leste europeu, chamado de modelo prussiano, também surgiu de uma vitória da nobreza terratenente, a qual, na maior parte dos países da Europa do Leste e Europa Central e com o fim das oportunidades de obter ganhos com o comércio de grãos,

³⁰ A classe dos fabricantes atenta a uma política de *cheapfood* que permitisse moderar os salários industriais rompeu seu acordo com a classe dos empresários agrários e proprietários de terra (terratenentes), sendo esta ruptura consagrada pela abolição, em 1946, do dispositivo protecionista das *Corn Laws* (Leis do trigo).

³¹ Nas últimas décadas do século XIX o modelo agrícola inglês já estava esgotado. A própria Inglaterra deu o exemplo: se num primeiro momento a Revolução Industrial estimulou a produção agrícola interna, oferecendo-lhe o mercado crescente da população urbana, numa segunda fase a procura do “pão” barato ultrapassou as fronteiras nacionais. Os mercados mundiais foram reestruturados de forma a fornecer os alimentos à Grã-Bretanha (GRAÇA, 1999, p.7). Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, podia proporcionar apenas 125 dias por ano do abastecimento britânico (SERVOLIN, 1988, p.31).

particularmente no mercado internacional, conseguiu reforçar seu domínio sobre o mundo rural, inserindo-o nas normas coercitivas de uma segunda servidão³².

De qualquer maneira, os senhores do Leste ao contrário dos *landlords* ingleses, não tiraram dos campos sua população campesina³³. Nestes tipos de países constituiu-se uma estrutura econômica e social bem particular. Os terratenentes, exercendo um domínio político e econômico quase total, se mantêm fiéis ao princípio do livre comércio que lhes assegurava um mercado para seus produtos agrários. No campo, encontrava-se abundante e miserável semiproletariado agrícola. A economia moderna existia sob a forma de ilhas, nas capitais e em algumas grandes cidades. Por outro lado, estes países formaram parte das zonas de influência dos grandes países capitalistas, em particular da Alemanha, que eram seus clientes e abastecedores. Era natural que sua vida política gira-se em torno da questão agrária. Os campesinos lutavam pela sua emancipação e pela reforma agrária, o que vem a explicar a existência em todos os Estados da Europa central e oriental, desses fortes partidos campesinos que, por exemplo, não existia nem sinal na França (SERVOLIN, 1988, p.32). Evidentemente, deste panorama exclui-se o caso da Prússia, o qual se fundiu com uma das regiões mais ativas de expansão do capitalismo industrial³⁴.

Fora o caso da Prússia, o modelo leste-europeu deu lugar a um conjunto de países atrasados, subdesenvolvidos, objetos de crises crônicas, de instabilidade política e sujeitos à revolução social³⁵. Entre as duas Guerras, em quase toda a Europa, os partidos agraristas fracassaram em sua intenção por resolver pacificamente o problema agrário. Depois de 1945 a URSS tenderia a impôr sua própria solução.

³² Para muitos historiadores esta segunda servidão não tinha nada a ver com o feudalismo, já que era, na prática o resultado da inserção da agricultura no mercado, que transformou os antigos senhores em autênticos capitalistas. Deve-se lembrar que alguns historiadores possuem a tendência de ver capitalismo toda vez que se verifica relações comerciais.

³³ A necessidade de mão-de-obra necessária ao cultivo de cereais os levou a se sujeitar novamente o campesino à sua terra, proibindo sua saída. Por este motivo que tiveram que voltar às formas mais arcaicas e coercitivas do feudalismo.

³⁴ No marco do Império alemão, a nobreza terrateniente dos *junkers* prussianos se beneficiou de um regime protecionista, assim como de um regime administrativo regional que lhe permitiu subsistir até o final da Segunda Guerra Mundial.

³⁵ Cita-se a revolução social ocorrida na Rússia em 1917.

Todos os países que submeteram-se à hegemonia da URSS³⁶ pertenciam ao modelo leste-europeu descrito anteriormente. Segundo o método considerado científico, adotado pela URSS, os novos regimes procederam a uma reforma agrária igualitária que foi acolhida pelos camponeses. Muitas grandes explorações foram divididas e transformadas em granjas estatais. No mais, se seguiu o procedimento soviético:

Depois de dois ou três anos, os novos camponeses - proprietários foram submetidos à *dekoulakisation* (expropriação das terras que haviam tido maior êxito produtivo), e em seguida a sua reagrupação forçosa em cooperativas de produção. Esta política não se revistiu do caráter sangrento que havia ocorrido na URSS, mas interrompeu brutalmente o desenvolvimento da produção agrícola o qual a reforma agrária havia dado notável impulso. Desse processo resultaram graves distúrbios na maior parte das democracias populares, uma de cujas conseqüências foi o fato de que a Polónia tivesse que renunciar em muitos anos a coletivização agrária (SERVOLIN, 1988, p.35).

Sabendo-se que esta política apresenta-se quase como a inversa da que teve êxito na Europa ocidental, uma análise desta última permite alguns elementos que esclareçam os maus resultados da política de coletivização, apresentadas pelas agriculturas socialistas.

3.3.3 O modelo ocidental

Neste modelo, a produção agrária estava organizada sob a forma da exploração familiar, também chamada pequena produção. Nesta forma de exploração, o titular dispõe da propriedade, ou ao menos, do controle mais ou menos livre e completo, do essencial dos meios de produção e, sobretudo, o principal de todos os meios de produção: a terra. Neste espaço, fazia-se frutificar seu próprio trabalho e o dos membros de sua família. Assim, o objetivo era: assegurar sua própria reprodução, a de sua família, e a de sua exploração; e melhorá-los se possível, aumentando as capacidades produtivas de sua exploração. Lembrando o citado anteriormente, enquanto as obrigações feudais se transformaram em rendas, em dinheiro, conforme começou a ocorrer desde a Idade Média, o agricultor se converteu em dono de seu próprio produto, podendo consumi-lo ou vendê-lo, mesmo que

³⁶ Deixando a parte Bohemia (porém não a Slovaquia).

tivesse de subtrair do dinheiro das diversas rendas devidas ao Senhor, para a Igreja e ao poder monárquico³⁷.

Desde a sua origem, a exploração de pequena produção, exploração familiar, apresentava numerosas habilidades interessantes. Os senhores tinham garantido um trabalho constante, sem ter que exercer uma vigilância direta, uma vez que o peso dos impostos tinha, em suma, um efeito estimulante sobre a intensificação da produção. Contudo, durante muito tempo, este tipo de exploração encontrou muitos obstáculos, o que impediu de demonstrar suas possibilidades de desenvolvimento.

Como já visto, a precariedade das técnicas exigia recorrer ao pousio e à rotação coletiva de culturas. Mais tarde, quando se conheceram técnicas mais eficazes, a pequena produção, presa na relação de grupo, encontrou-se em uma situação imprópria para implementá-las. Na percepção de Servolin (1988, p.36), isso explica, na sua ausência, o sucesso do modelo britânico: os latifundiários tinham força política suficiente para quebrar a disciplina coletiva da comunidade rural e adquiriram enorme vantagem técnica em relação aos pequenos agricultores³⁸.

Apesar de seus esforços, os pequenos produtores só conseguiram possuir uma pequena parte da terra. Assim, na França, a propriedade dos senhores e a propriedade burguesa, a nobreza, os comerciantes e os agricultores mais ricos, permaneceram por muito tempo sendo uma tendência a crescer no século XVIII. Por outro lado, é importante assinalar, que nestas categorias de grandes proprietários, muitos exploravam de forma, mais ou menos diretas, grandes ou muito grandes explorações, ao estilo do modelo inglês.

A revolução burguesa violenta, como na França ou mais gradual, como o ocorrido nos demais países, veio a liberar a pequena propriedade e a pequena exploração de muitas

³⁷ Conforme Servolin (1988, p.36), a renda em espécies continua sendo muito frequente em algumas regiões até a Revolução.

³⁸ Além dessa incapacidade, a permanência das instituições feudais impõe ao pequeno agricultor um regime jurídico precário, um estado de precariedade legal de pequenas propriedades, de controle técnico e econômico incompleto e instável sobre as terras que trabalhavam.

de suas limitações. Mesmo assim, ainda continuou sendo vítima de debilidades constitucionais que se apresentavam como obstáculos ao seu progresso.

O peso da renda da terra, mesmo na forma de um simples arrendamento, continuava sendo suficientemente pesado e impedindo uma acumulação adequada e a constituição de um simples fundo de liquidez. Sendo que, para comprar terra, financiar a produção, ou às vezes, esperar a venda da colheita, o produtor tinha que recorrer com frequência ao crédito caro. Deste modo, parece que a pobreza, a ignorância e a debilidade técnica em sua rotina, fizessem parte de seu destino.

3.4 O Estado, a agricultura e o capitalismo

Se por um lado vê-se a situação da pequena exploração familiar, produtora de alimentos fortemente contribuidora na questão do abastecimento alimentar, por outro lado, o Estado garantidor de condições para que a função produtora fosse cumprida, ao mesmo tempo em que alcance competitividade e condições mercantis para sua produção.

3.4.1 As virtudes da exploração de tipo familiar

Observando-se a situação da pequena exploração familiar, compreende-se porque Marx, por exemplo, lhe reconhecia a capacidade de resistência econômica e uma grande competitividade, já que considerava que para o agricultor, o único limite absoluto constituía-se do salário que percebe para si mesmo, uma vez deduzidos seus gastos propriamente ditos. Independente do preço do produto que lhe proporcione esse salário seguirá cultivando a terra, até mesmo por um salário que não supere o mínimo vital.

Por outro lado, desde há tempos, já era possível observar que uma evolução muito diferente havia começado e que iria colocar a exploração familiar em condições de cumprir com aquilo que Marx acreditava que estava no seu alcance: abastecer os extensos mercados das grandes metrópolis industriais e, para isso, intensificar sem limites na produção,

concentrando meios de produção e apoiando-se no progresso científico e técnico. Entretanto, para se conseguir isto, necessário seria que suas potencialidades de desenvolvimento fossem liberadas e que lhe dessem os meios para realizá-las, garantindo-lhe o meio mais importante: o financeiro (SERVOLIN, 1988, p.38). É fato que, durante o século XIX, todos os Estados capitalistas da Europa Ocidental decidiram explicitamente proporcionar esses meios para a agricultura do tipo individual: a criação em diferentes países de um sistema específico de crédito agrário que permite, de algum modo, concluir esta decisão.

Assim, o fato é que o desenvolvimento industrial criava em todos os países a necessidade de um abastecimento alimentar de baixo preço. Essa necessidade inspirou todas as soluções históricas, que os diferentes países industriais puseram em prática, para alimentar a população trabalhadora durante o processo de acumulação de capital. Como visto anteriormente, a Grã-Bretanha já havia conquistado este objetivo por meio da *High Farming*. O que parece ter acontecido é que o modelo britânico serviu como fonte de acumulação do capital e do desenvolvimento do capitalismo agrário, mas que a partir de determinado momento, já não garantia as necessidades de fornecer alimento barato, vital para o capitalismo industrial, dando assim a origem à disputa entre os defensores do liberalismo com Ricardo à cabeça e os interesses dos capitalistas agrários – A questão das *Corn Laws*.

Conforme o princípio geral e prioritário, era conveniente que a produção de alimentos deixasse de ser uma atividade voltada para a rentabilização de capital³⁹. As formas sociais destinadas a assegurar o declínio relativo da renda da terra, em benefício de uma classe social, foram diversas, porém conduziram nos países industriais capitalistas, à consolidação do agricultor de tipo familiar e o fortalecimento de seus direitos sociais sobre o uso da terra, fosse pela extensão da propriedade da terra ou pela instauração de um contrato de arrendamento (COULOMB, 1973⁴⁰ apud SERVOLIN, 1988, p.39).

³⁹ Assim havia-se de evitar que uma classe improdutiva de terratenentes desviasse parte importante da renda nacional em forma de renda da terra, em detrimento da acumulação de capital.

⁴⁰ COULOMB, Pierre. Propriété foncière et mode de production capitaliste. *Etudes Rurales*. n.51, 1973.

A exploração agrária familiar, ao não exigir para reproduzir-se nem renda da terra, nem benefício capitalista, a não ser uns ingressos capazes de cobrir os gastos de produção e as necessidades da família, se impõe crescentemente como a forma de produção adaptada às exigências da sociedade industrial capitalista, no que diz respeito ao setor de produção de alimentos.

Assim, conforme Servolin (1988, p.39-40), contrariamente a maior parte das idéias preconcebidas sobre o desenvolvimento da agricultura, esta forma de produção não era uma forma precapitalista ou arcaica cuja presença freava, a partir do século XIX, o esperado surgimento de grandes explorações capitalistas, industriais e rentáveis. Ela assegurou a aplicação da ciência e da técnica na produção agrícola nas condições mais vantajosas para as sociedades capitalistas intensificando constantemente o uso da terra e o trabalho dos camponeses⁴¹.

Esta forma de produção vantajosa para a sociedade industrial exigia uma gestão social específica. De fato, generalizando, a pequena produção exigia medidas que tendiam a facilitar a apropriação do solo por uns em detrimento da expropriação de outros e a administrar o êxodo rural. Por outro lado, no sentido capitalista a formação de um benefício ou retorno não pode ser assegurada através do sistema de preços agrários, uma vez que a exploração familiar é incapaz de acumular capital de forma autônoma. Logo, o desenvolvimento deste tipo de agricultura, para reproduzir-se, necessita de ajuda pública em diversas formas e modalidades. Por isso, há séculos, em todos os países capitalistas onde predomina esta forma de produção agrícola, um conjunto de instituições cujas formas são específicas ao setor agrário, cooperação, mutualismo, sindicalismo e administração pública vem constituindo-se progressivamente. E, este aparato de enquadramento técnico, social e econômico vem administrando as complexas relações entre a sociedade industrial e a sociedade agrária e assegurando a reprodução da pequena produção, sendo, portanto, coerente com as formas específicas dela.

⁴¹ Esta forma de produção permitiu um crescimento contínuo das quantidades produzidas e da produtividade, levando a uma queda relativa dos preços dos seus produtos.

3.4.2 O estado moderno e a exploração familiar agrária: algo em comum?

Neste estudo, nos capítulos anteriores pretendeu-se demonstrar que a formação do Estado pré-moderno está estreitamente ligada a gestão dos problemas alimentares da população, de modo que, pode-se aceitar a idéia de uma relação privilegiada em suas origens entre Estado e a agricultura, assim como, afirmar que ambos possuem o mesmo processo de gênese, a mesma genealogia.

Entretanto, conforme Servolin (1988), apresenta-se o problema quando analisa-se as relações entre Estado e a agricultura nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Questiona-se: Pode-se conceber um caráter de especificidade à semelhante relação tendo em vista a forma que adota hoje a política agrícola moderna? Continua existindo, na atualidade, uma relação específica e privilegiada entre o Estado moderno e a agricultura desses países, quando o sistema agrário se encontra plenamente integrado ao sistema econômico? Estes questionamentos serão abordados a seguir.

Conforme o que foi estudado até aqui, percebe-se que a política agrária moderna, diferentemente das outras políticas estatais não pode ser reduzida a um simples dirigismo, nem a uma mera questão de conjuntura econômica ou política que pode reduzir-se ou aumentar-se segundo as circunstâncias ou a ideologia da coalisão do poder. A política agrária moderna nos países ocidentais é resultado de um longo processo histórico, cuja compreensão não é fácil à investigação. Prova disso, tem-se a insatisfação dos que produzem as análises que sobre este tema tem três correntes de pensamento em disputa no campo da ciência política. Ainda que possa parecer aparentemente fácil explicitar a política agrária moderna e as relações entre Estado e a agricultura, a partir das três correntes – o determinismo econômico, a da autonomia da política e a que atribui ao Estado uma função reguladora – a realidade é mais complexa.

Por exemplo, no que diz respeito ao determinismo econômico os autores desta corrente afirmam que a emergência da pequena produção agrária, em última instância, está determinada pelas próprias necessidades da produção, concluindo que a política agrária e as

instituições que lhe correspondem não são mais que reflexos da superestrutura. Sem a necessidade de reproduzir a crítica do determinismo econômico no que tem de simplista e unívoco, refuta-se sua tese sobre a política agrária recordando as infinitas variações que podem encontrar-se dos métodos e meios utilizados pelos poderes públicos para gestão da agricultura nos países ocidentais. Uma vez que, a progressiva emergência da pequena produção agrária ao longo do processo de acumulação do capitalismo industrial, não pode, conforme Servolin (1988, p.42), ser explicada como simples produto e socialmente inconsciente do jogo das estruturas econômicas, já pode admitir-se que tenha sido também o resultado de conflitos de interesses entre burguesia industrial e burguesia rentista, entre outros, de medidas de política agrária muitas vezes contraditórias e de debates ideológicos sobre a representação que a sociedade tinha de suas relações com a agricultura nas diferentes fases de seu desenvolvimento. Em outras palavras, a emergência da pequena produção agrária, em muitos casos, foi motivo de lutas sociais intensas que não tinham por tema explícito os problemas agrícolas e alimentares.

A segunda corrente mencionada, a da autonomia do político ou autonomia política, consiste no habitual de afirmar que a forma moderna da pequena produção agrária foi escolhida pelos Estados como forma dominante e que não poderia ter sido desenvolvida sem esta escolha legitimada pelo Estado. As lutas e as opções políticas que às originaram refletiam o que os economistas chamam em algumas situações, uma preferência estrutural expressa numa aliança de classe política. Citando o caso da França, por exemplo, a legitimação econômica da pequena produção agrária foi, em suma, contrapartida do acesso de seus representantes à coalisão no poder. Acesso que foi um fenômeno na Europa sob formas e épocas diferentes (SERVOLIN, 1988, p.43)⁴².

E, no plano da consciência política, a terceira corrente, foi traduzida no forte sentimento anticapitalista que vinha caracterizando os agricultores e que teve sua expressão

⁴² É importante assinalar que essa legitimação da pequena produção agrária não fez com que desaparecesse sua aparência de “exterioridade” com respeito ao desenvolvimento do capital, e sim a conservação da dita exterioridade – da qual deriva a especificidade da política agrária moderna – tenha sido necessária, de alguma maneira, para a boa integração da pequena produção no desenvolvimento econômico geral. O caráter não capitalista desta forma de produção tem obrigado que sua gestão por parte do Estado tenha sido sempre uma gestão específica e particular, diferente da de outras áreas de atividades, mantendo-se, portanto seu aspecto de exterioridade ou, com outras palavras, conforme Servolin (1988, p.43), sua anormalidade.

tanto no catolicismo social como na esquerda, por exemplo, o radicalismo em França. Também gerou nos pequenos produtores e nos camponeses em particular, esse comportamento tão típico da exaltação da liberdade e a independência do produtor individual – único trabalhador autêntico –, desenvolvendo um discurso anarquizante e antiestatal combinado com uma concepção de Estado como potência tutelar e suprema, com vocação para proteger o pequeno, contra as usurpações injustas dos poderosos. E tudo isso refletiu que, nos países ocidentais, proliferou-se organizações profissionais produzidas pela política agrária, o que sempre era apresentado por determinados círculos de opinião como um efeito da espontaneidade dos agricultores que se autoorganizavam e disciplinavam a si mesmos com liberdade e autonomia. Planejamento este, que por vezes conduziu a afirmação de que o desenvolvimento das organizações profissionais significa uma redução da intervenção do Estado, uma inibição de suas funções, limitando-o o papel de árbitro e regulador (SERVOLIN, 1988, p.43-44).

Amplamente estendida, esta tese relaciona-se diretamente com a terceira corrente de pensamento – a política agrária como um aspecto completamente trivial da função reguladora que tem atribuído o Estado. Ainda que este enfoque teórico considere-se a si mesmo como uma ruptura com as teorias instrumentais do Estado, o termo regulação não é neutro, nem tem um sentido absoluto e objetivo. Uma regulação não tem significado se não é na idéia que pode-se fazer de uma ordem a estabelecer e conservar, de uma ordem em relação a qual o funcionamento da sociedade seja reconhecida como satisfatória, como regular, como regulado. Servolin (1988) questiona que: Conforme esta lógica não deveria admitir que existisse algo, um alguém, que defina esta ordem e que encomende ao Estado e a seu aparato, a função de fazê-lo respeitar pelos agentes sociais? Há que se reconhecer, portanto, que esta corrente de pensamento não se encontra muito distante das concepções dos funcionalistas mais discretos, ou do marxismo ortodoxo mais rudimentar.

Tudo o que se sabe da gênese do Estado e de seu desenvolvimento e particularmente de suas relações com a política agrária, desmente esta imagem de um aparato estático, estabelecido *a priori* e assegurando mecanicamente um conjunto de tarefas as quais não diz claramente a quem tais tarefas são confiadas.

Em resumo, a política agrária moderna é o resultado de um longo e complexo processo histórico cuja lógica não pode ser explicada por nenhuma das três correntes de pensamento que disputam a hegemonia na ciência política. Sua adequada compreensão exige uma análise mais atenta e pormenorizada, conforme a apresentada a seguir.

3.5 A política agrária moderna

Servolin (1988, p.45), lembra que Marx (1969, p.134)⁴³ anunciava, em meados do século XIX, a “agonia da parcela” e o triunfo próximo da grande produção agrícola capitalista, a inglesa. Entretanto, nessa mesma época estavam já implantadas na Dinamarca⁴⁴ as premissas do modelo de política agrária que iria ser adotado progressivamente pelos demais países europeus, o que veio também a influenciar o resto do mundo.

3.5.1 Gênese da política agrária moderna

Em meados do século XVIII, apesar de sua posição geográfica a Dinamarca representava o tipo perfeito de um país comprometido com citada via “este-européia”. Enquanto, que na Idade Média o campesinato dinamarquês tinha conhecido um regime de liberdade escandinavo, no início do século XVI, a nobreza lhe instituiu uma nova escravidão após uma longa guerra civil que finalizou com o triunfo da nobreza sobre a aliança entre o campesinato e a burguesia comerciante de Copenhague. A partir de então, a produção agrícola foi organizada da forma mais clássica. Com a terra sendo dividida em duas partes: numa vivia e trabalhava a abundante mão-de-obra, formada por pequenos

⁴³ MARX, Karl. *Le 18 brumaire de Louis-Napoléon Bonaparte*. Paris: Editions Sociales, 1969.

⁴⁴ O caso da Dinamarca permite ver como se desenvolveu, partindo de uma situação inicial desfavorável, uma política que parece, a *posteriori*, inspirada por uma milagrosa lucidez, tanto por parte dos indivíduos como pelas diferentes classes e categorias sociais que foram seus protagonistas. Num período histórico relativamente curto, pode afirmar-se, ou intuir, as possibilidades de êxito da pequena produção agrícola intensiva, identificar os obstáculos que se opuseram a seu desenvolvimento e definir os meios capazes de superá-los (SERVOLIN, 1988, p.45).

colonos apegados a sua pequena exploração pelo caráter hereditário da propriedade, mas que especialmente a partir de 1733, pelo *Stavnsbaand* ou regime de destacamento, que obrigava o novo agricultor a morar no domínio e a manter uma exploração, quando o senhor lhe exigia. A outra parte da terra constituía o domínio propriamente dito do senhor, que era cultivado por meio de serviços braçais (*hoveri*), dias de trabalho e de uso de bois que os camponeses deveriam realizar e que podiam alcançar até 250 dias por ano. Os métodos de cultivo eram rudimentares e se baseavam na antiga rotação trienal coletiva. A severidade da pressão permitia aos senhores extraírem um excedente de cereais para comercializar (SERVOLIN, 1988, p.46).

Em meados do século XVII, a coincidência de diversos acontecimentos desencadeia a transformação desse sistema⁴⁵. Servolin (1988, p.46), ressalta que em 1660, o rei instaura a monarquia absoluta apoiando-se na burguesia e formando uma nova administração burocrática recorrendo a muitos técnicos alemães, cujo papel na reforma seria muito importante. Desde o início do século XVIII, a idéia de uma reforma geral da gestão do país estava entre a opinião pública, assim como, implantada pela filosofia iluminista e a fisiocracia⁴⁶.

A partir da metade do século XVIII se desenvolve uma intensa luta política, formando-se comissões de inquérito sobre a agricultura em 1757 e 1767. O debate, inclusive no meio da opinião reformadora tinha por objetivo explícito o tipo de agricultura a desenvolver. Todo o mundo admirava o alto nível técnico da agricultura inglesa e considerava que as novas técnicas não podiam ser mais introduzidas depois de suprimir a rotação coletiva e de levar a cabo a divisão das terras comuns, a concentração das parcelas e a generalização dos *enclosures*, cercos. Porém, admitido isto, dois grupos se combatiam ferozmente querendo uns favorecer a grande exploração moderna ao estilo inglês e outros apoiando a idéia de estabelecer uma pequena agricultura numerosa e sólida fundada na

⁴⁵ Guerras desastrosas arruinaram o crédito político da nobreza que governava, a fazenda pública entra em crise, e a Coroa se obriga a vender a maior parte das terras que possuía fato que levou a separar seus interesses dos interesses na nobreza terrateniente.

⁴⁶ No que é mais importante, pelos devotos que pregavam a volta à autenticidade evangélica e recomendavam colocar-se a serviço dos humildes, e ajudá-los a se instruir para elevar-se a Deus. Este estado de ânimo reformador estava presente entre a própria nobreza terrateniente (SERVOLIN, 1988, p.46-47).

generalização da propriedade rural⁴⁷. Assim, sob a cobertura de uma lei sobre *enclosures* (1781) com o objetivo final de distribuir todas as terras de uso coletivo. Todos os métodos modernos de consolidação das terras foram realizados simultaneamente: estabelecimento de um cadastro público, de comissões mistas proprietários/administração para a redistribuição de terras (SERVOLIN, 1988, p.47). Grandes partes, dos agricultores tiveram que abandonar seus antigos povoados e instalar-se em uma nova residência situada em meio às novas explorações concentradas. Todo esse processo de reorganização e acondicionamento foi subvencionado pelo Estado.

Em 1784, o príncipe herdeiro⁴⁸ se apoderou do poder e partidário da reforma agrária encarregou o Conde Renventlow a missão de retomá-la e implementá-la. A partir de 1786, a Grande Comissão Agrícola culminaria em alguns anos de reforma legislativa sobre a que se desenvolverá o progresso da pequena produção moderna, abolindo todas as obrigações feudais e substituindo-as por rendas fixas em dinheiro⁴⁹. Sobretudo, destaca-se a criação, em 1788, de um banco público de crédito que realizava empréstimos em longo prazo e ao interesse dos camponeses que quisessem comprar sua terra. Consequentemente, em 1818, os camponeses eram proprietários de cerca da metade das terras que cultivavam e esta proporção seguiu crescendo ao longo do século XIX.

Os resultados econômicos desta liberação da exploração camponesa foram extraordinários. Por exemplo, basta assinalar que, em 25 anos, dobrou-se a produção de cereais devido ao aumento da superfície cultivada e a adoção de novas rotações (FRIEDMAN, 1979, p.231).

⁴⁷ A luta culminou com uma breve ditadura progressista do primeiro ministro Struence (1770-1772), que foi derrotado pela nobreza e decapitado. E, a este desfecho houve um período de 12 anos de reação. Todos os projetos legislativos favoráveis aos camponeses foram bloqueados, porém os reformadores souberam utilizar habilmente a autoridade restabelecida dos grandes proprietários para provocar uma gigantesca remodelação das estruturas das explorações agrárias, introduzindo as reformas que consideravam mais indispensáveis para o êxito técnico da pequena exploração de novo cunho.

⁴⁸ Príncipe Frederik, de dezesseis anos.

⁴⁹ Esta Comissão, também, aprovou um estatuto de arrendamento que fazia obrigatório os inventário no começo e na finalização do arrendamento, e a indenização do arrendatário pelas melhorias incorporadas na exploração.

A estrutura agrária resultante desse processo permaneceu estável, devido por um lado, ao costume que permitia ao pai atribuir a totalidade da exploração àquele de seus herdeiros que considerasse mais apto, compensando com dinheiro o restante dos herdeiros. E, por outro lado, a existência de uma lei, em vigor até 1962, que proibia a reagrupação das pequenas propriedades.

Uma vez que, os camponeses se converteram em donos de suas próprias terras, foi pensado fazer-lhes capazes de aprender as técnicas mais modernas elevando seu nível de instrução geral e técnico. Assim, em 1814, se estabeleceu o ensino primário obrigatório. Mais importante ainda, citado por Servolin (1988, p.49), foi à criação pelo Bispo Grundvig, de uma rede de escolas superiores populares, de formação permanente, que estavam abertas aos jovens de todas as origens e de todas as profissões. Na prática, estas escolas interessavam sempre e assim segue, fazendo formação até nossos dias aos filhos e filhas do camponês médio. Sua pedagogia revolucionária anunciava em detalhe o modelo que seria utilizado um século mais tarde na França pela Juventude Agrícola Cristã (JAC). Este sistema de formação ainda que fosse de iniciativa privada, devia seu desenvolvimento ao ativo apoio do Estado e como prova disto, a partir de 1868, se implantou um sistema de bolsas de estudos para cursos de capacitação e, paralelamente, se organizou uma rede de escolas profissionais agrárias segundo os princípios anteriores, com a ajuda financeira do Estado.

3.5.2 As características da produção

A pequena exploração dinamarquesa, assim adotada, teve que enfrentar a crise agrária de 1880. Foi nessa crise que verificou-se as excelentes capacidades de adaptação e levou-se a adotar as características que a converteram em modelo, para as demais agriculturas européias.

Esta crise agrícola, que afetou toda a Europa, foi provocada pela influência nos mercados europeus de trigo americanos a preços muito baixos. Contrariamente, ao que

ocorreu na maior parte dos países europeus, entre eles a França, a solução protecionista foi rejeitada pelo Parlamento Dinamarquês em 1885, graças aos votos do partido de esquerda, Venstre, representante político do campesinato. Deste modo o campesinato se opõe aos desejos de sua antiga inimiga, a grande propriedade aristocrática vendedora tradicional de cereais, que através dos partidos políticos da direita reclamava uma tarifa protetora⁵⁰.

Com a ajuda do Estado, constituiu-se uma rede de seleção de reprodutores animais e técnicos em criação de gado, ganaderia, e foram colocados à disposição dos produtores⁵¹. Os campesinos comprovaram vantagem em poder adquirir cereais a baixo preço para transformá-los em produtos animais.

Evidentemente, tal produção excedia muito as necessidades internas do país, o que correspondia com uma orientação sistemática para a exportação. Tudo isto foi possível graças ao desenvolvimento precoce e rápido do cooperativismo impulsionado pelos agricultores organizados e, muito particularmente, pelos sindicatos do campesinato médio⁵² (*Landboforeninger*). Assim, desde 1850, havia se desenvolvido um sistema de crédito cooperativo; em 1882 fundou-se a primeira das cooperativas de transformação industrial as quais em 1886 eram em número de 176, e em 1900 já haviam alcançado a quantidade de 942 cooperativas, quando, praticamente cada povoado possuía a sua. Estas cooperativas foram as primeiras que fizeram a manteiga um produto de alta qualidade e susceptível de ser exportado, adquirindo todas elas um sistema de marca comum (*los lure*). Progressivamente, o cooperativismo foi introduzindo-se nas áreas de transformação e comercialização de

⁵⁰ O que ocorria era que o campesinato, desde a metade do século, havia reconvertido massivamente as produções animais intensivas: suínos, produtos lácteos, carne bovina e ovos, por ser mais vantajosas que os cultivos em pequenas superfícies ao possibilitar a obtenção de uma renda por hectare muito mais elevada.

⁵¹ Lei sobre Ganaderia de 1887 e Lei sobre Controle Veterinário em 1893. Entre 1870 e 1914, o número de vacas leiteiras duplicou, triplicou-se a produção de leite, a produção de manteiga quadruplicou e o número de suínos foi multiplicado por seis (TRACY, 1982, p.117 apud SERVOLIN, 1988, p.50).

TRACY, Michael. Agriculture in Western Europe. *Challenger and Response 1880-1980*. London, Granada. 2nd Ed., 1982

⁵² Na falta de uma denominação melhor, tal termo é utilizado para identificar uma Elite surgida do campesinato. Digamos que se trata da parte mais próspera do campesinato, aquela que está a todo momento melhor adaptada às variações da situação econômica e por isso a que se encontra em melhor disposição para responder às demandas da política agrária, para experimentar soluções novas, para investir, para arriscar (desde que os poderes públicos lhes dessem condições de estabilidade, nomeadamente de preços).

todos os demais produtos agrários, assim como, na área de abastecimento de meios de produção.

Um fato revela o grau de eficácia que alcançou rapidamente este sistema. No princípio, os produtores de suínos exportavam para a Alemanha a maior parte de sua produção em vivo. Porém em 1887, Alemanha, desejando desenvolver sua própria produção tributou os suínos dinamarqueses com tarifas exorbitantes. Em menos de oito anos, os produtores dinamarqueses se reconverteram totalmente, produzindo sucessivamente bacom para Inglaterra. Esta reconversão exigiu uma mudança completa do tipo de suíno criado, a criação de uma rede de matadouros industriais e de indústrias de transformação de produtos derivados, e a constituição de novas redes comerciais. Desde 1890, o novo sistema passou a funcionar e cinco anos mais tarde havia substituído por completo o antigo (SERVOLIN, 1988, p.51).

Assim, desde 1890, encontra-se na Dinamarca um tipo de agricultura totalmente nova e totalmente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo, baseada na existência de uma massa de população industrial urbana, na Alemanha e na Inglaterra, com rendas em ascensão e com aspirações de obter uma alimentação rica em produtos animais. Frente a esta demanda, organizou-se um setor produtivo, mesmo que, ou deve-se dizer porquê, com base na exploração individual, dedicou-se a uma produção em massa muito despreendida do valor de uso, inteiramente comercial e constantemente em busca de novas técnicas, que permitam baixar o valor e reduzir o custo dos produtos.

Paradoxalmente, pode dizer-se que foram as particularidades da situação do país que conduziram à gênese extremamente precoce de um dos princípios de política agrária que mais tarde seriam adotados em toda parte. Entre estes princípios, figurava, em primeiro lugar, a opção por uma agricultura de exportação. Resultado que era quase obrigatório para um país muito pequeno, desprovido de recursos naturais, que naqueles tempos eram indispensáveis para o desenvolvimento industrial para tentar obter alguma alternativa de sair de um ramo produtivo, totalmente negligenciado pelos grandes países industriais. Desde 1880, a Dinamarca, exportava entre a metade e dois terços de sua produção. O volume de produção e o nível de preços não tinham nada a ver com o estado de seus mercados internos.

O mercado estava unificado sob a égide de organizações criadas pelo cooperativismo. A exportação converteu a agricultura dinamarquesa de um assunto nacional em um assunto de Estado. Cada vez mais, essas organizações exportadoras expressavam para o mundo exterior ramos produtivos solidamente organizados verticalmente, que regulavam os mercados e os preços, praticando preços de precaução e produção orientada. No momento da grande crise de 1932, o Ministério da Agricultura reforçou o sistema com a criação de um Comitê de exportação, único para cada ramo, que integrava também a produção, a transformação e a exportação, e sua gestão seria, em 1950, entregue à “profissão”, agricultores organizados⁵³ (SERVOLIN, 1988, p.52-53).

A exportação contribuiu para impôr aos produtores agrários características modernas: uniformização dos produtos, padronização e especificações técnica e de qualidade precisa, e ao mesmo tempo, a individualização frente a eventuais concorrentes, por meio de uma política de marcas, etiquetas,... Em resumo, a exportação obrigou a Dinamarca a resolver com cinquenta anos de antecipação os problemas que surgiram em países como a França, a saturação do mercado agrícola. É a saturação sucessiva dos mercados, dos diferentes produtos, o que os unifica a nível nacional e lhes impõe uma regulação institucionalizada e que conduz, finalmente, a definir e a impor um modelo de produção e um tipo ideal de produtor.

Junto a esses fatores econômicos, comenta Servolin (1988, p.53-54), há de se contemplar outros relacionados com a particular situação política dinamarquesa que conferiu à sua política agrária algumas características institucionais, que posteriormente se generalizaram a outros países⁵⁴. Fato este, explica que as organizações profissionais agrárias fossem capazes de disciplinar o campesinato nesse conjunto muito unificado e impositivo de aparatos econômicos descritos anteriormente, e também, que sua ação e seu

⁵³ Em 1933, em plena crise, a Dinamarca inventaria quotas de produção agrícola: e com êxito. Pois, mesmo que sua produção de suínos, entre 1932 e 1934, tenha passado de 5,4 a 3 milhões de cabeças..., dobrou o preço do bacon.

⁵⁴ Assim, em 1872, a esquerda (o partido Venstre) havia conquistado a maioria na Câmara Baixa. Porém, a direita, da grande burguesia e dos grandes proprietários terratenentes, conservava o controle da Câmara Alta e da formação dos governos, o que possibilitava bloquear iniciativas legislativas dos representantes dos agricultores. Esta situação se prolongou até 1901, com o país acumulando fortes tensões políticas e mantendo os agricultores coesos em um bloco único, de espírito militante.

trabalho institucional, jamais se focasse na via parlamentar, e sim, preferentemente direcionada para um contato direto com a burocracia administrativa. Este último aspecto apresenta grande importância desde o ponto de vista ideológico destas organizações: autoriza apresentar o campesinato como uma força completamente distinta que fizera a si mesma, sem a ajuda do Estado ou de qualquer outro, pela simples força de sua estrutura democrática, um modelo de trabalho econômico e social, respeitando o liberalismo econômico mais ortodoxo⁵⁵.

3.5.3 A estrutura institucional da política agrária moderna

Na idéia de Servolin (1988, p.54-55), a composição do Conselho de Agricultura da Dinamarca expressa perfeitamente a maneira em que se institucionaliza a política agrária. Por um lado, se tem um aparato técnico-econômico, as cooperativas e as organizações setoriais, comitês de exportação, que adquirem cada vez mais importância e se incorporam ao Conselho, em 1961, com vocação de articular toda a produção e todos os produtores. Por outro lado, se teria o sindicato, organização essencialmente política que representava uma categoria muito precisa de agricultores e que dinamizava o aparato econômico, seja diretamente, como organização que participava na definição de seus objetivos, ou indiretamente, ocupando com seus militantes, os órgãos de direção, o conselho de administração, em todos os níveis das cooperativas e das organizações setoriais.

Convém deter-se neste modo de institucionalização da política agrária, já que nos demais países europeus, apesar das diversidades locais, levou-se a cabo um processo de institucionalização seguindo princípios muito semelhantes.

Deve-se lembrar sobre o campesinato médio, uma elite que contrariamente aos mitos democráticos, anima algumas organizações econômicas que tem vocação de

⁵⁵ Assim, no Conselho de Agricultura, que desde 1919 vinha representando oficialmente a agricultura dinamarquesa perante o Estado e a Administração, tem sido a Federação Dinamarquesa de Sindicatos Agrários (*Landboforening*), sindicato do campesinato médio, a única organização sindical que tem estado presente de forma continuada junto ao Comitê Central das Cooperativas.

incorporar a todos os produtores agrários. Entretanto, convém questionar-se sobre a natureza e o alcance de seu poder que, deste modo, se reconhece.

Primeiramente, precisa-se ver claramente qual é o seu poder na gestão econômica, que dentre sua competência é o menos garantido abrangendo uma pequena área de influência. De fato, ao nível das organizações de base – cooperativas e agrupações diversas, os dirigentes sindicais tem de ceder muito espaço para a tecnocracia dos diretores, engenheiros e gerentes. Assim mesmo, ao nível da gestão global é evidente que a *profissão*, agricultores organizados, se não está agindo por conta do Estado está em colaboração com os seus agentes e sob a sua autoridade, em função das necessidades da política e seu conjunto.

Em resumo, o único poder exclusivo que se reconhece a esta elite agrária é o que exerce sobre o conjunto dos próprios agricultores. A razão de ser desse poder, não é fácil de determinar. E, segundo Servolin (1988, p.56), reside em uma característica da agricultura moderna de pequena produção: este tipo de agricultura não contém um mecanismo de regulação da quantidade de mão-de-obra, nem tem capacidade para determinar e eliminar rápida e simplesmente do setor, o trabalho ou trabalhador que tenha deixado de ser socialmente necessário como consequência do aumento da produtividade. A independência do produtor e o fato de que ele seja muitas vezes o proprietário da terra, se opõe a ele. Além disso, a regulação dos mercados e o jogo das subvenções e bonificações, auxílios, fazem com que a avaliação da rentabilidade seja muito dependente das próprias medidas de política agrária.

É, portanto, particularmente eficaz e confortável para o Estado colocar a indispensável tarefa de adaptação contínua das estruturas produtivas nas mãos de uma elite agrária. Esta elite vê em seu poder, sobre a massa de agricultores, não um meio para mobilizá-la, mas o contrário, um meio para fazê-la aceitar de forma sossegada uma seleção pela via do mérito e para que esta massa lhe reconheça o direito a eleger a quem quer que seja digno de continuar sendo agricultor.

3.5.4 Características fundamentais da política agrária moderna

Deste modo, se constituiu o protótipo das políticas agrárias modernas com umas das características fundamentais que poderiam resumir-se nas seguintes:

- A produção agrícola baseia-se em uma exploração individual derivada da antiga agricultura camponesa (*campesina*), porém totalmente renovada pela liberação de suas potencialidades em relação ao desenvolvimento global das sociedades capitalistas. Esta característica se manifesta em sua plena integração com os mecanismos do mercado e em sua tendência a incrementar incessantemente as quantidades produzidas e a buscar sempre o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Ou seja, o próprio sistema estimula a unidade de produção para uma reprodução ampliada.
- Confere-se uma grande importância ao progresso técnico e a sua difusão entre os agricultores. É preciso ir criando progressivamente um potente aparato de investigação e de desenvolvimento. Os agricultores são enquadrados em uma rede cada vez mais densa de peritos e consultores que lhes oferecem modelos de desenvolvimento técnico.
- Tudo isso supõe também, a constituição de um sistema de crédito especificamente adaptado, geralmente de forma cooperativa, porém com intervenção estatal, concedido a juros baixos, por vezes, podendo ser gratuito.
- O tipo de exploração que se define e se promove, fundamenta-se cada vez mais próximo da produção pecuária intensiva, particularmente, na produção leiteira. O desenvolvimento da nova produção leiteira baseia-se na criação de uma poderosa indústria, e corresponde a uma mudança nas formas de comercialização e na composição das rações alimentares.
- A produção e os mercados estão cada vez mais regulados e planificados sob a égide do Estado que é apoiado pelas profissões organizadas (profissão), assim como, em indústrias agrícolas e de alimentos altamente concentradas, das quais uma parcela significativa tem o estatuto de cooperativa. Ou seja, a regulação estende-se verticalmente ao conjunto ou ramo de cada produto (*filière de produit*).

Apesar das particularidades de cada ramo da agricultura em termos de organização socio-económica e em termos de sua função, fornecer alimentos ao menor custo possível e garantir a segurança do abastecimento nacional⁵⁶, existe a preocupação pela sua participação no crescimento económico, desenvolvendo, por exemplo, suas capacidades de exportação e fazendo-a contribuir para o equilíbrio da balança comercial.

Tal como vimos anteriormente, fundamentado em Servolin (1988), a Dinamarca representou um avanço histórico na realização deste tipo de política agrícola. Mas, a Holanda (Países Baixos) logo seguiu por um caminho semelhante. Em trinta anos, os dois países tinham instalações para a produção, para as políticas agrícolas e instituições surpreendentemente semelhantes. No entanto, nos demais países da Europa Ocidental, o resultado foi variável. Dependendo da situação inicial e da maneira em que se haviam resolvido os problemas agrários no momento da dissolução dos regimes feudais. Poderia-se aludir ao caso da Alemanha na época da unificação do Império que se encontrou agrupando duas áreas pertencentes a dois sistemas agrários diferentes (dois sistemas de cultivo diferentes): a oeste, uma agricultura amplamente camponesa; a leste, o grande domínio prussiano. O mesmo aconteceu na Itália.

Isto explica que os já citados elementos componentes da política agrícola moderna aparecem em diferentes variações, segundo os países e segundo as regiões, apresentando significados, por vezes diferentes, e experimentando ritmos de desenvolvimento independentes.

Em nossos dias, vêm-se as políticas agrícolas destes países convergir para um modelo único. Foi então, que se acreditou que adotassem no âmbito da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), uma Política Agrícola Comum (P.A.C.). No entanto, deve ser reconhecido que o estabelecimento da PAC mais que constatar a convergência efetiva dos diferentes tipos de agricultura e de políticas agrícolas, estava destinada a acelerar sua performance. A convergência final situa-se numa fase de unificação dos mercados, de

⁵⁶ Aumentando a produtividade. Fornecer alimentos ao menor custo dentro do paradigma da preferência comunitária.

integração e de uniformização das economias dos países interessados. Tudo isto, para Servolin (1988, p.58-59), parece dar um forte argumento à tese que atribui uma importância de primeira ordem às determinações econômicas das políticas agrárias.

3.5.4.1 Países europeus: fortes particularidades nacionais

No espaço que se dispõe nesta reflexão, não é possível trazer o panorama completo das agriculturas dos países da Europa ocidental. Anteriormente, falou-se que estes pertencem a um mesmo tipo geral que repousa na exploração individual de superfície média e de caráter intensivo. As características geopolíticas de cada um dos países, sua história, suas estratégias econômicas, tem contribuído a dar a suas agriculturas e a suas políticas agrárias fortes particularidades nacionais. Baseando em Servolin (1988, p.143-147), vejamos alguns exemplos e uma breve caracterização das razões da PAC.

A Grã-Bretanha e a Alemanha dispõem de grandes metrópoles industriais e de escassos espaços agrícolas de boa qualidade. Desde o século XIX, são grandes importadores de produtos agrícolas. Entretanto, os dois países têm administrado esta situação de forma bem diferente. Enquanto a Grã-Bretanha, desde a Segunda Guerra empregou uma política sistemática de desenvolvimento da produção agrária metropolitana, mantida até os dias atuais – uma política que contou com estruturas de produção favoráveis: as explorações eram grandes e não havia população em excesso; a intensificação e a modernização técnica foram ativamente estimuladas, criando um sistema de gestão dos mercados consistente em manter sobre os mercados de consumo produtos, a preços baixos, mediante o recurso às importações, e em garantir, ao mesmo tempo, preços bem remuneradores aos agricultores nacionais⁵⁷. Já, a Alemanha, até a última Guerra, a agricultura estava formada por duas zonas distintas. A Oeste, uma agricultura individual muito semelhante a da França, com explorações menores e um nível técnico de intensificação um pouco mais elevado; a Leste, uma agricultura dominada pelos grandes

⁵⁷ Cada vez que um agricultor vendia seu produto a um preço (baixo) do mercado, recebia do Estado um *deficiency payment* de quantidade igual a diferença entre este preço e um preço objetivo (elevado) fixado a cada ano mediante negociação entre o Estado e as organizações profissionais (*profissão*).

domínios prussianos, produtores de cereais. As duas agriculturas nunca foram suficientes para alimentar um país de forte dinamismo demográfico. Daí vem uma tradição de política agrária que se esforçava sempre em melhorar o grau de autosuficiência nacional mediante uma política de preços altos para os produtores.

Os Países Baixos adotaram desde o final do século XIX, um modelo de agricultura totalmente orientado para a exportação que lembra fielmente o que havia sido praticado meio século antes, na Dinamarca. Este modelo funciona desde sua origem baseando-se em pequenos e médios produtores de alto nível técnico e fortemente organizados sob a égide do Estado. De forma mais completa que a Dinamarca, estes países optaram por transformar em produtos animais - produtos lácteos e suínos, os cereais e outros produtos forrageiros, adquiridos com o preço mais baixo possível, nos mercados mundiais. Uma potente organização comercial e portuária lhes permite colocar estes produtos⁵⁸ mais baratos e a disposição dos produtores, cujos custos de produção tem sido sempre entre os mais baixos da Europa.

Por último, a Itália pertence a uma tradição agrícola bem diferente dos outros países europeus. Nas planícies do norte, encontram-se grandes explorações capitalistas de um tipo que não tem equivalente nos países da Europa Ocidental. Uma grande parte do Sul tem sido vítima do latifúndio e fechada pelos níveis do subdesenvolvimento. No resto do país existiu sempre uma agricultura de exploração pequena e mediana do tipo individual. Em resumo, por razões derivadas tanto de suas estruturas agrárias como de suas condições naturais e climáticas, a Itália tem sido, e segue deficitária, em produtos animais e cereais, porém tem desenvolvido uma notável capacidade de exportação de produtos hortofrutícolas e de vinho.

Assim, dos países da Europa ocidental que iniciaram o processo de integração no final dos anos cinquenta, três eram grandes importadores de produtos agrícolas, tanto animais, como vegetais (Alemanha, Grã-Bretanha e Itália), e o quarto (Países Baixos) era grande exportador de produtos animais, porém importador de cereais. Todos pareciam possuir perspectivas promissoras para a agricultura francesa que possuía as terras de cereais

⁵⁸ Cereais e outros produtos forrageiros.

mais extensas da Europa Ocidental e que também podia converter-se em grande exportadora de animais na condição de que fosse capaz de alcançar rapidamente os níveis de produtividade holandeses.

No começo dos anos cinquenta, terminada a reconstrução pós-bélica os países europeus teriam que optar por uma estratégia de crescimento. Duas correntes se enfrentaram. Por um lado, a do comércio livre preconizava uma redução geral das produções nacionais e a constituição de um grande mercado atlântico sob a direção dos Estados Unidos; por outro lado, os defensores de um “modelo europeu” pensavam que a Europa ocidental deveria constituir um pólo de crescimento autônomo e integrar nele as economias nacionais mantendo certa proteção do espaço econômico assim integrado contra a concorrência externa, particularmente contra os Estados Unidos. A racionalidade subjacente ao modelo europeu em contraposição ao modelo do comércio livre era federalista, tendo como objetivo a integração européia e para muitos a construção da nação européia. Esta atitude encontrava forte apoio nos meios políticos continentais tanto democratas-cristão, como socialistas; porém era repelida pela Grã-Bretanha, a qual não quis unir-se à experiência. O Tratado de Roma de 1957 foi firmado, como se sabe entre Seis⁵⁹.

O Tratado previa a criação de um Mercado Comum Agrícola e a elaboração de uma Política Agrícola Comum (PAC). O fato é que se pretendia liberar os intercâmbios entre os Seis e unificar os mercados, não havendo razão para fazer uma exceção para os produtos agrícolas. Contudo, sabe-se que em todos os países membros o funcionamento da agricultura, a gestão dos mercados e os preços eram objeto de medidas de intervenção complexas por parte dos Estados, já que se tratava de mercados deficitários ou excedentários⁶⁰.

⁵⁹ Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos (Holanda).

⁶⁰ Se se quisesse constituir um autêntico mercado agrícola comum, era necessário que uma organização específica fosse encarregada de administrar as medidas de intervenção necessárias para alcançar estes objetivos.

Curiosamente, foram os (*gaullistas*) franceses⁶¹, após a chegada ao poder, no final dos anos cinquenta, que apesar do horror que lhes causava a idéia de supranacionalidade, exerceram obstinada pressão sobre os parceiros europeus para que se instaurasse a PAC e as instituições comunitárias correspondentes. A isso, deve-se a vontade de garantir que a Alemanha ficaria firmemente ancorada à *Europa Europeia*, consequência do medo crescente de um duelo com a mesma e desviando-a das tentações do comércio livre atlântico e do entendimento direto com os Estados Unidos.

Para manter a Alemanha no marco dos Seis, era necessário aceitar a competência hegemonia/superioridade de sua indústria. Mas, esta confrontação só seria suportável se fosse compensada por um Mercado Comum Agrícola que proporcionasse pontos de venda importantes para a agricultura francesa a preços remuneradores e que permitiria ao Estado liberar em boa parte da necessidade de apoiar a agricultura e aliviar os encargos que pesam sobre a indústria. Desta forma, a França assegurava duas vantagens: de um lado, uma contrapartida econômica com a abertura econômica de suas fronteiras para a indústria alemã, e exigia; e de outro lado, a constituição de um centro de decisão comunitário que vinculava institucionalmente a Alemanha, com os Seis.

Internamente, a PAC, por sua vez, foi um meio para justificar os esforços exigidos aos agricultores e um meio de ganho de todos eles, com a perspectiva de um mercado ilimitado, sobretudo a partir do momento em que fosse pronunciada a palavra preferência comunitária, que lhes prometia estender sua produção ao conjunto do mercado dos Seis. Durante alguns anos, as diversas instituições comunitárias colocaram-se em funcionamento e os três princípios da PAC, unidade do mercado e dos preços e preferência comunitária, funcionaram satisfatoriamente.

Em resumo, o Mercado Comum agrícola continua existindo, mas para que sobrevivam os princípios do mercado único e do preço único tem sido necessário aceitar de forma indireta uma nova separação do mercado e uma diferenciação dos preços. A questão que se coloca é: Por que os países membros se matém fiéis a esta PAC que atende bem a

⁶¹ (Corrente nacionalista francesa criada pelo General De Gaulle que lhe deu o nome)

todos, mas que também é, no entanto, fonte de dificuldades, de crises e de contínuos desacordos?

Conforme Servolin (1988, p.150), ao menos duas razões apontam para a continuidade da PAC. Primeiro, é que a PAC constitui um instrumento relativamente cômodo de utilizar, por cada Estado membro, em suas relações com as organizações agrárias nacionais. Embora, atualmente, os Estados desenvolvam, de fato, políticas nacionais próprias mal coordenadas com as de seus sócios, estas políticas são de algum modo transformadas por pertencerem formalmente à PAC, numa espécie de absolutismo, que os Estados impõem a seus agricultores como se eles tivessem impostos previamente a eles mesmos.

A segunda razão, sem dúvida a mais importante, a existência da PAC obriga aos Estados membros a definir uma unidade monetária européia, o que os leva progressivamente a criar um sistema monetário europeu. Tal sistema obriga-os a uma gestão ajustada de suas respectivas moedas. Concordar-se que uma solidariedade monetária responda aos interesses de todos num atual momento de crise, é evidente que a PAC, enquanto existe, lhes proporcionará a oportunidade concreta de dar a esta gestão coletiva, um caráter de estabilidade, de precisão, de rigor, que não daria, se ela não existisse.

3.6 As políticas agrárias não européias: a América Latina, o MERCOSUL e a tentativa de integração econômica⁶²

⁶² A integração econômica pode ser definida como o processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento dos fatores de produção e da criação de instituições que permitam a coordenação, ou unificação, de políticas econômicas em uma região geográfica contígua ou não. Este tema, em torno da economia da integração, remonta ao período de formação de alguns Estados nacionais, tais como Alemanha e Itália, no século XIX.; assim como das questões levantadas nesta discussão foram relevantes em períodos anteriores, em especial entre os séculos XVI e XVIII, como consequência do fim do feudalismo e da difusão de políticas mercantilistas nas economias nacionais européias (GONÇALVES, 1998, p.81-82).

Enquanto que no caso europeu, acima citado, estratégias de crescimento liderado pela ação do Estado dependeram da capacidade deste em financiar sua intervenção econômica e ainda da dimensão do mercado doméstico para viabilizar uma escala mínima de produção compatível com os objetivos almejados, para a grande maioria dos países subdesenvolvidos o mercado doméstico e os recursos disponíveis para a ação do Estado era limitados. Nesse contexto, a integração econômica entre países em desenvolvimento seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que seria irrealizável nas dimensões de pequenas economias periféricas.

Tais razões levaram Prebisch e os economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a defender a necessidade de integração das economias latino-americanas. Assim, em 1957 o Comitê de Comércio da CEPAL criou um Grupo de Trabalho para o Mercado Regional Latino-Americano. Em 1960 foi assinado o Tratado de Montevideú, criando a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC)⁶³. Ainda na década de 1960, vários outros tratados de integração econômica de inspiração teórica similar foram assinados na América Latina e Caribe. Esse período foi um dos mais ativos na tentativa de criar um sistema que viabilizasse a integração regional (GONÇALVES, 1998, p.85).

Portanto, os objetivos de integração propostos nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra eram entendidos por seus formuladores como instrumento político para construção de estratégias regionais de desenvolvimento econômico e de construção de vantagens competitivas. Embora a criação de comércio em decorrência de reduções tarifárias fosse o principal objetivo da integração, esta era vista como uma forma de ampliar a escala de produção para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que não era possível de ser viabilizada no espaço econômico de cada país isoladamente. Era um projeto político com implicações econômicas e não um *second best* para negociações bilaterais. De acordo com Gonçalves (1998), esta afirmação é verdadeira não apenas para os

⁶³ Ratificada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

fracassados projetos de integração latino-americanos, mas também para a bem sucedida experiência européia. Por exemplo,

Paul-Henri Spaak, político, socialista e estadista belga, em 1964, afirmou que: “aqueles que formularam o Tratado de Roma... não o imaginavam como essencialmente econômico; eles o pensavam como um primeiro estágio para a união política”. Nesta mesma perspectiva, Walter Hallstein, o primeiro presidente da Comissão da CEE – Comunidade Econômica Européia, afirmou: “Nós não estamos integrando economias, nós estamos integrando políticas. Nós não estamos apenas compartilhando o mobiliário, nós estamos construindo uma nova casa e melhor” (GONÇALVES, 1998, p.85).

A integração européia imaginada na década de 1950 era limitada à Europa ocidental, forjando-se no contexto político e econômico da Guerra Fria⁶⁴. O processo de integração européia evoluiu desde a década de 1960, de preocupações centradas principalmente em questões comerciais para questões de coordenação e integração de políticas públicas e estímulo à formação de redes e outros processos de integração informal (WALLACE, 1990 apud GONÇALVES, 1998, p.86), para tentar ir adiante na busca de um modelo de integração compatível com os desafios enfrentados por essa região. Na América Latina, ao contrário, as tentativas de integração econômica iniciaram na mesma época, do processo de integração europeu. Foram incapazes, até meados da década de 1980, de criar um modelo estável de formação de uma simples área de livre comércio. A liberalização comercial na América Latina não ocorreu após um processo de integração comercial bem-sucedido no continente, mas precedeu a recentes experiências de integração sub-regional (GONÇALVES, 1998, p.86).

Uma possível explicação para o fracasso dessas políticas é o fato de que os Governos latino-americanos viam seus mercados domésticos como um ativo estratégico e seus vizinhos latino-americanos como concorrentes no fornecimento de produtos primários ou processados para um mercado internacional. Nesse sentido, mecanismos empreendidos pela Listas Nacionais de Concessões e Listas Comuns (LNCLC) foram pouco eficientes, na

⁶⁴ Em sua essência havia uma relação ambígua e mal definida da solidariedade Atlântica. Além de almejar tornar-se um parceiro equivalente em poder político e econômico em relação aos EUA, a Europa também almejava reconstruir-se como grande potência, liberando-se da pressão soviética, no oriente, e da tutela norte-americana, no ocidente (WALLACE, 1990, p.2 apud GONÇALVES, 1998, p.85). WALLACE, William (Org.). *The Dynamics of European Integration*. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1990.

medida em que os Governos dos grandes países relutavam em oferecer vantagens a vizinhos que consideravam mais concorrentes que parceiros.

O ressurgimento das experiências de integração econômica na América Latina e, em especial o Tratado de Assunção⁶⁵ que iniciou o processo de integração dos países do Cone Sul, devem ser analisados dentro do contexto das grandes reformas econômicas empreendidas pelos países da região. Entretanto, a seguir, apresentam-se algumas breves reflexões a respeito do Tratado que estabelece o MERCOSUL.

O Tratado de Assunção não pode ser comparado com o Tratado de Roma. Este inspira-se na Convenção Benelux, complementada pelo protocolo de Haia que instituiu a união aduaneira entre Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. O MERCOSUL, tal como a Benelux, não tem instituições supranacionais, mas sim intergovernamentais. A Convenção Benelux objetivava a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e também aproximar as políticas econômicas e sociais.

Assim sendo, o grande desafio do MERCOSUL é conseguir ultrapassar os limites estreitos da integração comercial coordenando as estratégias de desenvolvimento dos países da região e articulando o processo informal de integração ao processo formal. A construção dessa nova área econômica comum passa pela discussão das estratégias para que a região seja fortemente articulada por seu comércio regional, mas também assente como pólo de atração de investimento e base produtiva para exportação de bens e serviços para a economia mundial (GONÇALVES, 1998, p.96).

3.7 Considerações ao capítulo 3

⁶⁵ O Artigo Primeiro do Tratado de Assunção estabelece que o MERCOSUL tem por objetivo: “A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercado e de qualquer outra medida equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços alfandegários, de transportes, e comunicações e outras que se acordem – a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

Conforme a introdução fez-se breve análise do tipo político na intenção de entender os princípios que regem os processos da tomada de decisão relacionada com a política agrária, e neste capítulo 3 procurou-se descrever elementos teóricos para a tese, a partir de uma revisão da literatura, as chaves explicativas de por que a política agrária é como é, e de como se aplica da forma como a conhecemos, assim como, se fez uma análise política comparada da política agrária, elementos que a conformam e a questão do enquadramento.

Foram apresentadas considerações que podem conduzir à perspectiva de análise e interpretações diversas, tanto quanto a origem e importância da pequena exploração de caráter familiar, quanto na caracterização e contextualização de conjunturas que possam indicar melhores possibilidades de sucesso das políticas agrárias para regiões superavitárias, deficitárias ou menos favorecidas.

Quanto a política agrária moderna, aspecto macro, remeteu-se à questões de enquadramento necessários para que a exploração do tipo familiar possa reproduzir-se, aspecto micro – graças ao desenvolvimento de estratégias e cooperativas lideradas por agricultores organizados e seus sindicatos e instituições, assim como, ações empreendidas pelo Estado para a inserção deste modelo de agricultura, que se impõe como forma de (re)produção adaptada às exigências da sociedade capitalista no que diz respeito ao setor de produção de alimentos⁶⁶.

Há séculos, a agricultura de tipo individual tem garantido segurança alimentar e diversificação de consumo às populações, assim como, o surgimento de novas necessidades e mercados. Num contexto de integração econômica a estratégia para alcançar um mercado unificado é possível sob a égide de organizações criadas pelo viés do cooperativismo, da organização e da posição estratégica dos seus atores. Logo, tal abordagem pode ser aplicada

⁶⁶ Uma vez que a exploração familiar é incapaz de acumular capital de forma autônoma, o desenvolvimento desta agricultura, para reproduzir-se, necessita de ajudas públicas de diversas formas e modalidades. Por isso, há séculos, em todos os países onde predomina esta forma de produção agrícola, um conjunto de instituições, cujas formas são específicas ao setor agrário (cooperação, mutualismo, sindicalismo, administração pública) vem se constituindo progressivamente – aparato de enquadramento técnico, social e econômico (princípios característicos do enquadramento alcançados pelo Governo em suas políticas direcionadas à agricultura familiar).

ao posicionamento estratégico descrito nos estudos de caso apresentados nesta tese, onde alguns atores locais adotaram alternativas de (re) produção e de gestão em busca de sua (re) inserção e de alcance de algum mercado para seus produtos, em contextos de existência de políticas públicas específicas. E, a partir deste conjunto de constatações, parte-se para compreender as políticas públicas em sua especificidade e aplicabilidade, na tentativa de elucidar a natureza e a função da relação que une a agricultura e o Estado, considerando-se que esse sistema é funcional e adequado aos pressupostos fundamentais do sistema social global.

No próximo capítulo, continua-se a falar de Estado, economia e agricultura. No contexto de política agrária sob a égide do Estado em tempos de globalização, a influência da economia – o mercado, o recorte analítico “território” é alternativo na contraposição local – global, como para considerar todas as especificidades locais e culturais. Ou seja, o território se conserva como o cenário comum dos valores sociais que formam consenso, marca identidade e solidariedade. Território, como um conceito que pode ser utilizado independente da globalização. Pois, ao menos tem mobilizado a geografia humana, a antropologia, a arqueologia, a sociologia e a economia, entre outras áreas do conhecimento que foram vistos muito antes de se falar em globalização.

4 POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se a questão da globalização, do processo de desenvolvimento e da inserção da agricultura *vis-a-vis* elementos que tem conformado a evolução e a reestruturação da agricultura. Após falar-se de globalização, caracterização e gênese, impactos, mudanças e a questão do Estado-nação, descreve-se algumas noções de território que permitem uma perspectiva de análise que considera a composição e a complexidade do mundo rural. Apresentam-se, considerações em torno de elementos que podem favorecer o processo de desenvolvimento rural.

4.1 Globalização

O verdadeiro nome da globalização é mundialização do capital; um processo de desenvolvimento do capitalismo mundial que possui algumas características particulares e que não pode ser confundido com a expansão do mercado mundial ou de outras fases de desenvolvimento do capitalismo moderno. Falar de mundialização do capital é referir-se a um regime de acumulação que se caracteriza pela predominância hegemônica do capital financeiro, a globalização financeira na dinâmica da acumulação de riqueza capitalista (MACHADO, 2003, p.13).

Em primeiro lugar, pelas suas próprias características de privilegiar os agentes financeiros em detrimento do crescimento econômico e da produção sob a promessa de uma suposta modernização, tendo dessa forma, o impacto direto no mundo do trabalho e na produção, contribuindo para o aumento do desemprego estrutural e das formas de precarização do estatuto salarial da força de trabalho. Em segundo lugar, por acirrar uma lógica intrínseca à própria modernização capitalista o processo de financeirização tende a

ser: seletivo, excludente e desigual, pois passa a selecionar países, regiões e setores da economia que lhe interessam à rentabilidade líquida e segura. Em terceiro lugar, a crescente mundialização do capital explicita sua face mais áspera na sua incontornabilidade como processo sócio-metabólico atingindo a modernidade capitalista. Sobre esse conceito, a globalização pode ser vista como resultado histórico da derrota política dos trabalhadores em seus pólos mais organizados e da ofensiva do capital nos vários campos da vida social. Tal incontornabilidade do capital financeiro pode ser vista também, como a perda de controle dos agentes sociais (MACHADO, 2003. p.13-14).

Entretanto, neste ambiente de predominante descontrole os países e regiões que tem obtido melhores resultados na economia nos últimos anos foram aqueles que conseguiram com maior eficiência, dirigir e controlar políticas públicas externas que beneficiassem seus interesses, priorizando seus atores locais no processo de desenvolvimento econômico. Conforme Machado (2003, p.15), “a decisiva capacidade de controles de alguns atores em tal cenário é, portanto, elemento chave para se entender o desenvolvimento desigual, fragmentado e contraditório que se observa hoje nos diferentes locais”.

Nesta parte da tese, no âmbito do Projeto ALFA II-0541-FA (*Europe Aid Co-operation Office*) – Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional (ReDeTIR) enfatiza-se que se está dando andamento a uma série de estudos considerando os desafios para o desenvolvimento territorial, que tem emergido das dinâmicas geradas pelos processos de integração regional conjugados com a consolidação da globalização, e de fenômenos associados às complexas relações entre o global e o local, numa perspectiva comparada entre MERCOSUL e União Européia.

Nuestras investigaciones y reflexiones se inscriben en la problemática general en torno a la globalización y el desarrollo territorial en el marco de los procesos de integración. Las mismas abarcan espacios regionales que experimentan dinámicas de cambio de naturaleza diferente, lo que permite un análisis comparado que enriquece nuestros estudios y perspectivas sobre dichos fenómenos. Por un lado, en la zona central del MERCOSUL se abre una problemática de integración en un espacio regional transnacional. Este vasto territorio conformado por el Uruguay, las provincias vecinas de Argentina y los Estados sureños de Brasil, tiende a convertirse en un foco económico y político de envergadura. Por otra parte, el conjunto de regiones del sur de la Unión Europea, a pesar de no conformar un espacio regional único, resulta relevante desde el punto de vista de la dialéctica

espacio regional – espacio comunitario. Además, ambas regiones si bien tienen niveles de urbanización relativamente altos y una red de ciudades intermedias, en términos territoriales se caracterizan por la presencia de una agricultura empresarial de corte productivista fuertemente integrada en los complejos agros alimenticios. A su vez, en ambas áreas se mantiene en forma significativa una agricultura familiar de la cual depende en parte importante la vitalidad y la sustentabilidad de los territorios rurales y su integración en las dinámicas globales (RIELLA⁶⁷, 2006, p.7-8).

Considera-se que, os estudos sobre globalização apresentam vastas perspectivas de interpretações e carácter multifacetário das transformações observadas relacionadas com as diferentes associações entre mudanças globais e consequências locais. Conforme Machado (2003, p.39), “a palavra globalização converte-se num termo adequado para designar de forma mais geral a uma força que atua em diferentes dimensões, superior a vontade dos atores individuais ou coletivos locais”. Cabe nesse espaço esclarecer um pouco mais sobre este termo e sua relação com a perspectiva analítica apresentada.

Este processo de mudança tem sido modificado ao longo do tempo e adquirido diferentes significados. Conforme afirma Sztompka (1995), as sociedades antigas vivenciaram um completo mosaico de unidades sociais que viviam frequentemente isoladas e eram extremamente diversificadas. Haviam múltiplas entidades políticas separadas que iam desde as hordas, as tribos, os reinos, os impérios, até a forma relativamente recente de dominação que são os Estados-Nação. Haviam economias independentes, fechadas, autárquicas e também variadas culturas indígenas que conservavam sua identidade única. A sociedade atual apresenta um quadro completamente diferente (SZTOMPKA, 1995, p.111-112). Neste ínterim, houve enorme processo de mudança cujos pontos de intersecção, contato e ruptura local estão descritos ao longo da história da humanidade.

Por outro lado, Moreira⁶⁸ (2006, p.17) descreve que,

Globalização é um conceito recente e polissêmico que, mau grado o vastíssimo e sempre crescente acervo bibliográfico que lhe é dedicado, está longe de se poder

⁶⁷ Coordenador Geral do Programa ALFA II-0541-FA / Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional (ReDeTIR) para a América Latina. Professor e investigador do Departamento de Sociologia de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UDELAR), Uruguay.

⁶⁸ ReDeTIR. Professor no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

considerar consolidado e de aceitação universal. Neste texto globalização é entendida como o resultado de um processo dialético e desigual de compressão do espaço e do tempo⁶⁹ que envolve um sistema de forças muito diversificadas. Forças econômicas, sociais, políticas, ideológicas e até religiosas que, desde as últimas três décadas do século XX, vêm modelando e remodelando a divisão internacional de trabalho, favorecendo a acumulação de capital e promovendo a homogeneização dos comportamentos e dos consumos humanos ou a elas se opõem (MOREIRA, 2006, p.17).

Nesta perspectiva, no centro da globalização está o capital financeiro internacional⁷⁰ que desenvolve estratégias para adaptar os padrões de acumulação a condições geoeconômicas e geopolíticas em mudança acelerada num ambiente econômico de crescimento do poder de compra de parte significativa dos países e populações diretamente envolvidas pelos fenômenos acima descritos. Conforme Moreira (2006), embora a globalização tenha ambição planetária tem tudo há ver com os países da tríade EUA, Europa Ocidental e Japão, deixando muitas áreas e populações mais pobres como meros sujeitos passivos ou completamente a parte das manifestações econômicas do fenômeno.

Sobre esta problemática da globalização, apresenta-se uma interpretação dos processos de ampliação dos mercados mundiais que deram forma à globalização atual e estabeleceram suas regras. Entretanto, é possível substituir o acerto político que criou este estilo de globalização por outro (ou políticas) que oriente o aumento da integração entre as sociedades do mundo em torno dos objetivos de equidade social, para solução de problemas nacionais que hoje aparecem como sem solução (MOREIRA, 2006, p.17).

Conforme RIELLA (2006), esta reflexão

... busca ser un aporte a la reflexión sobre dichas políticas para alentar a que sean diseñadas con un abordaje interdisciplinario que considere el desarrollo territorial como una construcción social fortaleciendo las instituciones, las acciones colectivas, la gestión participativa e el fomento ciudadano sobre los territorios menos favorecidos por las dinámicas económicas globales (RIELLA, 2006, p.13).

4.1.1 A gênese da globalização econômica

⁶⁹ No sentido de Giddens (1992). GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1992.

⁷⁰ Entendido em sentido lato como o conjunto das empresas transnacionais e as instituições financeiras com dimensão e âmbito de atuação transnacional.

Conforme apresentado por Moreira (2006), para entender a dimensão econômica da globalização tal como a conhecemos na atualidade, deve-se levar em consideração os fenômenos de *agency* que passaram a existir pela conjugação de vários fatores. *Agency* entendida como o resultado da ação política em grande parte determinada por uma agenda ideológica que, também ela, resulta de fenômenos de *agency*⁷¹.

Na gênese desse processo, de um lado assumem papel determinante certos fenômenos no âmbito do político e do ideológico, os quais estão na base da ideológica neoliberal, e de outro lado, estão considerações geopolíticas ligadas a interesses hegemônicos⁷².

Conforme descrito por Moreira (2006, p.18-19), a agenda ideológica neoliberal resulta de fenômenos de *agency*, decorrentes da ação de influentes grupos de reflexão que, ao longo dos anos, foram capazes de desenvolver uma ação persistente de estudo teórico, pesquisa empírica e propaganda, revelando resultados eficientes. Tais grupos de reflexão envolvem acadêmicos de reputação, capitalistas com vocação filantrópica ideologicamente orientada que os financiam, políticos influentes que vão desde jovens promissores até os que ocupam cargos de dirigência e que também canalizam verbas estatais para esses fins ou os que se fazem ouvir pela opinião pública, ou mesmo proprietários ou diretores de órgãos de comunicação e influentes jornalistas. Em resumo, individualidades que além de serem capazes de financiar esses grupos de reflexão (*think tanks*), sua influência na opinião pública os transformam em fazedores de opinião pública (*opinion makers*) com presença constante nos órgãos de comunicação social, muitas vezes, a eles ligados por formas contratuais ou outras.

⁷¹ Fenômenos de *agency* que configuram exemplos de *organized agency* ou o resultado de atos conscientes e deliberados em contraponto à *spontaneous agency* (MOREIRA, 2006, p.18).

⁷² A respeito disso, conforme Moreira (2006, p.18), mesmo aceitando-se a posição de Wallerstein (2001) sobre a forte diminuição do poder que vem ocorrendo desde os anos 50 do século passado, defende-se que os EUA são a potência hegemônica. A supremacia militar e o peso, determinante, dos EUA nas organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou até mesmo a OCDE reforçam esta tese. Mesmo que necessitando do suporte das outras economias desenvolvidas, os EUA, detém a liderança no centro do G7, o fórum onde acontece grande parte da política econômica internacional e o sentido da globalização acaba por ser determinado.

Em termos geopolítico, apresenta-se a posição convergente dos críticos de esquerda ao afirmarem que a globalização seja uma nova roupagem do imperialismo americano ou a posição de observadores do *establishment* americano. O antigo secretário de estado americano Henry Kissinger afirmou tratar-se de uma nova palavra para caracterizar o papel dominante da América no mundo ou mesmo Lawrence Summers, responsável do Tesouro na administração Clinton (e atualmente no governo de Barack Obama) que afirma “a nossa ideologia, o capitalismo, está em ascensão em todo o lado”. Defende que é do interesse para a segurança da América assegurar-se que todos os países seguissem o globalizador Consenso de Washington⁷³ (LAXER, 2003, p.138-139).

No entanto, esta visão é bem restrita, pois mesmo que seja importante o impulso dado à globalização pelos EUA, o fenômeno não é eminentemente americano. Assim como, não se aceita a idéia de que não importa a nacionalidade da origem das transnacionais só pelo argumento que é o capital global o dinamizador da globalização. Entretanto, numa posição intermediária defende-se que a globalização decorre da relação dialética do capital com os diferentes estados-nação onde aos aspectos estruturais inerentes a essas relações se juntam as contingências consequentes de contextos diferenciados e dos fenômenos de *agency* que acabaram por se revelar determinantes para iniciá-lo na globalização.

Outra perspectiva de análise para abordar a globalização é desenvolvida por Rodrik (2002, p.1), naquilo que define como trilema político da economia global, descrevendo que o sistema estado-nação, políticas democráticas e integração econômica total não são compatíveis. Segundo o autor, a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida ao mesmo tempo em que a democracia garanta que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes) e não se abdicando da autodeterminação que se exprime através dos Estados-nação. E, que não é possível assegurar simultaneamente essas três condições, uma vez que seguir a direção de

⁷³ Consenso de Washington que impõe aos países dependentes a receita da liberalização, da privatização e da desregulação e como corolário a exigência de equilíbrio orçamental, da chamada verdade dos preços e da recusa de subsídios estatais para os mais desfavorecidos, embora não se oponha à concessão de apoios estatais para atrair o capital global.

mercados globais sem governança global é insustentável. Quanto muito, para diferentes situações assegura-se que ocorram no máximo duas destas condições (ou pólos) do trilema.

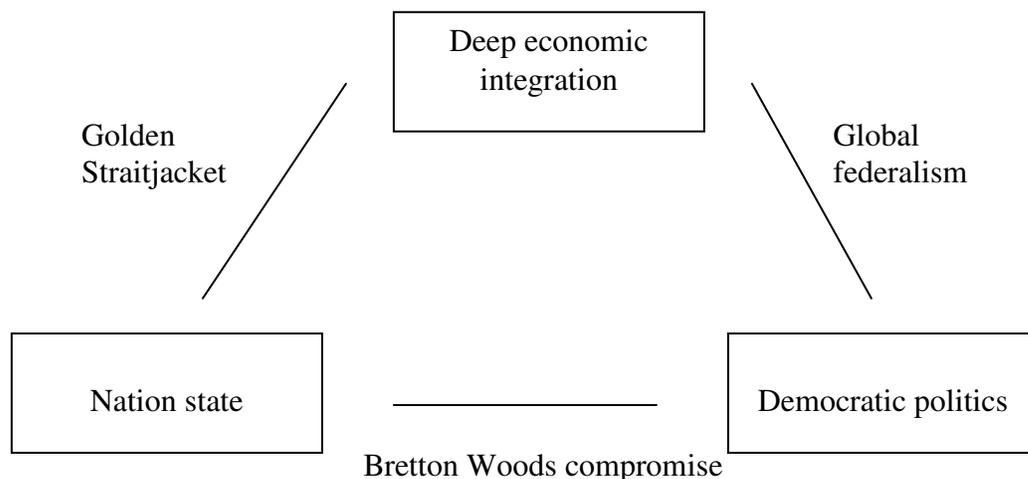


Figura 3: *The political trilemma of the world economy*

Fonte: Rodrik (2002, p.25).

Satisfazer os três pólos ao mesmo tempo, levaria a uma situação extrema que mais pareceria de ficção científica. Numa exemplificação apresentada Rodrik (1998, p.1-2), vê-se: numa economia mundial completamente integrada economicamente teríamos uma situação em que o preço da mão-de-obra seria aferido pelos salários de Shenzhen (China), o preço do dinheiro seria fixado em Wall Street e a fiscalização determinada pelos padrões das ilhas Caimão. Situação que, por mais que sejam poderosas as forças globalizadoras não parece viável num horizonte temporal de médio prazo⁷⁴, mostrando-se claramente incompatível com os processos democráticos correntes e com a manutenção de uma ordem mundial baseada em Estados-nação soberanos e independentes.

Importa esclarecer que se a hegemonia ideológica neoliberal pode legitimamente ser considerada como condição necessária para a globalização que conhecemos, não pode ser apresentada como condição suficiente. Uma vez que outras condições são necessárias e levadas em consideração, tais como, condições materiais - como o desenvolvimento das

⁷⁴ Médio prazo no sentido de Keynes, para quem no longo prazo estaremos todos mortos.

tecnologias de transporte, da logística e principalmente a revolução nas tecnologias de informação (CASTELLS, 2003, p.306; MOREIRA, 2006, p.20). As condições materiais acabam por determinar a rapidez e o alcance da globalização, mas só mostram efeitos práticos a partir do momento em que a situação amadurecer até um ponto em que ao nível da ação política os decisores governamentais sob pressão do capital internacional, conseguem passar as mudanças que criaram as condições de exequibilidade do processo globalizador. Ou seja, o entendimento é de que na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas. Decisões que puseram em marcha um processo que inaugura outra fase do capitalismo mundial⁷⁵. Aspectos que apresentam mudanças tanto qualitativas quanto quantitativas no panorama do capitalismo mundial, justificando a variada produção teórica sobre um novo conceito para delas dar conta, a globalização (MOREIRA, 2006, p.20-21).

Importa nessa gênese, um processo que ao longo dos anos a indispensabilidade da intervenção do Estado na economia ao estilo keynesiano não questionado desde a grande depressão foi substituída pela retórica da recusa dessa intervenção⁷⁶.

4.2 Globalização e agricultura

Como disse Moreira (2001),

Uma vez referidos os traços mais salientes do processo da globalização e do seu significado, importa relacioná-lo com a evolução da agricultura e dos regimes alimentares por forma a tentar compreender melhor o impacto do fenómeno globalizador no que respeita à evolução da agricultura (MOREIRA, 2001, p.73).

Em um nível abstrato e global, pode-se interpretar a evolução da agricultura como resultado de movimentos plurifacetados com características e ritmos desiguais onde para além da racionalidade própria dos agentes econômicos é essencial considerar a ação do

⁷⁵ Fase caracterizada, entre outras, pela mudança dos modelos de organização das empresas (crise do modelo fordista e emergência do pós-fordismo); pela liberalização do comércio internacional; pelo crescimento do investimento direto no estrangeiro; pelo surgimento de um verdadeiro mercado financeiro globalizado caracterizado pela liberdade dos movimentos de capitais, bem diferente dos mercados financeiros do passado.

⁷⁶ Conforme Moreira (2006, p.24), diz-se retórica porque o capital não deixa de exigir a intervenção estatal sempre que dela necessita. Como foi amplamente documentado na resposta à crise financeira de 2007/2008.

Estado, entendido aqui no sentido mais lato. Onde, por ação do Estado entende-se não só a que deriva dos governos dos Estados-nação, mas também os resultados das regulamentações emanadas de formas de poder supranacionais como acontecem no caso da União Européia ou resultante de acordos internacionais, tantos os meros acordos bilaterais como aqueles que decorreram ou decorrem de negociações no seio do GATT e/ou Organização Mundial do Comércio ou mesmo os da ação de agências internacionais (MOREIRA, 2001, p.73).

Tal perspectiva plurifacetada de se encarar a evolução da agricultura decorre de uma precaução metodológica que Manuel (2001), interpreta como forma de evitar a ênfase na lógica interna dos processos de evolução tantas vezes sobrevalorizada dando o devido valor a influencia de fatores externos dessa evolução, que alias, se vem intensificando com a globalização. Então, para além da atenção à lógica interna, à atividade agrícola de característica essencialmente microeconômica será também considerada a influência externa, claramente de nível macroeconômico. Influência decorrente das relações com os outros setores da atividade econômica localizados no interior dos diferentes espaços nacionais justificando que se procure articular a descrição da evolução com o fluxo das relações econômicas internacionais fortemente condicionadas por considerações geoestratégicas. Fluxo que, mais do que o mero resultado do comércio internacional supostamente livre e neutro, há que atender que ele próprio está profundamente dependente de decisões de políticas comerciais em estreita articulação com as políticas internas das principais potências econômico-agrícolas, especificamente os EUA e a União Européia. O que quer dizer que a evolução da agricultura sofre fortemente a influência das políticas agrícolas dos diversos países, assim como, com a influência das políticas comerciais das grandes potências.

Resulta então, que a evolução da agricultura dos países pobres e dependentes tende a ser um tanto condicionada por determinantes externas, imposições das potências dominantes, enquanto que nos países industriais mais ricos as condicionantes da evolução têm sido histórica e tradicionalmente mais dependentes de determinantes internas. Ou seja, a história da evolução da agricultura nos países industrializados é uma coisa, enquanto nos

países pobres, em especial nos que conheceram passado colonial, é outra muito diferente e mais condicionada por influências externas.

Na percepção de Moreira (2001, p.74), nos países industrializados e mais ricos foram essencialmente determinantes econômicas internas, principalmente as estritamente econômicas em íntima ligação com as políticas agrícolas nacionais que deram a tônica à evolução⁷⁷. Mesmo que, obviamente, esta tenha sido influenciada com mais ou menos intensidade pelo que se passa no mundo, em especial, o comportamento dos mercados e a ação das políticas no âmbito nacional das potências concorrentes, somente no contexto da globalização é que as determinantes decorrentes da dinâmica global emergem como elemento cada vez mais importante. Enquanto que, por sua vez, os países pobres de economia mais debilitada e com políticas internas menos eficazes têm estado sujeitos aos efeitos combinados e por vezes contraditórios das políticas de assistência externa das potências dominantes e da ação das muitas agências de desenvolvimento, sobretudo do Banco Mundial, FMI, PNUD e FAO.

4.3 Da globalização ao território

À oposição local – global, as noções de território e de globalização são antagônicas e por isso mesmo complementar e inseparável. A globalização caracteriza um movimento planetário que alcança todas as dimensões da vida, não somente econômicas, mas a vida social e cultural. Em suas expressões mais temíveis é um movimento totalizador que ameniza todas as especificidades locais e culturais (LINCK⁷⁸, 2006, p.107). E, é a partir desta visão, das pressões que envolvem a globalização, que se apresenta um questionamento em torno da apropriação dos territórios.

Conforme Linck (2006),

⁷⁷ Ou comunitárias no caso dos países da União Européia.

⁷⁸ ReDeTIR e INRA – Systemes de Décision pour le Développement. 20250 CORTE, Francia.

El territorio se desdibuja en contraste de este panorama sombrío. Se nos pinta con todos los atributos emblemáticos de la resistencia y de la nostalgia. El territorio se vuelve símbolo y lema, es una promesa, una respuesta y un recuerdo: el territorio es lo que la globalización no es, es todo aquello que la globalización amenaza y destruye: por esas razones, el territorio no puede ser otra cosa que el producto antitético de la globalización (LINCK, 2006, p.107).

Baseado na descrição apresentada por Link (2006, p.108-109), tudo isso é demasiado simples: o território é algo mais do que uma simples antítese. Por outro lado, a globalização exerce um efeito perverso. Mas, além de suas expressões concretas difunde largamente ao longo do planeta novas expressões do mundo e das dinâmicas sociais que prosperam da ilusão neoliberal. Certamente, hoje em dia, predomina o sentimento de que em um mundo imperfeito dificilmente pode esperar-se que a concorrência e o mercado gerem virtudes, prosperidade e justiça social. O mercado, agora, desperta menos expectativas que dúvidas e fatalismo: mas, goste-se ou não, o mercado existe. As quedas das grandes instituições e as debilidades dos Estados nacionais confirmam esta evidência: o mercado convertido no principal, senão o único dispositivo de regulação econômica. Esta evidência e esta renúncia, apresentam um consenso perverso: se o mercado domina a economia, é de vital importância dissociar a construção das eleições coletivas – ou seja, o político – da esfera da economia. E, reciprocamente se unem em uma mesma postura, dois pontos de vista radicalmente opostos. De um lado, se considera necessário dissociar ambas as esferas para preservar o mercado e a economia da ingerência dos políticos (o princípio de eficiência segundo o ponto de vista liberal). Por outro lado, a dissociação é necessária para proteger os espaços políticos da influência do mercado (ponto de vista radical). Que se trate de fatalismo, de convicção, de renúncia ou de resistência, se assume uma separação tangente entre o econômico (o que remete e/ou se abandona às forças do mercado) e o político (no âmbito da concertação e da expressão cidadã). De um lado, está o que se supõe procedente do cálculo e do interesse privado, e do outro, o que remete aos valores superiores de solidariedade e de cidadania⁷⁹.

⁷⁹ Naturalmente, esta representação se sustenta em uma visão bastante aquém do que é a economia e que tendemos a repensar. Acima de tudo legitima um despojamento de capacidades: o cidadão não tem porque – nem pode – opinar sobre a produção de riquezas, sobre o seu equilíbrio entre os diferentes componentes da sociedade, sobre os fluxos de investimentos (e da própria idéia de planejamento econômico), sobre as contradições entre capital e trabalho e justiça social... Neste sentido a globalização instrui a uma diluição da própria essência do debate político: a negação da globalização é política (LINCK, 2006).

Esta dimensão, em parte, explica a reinvenção dos territórios.

Si el territorio es lo que la globalización no es y si la globalización es el imperio del mercado, entonces el territorio tiene que excluir los principios de cálculo y de interés individual que sustentan el racional choice de los economistas liberales (LINCK, 2006, p.109).

Se não alcança uma posição de destaque, o território se conserva como o cenário comum dos valores sociais que formam consenso, marca identidade e solidariedade. Percebe-se como um espaço de dimensões humanas com características comunitárias onde predomina a confiança e o interconhecimento e que não há contradições relevantes para o acesso às riquezas e o controle dos processos produtivos.

O território tem as noções de participação, de consertação, de adesão, de coesão social e sua confusão com as ambiguidades que a “boa governança” sugere. Tal representação do território é útil para dar ênfase nas ambiguidades do termo e evidenciar algumas de suas “armadilhas”. Território é um conceito que pode ser utilizado independente da globalização. Ao menos tem mobilizado a geografia humana, a antropologia, a arqueologia, a sociologia e a economia, entre outras áreas do conhecimento, que foram vistos, muito antes de se falar em globalização.

Conforme Link (2006, p.110-111), a construção desta interpretação movimentava algumas referências. Afirmar que território não deve ser confundido com a noção de espaço ou de área decorre de uma evidência. O território é um espaço com personalidade própria que nenhuma lei geométrica permite entender⁸⁰. Também é uma evidência afirmar que o território é uma construção social: o território tem história, uma identidade e é precisamente isso que o enfoque territorial permite entender. Em primeiro lugar, o território é um espaço

⁸⁰ Intuitivamente, parte-se do raciocínio de que o território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão que se coloca é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço.

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder por certo número de pessoas para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde se originara o poder (*potestas in populo* sem um povo ou um grupo não há poder) desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDDT, 1985, p.24 apud SOUZA, 1995, p. 80).
ARENDDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

apropriado: reconhecer as formas dessa apropriação, entender as modalidades de sua legitimação e identificar os seus beneficiários lança algumas dificuldades. Lógico, mas nem por isso evidente que tanto a apropriação como a construção do território são coletivas: produzir um território não é obra de apenas um indivíduo isolado, sim de um grupo, mesmo que seja um pouco difícil de identificar. Daí surge outras perguntas: Como se constrói o coletivo? Não dependerá do compromisso do indivíduo com o grupo e/do tipo de apropriação do território e da forma que se define os direitos individuais de acesso ou de uso? Tantas perguntas não tardam em confundirem-se umas com as outras num momento em que se assume que o território é a vez do cenário e do objetivo da ação coletiva. Ajuda o entendimento de que o território focaliza simultaneamente relações de competência e de cooperação, que é objeto de conflitos que são revolvidos e superados na construção da solidariedade e/ou da hierarquia. É neste ponto que o território pode tomar seu sentido de patrimônio coletivo que se mobiliza em um processo de produção da sociedade. É precisamente em torno do manejo e das modalidades de apropriação deste patrimônio que têm sentido as interações e as contradições entre territórios e globalização.

O território se projeta na história como um espaço onde há construções institucionais: há uma exigência de ruptura com o universo unidimensional do intercâmbio mercantil, do cálculo e do interesse individual. É um recurso produtivo, manejado e valorado coletivamente, portanto, há exigência de uma gestão social que remete para critérios e estratégias que nenhuma regra natural nem princípio superior permitem entender. Esta definição leva ao debate da construção das decisões coletivas e do manejo de recursos compartilhados. O território, ao mesmo tempo em que é objeto de conflitos e de rivalidades entre usuário, conforma a substância de um projeto coletivo. Falar de território e mais ainda, em relação à globalização, implica em quebrar um consenso: temos que ultrapassar a dissociação entre economia e política enfatizando o fato de que a construção e avaliação dos territórios estão na interseção de ambos os campos (LINK, 2006, p.111).

Conforme Abramovay (2007, p.1), a noção de território favorece o avanço dos estudos rurais, pelo menos em quatro dimensões:

a. Abandona-se um horizonte estritamente setorial – sob o ângulo operacional, ruralidade tornando-se uma categoria territorial cujo atributo decisivo está na organização de seus ecossistemas, na densidade demográfica relativamente baixa, na sociabilidade de interconhecimento e na sua dependência com relação às cidades; sob uma perspectiva teórica territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Os estudos rurais puderam beneficiar-se das contribuições neo-marshallianas, sobretudo, de economistas italianos (por exemplo, Becattini) e franceses (Requier-Desjardins e Bernard Pecquer) que abordaram a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação do ambiente que permitiu o desenvolvimento de algumas regiões italianas⁸¹.

b. A segunda virtude da noção de território é impedir a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento. Por exemplo, a pobreza passa a ser encarada como um fenômeno multidimensional. A abordagem territorial, além disso, exige a análise de instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada, não se tratando apenas de examinar como se formam e como podem ser reduzidos os custos de transação, e sim de abordá-los sob um ângulo histórico e a partir da influência que sobre eles exercem as forças sociais que os constituem (NORTH, 1991, p.97-98; NORTH, 1994, p.362-363).

c. Sendo assim, o estudo empírico dos atores⁸² e de suas organizações é crucial para a compreensão de situações localizadas. Já que um dos principais problemas das organizações territoriais de desenvolvimento em meio rural é a

⁸¹ Mesmo que a experiência italiana, evidentemente, não possa ser transportada para outras regiões, seu estudo contribui para realçar o papel dos atores e das organizações no processo de desenvolvimento – daí, conforme Abramovay (2007, p.2) se coloca ênfase em dimensões subjetivas da interação e que resultou na idéia de regiões de conhecimento (OCDE, 2001a), cidades de aprendizagem (2001b) e territórios inteligentes (BEDUSCHI e ABRAMOVAY, 2004).

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Perspectives Territoriales de l'OCDE – Économie Territoriale*. Paris, 2001 a.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Cities and regions in the new learning economy*. Paris, 2001b.

⁸² É claro que esses atores que provêm de vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas.

sua dificuldade em ampliar sua composição social além da presença dos representantes da agricultura (perspectiva setorial), processos de cooperação entre municípios podem ser um meio de atenuar tal propensão a adquirir, na prática, um perfil de caráter setorial. A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo de mecanismos de governança pública em torno à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento em volta da pergunta: são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas regiões respectivas?

d. O território dá ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos. Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação – a questão multidisciplinar.

Uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial deve levar em conta alguns elementos⁸³ que podem favorecer o processo de desenvolvimento. Ao abordar a perspectiva do papel das regiões no processo de desenvolvimento o território surge como recurso analítico que estabelece um diálogo multidisciplinar legitimando sistemas de produção territoriais que consideram a geografia (na perspectiva do uso de espaço e poder), a economia espacial (localização das atividades e organização social) e a nova economia institucional (organização social, história e cultura) (SOUZA, 1995, p.82-84).

A organização passa a ser tratada como alternativa que os atores escolhem para sua coordenação alternativa ao mercado. Embora toda organização pressuponha conflitos ou racionalidades múltiplas⁸⁴ sua instrumentalização se dá através de associações (que minimamente resolvesse os conflitos), regras e instituições que o estruturaram, regras de religiões, valores; condutas implícitas que se passam na memória – embora não se tenha

⁸³ Organização, instituições, externalidades positivas, práticas participativas, uma sociologia do desenvolvimento focada no ator.

⁸⁴ Racionalidade limitada: nós não temos a mesma informação a respeito de tudo.

nada escrito as pessoas continuam produzindo ou tendo certos costumes há tempos – o saber fazer, coordenações de ações, dispositivos cognitivos coletivos. Enfim, no estudo de caso apresentado no capítulo seguinte, através de um processo organizativo poder-se-á identificar o posicionamento estratégico assumido pelos diversos atores e agricultores ao adotar alternativas de desenvolvimento e de (re) produção num contexto em que estavam em situação de descapitalização, perda de capacidade de articulação, produção e comercialização de seus produtos, assim como, o risco de sua própria subsistência.

Há também a necessidade de um conjunto de instituições vinculadas entre si que se dediquem ao fomento da atividade da região considerada⁸⁵. Instituições públicas como Governos locais, instituições educativas como ensino técnico e instituições privadas como associações de produtores, organismos consulares, etc. Esse ambiente de colaboração, difusão de informação técnica ou de mercado propiciado por fazer parte de uma história comum entre os atores comprometidos com essas dinâmicas, principalmente laços culturais e comportamentos comuns. Processos históricos que até podiam se referir a uma história industrial ou econômica, mas também a uma história política ou religiosa.

Por outro lado, o caso do modelo italiano⁸⁶ original resultou duas características chaves para o êxito do processo de “*clustering*” a decidir a competitividade destes sistemas. A primeira característica facilita a repartição de recursos dentro do cluster

a existência de externalidades devidas a proximidade geográfica das empresas: mercados acessíveis de mão-de-obra qualificada e de insumos especializados, facilidade de difusão das inovações técnicas e de mercado, redução dos custos de transação devido a confiança existente entre os atores do sistema local (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.6).

⁸⁵ Desde o final dos anos setenta, economistas neo-marshallianos (por exemplo, Becattini, 1979) haviam ressaltado o papel da proximidade geográfica vinculada a uma proximidade social e organizacional, tratada para compreender as dinâmicas de desenvolvimento industrial que se conhecia em vários países determinados territórios. Existindo nestes distritos um ambiente de competência-colaboração-empréstimo de mão-de-obra ou capacidade produtiva e prática dentre si de subcontratação. Estes comportamentos procuravam maior flexibilização produtiva alcançando um grau de variedade dos produtos propostos, o que caracterizou a chamada especialização flexível (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.5).

BECCATINI, Giacomo. Dal settore industriale al distretto industriale. *Rivista de economia e politica industriale*. v.5, n.1, 1979.

⁸⁶ Veja a Nota de rodapé nº 81.

A segunda característica favorece a criação dos ditos recursos e promoção de inovação.

A importância da ação coletiva a nível local para antecipar as atividades do *cluster*, desenvolver a capacitação de mão-de-obra, a promoção de seus produtos e difusão do conhecimento técnico (REQUIER-DESJARDINS, 1999, p.7).

A eficiência dos *clusters* ou sistemas produtivos locais se deve não só ao baixo nível dos custos de transação devido à externalidades de proximidade, mas sim a uma perspectiva dinâmica sobre o vínculo entre território e inovação propiciado por processos de ação coletiva.

Refletir sobre o desenvolvimento nos remete às práticas participativas da sociedade civil *vis-a-vis* a problemática e as políticas de promoção do desenvolvimento. Conforme Bandeira (1999), a participação da sociedade civil guarda especificidades em âmbito tanto territorial quanto temático.

Em âmbito territorial, tais práticas participativas referem-se a espaços sub-regionais, ou seja, espaços intermediários entre o estado e o município, em que não se encontram instâncias político-administrativas correspondentes. Em âmbito temático, buscam promover não a implementação de ações específicas ou setorialmente bem delimitadas, mas, ao contrário, a articulação social em caráter permanente, visando influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional (BANDEIRA 1999, p.4).

Nos últimos anos, as principais instituições internacionais⁸⁷ de promoção e financiamento do desenvolvimento têm incorporado práticas participativas às suas rotinas operacionais. No Brasil, cada vez mais é aceita a idéia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem participação mais efetiva e direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas. Enfoque que, em parte, é fruto do processo de democratização do país, e por outro lado, se deve a uma nova abordagem que tem predominado no contexto internacional.

⁸⁷ Banco Mundial, Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID), United Nations Development Programme (UNDP).

Para Bandeira (1999, p.7), o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem em caráter permanente a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural tem sua origem relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais – concepção dos destinos dos espaços rurais e as políticas a ele destinadas, por outro lado, isto acontece num momento histórico marcado por um realinhamento e ampliação dos instrumentos tradicionais do desenvolvimento.

Entretanto, falar sobre essa abordagem do desenvolvimento rural nos leva a considerar o que North (1990, p.3 e p.99) trata, respectivamente, como instituições e a *path of institutional change* – a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações dos indivíduos e organismos sociais, uma vez que esta direção tenha sido adotada – uma dependência de caminho que considera a importância da aprendizagem gerada por dinâmicas de longo prazo⁸⁸.

Segundo North (1990, p.3; 1991, p.97)⁸⁹,

Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic.

⁸⁸ Embora cada indivíduo seja um ser único, todos os indivíduos são ligados por alguma coisa em comum – valores, moral, cultura – que tem uma dependência ao longo da história. A chave para concluir a história é o tipo de aprendizado que o indivíduo numa sociedade adquire através do tempo. A transmissão do estoque acumulado de conhecimento ao longo do tempo lembra o termo *Path dependence*. Conforme North (1994, p.364), o termo é usado para descrever a força da influência do passado no presente e no futuro.

⁸⁹ As instituições são a regra do jogo na sociedade, ou mais formalmente, são constrangimentos humanamente inventados que moldam a interação humana. Conseqüentemente, elas estruturam incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. A mudança institucional molda os caminhos das sociedades evoluindo através do tempo e a partir daí a chave e o entendimento da mudança histórica.

Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change (NORTH, 1990, p.3).

Conforme enfatiza North (1991, p.97)⁹⁰,

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order or reduce uncertainty in exchange (NORTH, 1991, p.97)

Já Nuijten e Appendini (2002, p.87) apresentam uma reflexão ao concluir pesquisa sobre o papel das instituições em contextos locais:

Al tener como objetivo ciertas instituciones u organizaciones específicas dentro de programas y proyectos de desarrollo, es importante una aproximación abierta y flexible que tome en cuenta las iniciativas locales, y que además contemple los grupos e intereses diversos, dando lugar a espacios amplios de negociación abierta e inclusiva. En esta perspectiva es importante definir las áreas, formas y niveles en que puede llevarse a cabo la intervención, ya que las instituciones se componen de diversos elementos a distintos niveles que van desde la comunidad y la aldea hasta las instancias gubernamentales y la legislación nacional. Así, las acciones a nivel local pueden articularse con programas públicos amplios, como programas educativos masivos, que en última instancia pueden ser medios para el “empoderamiento” de los grupos más pobres y una estrategia general para ampliar su participación en los ámbitos institucionales y organizativos locales (NUIJTEN e APPENDINI, 2002, p.87).

A análise anteriormente apresentada por Nuijten e Appendini (2002, p.87), de alguma maneira lembra a leitura da Sociologia do Desenvolvimento numa perspectiva centrada no ator de Long (2007, p.43), onde:

Una ventaja del enfoque centrado en el actor es que se empieza con el interés de explicar las respuestas diferenciales a circunstancias estructurales similares, aun cuando las condiciones parezcan más o menos homogéneas. Así se asume que los modelos diferenciales que aparecen son en parte creación colectiva de los actores mismos. Sin embargo, los actores sociales no deben figura como simples categorías sociales incorpóreas (basadas en la clase o algún criterio clasificatorio), o destinatarios pasivos de la intervención, sino como participantes activos que reciben e interpretan información y diseñan estrategias en sus relaciones con los diversos actores locales, así como con las instituciones

⁹⁰ As instituições são constrangimentos criados que estruturam a interação política, econômica e social. As instituições consistem de dois tipos de constrangimentos – formais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e instituições informais (constituições, leis e direitos de propriedade). Durante a história, instituições têm sido criadas por iniciativas humanas para garantir a ordem ou reduzir a incerteza nas trocas.

externas y su personal. Las sendas precisas del cambio y su importancia para los implicados no pueden imponerse desde fuera, ni pueden explicarse por los mecanismos de alguna lógica estructural inexorable⁹¹ (LONG, 2007, p.43).

Long (2007, p.46), afirma que os estudos nutridos pela perspectiva do ator tendem a enfatizar a racionalidade discursiva dos atores a custa da sua consciência prática. Onde a racionalidade não é uma propriedade dos indivíduos e sim de discursos disponíveis que formam parte do entorno cultural da prática social. Refere-se que a construção de agencia segue as concepções de racionalidade, poder e conhecimento que são culturalmente variáveis e não podem ser separadas das práticas sociais dos atores.

Como referenciado anteriormente, os conceitos orientados ao ator aspiram encontrar espaço para uma multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas, incluindo os associados com vários modos de instrumentalismo. A importância relativa destas diversas idéias, sentimentos e maneiras de atuar, para dar forma aos componentes sociais e para provocar a mudança, só podem evoluir num contexto único e dependerá de uma multiplicidade de componentes interconectados de recursos sociais, culturais e técnicos. Por outro lado, um ponto conceitual e chave para a discussão em torno da sociologia do desenvolvimento na perspectiva centrada no ator é a questão da agencia. Onde, muitos autores têm retrocedido para reconsiderar a natureza essencial e importante da “agencia humana” cuja noção “metateórica” está no coração de qualquer paradigma revitalizado do ator social e forma o eixo ao redor do qual giram os “planteamientos” que intentam reconciliar as noções de estrutura e ator (LONG, 2007, p.48).

Em geral, conforme Giddens (1984⁹², p.1-16) apud Long (2007, p.48), a noção de agencia atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida. Dentro de limites de informação e outras restrições (por

⁹¹ Como está implícito en el modelo de “periferia desarticulada” de De Janvry (1981) apud Long (2007, p.43): “para un conocimiento más amplio de la postura crítica de la “lógica del capital” en el enfoque de De Javry y su argumento de que el Estado actúa como un instrumento para resolver las crisis de acumulación capitalista”. DE JANVRY, Alain. *The agrarian question and reformism in Latin America*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1981.

⁹² GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: An Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.

exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores⁹³ sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. Intentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor e em certa medida estão em torno de suas próprias ações, observando como outros reagem à sua conduta e tomando nota das várias circunstâncias contingentes.

La agencia está encarnada en las relaciones sociales, y solo puede ser efectiva a través de ellas. No sólo es el resultado de poseer ciertos poderes persuasivos o formas de carisma; la habilidad de influir en otros o dejar pasar una orden – por ejemplo, para conseguir que los otros acepten un mensaje particular – descansa sobre todo en “las acciones de una cadena de agentes, cada uno de los cuales “traduce” [el mensaje] de acuerdo con sus proyectos”, y “el poder se forja aquí y ahora enrolando a muchos actores en un esquema político y social dado” (LATOURE, 1986⁹⁴, p.264 apud LONG, 2007, p.50).

Em outras palavras, segundo Long (2007, p.50), a *agencia*, (e o poder) depende de modo crucial do surgimento de uma rede de atores que devem ser parcialmente envolvidos em um “projeto” de alguma outra pessoa ou pessoas. A *agencia*, então, implica a geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos (como demandas, ordens, bens, instrumentos e informação) através dos pontos nodais de interpretação e interação. Desta forma, é essencial tomar conta das maneiras como que os atores sociais se comprometem ou são envolvidos em debates, acerca da atribuição de significados sociais a eventos particulares, ações e idéias.

No espaço geográfico a ação de políticas públicas pode ser traduzida pela ação do ator. Deve-se considerar a importância do ator na questão da ação política. Pois, a política pública não pode ser boa se não houver a participação dos atores locais na sua implementação. Implícito, nessa perspectiva, está a emergência da sociedade civil com o desenvolvimento como emergindo das localidades – idéia chave para um processo de

⁹³ O conceito de ator não deve ser usado para denominar coletividades, aglomerações ou categorias sociais que não tem maneira de discernir para formular ou levar a cabo as decisões (HINDESS apud LONG, 2007, p.49).

HINDESS, Barry. Actors and Social Relations. In: WADELL, M. I. and TURNER, S. P. (eds). *Sociological Theory in Transition*. Boston, MA: Allen and Unwin, 1986.

⁹⁴ LATOUR, Bruno. The Power of Association. In: LAW, John (ed.). *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* London, Boston and Henley: Routledge and Kegan Paul, 1986.

desenvolvimento endógeno, onde os grupos locais tem alguma solução a partir de seus valores e capacidade de inovar – como base para se pensar a heterogeneidade.

4.4 Considerações ao capítulo 4

Neste capítulo, apresentou-se considerações em torno da questão da globalização e agricultura, assim como, alguns elementos que tem tido presença e que parecem caracterizar melhores condições e bem estar ao longo do processo de desenvolvimento, evolução e reestruturação da agricultura. Quanto à questão território, tal opção permite uma perspectiva de análise que considera a composição e a complexidade do mundo rural. Apresentou-se também, considerações em torno de elementos que podem favorecer o processo de desenvolvimento rural.

Estabeleceu-se o quadro teórico, a partir do qual estuda-se uma abordagem que intenciona explicar a mudança social, econômica, política, cultural e o processo de desenvolvimento de influência local em meio rural. Os capítulos anteriores introduzem conceitos e debates teóricos conduzindo progressivamente à definição da alternativa de análise. Introduziu-se a noção ou perspectiva território por forma a poder reter a especificidade dos espaços sociais tidos como rurais. No capítulo seguinte, procurar-se-á colocar a análise da mudança nos lugares ou territórios com características rurais no contexto das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais das localidades apresentadas considerando a transição e a reestruturação rural, local.

No capítulo 5, ensaia-se a abordagem analítica proposta e a partir da perspectiva da sociologia econômica apresenta-se o estudo de caso como o método que parece mais apropriado para aceder o processo de mudança, onde será tratado para em cada localidade. A partir da escolha e caracterização dos estudos de caso que tratam sobre os aspectos particulares dos seus contextos, assim como, o tratamento de informações dos recolhimentos empíricos realizados, serão analisados para que as considerações teóricas possam ser melhores compreendidas e justificadas.

5 ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO QUE PERMITEM TRANSAÇÕES NO MERCADO

Conforme a abordagem analítica sugerida, a partir da economia política crítica e de história agrária identificando elementos que potencializam o processo de desenvolvimento e seguindo o método mais apropriado para explicar o processo de mudança, o estudo de caso, neste capítulo adota-se, predominantemente, a perspectiva analítica da Sociologia Econômica “que como se sabe, é um campo do conhecimento que pretende investigar os fenômenos econômicos utilizando-se de instrumentos e abordagens da sociologia”⁹⁵. De acordo com Steiner (2006), o objetivo mais específico da sociologia econômica é analisar a construção social das relações de mercado, e a origem histórica social dos fenômenos econômicos. Portanto,

Embora ambas tomem os fenômenos econômicos por objeto, a Sociologia Econômica se diferencia da Economia em vários aspectos, mas especialmente na abordagem e na metodologia. Enquanto na Economia domina a análise abstrata formal, na Sociologia a abordagem histórica, empírica e o método indutivo são aplicados de maneira generalizada (STEINER, 2006, p.x).

Desta forma, explicando a noção de como as relações sociais contribuem de maneira decisiva para a criação e a evolução das instituições e das relações mercantis, será tratado

⁹⁵ Conforme Ricardo Abramovay, Ana Cristina Baga Martes e Maria Rita Loureiro Durand, em sua Apresentação à Edição Brasileira de *La sociologie économique* de Philippe Steiner (A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006).

para, em cada localidade, caracterizada nos próximos itens deste Capítulo 5, especial atenção às estratégias ou ações desenvolvidas ou não, para alcançar mercados para os produtos da pequena propriedade familiar.

Prosseguindo, é importante referenciar o que escreve Granovetter (1990), ao caracterizar sua sociologia econômica, o que, posteriormente, ele denominou como a Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER, 1985; PEIXOTO e MARQUES, 2003). Ou, nas palavras de Peixoto e Marques (2003, p.4), a tese da incrustação (*embeddedness* ou empoderamento, como também é referenciado em outros autores):

Minha sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontrolável; elas são construídas socialmente (GRANOVETTER, 1990⁹⁶, p.95-96 apud STEINER, 2006, p.27-28).

Por fim, conforme explica Steiner (2006), ao se referir a Granovetter (1990),

A sociologia econômica não pretende, obviamente, recusar categoricamente a teoria econômica; nem pretende, menos ainda, considerá-la como uma ciência definitiva que não deixa dúvidas, dado que seus princípios explicativos são muito parciais para isso. A sociologia econômica busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor para os fatos econômicos do que a explicação fornecida pela teoria econômica (STEINER, 2006, p.28).

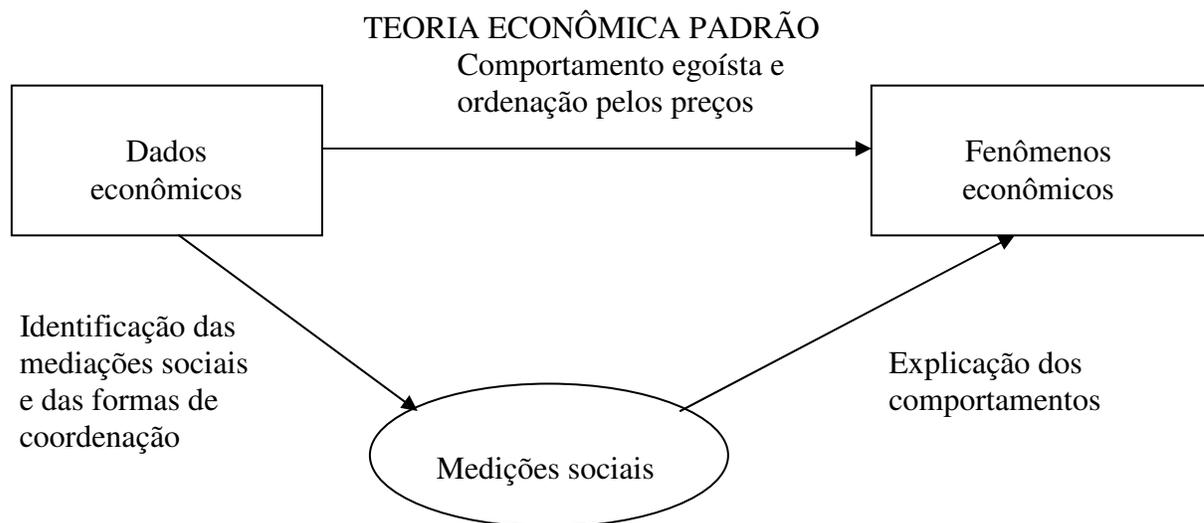
Assim como, a contribuição da sociologia econômica clássica, a nova sociologia econômica deixa claro que a gerência mercantil pelos preços é insuficiente para explicar o funcionamento do mercado, sendo então necessário introduzir as instituições e as diversas formas de comportamento social na análise da articulação entre os atores no mercado – confiança, redes e capital social (STEINER, 2006, p.36; PEIXOTO e MARQUES, 2003, p.5-6, p.16).

⁹⁶ GRANOVETTER, Mark. The old and the new economic sociology. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A. F. (Ed.). *Beyond the marketplace*. Aldine de Gruyter, 1990.

Ora, com a contribuição da sociologia econômica trata-se de descrever de maneira empiricamente sólida os dispositivos e os comportamentos sociais que atuam nessas formas de articulação que cercam a transação mercantil – no estudo da transação mercantil, na caracterização das interações vê-se que se aceita colocar as ciências da gestão no interior da reflexão econômica (a sociologia econômica se encontra muito próxima desta ciência da ação organizacional); da reflexão sobre a ação coletiva (HATCHUEL, 2000), ao enfatizar a importância do trabalho concreto de configuração do mercado. Então, o mercado é um *mercado de encontro*, no sentido de que, as interações concretas entre os indivíduos estão no centro dessa iniciativa (STEINER, 2006, p.37).

Por outro lado, a sociologia econômica procura elaborar proposições teóricas a respeito destas formas de articulação que permitem as transações no mercado. Elaborar uma abordagem teórica original que leva em conta as relações sociais e os dispositivos sociais nos quais estas relações podem se travar. Dispositivos de natureza variada que intervêm juntamente com comportamentos egoístas para explicar o que se desenrola no mercado construído como um fato social (STEINER, 2006, p.38; PEIXOTO e MARQUES, 2003, p.43).

Na Figura 4, na perspectiva de Steiner (2006), observa-se a maneira de proceder da sociologia econômica, comparativamente com o procedimento utilizado pelos economistas.



SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Figura 4: A *démarche* da sociologia econômica

Fonte: Steiner (2006, p.43).

Na busca por uma definição de mercado pode-se dizer que a nova sociologia econômica encara o mercado de uma forma plural. Nesta perspectiva, obviamente, os mercados não são claros nem evidentes e que sua dinâmica é fruto de relações sociais complexas, permanentemente trabalhadas e redefinidas. Na sociologia econômica o mercado é um conceito plural que muitas vezes carrega uma multiplicidade de sentidos que podem acabar por limitar seu potencial analítico.

Ao mesmo tempo, o mercado é um local onde ativamente se promovem trocas de índole econômica, uma forma de regulação dessas mesmas trocas, graças à intervenção do mecanismo dos preços, uma parábola relativamente ao funcionamento de múltiplos setores da sociedade, uma metáfora para a indefinição de um espaço de eficiência e racionalidade e um sonho político correspondente a um programa de liberdade e não constrangimento (PEIXOTO e MARQUES, 2003, p.28-29).

Assim, uma sociologia econômica dos mercados confronta a necessidade de mobilizar recursos múltiplos apelando a interpretações políticas e culturais, mas também à marcação de uma geografia e de uma história dos mercados.

Importante referir sobre mercados, uma vez que alcançar mercados para seus produtos é o objetivo dos produtores que serão apresentados nos estudos de caso. Mesmo que uma reflexão sobre a evolução temporal dos mercados não seja objeto deste estudo, é conveniente observar que, historicamente, o mercado inicialmente era visto por ser um terreno neutro ou um espaço de fronteira suficientemente permeável para constituir refúgio para fugas várias, exilados e excluídos. É nesse espírito que se deve ler a associação entre os mercados urbanos e os espaços de liberdade – ou, tal como era proclamado na Idade Média: o ar da cidade liberta. Por outro lado, conforme Peixoto e Marques (2003, p.29-30), o desenvolvimento dos mercados não é apenas possibilitado pelo dinamismo da função do Estado (o qual funcionalmente contribui para a construção dos mercados nacionais), pela acumulação dos capitais ou pela divisão do trabalho, mas pelos desenvolvimentos tecnológicos (lembra-se dos Caminhos de Ferro que a partir dos séculos XVIII constituem

bom exemplo), pelos novos meios financeiros (sobretudo, as Bolsas) ou por novos mecanismos de armazenagem. Acrescentando-se a isto, a emergência de uma mentalidade que transforma lenta e gradualmente uma atividade ilícita e condenável numa atividade que inicialmente foi tolerada e, que mais tarde, passa a ser louvada.

Peixoto e Marques (2003, p.29-30) afirmam que o... “estudo dos mercados oscila entre a idéia de que o mercado é uma instituição social facilitadora das trocas (Coase) e a percepção de que ele é, sobretudo, o produto de relações sociais (Marx)”.

Não se pretende uma ruptura radical com a Economia no que se refere, por exemplo, à análise dos mercados, mas conforme as palavras de Peixoto e Marques (2003, p.30), “... revelar o que se esconde por detrás da caixa negra”. A nova sociologia econômica somente recusando o mercado como natural, a sua auto-sustentação e a sua tendência natural para o equilíbrio, pois o mercado não é livre de influências exteriores. A dinâmica dos mercados identificada com um mecanismo de mão visível, ou seja, com um mecanismo de natureza política, e como tal, sendo sujeito a manipulações e a jogos de poder. Então, a nova sociologia econômica apresenta uma perspectiva, um quadro de leitura que procura explicar os percursos e as flutuações diferenciados dos mercados em função da estrutura social, das normas, das instâncias de legitimação e de variáveis econômicas. Análise histórico-comparativa, cultura, poder e estrutura, são quatro eixos, nos quais os sociólogos pretendem agregar às concepções tradicionais do mercado e às leituras, centradas exclusivamente, na idéia de equilíbrio. O mercado, sendo mais do que um espaço de troca, e esse algo mais pode ser expresso pela existência de uma moral no seu interior. Uma moral que à medida que cria oportunidades pode vir a gerar obstáculos que, por sua vez, podem gerar novas oportunidades de negócios e expor tentativas empresariais tidas por inaceitáveis. Os mercados não são puros ou sem contaminação. Valores e traços culturais marcam as suas operações e a sua dinâmica. Sendo assim, diante dos problemas da triangulação impossível⁹⁷, a nova sociologia econômica opta por privilegiar a explicação e a descrição, ainda que à custa de algumas perdas ao nível da capacidade previsional.

⁹⁷ A triangulação impossível define um quadro epistemológico que nega a possibilidade de uma teoria conseguir simultaneamente o máximo de previsão, explicação e descrição. O que for ganho numa ou em duas dimensões terá forçosamente de ser perdido na outra(s).

É importante sublinhar as relações entre mercado, política, cultura e instituições, fazendo ressaltar que as especificidades de cada formação social mercantil se devem aos diferentes padrões de interação entre essas variáveis. O caminho para sociedade de mercado, não é nem obrigatório, nem único. Os modelos que postulam vias únicas escarnecem das diferenças existentes. O império da retórica do mercado está, em todo o caso, associado ao domínio da sociedade capitalista e à predominância dos modelos burgueses de leitura do mundo (PEIXOTO e MARQUES, 2003, p.32-33).

O mercado considerado como mais um elemento que deve ser lido e entendido à luz de uma tese da incrustação (*embeddedness*). A busca dos elementos não contratuais dos contratos torna-se central (redes, confiança e instituições) e toda a escolha de um mercado particular revela o peso e a importância das variáveis sociais e culturais. Os mercados são espaços que não anulam a agência. Os atores sociais inseridos em mercados não são otimizadores compulsivos ou sujeitos racionais extremos, antes buscam exercer controle e preservar alguma de sua autonomia, ou seja, uma orientação que contempla uma teoria complexa da ação (PEIXOTO e MARQUES, 2003).

Aqui, abre-se um rápido parentese ao referenciar a contribuição de Wilkinson (2008), no que diz respeito a tipologia de mercados para a agricultura familiar. Tipologia que muito, objetivamente, auxilia a identificar alguns dos mercados verificados nas experiências apresentadas neste estudo.

Wilkinson (2008), trata que as associações dos agricultores e as suas representações devem negociar os padrões de qualidade com base no princípio de que objetivos comuns podem ser alcançados com instrumentos diferentes. Devem-se identificar as práticas agrícolas que ao mesmo tempo garantem níveis adequados de qualidade e viabilizam a permanência da agricultura familiar na atividade em questão. Ao mesmo tempo, precisa negociar a transição de mercados locais informais que funcionam com base em redes de proximidades, para mercados regionais e nacionais por meio do desenvolvimento de redes sociais mais extensas e formas apropriadas de reconhecimento (marcas, certificações, etc.). E, finalmente, a identificação desses produtos com processos e formas de vida tradicional deve ser mobilizada para concorrer contra a ocupação desses mercados por novos entrantes.

Wilkinson (2008), também referencia que a sociologia econômica e a teoria francesa das convenções oferecem ferramentas analíticas apropriadas para estratégias.

Então, Wilkinson (2008, p.16), identificou quatro formas tradicionais de acesso aos mercados – acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público⁹⁸.

Embora a literatura convencional costume estabelecer distinção entre mercados locais e personalizados, e mercados nacionais caracterizados por relações impessoais intermediados apenas pelo preço dos produtos, de fato, porém a maioria dos mercados de relevância para a agricultura familiar é conquistada por distintos processos de fidelização, com base na identificação dos produtos e dos processos produtivos, com características específicas. Logo, pode-se distinguir entre o mercado de *commodities* e um conjunto de novos mercados – especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais (WILKINSON, 2008, p.16). No Quadro 3, a seguir, apresenta-se os mercados com os seus perfis e respectivos desafios.

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e à Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de Associação com Localidade/Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de Associação a Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominações de Origem ou Não	Qualidade, Normas, Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar,	Escala, Variedade, Qualidade

⁹⁸ O acesso ao mercado local passa por uma maior fiscalização e pela necessidade de legalização com base em inspeção oficial. O atravessador continua, mas é crescentemente substituído pelo supermercado com exigências maiores em termos de classificação e logística. A agroindústria, por sua vez, exige patamares mais altos de qualidade e volume. Às compras do Governo Federal acrescentam-se licitações para atender mercados públicos locais, com destaque para a merenda escolar. Assim, supermercados, poder local, organizações não governamentais e associações de consumidores são os novos instrumentos estratégicos para a agricultura familiar (WILKINSON, 2008, p.16)

	Mercados de Alta e Baixa Renda	
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variedade, Escala

Quadro 3: Uma tipologia de mercados para agricultura familiar

Fonte: Wilkinson (2008, p.17).

Finalizando a contribuição de Wilkinson (2008), o autor sugere que esta tipologia precisaria ser complementada por outra, tratando das formas de articulação entre bases produtivas e centros de consumo, indo desde, a situação de grandes e homogêneas bases produtivas face a mercados distantes, até bases pulverizadas e diversificadas face a grandes mercados de proximidade.

Com a preocupação de que a frase “construção social dos mercados” signifique mais que uma banalidade ou simplesmente uma contestação da ordem econômica vigente, é interessante operacionalizar tal conceito. Para tanto, citar-se-á na proposição de Peixoto e Marques (2003, p.42-43), uma grade teórica que, orientada por dois casos de estudos, procura definir uma orientação para o estudo sociológico dos mercados.

Na proposição de se analisar casos atuais e não somente no que se refere ao passado, o economista americano Robert Shiller⁹⁹ especialista em mercados financeiros mostra que a abordagem da construção social do mercado pode acabar por dar no que se pode chamar de sociologia econômica aplicada (apud STEINER, 2006, p.47).

De acordo com a proposição de Peixoto e Marques (2003, p.43), “a construção social dos mercados possui dez estados fundamentais que estão sempre presentes em qualquer processo de edificação de um setor, ainda que o seu peso possa ser desigual”. Logo, conforme tal proposição, a presença de um mercado pode ser aferida pelos seguintes traços: 1) diferenciação e segmentação dos produtos oferecidos; 2) profissionalização dos agentes que conduzem a oferta; 3) existência de uma estrutura de competição e de organização identificável e reconhecida; 4) criação de uma retórica e de uma legitimidade comuns que se impõem aos participantes e que (re) orientam as suas atividades; 5) presença

⁹⁹ Sobre Robert Shiller, consulte <http://www.econ.yale.edu/~shiller/>.

de uma regulação institucional e normativa quer de tipo formal, quer de tipo informal; 6) disponibilidade de mecanismos de controle e de sancionamento coletivo; 7) diferenciação dos agentes envolvidos nos processos com uma atribuição clara de papéis e competências, mas também de posições estatutárias; 8) definição de modalidades aceitáveis de transação; 9) criação ativa de necessidades e desejos; e, 10) criação de uma forma social de valorização que hierarquize e regule as conversões entre bens e serviços.

Conforme Veiga (2005, p.89), o estudo de caso é um método adequado para aceder ao processo de mudança em meio rural já que permite uma análise aprofundada da dinâmica dos fenômenos que aí ocorrem. Tal método consiste na investigação de alguns fenômenos particulares ou conjunto de fenômenos reunidos com o fim explícito de retirar conclusões teóricas. No método de estudo de caso não se colocam questões de representatividade estatística ou de tipicidade uma vez que é invocada outro tipo de inferência, e não a inferência estatística. A inferência lógica ou científica baseia-se na confiança que a “necessidade teórica” ou a “conexão lógica” entre os efeitos observados no estudo de caso, pertencem também à população onde aquele se integra¹⁰⁰.

Logo, a condição imposta é que os estudos de caso realcem os aspectos particulares do contexto da situação social e dos atores e que estejam bem consolidados em termos teóricos apropriados. A riqueza dos fenômenos permite, ou deverá permitir clarear os aspectos teóricos em análise.

Entretanto, há de se esclarecer dois pontos: primeiro - inspirado nas diversas leituras, sobretudo em torno de território e de desenvolvimento local, é importante recordar que território (ou lugar) também pode ser definido como um ponto de encontro de relações sociais que se estendem em diferentes graus no espaço tempo. Assim, Veiga (2005) referencia que,

embora a noção parta do contexto físico onde se constroem as relações sociais, da sociedade frente a frente, a interação entre níveis e escalas espaciais e temporais é elemento essencial. É a articulação de relações sociais, processos sociais,

¹⁰⁰ À inferência estatística contrapõe-se a irrefutabilidade do raciocínio teórico, não perdendo o método, por este fato, fiabilidade e validade (MITCHELL, 1983, p.207 apud VEIGA, 2005, p.89). MITCHELL, J. Clide. Case and situation analysis. *Sociological Review* 31. p.187-211.

experiências e significados, de diferentes níveis e escalas espaciais e temporais (diferentes espacialidades) que dá singularidade a um lugar (VEIGA, 2005, p.90).

Segundo, que a transposição desta noção de lugar para uma situação concreta obriga, por razões práticas do estudo, a um corte arbitrário definindo fronteiras político-administrativas (por exemplo, o município, o Conselho Regional de Desenvolvimento).

Por outro lado, não se assume que todos os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais estejam sempre contidos dentro dessas fronteiras, nem que aqueles tenham que ter uma unidade e coerência internas. Como nesta tese, estuda-se o caso de espaços sociais rurais, não são desprezados elementos ou mesmo espaços onde há menos aspectos localizados. Logo, o tipo de análise aqui proposto, também conduz à desagregação das entidades espaciais, uma vez que seus diferentes elementos estão ligados de forma diferente às relações mais vastas socioespaciais (VEIGA, 2005, p.90).

O segundo ponto a esclarecer, diz respeito aos aspectos específicos dos espaços rurais, que aqui

parte-se do reconhecimento geral que todos os lugares ou territórios têm a sua especificidade própria que resulta da diferente articulação local de relações sociais de diferentes níveis e escalas espaciais. De entre os lugares ou territórios, há então os que apresentam características específicas de ruralidade, realça-se nomeadamente a constatação que o povoamento em pequenos aglomerados, com zonas de campo entre eles, introduz questões particulares e específicas e a importância no espaço tempo das relações sociais e econômicas baseadas na agricultura (VEIGA, 2005, p.91).

Neste quadro, a escolha para o estudo de caso recaiu sobre os municípios de Santo Antônio da Patrulha e, sobretudo, Crissiumal por reunirem requisitos propostos na noção de lugar e território, assim como, trajetória, história e experiências que identificam tais localidades.

O município de Santo Antônio da Patrulha localiza-se na região Metropolitana, distante aproximadamente 83 km de Porto Alegre. Santo Antonio da Patrulha possui 39.685 habitantes (quando em 1960, a população total era de 54.738 habitantes), população estimada para o ano de 2011 em 39.889 habitantes. Aproximadamente 29,16% da população é considerada rural e 70,84% urbana. A população rural está distribuída em

2.864 estabelecimentos rurais com área média de 8,4 hectares. Embora a colonização tenha sido basicamente de origem açoriana, com o decorrer do tempo, a localidade passou a ser ocupada também por italianos, alemães e poloneses. Os campos, do hoje município, assim como, os Campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Campos de Tramandaí), favorecem a criação de rebanhos bovinos e eqüinos, nos quais a partir do ano de 1743, foram distribuídas as primeiras sesmarias à paulistas e lagunistas (IBGE, 2010).

Por outro lado, numa região de povoamento dos mais recentes, num território acidentado, inclinado em direção ao Rio Uruguai, coberto de matas virgens, na época da colonização, Crissiumal continuava à margem da civilização. Onde, sequer havia uma picada aberta, uma estância ou uma lavoura. O fenômeno de migração interna alterou a situação – quando chegados ao Brasil, os colonos alemães e italianos receberam pequenos lotes de terras, lotes que dificilmente atingiam 50 hectares. O hoje, então, município de Crissiumal, localiza-se no COREDE Celeiro, a noroeste no Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, fronteira com a República da Argentina, distante 500 km de Porto Alegre e 135 km de Ijuí. Possui 14.084 habitantes e população estimada para o ano de 2011 em 14.000 habitantes. Em torno de 56,52% da população ainda residem no meio rural, distribuídos em 2.457 estabelecimentos rurais, com média de 11,7 ha por estabelecimento (IBGE, 2010). A etnia que predomina no município é de 70% da população de origem alemã, sendo que os 30% restantes distribuem-se em várias outras etnias (CERVI¹⁰¹, 2006).

Então, para este estudo, apresenta-se Santo Antonio da Patrulha e Crissiumal e seus respectivos estabelecimentos rurais de agricultura familiar¹⁰², conforme características e informações da Tabela 1.

Unidades da Federação	População total	População		Agricultura familiar – Lei nº 11.326		Não familiar	
		Rural	Urbana	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabele-	Área (ha)

¹⁰¹ Ângela Roberta Cervi é extensionista da área de Bem Estar Social – Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR em Crissiumal.

¹⁰² Agricultura familiar – Lei 11.326.

						cimentos	
Rio Grande do Sul	10.693.929	1.593.638	9.100.291	378.546	6.171.621,63	62.921	14.027.866,95
Crissiumal	14.084	7.960	6.124	2.457	28.853,38	158	3.166,90
Santo Antônio da Patrulha	39.685	11.571	28.114	2.864	24.185,77	420	43.927,25

Tabela 1: População, Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

População, IBGE, Demográfico 2010; Diretoria de Contas Nacionais.

Com a Tabela 1, pode-se verificar a maior proporção de estabelecimentos rurais de produção familiar nos dois municípios, se comparados com a agricultura não familiar. Enquanto que em Crissiumal a população rural é superior a urbana, sendo a agricultura familiar representativa, em Santo Antônio da Patrulha a maior representatividade populacional é urbana, embora em termos absolutos tenha mais estabelecimentos rurais de agricultura familiar do que Crissiumal.

Ambos os municípios reúnem especificidades características: um contexto físico, o termo municipal e suas localidades; uma apropriação e transformação do espaço resultante da interação entre níveis e escalas espaciais, mas em que são relevantes os aspectos locais, da sociedade frente a frente, que lhe atribui particularidades; um sentimento de lugar que o diferencia de outros lugares, construído ao longo de uma história de vários anos. Santo Antônio da Patrulha que nomeadamente é identificada pelo Ciclo da cana-de-acúcar, como historicamente produtora de cachaça, rapadura e pão doce (tradicionalmente chamado de sonho); enquanto que, Crissiumal é conhecida como capital gaúcha das agroindústrias, que, embora de histórico mais recente é reconhecidamente pela sua gestão estratégica de um modelo de desenvolvimento local¹⁰³.

Para fins de uma caracterização regional, baseado em PAIVA (2004), o objetivo específico da Tabela 2, a seguir é identificar o peso relativo de cada macrossetor –

¹⁰³ Para Santo Antônio da Patrulha, consulte: Prefeitura municipal de Santo Antônio da Patrulha, 2012. Disponível em: <<http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/prefeitura/>>; Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, 2012. Disponível em: <<http://www.camarasap.rs.gov.br/paginas/municipio.asp>>; Para Crissiumal, veja: Prefeitura municipal de Crissiumal, 2012. Disponível em: <<http://www.crissiumal-rs.com.br>>; Cooperativa Cooper Fonte Nova, 2012. Disponível em: <<http://www.pactofontenova.com.br>>. Acessos em 05 jan. 2012.

agropecuária, indústria e serviços – em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB) e de ocupação. Busca-se diferenciar municípios/regiões “rurais” de municípios/regiões “urbanos”¹⁰⁴. Ou, na terminologia empregada na literatura de desenvolvimento regional,

Diferenciar os municípios/regiões cujo crescimento se baseia na produção e na exportação de produtos primários dos municípios/regiões cujo crescimento se assenta na exportação de bens industriais, na prestação de serviços urbanos a agentes econômicos internos e externos e na acumulação interna de capital (PAIVA, 2004, p.28)¹⁰⁵.

São localidades, comunidades, municípios, regiões tipicamente rurais, regiões onde mais de 30% do VAB é gerado na agropecuária, uma vez que, dados os padrões de produtividade e ocupação que caracterizam campo e cidade, se traduz, usualmente, em uma participação da população ocupada (PO) rural na PO total igual ou superior a um terço (PAIVA, 2004, p.28).

Municípios	População Rural (n° habitantes)	Pop rural/Pop Total (%)	VAB Agrop./VAB Total - Dados do Municipal (%) ⁽¹⁾	VAB Ind./VAB Total - Dados do Municipal (%) ⁽²⁾	VAB Serv./VAB Total - Dados do Municipal (%) ⁽³⁾	PIB Per Capita (R\$) ⁽⁴⁾	Rendimento Domiciliar Anual per capita (R\$) ⁽⁵⁾	Rend. Domiciliar Anual per capita / PIB per Capita (Absorção)
Crissiumal 2009/10	7 960	56,52	30,85	17,97	51,18	11 149,65	2 855,38	25,61
Santo Antônio da Patrulha 2009/10	11 571	29,16	13,99	33,04	52,97	12 559,82	2 845,00	22,65
Crissiumal /2000	9 056	59,66	38,33	12,00	49,68	6 099,60	2 169,55	35,57
Santo Antônio da Patrulha /2000	13 552	36,59	11,10	28,48	60,42	4 490,41	2 377,00	52,94

Tabela 2: Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha. Indicadores de população e Macrossetores produtivos - 2000/2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; Diretoria de Contas Nacionais.

¹⁰⁴ Para uma leitura mais ampla desta diferenciação, recomenda-se acessar os trabalhos do Professor José Eli da Veiga em seu site <www.econ.fea.usp.br/zeeli/>.

¹⁰⁵ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que por sua vez gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

Nota: VAB - Valor Adicionado Bruto; (1) Valor Adicionado Bruto da Agropecuária; (2) Valor Adicionado Bruto da Indústria; (3) Valor Adicionado Bruto de Serviços; (4) Produto Interno Bruto; (5) Excluído o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado (a) doméstico (a) ou parente do empregado (a) doméstico (a).

Ainda, quanto a Tabela 2, podemos verificar a composição do VAB dos municípios e a proporção da população rural, o que nos possibilita inferir sobre a ruralidade dos municípios, cuja economia e crescimento pode se basear, não somente na produção e na exportação de produtos primários básicos¹⁰⁶, mas também na diversificação da produção, setor de serviços e atrativos com valor agregado, com o produto de exportação, não se limitando a apenas um único produto ou item de produção. A agropecuária é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. Como a demanda dos produtos agrícolas não tem que ser exclusivamente interna, isso possibilita a garantia de mercados externos de livre demanda, que são, usualmente, sua fonte de demanda autônoma necessária ao desenvolvimento de sua divisão regional mercantil. Também se verifica a “taxa de absorção”, razão entre os Rendimentos Domiciliares e PIB’s municipais – expressando a relação entre os rendimentos e a produção¹⁰⁷, a retenção da renda em Crissiumal é superior comparativamente, que a de Santo Antonio da Patrulha.

Coerentemente com o enfoque da agricultura, objeto deste estudo, a unidade de observação da pesquisa deixa de ser a agricultura *stricto sensu*, passando a ser a família rural, considerada sob a perspectiva de uma unidade social e não somente produtiva. Resumidamente, para fins da análise, entender-se-á por família rural a unidade que se

¹⁰⁶ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que por sua vez gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

¹⁰⁷ Esta diferença expressiva entre Renda Domiciliar e PIB estadual não se explica por qualquer evasão de rendimentos para o exterior, mas por dois outros determinantes: 1) a renda domiciliar apropriada pelo Censo é a renda monetária líquida disponível, não incluindo, portanto, os impostos, a depreciação, os serviços públicos gratuitos, a produção para auto-consumo, ou quaisquer outros tipos de imputação de rendimentos; 2) na medida em que se trata de renda declarada, é provável que haja subestimação dos valores, por temor a eventuais cruzamentos das informações censitárias com as informações dadas aos órgãos governamentais responsáveis pela cobrança de tributos sobre a renda. O que nos interessa aqui, contudo, é menos a consistência da informação disponibilizada ao Censo e mais as enormes discrepâncias entre o que denominamos acima “taxas de absorção” municipais. Na medida em que não acreditamos que estas discrepâncias possam ser explicadas (a não ser num plano muito marginal) por diferenças na sinceridade dos moradores dos distintos municípios gaúchos, elas só podem estar revelando padrões marcadamente distintos de apropriação interna (e vazamento para o exterior) do produto interno municipal. O que revela a impropriedade do PIB per capita como medida representativa do bem estar municipal ou regional (PAIVA, 2006b, p.13).

reproduz no regime de economia familiar desenvolvendo qualquer que seja o processo biológico, sobre um pedaço de terra situada num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais, o que, nestes termos, vem a ampliar o universo de análise para além das unidades, consideradas como economicamente importantes. Com esta escolha, permite-se avaliar diferentes participações da agricultura na renda familiar em relação às demais atividades não-agrícolas, assim como, sua relação com a dinâmica social das famílias (CARNEIRO e MALUF, 2003)¹⁰⁸.

5.1 A experiência de Crissiumal

O presente item aborda, num primeiro momento, a caracterização e o processo de constituição da cooperativa de agroindústrias familiares do município. Tratar-se-á do público alvo e de atores locais/regionais que tiveram importante papel no processo de constituição da cooperativa, os quais, ainda hoje, interagem constantemente com a COOPERFONTE NOVA. Apresentar-se-á dimensões funcionais, atingida pelo Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova e Cooperativa, assim como, algumas das contribuições empíricas, para que se perceba, por exemplo, a racionalidade, e conseqüente percepção partilhada da importância da experiência e do processo em desenvolvimento.

O processo de constituição da cooperativa foi iniciado no ano de 1998, inclusive com selo de garantia (Figura 5), quando lideranças do município iniciaram a implantação de ações que viriam a mudar o perfil produtivo de algumas propriedades. Um programa de desenvolvimento local denominado como PACTO FONTE NOVA, onde as agroindústrias foram sendo instaladas por ação conjugada do produtor com órgãos de assistência técnica e decisões políticas da administração pública, com o objetivo de diminuir o sistema de monocultura que levou muitos agricultores a vivenciar situações de “fracasso” nas propriedades rurais (CERVI, 2006). Culminado com a mobilização dos integrantes do Pacto Fonte Nova, em dezembro de 2002, criaram a Cooperativa das Atividades

¹⁰⁸ Tal opção metodológica poderá vir a conduzir a divergências em relação aos dados oficiais, uma vez que procura incluir aquelas situações que normalmente não se enquadram no modelo de estabelecimento agrícola concebido pelos serviços públicos.

Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova – COOPERFONTENOVA. Conforme Cervi (2006, p.2), o processo cresceu e, em 2003, entendeu-se que o foco deveria ser direcionado para Turismo Rural, pois foi necessário pensar-se em como organizar e receber o grande número de turistas, que chegavam ao município com o intuito de conhecer a experiência das agroindústrias familiares.



Figura 5: Selo de garantia
Fonte: Cervi, 2006.

O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial – Pacto Fonte Nova foi concebido com a finalidade de apoiar pequenos proprietários rurais para a produção de matérias-primas, a agroindustrialização e a comercialização de alimentos cuja característica principal é a qualidade. Ao participar do Programa, o produtor tem o apoio técnico das entidades que atuam no município e da Prefeitura, com relevante participação do escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR em conjunto com a Prefeitura, mantendo o Conselho de Desenvolvimento Rural atuante, criando fundos de desenvolvimento com dotação orçamentária e mantendo a Legislação Sanitária e o Serviço de Inspeção Municipal. Conforme o Programa, também é de responsabilidade da Prefeitura manter o convênio com a EMATER, firmar parcerias e todos os organismos de extensão para que os agricultores envolvidos possam estar preparados tecnicamente e aperfeiçoando-se através de cursos e de treinamentos disponibilizados.

Em 1998 iniciou o processo com o surgimento de 14 agroindústrias, em 1999 já havia 19, em 2000, 23 agroindústrias, e foram aumentando sucessivamente até chegar ao número significativo de 44 agroindústrias produzindo 114 tipos de produtos coloniais, tais como queijos, bebida láctea, iogurtes, embutidos e defumados, bolachas, cucas, doces, massas, geléias, chimiers, compotas e conservas, doces em pasta, sucos, licores, aguardente, açúcar mascavo, melado, rapadura, ovos de codorna, criação e abate de frangos coloniais, vassouras, olaria, aipim palito congelado, aipim à vácuo, produção de flores, vinhos, graspa, sabão, mel, etc. (CERVI, 2006, p.2)

O processo de constituição do programa, como um novo modelo de desenvolvimento rural é fundamentado na diversificação das atividades e na implantação de pequenas e médias agroindústrias que permitam aos produtores agregar valor às matérias-primas produzidas na propriedade, gerando renda, qualidade de vida e cidadania. Logo,

O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL - PACTO FONTE NOVA, surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos até então "importados" de outros municípios e regiões, gerando empregos e receitas públicas (PACTO FONTE NOVA, 2012).

A concepção do Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial – Pacto Fonte Nova, visava transformar as propriedades rurais, evitando assim, o êxodo rural e criando oportunidades de bem-estar no interior. O programa, que já é reconhecido internacionalmente pelas agroindústrias familiares levou o município a ser identificado como “Terra das Agroindustrias”. A economia local, baseada nas pequenas propriedades rurais gera projetos¹⁰⁹ que aproveitam as potencialidades locais, transformando-as em oportunidades de comercialização de seus produtos.

Conforme a COOPER FONTE NOVA,

O Pacto Fonte Nova teve de 98 a 99 a adesão de 14 agroindústrias. ... e a meta para o final de 2002, 30 agroindústrias, se concretizou... O programa conta hoje com 32 empreendimentos, sendo que a última agroindústria a obter o selo de qualidade Fonte Nova é a COOPERANÇA – Cooperativa dos Produtores de Boa Esperança, Município de Humaitá, que industrializa produtos derivados da mandioca, a qual possui 23 famílias associadas, sendo que 09 são do Município de Crissiumal (COOPERFONTENOVA, 2012).

Fizeram parte do processo de implementação PACTO FONTE NOVA, cursos, reuniões, visitas, intercâmbio com excursões, envolvendo as 44 agroindústrias existente na

¹⁰⁹ Por exemplo, o Via Lácteo - na atividade agropecuária se destaca a produção leiteira, onde Crissiumal situa-se como um dos maiores produtores de leite do Estado.

época, das quais a maioria delas estava inserida no Circuito Turístico “Mundo Colonial”¹¹⁰, além de outras atrações culturais agregadas ao processo que estava sendo consolidado, com cursos para qualificar os produtos, pessoas e ambientes envolvidos. Hoje, o município de Crissiumal, já é conhecido como “Terra das Agroindústrias”, o que traz cada vez mais turista para visitação (CERVI, 2006). Na figura 6, o selo que identifica o “Circuito Turístico” de Crissiumal.

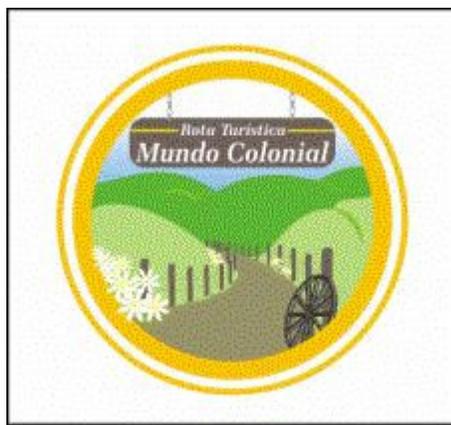


Figura 6: Rota Turística Mundo Colonial
Fonte: Cervi, 2006.

Conforme consta no Pacto Fonte Nova, o público alvo do Programa: os produtores rurais que residam em pequenas propriedades ou povoados rurais; que tenham no mínimo oitenta por cento (80%) de sua renda proveniente da agricultura familiar; sejam proprietários ou arrendatários de imóvel rural; que utilizem mão-de-obra familiar; e que se disponham a realizar cursos e treinamentos necessários, para sua especialização na atividade. Também, são considerados como público alvo os comerciantes que, estabelecidos no município, assinaram Termo de Adesão ao Programa comprometendo-se a divulgar e comercializar os produtos provenientes das agroindústrias.

A fim de se conseguir o envolvimento das lideranças municipais e comunitárias, e de todas as pessoas vinculadas ao Programa, a EMATER/RS–ASCAR, através de seus

¹¹⁰ O Turismo Rural tem sido trabalhado no município abrangendo todas as comunidades, ao qual cada comunidade apresenta seu diferencial e atrativo, tais como terreno bem acidentado, paisagens, com visão para o rio Uruguai e Argentina; outras com visão para vales, cachoeiras, cascatas, planalto, etc. As famílias que trabalham com turismo rural são na maioria de baixo poder aquisitivo e que aderiram buscando mais uma alternativa de renda nas propriedades rurais.

técnicos municipais com apoio do Escritório Regional de Ijuí, juntamente com a Prefeitura Municipal, com recursos próprios e da Administração Municipal e Ministério de Desenvolvimento Agrário, ofereceu à comunidade vários cursos, reuniões, excursões, seminários e visitas, que viabilizaram sua organização e envolvimento.

Objetivando alcançar os objetivos quanto ao Turismo Rural, foram criadas estratégias que envolveram entidades e comunidade em geral, tais como, reuniões, cursos, pesquisas, excursões, seminários e visitas (CERVI, 2006, p.5).

Quando da criação do Programa, um consenso foi trabalhado e desenvolvido na Câmara de Vereadores do município. A Associação do Comércio e Indústria (ACI), juntamente com a “Fonte Nova” construíram a sede. Os gerentes de Bancos foram convencidos da realidade do agricultor e da importância do agricultor para a região. Por exemplo, o Banco do Brasil ofereceu recursos de custeio para plantio de cana-de-açúcar, quando Crissiumal foi o primeiro município no Rio Grande do Sul a financiar lavouras de cana-de-açúcar (MAIA, 2008, p.70).

Até o ano de 2004, foram investidos no Pacto Fonte Nova em torno de R\$1.250.000,00, sendo que destes, 55% foram recursos próprios dos agricultores, 28% provenientes de financiamentos contratados pelos produtores junto às agências bancárias (PRONAF¹¹¹) e Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Crissiumal (FUNDAC) e 17% originados de incentivos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Crissiumal. Mais de 40 pessoas compõem o corpo técnico do Programa, além do Conselho de Administração, formado por representantes de entidades como Sindicatos, Bancos, Cooperativas, EMATER/RS-ASCAR, ACI, Prefeitura Municipal, etc. Conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal o faturamento dos 44 empreendimentos, no ano de

¹¹¹ O PRONAF foi instituído por meio do Decreto 1.946, de 28/06/1996, pelo então Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo como objetivo geral aumentar a produção, melhorar a qualidade de vida e ampliar a cidadania dos agricultores familiares brasileiros (BRASIL, 1996).

O programa foi lançado como a primeira política federal direcionada exclusivamente ao segmento da agricultura familiar, refletindo as novas configurações institucionais resultantes da reforma do Estado e o momento de crescimento da participação popular na gestão pública (DAL SOGLIO et. All, 2009, p.77).

Figura 7: Mapa de Crissiumal – Agroindústrias e pontos turísticos

Fonte: EMATER/RS-ASCAR – Crissiumal.

A experiência do turismo rural no município de Crissiumal foi iniciada em meados do ano de 2005, objetivando organizar as ações e o fluxo de turistas que visitavam o interior do município para conhecer a realidade das agroindústrias, tecnologias, metodologia de trabalho e políticas públicas, sem interferir nos aspectos culturais da população. Nomeadamente, os objetivos eram: a geração de emprego e renda no município; diminuir o êxodo rural; resgatar a autoestima das pessoas; valorizar a cultura, a gastronomia e os atrativos naturais e culturais; criar uma visão, ambientalmente correta nas comunidades; qualificar as ações de recepção para os turistas; ampliar e qualificar a quantidade de atrativos; qualificar a divulgação da ação de turismo; e, sempre que possível, inserir no contexto turístico, novos tipos de atrativos.

Logo, a partir desta caracterização de Crissiumal, pode-se considerar o processo que envolve suas agroindústrias um exemplo da importância da dimensão social para a moldura de seus produtos, alternativa para (ou de) alcançar um mercado em particular para sua produção. O caso mostra que as agroindústrias são socialmente construídas. Os empreendimentos têm apresentado evolução em sua estruturação, num processo de padronização onde as propriedades e a Cooperativa numa espécie de rede social explicam a estruturação das experiências da pequena produção da agricultura familiar.

A história revela que as agroindústrias de Crissiumal não são formadas, pela ação de grandes homens ou heróis, nem por forças impessoais que buscam a eficiência e/ou a racionalidade econômica. As construções são contingentes e não produto de golpes de inovação. Entretanto, as agroindústrias surgem porque existem atores que aplicam determinadas técnicas difundindo um conjunto de práticas, tendo a capacidade de gerar um

movimento de adoções. A expansão das práticas deve-se a compreensões compartilhadas, a relações sociais de confiança, mas também a condições organizativas e a oportunidades históricas (PEIXOTO e MARQUES, 2003, p.43-44).

Tal processo de (re) produção baseado na diversificação e intensificação da produção foi alcançado via associação e cooperação entre agricultores, as agroindústrias e atores diversos locais. Por outro lado, tal processo tem sido potencializado por Programas de promoção e auxílio a diversificação produtiva, inicialmente quanto à comercialização do leite, assim como, o projeto Via Lácteo e o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

5.1.1 Percepções das lidas diárias e interpretações de Crissiumal¹¹⁴

Nesta parte do estudo, apresentam-se considerações às entrevistas e acompanhamentos das lidas diárias da experiência de Crissiumal.

Inicialmente, o agricultor/entrevistado ficou à vontade para tratar e falar. A intenção era de que à medida que o tempo avançava, as conversas fluíssem e as questões automaticamente seriam respondidas. Caso a conversa não fluísse, as questões seriam formalmente aplicadas. Entretanto, a confiança, à vontade e o interesse em expor as experiências, falar das lidas e da racionalidade local, propiciou o bom desenvolvimento e alcance das questões que se pretendia (tal perspectiva de abordagem é adotada em todos os inquéritos e entrevistas, em ambos os casos, localidades e experiências).

O agricultor “A” que além de agricultor, também é uma das lideranças, presidente da Cooperativa e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Sua família é constituída por seis pessoas (pai, mãe, ele, a esposa e dois filhos), quatro adultos e duas crianças. Duas irmãs foram embora. Com o frango, no dia-a-dia, trabalham dois adultos, já

¹¹⁴ Optou-se por denominar os entrevistados, tal como, por exemplo, agricultor “A”, agricultor “B”, e assim, sucessivamente. Na transcrição das entrevistas foi mantida a expressão e fala original do entrevistado.

em dias de abate são quatro pessoas na lida. Dos filhos, o de nove anos fala em ficar na propriedade, já o de 12 não tem a mesma intenção.

“Mas assim, como nós quatro e daí mais um ou dois vizinho no dia de abate, eles me ajudam. Eles criam frango então, nós trocamos um dia de serviço, quando é o frango deles eu abato o dele e não cobro e quando... não cobro o meu dia e quando é os meus, eles me ajudam de volta. Então, nós trocamos dias durante esse período. Senão... não tem vínculo, nada, só assim fica trocando de... parceria” (jan.2011).

“Mas uma... uma pessoa por família das outras, então. Na maioria das vezes nós temos entre seis ou sete pessoas pra fazer o abate” (jan.2011).

Nota-se que as relações sociais estabelecidas permitem o trabalho partilhado em detrimento do bem da produção conjunta. Quando se falou sobre o Pacto Fonte Nova, a COOPER FONTE NOVA, verificou-se que mesmo antes de ser cooperado, acompanhava o que se tratava no âmbito cooperativo. Interessante colocar que tal preocupação e interesse em acompanhar as tratativas e lidas da Cooperativa também está presente na sociedade local, assim como nas incursões e entrevistas realizadas em Crissiumal.

Ainda o agricultor “A”:

“Assim foi um instrumento que... eu entrei na cooperativa em 2004 quando eu... eu assim, acompanhava já, mas assim não efetivamente, não era nem sócio antes disso, mas sempre acompanhava. Porque eu via assim, como no Movimento Sindical eu entrei muito antes então, já... já trabalhava meio junto e eu via assim que uma forma de nós gerar renda pra... vamos dizer, pro Movimento Sindical se sustentar tem que ter agricultor e pra ter agricultor nós precisava gerar renda dentro da propriedade. Então, eu já via que a cooperativa, o Cooperfontenova era um instrumento importante pra manter o agricultor na propriedade e gerar dentro da propriedade” (jan.2011).

Através de sua fala, assim como de outras participações e de outros entrevistados, verificou-se que tal crença na ação, cooperação e expectativa na Cooperativa, desencadeou uma mudança no posicionamento da sociedade local (e redundou na expectativa de buscar alternativas produtivas e de comercialização de sua produção). E, como disse Steiner (2006, p.50) “uma vez dado o empurrão inicial, a construção social do mercado não pára por aí”.

Entre as ações da Cooperativa, o agricultor “A” assinala:

“Assim ó, fomentar as agroindústrias, porque todas elas passaram pelo... vamos dizer pra criar mais indústrias, só as que tavam maior já quem nem o (...) esses não, mas os outros assim que nasceram depois todos passaram assim ó, quando precisavam confecção de rótulo a cooperativa ajuda, quando precisa matéria prima, quando precisa embalagem, qualquer parte dessas a cooperativa... até nós temo... O último ano começamo assim “Compra embalagem coletiva” pra questão do melado, pro mel então, uns potezinho, conseguimos os vidro, conseguimos baratear custo” (jan.2011).

“E nos benefício assim quanto mais tu conseguir trabalhar o grupo maior, quanto mais gente tiver envolvida melhor é, porque daí se tiver um problema numa área, mas tu consegues transportar pra outra área aquela ali” (jan.2011).

A atividade cooperativa e em parceria, está presente nas comunidades de Crissiumal. A idéia de interação de relações pessoais, assim como, a estrutura das relações entre as agroindústrias tem sido um grande trunfo das experiências.

Por outro lado, quanto à propriedade do abatedouro, assim como os meios de produção, o agricultor “A” responde:

“Não, não, ele é meu. É assim, eu tenho que te contar um pouquinho da história do inicio então, do surgimento dele. Foi por causa... nós entramo, nós... como eu faço parte do Movimento Sindical, em 97 e 98 nós já fomo em busca de crédito pra comprar terra pra viabilizar, pra pessoa ficar, o jovem ficar no meio rural. Então, em 90... em 2002 o governo já criou o crédito fundiário, mas efetivamente foi em 2004 que saiu. A nossa é a primeira associação de crédito fundiário que saiu no país, isso em outubro de 2004 nós assinamo a escritura. Aí a partir disso, como... pegamo o presidente do Sindicato, a EMATER, o prefeito, nós fizemo uma reunião, daí assim... o grupo se reúne. Antes de sair o crédito fundiário nós todo mês fazia uma reunião, a cada 14 dia. Hoje tá um pouquinho mais intercalado. Daí nós chamamo essas força viva pra vir, pra ver eles apresentar alguns projeto que ia viabilizar, porque a maioria só produzia grãos em cima das propriedade então, nós via que só co grão nós não ia conseguir pagar as parcela. Aí surgiu a ideia de criar frango. Aí nós fomo visitar todo grupo junto, fomo visitar duas ou três experiência, mas aí a maioria do pessoal achou ruim de investir aquele dinheiro pra conseguir abater os frango. Aí o abatedouro eu peguei o PRONAF A, que foi um financiamento que vem anexado ao crédito fundiário, eu peguei o PRONAF A e investi no abatedouro” (jan2011).

A alternativa em relação à produção de grãos é adotada pelo grupo. As ações foram coordenadas. Naquele momento, “*seis pessoas assinaram o contrato de crédito fundiário*” (jan.2011). Enquanto o agricultor investiu no abatedouro.

“... Só que isso um ano e meio depois a recém. Daí... daí surgiu... daí esses outros só criam o frango, daí não precisam ter toda estrutura” (jan.2011).

Entre o grupo, alguns criam só o frango, outro leite, assim como também, todos tem produzido “*milho, soja, trigo e cultura de subsistência*”, “*Mandioca, de tudo um pouquinho*” (jan.2011). Tal contextualização evidencia a importância da diversificação de alternativas de produção, assim como, a consciência coletiva nas ações empreendidas.

E, mesmo que tenha algum produtor que deixe das atividades, ainda permanece a noção do comprometimento inicialmente partilhado pela idéia do grupo. Então, quando houve a saída de um dos participantes desse grupo:

“um então, ele meio saiu fora, ele tá de empregado hoje, mas ele continua pagando as parcela e tudo certinho, mas ele foi buscar uma renda fora da propriedade” (jan. 2011).

Ou seja, mesmo que algum componente de um grupo específico tenha saído, continua a preocupar-se com o comprometimento inicialmente proposto.

Quanto ao tamanho da propriedade, o agricultor “A”, informa que,

“Aqui são três hectare, daí tem mais 14 que eu comprei depois pelo crédito fundiário, daí agora acabamo juntando mais umas herança da mãe, onde é que o meu vô morava, são mais nove, nove hectare que eu comprei lá, então. Mas isso, agora, há pouco tempo” (jan.2011).

Sobre desenvolvimento rural,

“porque assim, eu vejo que tem que ser que gere mais renda dentro dos cooperados, porque antigamente não tinha esses custo fixo. Hoje tem telefone, água, luz, Internet então, tem muitos custo e muita gente não tem renda fixa. Então, falta um pouco de renda, trazer renda pra propriedade. Então, por causa disso eu vejo que muitos jovens vão embora, buscam uma fonte de renda mesmo que seja menor a fonte de renda. Então, eles buscam fora esses capitais, vamo dizer, se capitalizar e... mas esquecem que na agricultura, eu vejo assim que na agricultura tu... tu gera muito mais dinheiro só que não é em forma de espécie” (jan.2011).

Logo, no entendimento do agricultor, um processo de desenvolvimento rural é necessário a geração de renda, assim como, alternativa de permanência na propriedade. Já, especificamente, para o caso de Crissiumal,

“Pra tu... pra tu continuar num círculo sempre tem que ir buscando mais, buscando mais, então... e a união, precisa haver mais união do pessoal” (jan.2011).

“Que se... um sozinho não consegue mudar a história. Então, mas se um grupo mais unido consegue transformar isso aí. E as política pública são importante, que a... a questão do crédito fundiário, se eu ia pagar esse... esse, aí eu vou falar um pouquinho mais do meu particular”(jan.2011).

Logo, identifica-se a importância, para o agricultor, da participação coletiva, da política pública, assim como, alternativas de financiamento (elementos que historicamente constituem parte das políticas agrárias), bem como a importância da educação e da formação profissional do meio rural voltada para o meio rural, conforme relatado numa das participações a seguir.

Ainda o agricultor “A”. A sua percepção para a expressão sustentabilidade,

“É ser autosustentável. Ter assim, tu conseguir gerar, ter renda dentro de uma propriedade pra viver bem, que ali não quer dizer que tu tenha que ganhar mil reais ou quinhentos reais por mês, mas ser feliz dentro daquilo que tu faz. Vamos dizer, gerar renda suficiente dentro da propriedade pra conseguir se manter dentro de um padrão de vida legal, então. Pra mim é mais o menos por aí” (jan.2011).

Por outro lado, entre as limitantes para a agricultura familiar em Crissiumal,

“É um pouquinho como eu já coloquei, a geração de renda, a descapitalização, a falta de mão de obra que eu vejo que a falta de mão de obra é em principio se fosse reverter esses outros quadro... a educação eu vejo que pra voltar um pouco a agricultura ser mais... porque assim, tem muito... as escola, pelo menos na nossa região visam só formar empregados, não agricultores. Então, eu vejo que por ali passa uma das maior transformação” (jan.2011).

As relações sociais e o sistema de relações sociais, o coletivo em torno das agroindústrias influencia a maneira como os problemas são enfrentados. O mesmo raciocínio pode ser empregado quando se considera que o surgimento das agroindústrias e o

conseqüente mercado que surge para seus produtos tem liberado os agricultores das relações coercitivas que mantinham anteriormente com os negociantes e ligados a produção exclusivamente de grãos, fumo e/ou agricultura de grande escala.

“A questão da agroindústria, sabe, não vai salvar todo mundo, mas pelo menos quem tá já consegue gerar uma renda dentro da propriedade. Que só o soja e o milho, se não for em grande escala então, o pequeno agricultor não vai se conseguir se manter em cima daquilo ali” (jan.2011).

“E quanto à... à falta de mão de obra, é com eu falei antes, se não for feito um trabalho sério... Crissiumal assim eu vejo que nós temo um diferencial, sabe, já. Se tu buscar, pegar os município de Tiradentes, Esperança do Sul, aquela região da costa do rio Uruguai ali é bem mais complicado. Quando nós temo reunião do Movimento Sindical da regional mesmo, aí tu fica surpreso com... com os problema que eles enfrentam, que nós conseguimos ainda se manter bem melhor nessa parte” (jan.2011).

Desse ponto de vista, a construção social das relações mercantis confirma a concepção de Smith e Marx, segundo a qual, o mercado libera os indivíduos do jugo das relações pessoais que sobre elas pesa: o mercado, que em muitos casos é libertador ao permitir que os agentes conquistem sua independência social (STEINER, 2006, p.55).

Na idéia da construção social de um mercado, interessante uma das estratégias adotadas pelas lideranças de Crissiumal, assim como, para divulgar sua experiência e produtos foram às várias apresentações e palestras realizadas em diversos municípios e em outros estados brasileiros, assim como, em instituições e fontes de recursos em potencial (como, por exemplo, no Banco Central em Brasília, local da realização de uma das palestras¹¹⁵). Aí, a questão dos mercados; mercados socialmente construídos, a partir da experiência local e do alcance da rede social e de suas relações mercantis, de gestão e marketing. Por outro lado, nas entrevistas realizadas verificou-se que, primeiramente, o principal mercado alvo é atender o mercado local – tanto privado, quanto o institucional ou via políticas públicas, o mercado interno regional – tanto o privado, quanto o institucional. Em ambas as situações envolve a questão e o alcance social da produção (tanto ao nível local, quanto regional), e, num outro momento, há o registro de um mercado externo, fora

¹¹⁵ Conforme disponível em << www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Palestras/10_2_Walter.pdf >>.

da localidade de Crissiumal e também fora do país, sobretudo para Alemanha e Estados Unidos, entre outros.

“É, sim, pra nós do Fonte Nova lá, às vez, assim a procura é grande. Às vez, a pessoa chega lá e com uma esperança de nós dizer assim “Não, planta que nós garantimo a compra”, não é bem assim. Visto pelo o lado da cooperativa nós não temo... assim, alguns produto, sim. Tu sabe que produzido dentro de uma quantia tu consegue colocar dentro do mercado, daí nós sempre já quando chega um produtor e pede pra nós se pode produzir, se tem mercado então, nós antes procuramo um mercado, vemo no institucional se tem alguma forma de colocar, aí tu já consegue pelo menos garantir pelo menos parte, daí o resto vai pro mercado paralelo. Então, aí já a lei da oferta e da procura manda muito mais” (jan.2011).

Então, conforme o relato anterior é perceptível a visão de mercados, de proximidade ou não, para escoar os produtos da Cooperativa. Já, quanto à políticas públicas, o agricultor afirmou que “A cooperativa nasceu praticamente em função do PAA¹¹⁶” (jan.2011). Conforme relato,

“Eu lembro que na época o Walter¹¹⁷, nós... nós conversamo, aí nós primeiro ia usar a Associação do Crédito Fundiário pra fazer o projeto pro PAA. Mas aí ele disse assim “Mas vocês tem uma... é sem fins lucrativos, aí vai gerar entrada financeira, aí vai ter que ter o livro caixa e vai ter que pagar todo mês aquilo ali então, já não vai dar certo. Aí se partiu pra pegar o Pacto Fonte Nova e criar uma Cooperativa. Desde ali eu faço parte, então dessa caminhada eu sei. No inicio o PAA era bastante interessante, mas o PAA tem uns ponto que pra cooperativa não é tão interessante, porque tu não consegue manter aquele...Tem alguns município eu sei, no caso de Portela, eles pegam 10% do que vem e fica pro caixa da cooperativa. Nós nunca trabalhamo com essa margem, porque nós tínhamo telefone então, que pra manter a cooperativa a fonte de renda maior é os telefone. Claro que também ocupa um funcionário praticamente, a Aline fica só nessa questão. Ma então, a outra parte de logística e coisa nós conseguimos fazer. Esse ano, último ano a questão da alimentação escolar... que é bastante interessante que eu vejo que pro agricultor é melhor do que o PAA, porque o PAA também tem a seguinte questão, os preços são tabelado pela CEASA¹¹⁸” (jan.2011).

“Então, a realidade, às vezes, é bem diferente. O preço lá de Porto Alegre rege o preço daqui, mas a dúzia de ovo lá vai tá 50 centavo enquanto que aqui no

¹¹⁶ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo (BRASIL, 2012).

¹¹⁷ Walter Luiz Heck – uma das principais lideranças, um dos responsáveis e grande incentivador do Processo iniciado em Crissiumal. Na época era, por duas vezes vice-prefeito e prefeito. Realizou palestras em mais de 12 estados para divulgar o município.

¹¹⁸ Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA/RS).

comércio vai tá R\$ 1,50. Então, tem esse... esse diferencial. Quanto á merenda escolar, a questão dos 30% da alimentação escolar” (jan.2011).

Quanto ao alcance do mercado institucional, é claro a sua importância nas expectativas mercantis.

“Assim o PAA foi só Tiradentes, vamo dizer, nós fizemo o projeto de Tiradentes, era 96 mil. E... mas assim que na alimentação escolar é Tiradentes, Esperança do Sul, Bom Progresso, Três Passos, Campo Novo, Santo Augusto, daí Crissiumal, Humaitá e Coronel Bicaco, acho que era o outro que foi feito uma entrega. São nove município que foi entregue merenda” (jan.2011).

Embora, no relato anterior, o agricultor tenha utilizado a expressão *merenda*, a referência correta é *alimentação escolar*. Nota-se que as políticas públicas são forte componentes da realidade da Cooperativa.

“Então, ali eu vejo que pra nós é uma... um avanço bem maior nós trabalhar com essa parte da... da alimentação escolar” “é, via PNAE¹¹⁹, vamos dizer, direto, direto com as Prefeitura. Tu faz licitação e nós entregamo” “Hortifrutigranjeiros, frutas, farináceos, daí carne, ovos, mel, açúcar, açúcar mascavo, melado” “Assim nós Crissiumal é assim, aqui nós.... 70% da alimentação escolar passou via Fonte Nova” (jan.2011).

“Mas teve alguns produto assim, vamos dizer a bolacha, por causa da tributação a cooperativa pagava pra vender pro... nós pagava cinco centavo por quilo de bolacha em vez de ganhar, mas também tu tem que fazer uma parte social. Nós pagava por causa da tributação, nós comprava o quilo de bolacha a R\$ 6,50 vendia a R\$ 7.20 e mesmo assim tinha que botar mais cinco centavo por aquilo de bolacha do caixa da cooperativa.” (jan.2011).

“Pra conseguir compensar o valor. Então, algum município eu sei por experiência que tu traça de experiência que tu conversa com o pessoal, eles vão lá e ... e passam tudo como... produto isento. Eu vejo que não vale a pena, então tu trabalhar assim, quando tu vê amanhã depois bate a fiscalização te dá um problema muito mais sério. Então, eu prefiro trabalhar um pouquinho menos, mais restrito, mas sempre em coerência e certinho como tem que ser, tanto na parte da inspeção como na parte da legislação tributária.” (jan.2011).

Ainda há o registro de fornecimento para a região metropolitana de Porto Alegre,

¹¹⁹ O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A Lei nº 11.947/2009, conforme o Artigo 14 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2012).

“E estamos quase... até já quase mandamos duas vez pra Cachoeirinha, viu? Só faltou um...” “O projeto de Cachoeirinha assim um pouco por causa de logística, mas esse em si nós conseguimos resolver no último ano, porque tem um caminhão que desce toda semana.” (jan.2011).

“Mas aí quando chegou a ir no finalmente veio um pouquinho a questão do preço também e a própria produção também. Eram os produtos que nós tinha menos... menos sobra que eles mais queriam lá.” (jan.2011).

“mas assim eu sei que alguns produtos eram a batata, o mel tava junto, mais assim nessa linha, assim e um pouco também entra a questão da inspeção como o... a bebida Láctea e o leite” (jan.2011).

O interessante a observar, é que o município de Cachoeirinha entrou em contato em função de uma Palestra realizada por um dos atores envolvidos no processo em Crissiumal. Tal constatação agrega contribuição para percepção da construção social de um mercado.

“É, na realidade, houve um negócio entre os prefeitos”. “O Walter deu uma palestra por lá...” (jan.2011).

Estabeleceram-se, através de contatos, alguns canais de divulgação da experiência e conseqüentemente possibilidades para comercialização. Entretanto, conforme já mencionado a gestão das agroindústrias funciona na lógica de atender o comércio já estabelecido histórica e socialmente. Pois, conforme o relato:

“Nós sempre fizemo um pouquinho do trabalho com as agroindústria um pouquinho diferente” (jan.2011).

“Primeiro o comércio que tu tem estabelecido, vamos dizer assim, um caso meu: eu não estou mais integrando nem pro PAA nem pra alimentação escolar frango, porque o preço é muito mais baixo, é defasado em relação ao que eu vendo. E eu não vou correr o risco assim ó, eu sei que no primeiro ano foi assim, eu entregava pra merenda escolar daí eu deixava de atender o mercado” (jan.2011).

“depois pra tu retomar o mercado é meio complicado. Então, nós a pessoa... o excedente da produção praticamente vai pra isso. Claro, assim tu já sabe, tu consegue te programar mais ou menos em cima, mas assim eu nunca.. nós priorizamo primeiro o mercado... do que o... o institucional” (jan.2011).

“assim ó, depende um pouco do produto que é, sabe? O Carlinhos, como ele tem inspeção estadual então, ele já atende toda região, ele é um caso. Eu, como tenho

só inspeção municipal atendo só aqui. Então, assim o que tem inspeção federal já abrange um mercado maior. Mas sempre... eu vejo assim essa filosofia da cooperativa: o mercado local, depois abrir pro... Porque não adianta tu... se alguém de fora vai comprar o produto, um dia ele tiver em Crissiumal e alguém vier aqui e falar mal do produto aqui, que não tem ou qualquer coisa assim então, tu perde a lógica. O nosso raciocínio é mais ou menos por aí, sempre trabalhar o aqui, o pertinho primeiro, depois pra abrir maior” “Porque não adianta tu construir uma casa, botar o telhado e não ter alicerce” (jan.2011).

Quanto à questão do território, as relações associativas, e aí, se inclui a perspectiva de análise “território”, superou-se a questão territorial político administrativa, uma vez que a Cooperativa possui associados em outros municípios, pressupondo-se vínculos estratégicos, laços e relações sociais e de interesse comum estabelecidas, além, é claro, de marcar presença do Selo da Cooperativa em mais esta localidade, o que não deixa de ser mais uma maneira de alcançar mercado.

“Assim tem Tiradentes então, assim tem, acho que são 25. Então, associados que pelo Programa do PAA lá pra entregar, vamos dizer, eles são produtores de lá de mandioca, essas coisas assim hortigranjeiros eles produzem lá, entregam pro PAA lá. Então, nós só associamo eles pra ter o vínculo. Nova Candelária tem, Humaitá tem sócios, Três Passos acho que também tem um ou dois, acho que seriam mais ou menos esses os associados”. “o caso de Tiradentes é mais agroindústria não tem nenhuma sócia aqui, só o produto in natura”. “Em Nova Candelária já é agroindústria. Em Humaitá são produtores in natura então, em Três Passos é agroindústria também que é sócia aqui.” “agroindústrias de mandioca, cana-de-açúcar” (jan.2011).

Após a última divisão político administrativa da região, o município de Nova Candelária foi desmembrado de Crissiumal, entretanto os associados ainda pertencem ao território de relações associativas e comerciais da Cooperativa de Crissiumal. Nisso, a esposa do agricultor comenta “*Mas eles se consideram...*”, e o agricultor e seu avô concluem sorrindo “*Crissiumal*” (jan.2011).

Ao ser perguntado, qual foi o critério considerado para que associados de outra localidade fossem aceitos,

“Assim tem que ser produtor, tem que usar, vamos dizer, a matéria prima transformar então, no caso das agroindústria ou no caso de Tiradentes então, com, o eles... porque o projeto deles, Tiradentes o município não tinha condições de gerir o PAA então, eles vieram nos procuraram e nós montamo o projeto pra eles e só administramo o projeto pra eles. Então, assim pra valorizar como nós... como eu sempre digo, nós valorizamo o produtor daqui, mas lá também não

adiantava nós pegar a mandioca produzida em Crissiumal e levar lá de... que tenha os hortigranjeiros a mesma coisa ou bolacha, alguma coisa assim tem alguém que produz então, nós valorizamo o local, então aí” (jan.2011).

“Porque assim, eu vejo assim, não adianta tu querer só que Crissiumal cresça e que Tiradentes morra, então não adianta, Tem que trabalhar o coletivo, todo ele” (jan.2011).

Novamente, verifica-se que o coletivo é presente e valorizado, a presença governamental existe e contribui com a experiência. Quando se falou sobre uma perspectiva de território que considerasse as relações estabelecidas, comentou que se está trabalhando e há intenções a respeito, assim como já se adota tal perspectiva.

“Foi assim, nós pegamo as cooperativa na nossa microrregião aqui são seis, sete cooperativa que fazem parte assim todo mundo, cooperativa que eu falo assim de produção mais ou menos que nem a nossa. Então, pra tentar articular com essas cooperativa, criar uma central de cooperativa e fortalecer. Só que é bem complicado assim, tem muitas cooperativa que o presidente... é o presidente, o tesoureiro e mais uma pessoa que pensam assim que nós vamo ganhar dinheiro, vamo se manter em cima do cargo aqui e depois disso... sei lá. Então, nós tiramo um pouquinho o pé dessa ideia, vamo segurar um pouquinho pra ver como é que anda primeiro. Mas assim, porque daí tu ia ter o... o conceito mais ou menos regional da...das cooperativa. Vamos dizer assim ó, Crissiumal é forte numa produção, Santo Augusto é forte em outra área. Então, nós ia conseguir complementar uma com a outra” (jan.2011).

Pôde-se observar que, muitos elementos que potencializam um processo de desenvolvimento de perspectiva local têm estado presentes, não só como no relato acima, mas também no de outras lideranças da cooperativa e da sociedade local.

Logo, após o relato e contextos anteriormente retratados, são claras as colocações de Steiner (2006, p.75), quando trata que o contexto social no qual estão inseridas as relações mercantis é, portanto crucial. O que vem a clarear a importância da identificação das mediações sociais e das formas de articulação que permitem a atuação dessas mediações; sem elas, a descrição do mercado é cientificamente inadequada.

Analisaremos os relatos da gerência da COOPERFONTENOVA, cujo trabalho somente é de gerencia e não atividade de/como agricultor.

Quanto à Cooperativa, relatou que:

“Se hoje o... o associado, ele tem uma visão pra fora de... de... da casa do que que ele bebia e comia antes com os produtos dele, que tinha a intenção de vender, às vezes, propriamente só produzir de forma informal. O que a cooperativa conseguiu mostrar para ele através do projeto Fonte Nova foi que esse trabalho dele é um trabalho profissional também. Então, ajudou ele alavancar nessa questão, desde o princípio na questão onde os parceiros entraram pra colaborar com a questão de... de profissionalizar ele, desde os cursos até formalizar a casa deles em si, a cooperativa, pra eles poderem ingressar no mercado de trabalho de.. de...de venda de produtos enfim, o mercado de trabalho, o trabalho deles pra ser vendido pela cooperativa” (jan.2011).

“Muitos conforme foram andando, começaram a caminhar com as próprias pernas, a maioria ainda tá com a cooperativa na questão da comercialização, outros já tem CNPJ próprio, conseguem comercializar, a venda por si só, mas nunca se afastaram da cooperativa”. “... a cooperativa hoje pra eles, com certeza, pra qualquer um deles de uma forma ou outra é essencial. Uma por carregar um selo, outra deles trabalhar em comunidade, que não deixa de ser uma... uma... como é que eu posso dizer... assim a cooperativa hoje é uma família pra eles. Fala em COOPERFONTENOVA eles sabem o que que é, né. Então, isso ajuda muito eles, porque eles conversam entre eles, conversam com quem compra os produtos deles, conversam com quem ajuda a trabalhar com os produtos deles então, isso é muito importante pra eles. A cooperativa já tem aquela simbologia dos dois pinheiros, mas eu acho que tinha que ser um guarda-chuva virado, né. Na verdade, ela protege o pessoal” (jan.2011).

Perguntado se ele veio do campo, respondeu que

“Não, eu não vim, os meus pais são e eu sou muito ligado também, mas eu... eu me considero da agricultura.” “Sim, eu morei na cidade, eu não vim do interior, mas eu me considero da agricultura” (jan.2011).

Ou seja, mesmo não trabalhando diretamente no campo, esclareceu que identifica-se muito com o meio e sente-se indiretamente agricultor, pois é filho de agricultores.

Sobre seu entendimento quanto à expressão “desenvolvimento rural”, relatou o seguinte:

“Num termo bem formal seria concretização de ideias. O termo “desenvolvimento” hoje, ele tem vários fatores. Em específico pra cooperativa é o trabalho dar certo dos nossos associados. Se eles conseguirem em parceria com a cooperativa desenvolvem o trabalho deles e o nosso, que nós ajudamos a conseguir desenvolver isso pra eles. Então, desenvolvimento é a partir que tu tem uma ideia e tu foca ela certo, se isso desenvolver tu consegue mostrar pra ele, pro associado ou pras pessoas que... que tão no enfoque, tão querendo comprar o produto dele

ou o que, que se essa idéia é bem desenvolvido o trabalho ela vai gerar pra ti algo de bom, pra mim algo de bom, não sei especificamente o que que poderia te dizer” “é o que concretiza as ideia então, a parte simbólica, isso é o que falamos” (jan.2011).

“no caso da cooperativa é isso aí, desenvolvimento em que as idéias do agricultor... o trabalho deles com as nossas idéias que eles conseguem desenvolver o que eles... o que eles necessitam, isso pra nós é focar em cima do associado. Tem o *Google* também que ajuda (*riso*)” (jan.2011).

Também pode-se verificar que há preocupação em transmitir aos envolvidos no processo, bem como, ao consumidor, a identificação dos produtos e serviços com processos e formas de vida tradicionais, o que vem a mobilizar atributos de aceitação como estratégia para concorrer na/para alcance de mercados.

Questionando sobre a inserção da COOPER FONTE NOVA, considerando-se todos os atores que estão envolvidos no processo;

“Ela é o resultado disso aí. Se tinha uma visão que era necessária alguma... algo diferente pro município na questão de desenvolvimento economicamente e socialmente pros agricultores que tinham só monocultura. As pessoas responsáveis pela... pela.. os principais de cada entidade, eles tiveram uma idéia de criar o Fontenova. Então, ali de cima... que hoje a parte que ela tá é o resultado. Eu acho que o final da idéia que eles tinham concretizado pra desenvolver o município pra poder beneficiar os agricultores. Então, ela tá no estágio final, dali em diante é o trabalho dela que vai ter que... ela foi a idéia, agora tá sendo batizada a criança. Então, acredito que ela ali foi o que foi o que a Ângela fala antes a soma dos esforços para achar um... alguma alternativa, que ela não existia, foi achada então, ela é o resultado. Eu acredito que ela é o resultado. Ela é o resultado desse... desse trabalho das entidades” (jan.2011).

Novamente evoca-se a percepção da construção social, uma vez que, nos relatos verifica-se a importância do trabalho conjunto de muitas “entidades” ou, nomeadamente, a articulação de diversas instituições é marcante na memória coletiva da sociedade local, quando o assunto são as agroindústrias de Crissiumal.

Quanto aos desafios:

“Hoje eu acredito assim que um dos principais desafios é tu acomodar a... a questão da segurança da cooperativa pros associados, que isso a gente é uma constante, isso cada dia tem que tá batendo pra demonstrar, buscar algumas alternativas diferentes, que hoje à tarde até nós vínhamos conversando, que não

onere tanto o custo pra mim te convidar pra fazer parte num projeto, isso é o principal. Não queremos trabalhar com a questão que tu já tem que entrar alienado com o custeio pra poder financiar um empreendimento teu. O desafio da cooperativa é ser assim. Porque uma pra manter essa imagem transparente pras pessoas e isso é o principal aqui constante, a outra fazer com que o pessoal, essas pessoas que não tem ainda” “essas pessoas ainda que não tem definição do que querem fazer, fazer elas entenderem o que que elas querem, sabe. Buscar essas pessoas pra fazer parte da cooperativa pra trabalhar. Isso é um desafio então que a gente quer impor pela própria cooperativa demonstrar que de repente com alguma parceria” “mas o principal é ver se realmente nós conseguimos as pessoas pra que formam mais empreendimentos pra trabalhar” (jan.2011).

Anteriormente, verificou-se a preocupação com questões de confiança e transparência. Conforme o relato, atualmente a Cooperativa conta com uns 26 *empreendimentos*, assim, apontam-se outros desafios.

“Esse é um desafio, tem que aumentar, mas aumentar não com quantidade, uma, não. Nós queremos uma realidade”. “Esse ta andando bem? Vamo buscar outro”, o desafio é tu manter o cara, nem crescer, tu manter ele bem. Depois ele vai se adaptando, porque número não... não condiz com a verdade” (jan.2011).

“Um outro desafio que eu vejo pra cooperativa que é (*suspiro*) um sonho nosso, era nós ter filiais dentro do município assim próprios. Não vinculados ao poder público, fora dos municípios. De repente, pra centralizar um trabalho em Crissiumal se tu ir lá ver, escutar a realidade daquele pessoal, ver as necessidade lá, trazer pra cá como eles vêem, depois levar a alternativa pra lá” (jan.2011).

“Ontem tava aqui duas pessoas responsáveis pela regional da EMATER, temos que construir um entreposto nós queremos sair do Simples, né. Nós queremos sair do Simples com o entreposto de ovos, queremos criar a casa do mel, que tem o SIM, depois organizar a Cooper, gerenciar, fazer um trabalho legal na fruticultura, agrupar famílias pra trabalhar, filé de peixe mesma coisa, fazer um abatedourozinho municipal, depois ver se conseguimos expandir, que eu falei antes e a fábrica de ração. Eu não sei se a Ângela falou alguma coisa no carro, a gente tinha pensado de se pegar 20%, diz que Crissiumal produz 80 mil litros de leite, se nós conseguir pegar 20% dali pra trabalhar com esse pessoal já remunera muito. Então, isso são, isso são ponto muito fortes, a gente ia gerar no mínimo, no mínimo 200 empregos diretos e indiretos com esse. Então, isso é meta muito boa, porque a gente tá gerando emprego também, só que envolve muito investimento. Tinha conversado com o pessoal aqui da república, eles são parceiro. Então, desafio longo o prazo, né. Tem coisas que a gente pode adiantar, construir o entreposto” (jan.2011).

“Né, é algo que dá muita... muito retorno não só pro agricultor como pra as partes que tão envolvida. A EMATER vai dar um apoio, isso a cooperativa tem grande desafio ter uma parte técnica não só dependente da EMATER que na maioria das vezes tá capengando com técnico no município” (jan.2011).

“Pra ter um quadro técnico também da cooperativa. De repente, não só daqui, mas com parcerias com outras cooperativas da região. Concretizar, outro desafio é concretizar a questão da associação dos partidos, vai ser uma peça chave pra ligar outras regiões, trazer. Então, vários trabalhos que a gente chama de desafios que a gente tá... tá indo atrás, tá... e tudo vai refletir pro associado, né, porque outro desafio é entrar numa rede, mas não uma rede grande no mercado, uma rede menor, isso seria pra questão dos ovos, melado, mel, vinhos. Então, a gente tem produtos assim, mas tem que dar aquela segurança pro associado, né, que realmente é viável. A questão técnica, que é que é um desafio constante de manter periodicidade no produto, não só ter ele, né, tu ter ele sempre. Então, são várias coisinhas assim, detalhes que envolve, né” (jan.2011).

Questões como qualidade e não quantidade são bem claras, assim como a importância da assistência técnica e a necessidade de aumentá-la. Quando perguntou-se, em aumentar a quantidade de associados para além dos 26 atuais, ou mesmo, sobre o trabalho da COOPER FONTE NOVA em relação aos não associados, foi respondido que há trabalhos com produtores não associados, também.

“Tem. Agora tu tocou num ponto bem interessante, assim ó, esses que não tem sociedade a gente trabalha com eles, como? Eles não deixam de ser produtores, porque a gente viabiliza a venda dele” (jan.2011).

“Merenda escolar, projeto PAA então, eles tem a saída do produto deles, eles não tem um prédio físico ali, mas é um produtor, produz alimento, tá dentro de um padrão, tem insistência. Então, ele não precisa ter, tipo frigorífico pra criar tomate, repolho, ele tem lá a estrutura dele básica, estufa, faz todo trabalho, semente de qualidade então, o produtos que ele precisa com a... com a... a cooperativa ajuda também. Nós somos cadastrado na SAKATA¹²⁰ que é semente japonesa então, traz um benefício. O produtor informal como ia te dizendo até há pouco atrás, ele tava pagando 950 reais pra três tipos de sementes: 950. Eu dei a mesma semente por 448 reais pra ele” (jan.2011).

“Lembra que te falei antes que tu só conhece o associado quando mexe no bolso dele? O cara poupou 500 pila, o que que tu acha que ele ficou com a cooperativa? E ele nunca paga anual nem mensal, nada pra cooperativa” (jan.2011).

“Então, isso que a gente tem que fazer. Infelizmente, é assim, né. Tu tem que dar alguma coisa e não pedir pra poder ter o cara ó. E é assim, é com tudo. Eu me sinto bem fazendo isso, sinto bem, ali é o reflexo do bem e eu quero isso. Nós queremos trabalhar pra eles também, o retorno depois é ter” (jan.2011).

¹²⁰ Desde a sua fundação em 1913, no Japão, a *Sakata Seed Corporation*, cria e oferece variedades diferenciadas e produtos de alta qualidade. Criação e desenvolvimento de novos conceitos e cultivares de hortaliças e flores e produção de sementes de alta qualidade genética e fisiológica. Desde 1994, com atividades no Brasil, em 1998 inaugurou sua nova sede na cidade de Bragança Paulista, em São Paulo.

Quanto às políticas públicas, sua importância e alcance são considerados. Se referindo ao PAA e PNAE, relatou sua existência como:

“aspectos positivos é que eles existem, excelente” (jan.2011).

“o PRONAF endividou o agricultor. A questão do PAA show de bola. Agora tirar a questão tributária, vender produtos pra ele é isento, só que tem um problema, eles limitam a agricultura familiar” (jan.2011).

Quanto a mercado:

“Nós... nós conseguimos entrar agora em nove municípios assim, mas toda entrega de produto com continuidade mensal é quantidade certa. Tu faz o projeto, esse ano foi pra nós foi excelente, que nós conseguimos mostrar o produto lá fora nos outros município, porque daí dali a pouco nós vamos abrir um outro mercado, nós vamos entrar no mercado lá do João e vão tá os produto porque o pessoal visa a merenda escolar. Então, isso... isso que ajuda nós. Mas produzir em grande escala pros próprios municípios aqui da nossa região nós vamos ter que se preparar muito bem ainda. Porque isso está se tornando o que? Costume trabalhar com comida, antes não era costume” (jan.2011).

“Que é a questão dos produtos, então... Tem um monte de idéia boa, basta ter um pouquinho de poder, o apoio do poder público, né. que até então a gente aqui dentro do município pra eles era um renegado, era... Como diz assim, eles viram que a gente era um... uma ferramenta pro município e não... tipo uma questão, saúde em uma questão política. A gente rasgou essa... E hoje eles tão entendendo que é uma ferramenta pro desenvolvimento pro município” “a imagem da cooperativa é muito grande” (jan.2011).

Também é dada importância à presença e contribuição do poder público. Já, quanto a limitantes relatou sobre capitalização da Cooperativa.

“A gente é meio carente nessa questão, porque a cooperativa não é capitalizada, entende? Se ela fosse capitalizada e conseguisse ter condições de tu bancar um empreendimento novo que dá... e dá condições do associado ver que é mais alto, de repente tu podia buscar mais pessoas” (jan.2011).

Expressando suas últimas colocações, falou-se sobre a continuidade do trabalho, enfatizando a busca constante de qualificação dos cooperados.

Também se conversou com agricultores, aqui identificados, como agricultor “B”.

Este agricultor “B”, além de produzir, desenvolve pesquisa com várias espécies de cana-de-açúcar – por exemplo, algumas das espécies desenvolvidas na propriedade, ele doa para outros agricultores cooperados ou não, da região. Antes da agroindústria, na propriedade também era produzido leite, “*o pai tinha vaca de leite, o principal era vaca de leite*” (jan.2011).

“A gente faz muita questão de produzir, dos sócios todos produzirem isso. Tem... tem galinha, tem de tudo, feijão, eles plantam, tem gado, a gente pra todos os trabalhador depois na safra a gente ocupa bastante carne, mas tudo é produzido aqui”. “Produzido aqui, tem batata, tudo essa coisa, mandioca, lá em baixo tem bastante cara plantando melancia, agora nem vence comer (*riso*)” (jan.2011).

“E daí, o fumo assim ele nunca plantou. Agora faz dois ano nós plantamo fumo nas resteva de milho, de cana, que é orgânico, tem um galpão ali de fumo orgânico” (jan.2011).

“E dá bem, hein, porque... só que cai de novo naquela questão que eu tava falando de mão de obra. Nem sei se nós vamo plantar mais, porque não tem mais mão de obra. Eles pagam 50% a mais. O ano passado nós ganhamo 130 a aroba” (jan.2011).

“É, antes plantava soja, milho, né, daí a gente fazia muita pastagem. Tinha... sempre tinha bastante vaca durante anos. Depois daí terminamo, né, pra montar isso aqui” (jan.2011).

Relatou-se sobre a importância de produção alimentar para subsistência das famílias, assim como, as trocas que envolvem esta produção familiar dentre a vizinhança da localidade. Também foi comentado sobre a problemática em torno da falta de mão-de-obra nos cultivos da propriedade, principalmente para culturas de fumo e cana-de-açúcar. Por outro lado, o agricultor “B”, menciona o Pacto Fonte Nova, assim como, um Programa do Estado que ajudou na opção de um dos principais produtos produzido por eles, a cana-de-açúcar.

Entretanto, fez questão de relatar:

“É tudo... tudo ajudou. Tinha o Programa do governo do estado, o Sabor Gaúcho aquele” (jan.2011).

“Daí eu tava também, eu tinha me formado, daí tinha intenção de fazer alguma coisa, né. Já tinha conversado com o pai e daí teve também o Pacto Fonte Nova, uma série de... E teve o PRONAF Agregar que tava começando assim, que daí nós pegamo no início 50 e poucos mil” (jan.2011).

“É, eu acho que o fato de eu tá me formando e ter vindo pra cá e quere fazer, isso foi o pontapé”. “E via... queria fazer algo diferente daquilo que tava sendo feito, né”. “E o meu pai sempre foi... ele aceitou bem a idéia então, tudo ajudou, né” (jan.2011).

“E daí depois, aí vem essas outras questões que é importante, né. O Pacto e tudo” “Porque se o cara lança um pacto aí, ninguém adere à ideia não adianta. O cara tem que ter coragem” (jan.2011).

Conforme relatado, o tamanho da propriedade é de 26 hectares, mas somando a área das outras famílias (ao todo são quatro famílias) chegam a aproximadamente 70 hectares. Sendo que de “cana boa são 18 hectares” (jan.2011).

“Humm, humm. É, a sociedade aqui começou com dez famílias, depois foi... na hora de fazer mesmo o negócio funcionar daí ficou quatro pra... pra tocar o negócio, né. Aí tamos até hoje com isso, com essas quatro, né” “quatro famílias” (jan.2011).

Na produção da propriedade, conforme retratado na Figura 1 há licores de diversos sabores e a cachaça, que é bem conhecida regionalmente e exportada para outros países.



Fotografia 1: Crissiumal – Cachaça Orgânica certificada e outros produtos
Fonte: Cláudio Maia (jan.2011).

E, quanto à produção de bebidas:

“É... agora esse ano esperamos produzir uns oitenta mil litro. Ano passado produzimo menos, nós chegamo a produzir oitenta mil, né, que eu agora queremos alcançar de novo. Mas teve seca, teve no ano passado a chuvarada, no fim também não deu muito. A gente achava que ano passado ia produzir bastante cana e também... era muita chuva”. “É, até hoje se for fazer uma média dá uns cinqüenta. Cinqüenta e cinco por aí” (jan.2011).

Sobre a comercialização da produção, assim como o mercado alcançado, a comercialização local e suas proximidades são bastante relevantes.

“É, a maior parte é na região aqui. Crissiumal é o principal, né”. “Que se vende assim muito a ..., a maior parte é... 80% é assim é aqui na região, Crissiumal, Horizontina, os município perto aqui” (jan.2011).

“Tem... pra exportação é pouquinho ainda, menos de 5%, porque... aí tem a outra parte que a gente vende assim, tipo manda até pra Porto Alegre alguns mercado maior, Feiras assim quando sai, mas pra exportação é pouco ainda. A recém tá... A recém tá começando. Tá começando, não. Começou há tempo, mas é demorado, né, demora tempo pra deslanchar” (jan.2011).

“É pra... pra Alemanha desde 2007, daí a... o ano passado foi mandado pros Estados Unidos, daí”... “Mil garrafa. Mas daí esse negócio pros Estados Unidos não foi nós que fizemo, foi... que pra Alemanha nós mesmo fizemo” (jan.2011).

Algumas de suas vendas para o exterior foram alcançadas a partir de contatos e participação em Feiras, Eventos e Palestras. Outro motivo das vendas para o exterior foi em detrimento da dificuldade de venda, inicialmente na localidade de Crissiumal, bem como em seus arredores.

“A gente foi nas Feira lá e contatou e daí fez. Aí exportou direto pro importador. Agora esse ano passado teve uma empresa aí de Horizontina, é um cara de Crissiumal que se criou aqui no e ele tem uma empresa de importação e exportação e ele arrumou o negócio lá. Daí, tipo a gente faz a nota de venda, ela sai a nota com o nome dele, vende pra ele, mas já pra exportação, né. É um outro esquema” “Eles dizem “*trade*”, que é um *trade* que faz o negócio” (jan.2011).

Sobre a venda para os Estados Unidos, interessante observar que, mesmo que a embalagem não diga que o produto é brasileiro, tráz a indicação do fabricante. Segue o relato:

“E com a marca dos americano dele, eles que tem a marca, não é nossa. Ela diz, diz onde é que é produzido, que é produzido por nós, isso. o rótulo é deles, mas diz, né, tem que dizer onde que é produzido“ (jan.2011).

“Foi mil garrafa de um litro. Pra Alemanha é garrafa de 700 ml”. “Foi só da branquinha assim pra caipirinha. Não foi envelhecida.” (jan.2011).

“Porque é... inclusive, na Alemanha também quando começou ia mais... mas hoje já vai e de igual pra igual, né, quando a gente manda vai a metade da envelhecida e metade da outra. Eles tão aprendendo assim tomar puro. Por ano assim até agora deu em torno de duas mil em média, por ano” (jan.2011).

No início, o fato de produzir cachaça provocou algum desconforto e comentários de vizinhos, amigos e familiares. Mas, por outro lado, e mesmo durante as férias da família o produto era por eles divulgado.

“o pessoal não acreditava ou achava que eu... eu e o outro sócio “Ah, esses aí”... Mas hoje o pessoal já tem credibilidade, acredita e vê que não, que nós viemos aí pra fazer o negócio andar. E também nós começamos a... a sair em Feiras e até Feiras internacionais. E aí começamos a divulgar “Ó vamos vender cachaça, vamos exportar” daí, quando nós falamos que tava exportando, daí abriu o mercado assim que não esperava aqui. A exportação até hoje, ela serviu pra nós vender cachaça aqui, não lá fora, né. Só pra isso” (jan.2011).

No início da experiência, as primeiras viagens.

“Que eu falei com o meu pai pra nós organizar. E daí ele falou com os vizinhos, aí começamos a associação. Daí na época o... tinha o vice-prefeito, era vice-prefeito, né, que ... Aí ele... nós falamos “Ó queremos ir viajar, conhecer”, daí ele tinha um ônibus, aquele ônibus da... da Educação, né. Daí as primeiras viagens nós fomos com aquele” (jan.2011).

“Daí ele tava lançando o Pacto Fonte Nova e tal, tal, fazia de tudo pra... pro negócio andar, né. Daí todo mundo aceitava assim até o momento de decidir implantar mesmo algo, né, de pegar financiamento essas coisas, botar a terra em garantia. Daí a maioria não quis” (jan.2011).

Como no início da experiência era difícil de vender, surgiu a ideia de vendas para fora, para o mercado externo.

“Foi o fato de nós tá aqui, no início era muito difícil de vender o produto, daí nós pensamos “Vamos vender fora. Vamos tentar exportar”, né. Achava que era fácil. E daí ganhamos apoio do governo federal, aí a gente legalizou aqui, certificou, né, como orgânico e aí conseguimos ir. Aí que fomos mantendo contato” (jan.2011).

Tal iniciativa, mercado externo, foi da família mesmo, não da cooperativa, nem de outra instituição. Relatando:

“nesse caso, pelo... eu, meu sócio a gente tinha... a gente estudou então, tem essa... conhece um pouco mais da porteira pra fora, né e vai atrás e busca, né. Então, isso que ajudou, né. Porque aqui... tipo o Pacto, tinha o Programa e tal, mas eles ... o pessoal daqui, né. Não tinha alguém pra dizer “Ah, vai lá buscar fora lá e... O caminho é esse”. Mas o pessoal não... o pessoal daqui como é que vai conhecer lá, né? Mas nós tava sempre andando, viajando e aí a gente saiu. Nós sempre saimo muito. Acho que se pegar aí dos 365 dia, mas no mínimo uns cento e pouco nós tamo fora, não tamo aqui. Eu e meu sócio” (jan.2011).

“e a gente recebe muito convite, encontro disso e daquilo de orgânico. Esses dia nós tava na formação da... da Associação Nacional dos Produtor de Orgânico no Brasil, foi fundado. Uma semana lá. (sorriso) E assim é. Daí agora em fevereiro também tamo indo pra Alemanha de novo, vamo ficar duas semana lá em cima e aí começa o ano” (jan.2011).

Através das viagens e participação em Feiras e Eventos, estabeleceram-se contatos e relações de interesse comum, assim como, associações e grupos de produtores, por exemplo, os de produtos orgânicos. Entretanto, foi relatado, que o apoio do Governo Federal possibilitou as primeiras participações em feiras no exterior, sobretudo na Alemanha. E, uma vez lá, surgiram pedidos tais como, “*Na Feira. Apareceram lá*” e “*Ah, tem produto, tem cachaça queremos comprar*”. “*o governo brasileiro bancou tudo*” (jan.2011). Sempre há mais brasileiros nesses eventos, pois conforme relato:

“O governo leva, aquela vez levou 60 empreendimento”. “Mas daí tinha os grande, os pequeno tudo misturado”. “Hoje não, é... os pequeno é separado” (jan.2011).

Relatou ainda, que ficaram sabendo que o governo brasileiro, via MDA, tinha tal possibilidade e recursos, devido a informação de um cidadão do município de Humaitá e que trabalha no MDA, como Assessor do Governo, em Brasília.

“Se conhecia do tempo do governo do estado, do Sabor Gaúcho. ... do.. daquelas... daquele Programa de... De agroindústria”. “Muitos, a maioria se conheceu ali, né, depois foi pra lá” (jan.2011).

E então, os contatos, os laços construídos e estabelecidos anteriormente, relações sociais e a presença do Estado, viam recursos e/ou políticas públicas, na questão da construção social de um mercado, possibilitando o alcance de um mercado externo.

Quanto à COOPER FONTE NOVA, o agricultor “B” informa que foi presidente, e depois vice-presidente. Entre seus comentários, lembra que hoje sente a falta de alguém que fizesse mais palestras, e que continuasse a divulgar as experiências.

“sim, eu ajudei formar. Fui sócio fundador. E somo sócio e foi importante a iniciativa pra., foi divulgado, foi... aquela vez tinha política pra isso, pra ajudar a construção. Nós recebemo aqui ajuda, apoio, né. E depois teve a questão da,,, das visitas que eram organizadas que vinha, agora diminuiu bastante, né. Mas pra nós sempre foi muito bom. Vinha ver excursão” (jan.2011).

“Às vezes, era alguma Feira, né, eles organizam também, ajudam organizar. Mas ainda falta um pouco, eu acho que tipo aquele trabalho que a gente fez aqui de sair, de buscar, de repente lá tinha que ter alguém saindo mais, buscando mais, né” (jan.2011).

Ainda, além da falta de palestras, falou sobre a redução das excursões.

“É que ... bom, o Walter saía... saía a dar palestra e aí depois ele foi trabalhar pro Mato Grosso então, aqui na região ele não... Daí o povo ouvia falar e tal e via na palestra dele “Ah, então, vamo lá conhecer””. “a gente já sabia que isso não ia durar muito assim tanto, já tava... porque ele não ia ficar todo tempo dando palestra assim, né” (jan.2011).

Entretanto, sobre a criação da Cooperativa e concepção inicial, relatou:

“É, ali até o... quem incentivou muito foi o Walter, né, aquela vez pra tentar separar um pouco da Prefeitura e ter algo que caminhasse com as próprias pernas, porque ele mesmo sabia que... eu acho que ele imaginava que a Prefeitura ou o cargo político ali dura pouco, né. E daí foi... foi incentivado assim. Partiu, né, não foi nós que... isso é claro, dá pra deixar claro que não foi nós que “Ah, vamo criar”, é ele que incentivava” (jan.2011).

Já quanto às políticas públicas, relatou sobre o PRONAF, assim como, a contribuição da extensão rural:

“O PRONAF, esse Programa, foi assim sempre da EMATER pra fazer os projeto”. “Se não... não tivesse desde o PRONAF Agregar que a gente acessou

pra comprar equipamento e tal, se não tivesse era impossível”. “Agora o Mais Alimento, compramos um trator também pra melhorar, tudo isso”. “... agora nós temos custeio de cana orgânica” (jan.2011).

Sobre o custo de produção, foi comentado que aumentou bastante devido à falta de mão-de-obra. Entretanto, pretende-se investir mais na produção de outros produtos. Por exemplo, “*tem a questão do álcool que tem... já procuraram nós, pra produzir álcool farmacêutico*” (jan.2011), ou mesmo a produção de essências, as plantas medicinais, que já plantam e realizam testes.

“coisas também, né. Uma vez nós fomos pra Feira lá na Alemanha, Feira de Orgânico, levamos ali do pólo da Unijuí amostra de essências e chás assim e oferecemos lá pra ele. Ah, queriam comprar muito, né. Daí... mas aí nós voltamos e ficamos quietos” (jan.2011).

Quanto ao investimento, informou que “*hoje tem já capital enorme. Capital... foi investido, já uns 300 e poucos mil contando terra e equipamento, tudo*” (jan.2011). A renda média das famílias melhorou. Assinala que:

“E dentro da... digamos, dentro da propriedade, da casa tem melhorado tudo, né. Sim, tudo. Desde assim... bens assim, até automóveis ou moto todos tem, que antes nem tinha, né. Ah, mas é... É que é difícil falar, porque... que nem eu falei antes tem... se gera uma quantia e se investe. Então, o capital aumentou muito, talvez... não que a renda aumentasse tanto. Mas a sociedade hoje tem capital bem maior, né.” (jan.2011).

Para o agricultor “B”, desenvolvimento rural:

“É... eu acho que é isso aí, é questão do desenvolvimento rural no nosso caso familiar em primeiro lugar é a produção. Porque tem muito colono aí produzindo, que se ocupa só com fumo, daí depois vai comprar... eu vi muito isso aí agora ali, chegou Natal não tinha porco pra matar, tinha que ir no vizinho ver se tinha pra vender. Às vezes, até uma galinha ou cria lá em cerrado que nem aqueles grandes criadores, né. Só que isso... melhor seria que... ele não faz conta, porque se ele produzir primeiro o alimento dele, ele já economizar só ali um mundaréu. Então, se perdeu muito isso, do cara muito sei lá, capitalista, não sei se é capitalista de só ficar em cima de uma cultura e dali ir no mercado e comprar tudo. E tem a questão da qualidade também do alimento, que vai comprar nunca é igual ao que se produz aqui. Então, acho que isso aí alguns se dão conta, tão aprendendo que em primeiro lugar ele tem que produzir o alimento dele. Daí ver alguma outra coisa que ... que é vantagem vender, que é vantagem plantar pra vender pra comercializar, mas daí também tem... ter uma renda, né” (jan.2011).

Questionado sobre sua formação, sobre o incentivo para sua volta ao campo, uma vez que, cursou Pós-Graduação na capital do Estado, na área de desenvolvimento rural.

“É a qualidade de vida. Acho que o fato de eu ter me criado, eu nunca me adaptei na cidade. A cidade me dava estresse assim de... a questão de espaço, sei lá o que que... alguma coisa que acontecia que eu não conseguia me adaptar”. “Daí mesmo o ano passado eu trabalhei um tempo aqui na Prefeitura e tem um outro sócio que trabalha, que ainda trabalha na Prefeitura, é Secretário do Planejamento, nós... nós ia e voltava. E alugamo uma casa pra ficar lá, não ficamo nem um dia. Nós não conseguia, até hoje, o meu sócio até hoje ele não consegue” (jan.2011).

“Então, eu estudei também, fiz Agronomia, fiz... Desenvolvimento Rural eu fiz lá na UFRGS, foi a primeira turma lá de Mestrado. E daí cheguei num ponto assim que eu pensei “Mas eu tenho que ver como que é esse negócio de desenvolvimento rural na prática, não só ler nos livro” (jan.2011).

“O pessoal logo que eu vim pra cá, os vizinho ficavam olhando assim “Bah, mas esse cara ou ele... eu acho que é foragido da policia” (*riso*). “Alguma coisa ele fez pra lá, pra ele voltar aqui” (jan.2011).

“Com certeza, isso eu tenho segurança em falar que se precisa muito mais conhecimento e tudo pra tá aqui do que pra tá lá numa fábrica ou qualquer outro lugar. Porque aqui todo dia a coisa tá acontecendo. Tu vai plantar, né, num ano é de um jeito no outro já mudou e pra ti conhecer tudo não é fácil” “Quando tu acha que aprendeu alguma coisa no outro ano já “Não é bem assim. Já mudou”, né. A planta tu observa, né. Que se entrar na área de produção orgânica então, nem se fala, porque não tem muita coisa ainda” (jan.2011).

Bastante enfatizado foi que,

“Eu... eu não tinha assim muito conhecimento assim também, né, porque faz... estuda Agronomia só aprende agricultura convencional, né. Daí a gente buscou. O que eu aprendi mais foi estudando Extensão Rural, Desenvolvimento Rural. Mas não na Agronomia. Daí então, todos esses fatores ajudaram” (jan.2011).

Sobre conselhos recebidos: O pai...

“ele também falava que tinha que estudar. Ele assim não dizia que... que aqui é muito ruim. Só dizia que... que era melhor estudar, né. Daí por ter nascido e me criado acho aqui, eu escolhi Agronomia e depois entrei nessa área. E lá estudando, eu acho que teve um momento lá que definiu dentro da universidade, porque conforme a área que eu pegasse lá eu não voltava mais, né”. “Mas daí quando eu comecei a estudar na... Em Santa Maria comecei a estudar área de Extensão Rural, daí que se abriu a discussão pra mim, né, de entender a agricultura familiar e que era importante. Acho que lá, lá que determinou a minha

volta. Depois fui pro Desenvolvimento Rural, porque dependendo a área que eu fosse eu não ia entender isso” (jan.2011).

Finalizando, relatou-se que também constituíram a Cooperativa Regional das Agroindústrias Familiares Ecológicas do Vale do Rio Uruguai, a COOPERAFE Brasil Trento, conforme o Brasão na Fotografia 2.



Fotografia 2: Crissiumal – Brasão da COOPERAFE e a indicação de origem, Colônia Nova, das propriedades associadas

Fonte: Cláudio Maia (jan.2011).

Na sequência das entrevistas realizadas em Crissiumal, também ouviu-se relatos da extensão rural.

A extensão rural em Crissiumal assume papel importante desde o início do processo. Conforme relatado pela encarregada do escritório de Crissiumal no tocante às relações entre as entidades e instituições locais:

“é... tem que ter uma pessoa que lidere. E assim ó, uma coisa... e estratégia, né. O que aconteceu com a EMATER? Quando eu vim pra cá a EMATER não falava com a Prefeitura, porque o funcionário da EMATER tinha sido candidato a Prefeito e tinha perdido as eleições. Então, ficou toda EMATER contrária à Prefeitura, né. O Walter então, que era vice Prefeito, o vice. O que que eles fizeram? A estratégia deles foi ir por mim que tinha chegado aqui e que não tinha nenhum vínculo político e aí começar a conversar de novo com a entidade. A mesma coisa eles fizeram no sindicato. O funcionário que não tinha vínculo político eles chamavam pras reuniões, né. Assim desvincular esse lado e fazer as entidades entender que é necessário se fazer isso, né. Ainda existe, né, assim coisas que... que, por exemplo, ainda existe funcionários que não vão... por

exemplo, eu agora, eu não participo da reunião lá da assistência social, vai então, o Bin e o Walmor¹²¹, mas por uma razão que... mas não que a EMATER não vá, né. Aí eu no caso, eles não largam. Isso existe assim, né, não tem problema nenhum, mas não deixa... se tem algum evento eu vou lá, trabalho da mesma forma, mas na hora de sentar é melhor ir alguém que se dê bem e que resolva acertar do que depois ficar lá de bico, né. Então, a gente tenta fazer assim. E eu acho que não foi tão difícil assim. No início foi, mas igual as coisas se acomodaram” (jan.2011).

Entende-se que entre as estratégias, objetivou-se o consenso entre todos os envolvidos, independentemente de viés e/ou interesses que não fossem o senso comum. Quanto ao consenso e relações entre as instituições locais. Outro extensionista comenta:

“é, na verdade, eu acredito assim que existe um... vamos dizer assim uma visão, um planejamento de futuro assim, né, pra que lado vamo... vai a agricultura, o agricultor, qual é a... E eu acho que todas as entidades mais ou menos teriam a mesma visão que, digamos assim, a agricultura familiar do produtor, que é a questão da atividades a... leiteira, a diversificação, diversificação, né. Em cima da diversificação então, agregação de valor por isso... tentar quebrar essa coisa de os outros botarem preço. Essa visão acho que é de um todo, né, digamos da... dessa... do pessoal, né, das entidades assim, né. Por isso que tem... foi ouvido a ACI, porque daí a ACI congrega parte da... do comércio da indústria, aí a melhor remuneração talvez disso aí, um gasto maior disso aí, tudo isso faz com que há um desenvolvimento maior, né. Não é questão só do agricultor rural, mas isso reflete também no meio urbano aqui” (jan.2011).

“então, por isso que... também tem essa visão, né, essa visão de... agregação de valor, diversificação de cultura, não depender só de uma... de uma cultura só e... e até esse conhecimento é interessante, essa visão é experiência de vivência do... de ter viajado, ter conversado, ter discutido, deu essa... deu essa dinâmica, deu esse objetivo nas entidades e elas pararam conversaram e atracaram os seus planos, os seus métodos. E aí foi criação, digamos, especificamente, que uma ação, digamos, de agroindústria vai se refletir lá em outras atividades também, né, isso tá junto daí” “faz com que a gente busque e aí também automaticamente o lado produtivo a cobrança é maior e automaticamente começa a pedir informações, que aí todo mundo vai ter que dar uma resposta também, né e aí amplia os conhecimentos de ambas as partes daí há essa interação. Então, eu acho que tu transmite conhecimento, mas aí... no transmitir o conhecimento e coisa, vem uma revolta, uma demanda também de conhecimento e aí você tem que procurar esse conhecimento com outros ou com... de alguma maneira, né. Então, isso aí que faz com que... isso... eu acredito assim, né” (jan.2011).

“... Então, eu acho que isso aí faz com que... há uma.. mexe em todas as cadeias e segmentos, né, acaba mexendo...” “mexe em tudo, né, aí tem mais, tem mais condições de repente de... e o comércio diz exatamente isso, eu acho que isso agregou, mexeu com isso, aumentou as potencialidades” (jan.2011).

¹²¹ Ambos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR de Crissiumal.

O extensionista complementa:

“é, eu vejo aí também, né, a importância que o comércio tem e a valorização que ele tem com esses Programas também, né. E sempre tem apoiado né, se tu pega, né... Eu acho que é um papel importante se tu pega que a própria ACI também, né, se envolve, envolve, né, o comércio, a indústria, tudo, né. Porque em qualquer Programa, né, a gente cita que o próprio... o Via Lácteo¹²² naquele momento que foi feito vários cursos, vários tempos, né e aí isso de ficar dois, três dias, né, de treinamento tinha várias empresas que apoiavam e que bancavam, né. Um auxílio pra alimentação, transporte e junto com o poder público também, né. E isso tu percebe que com isso o que que ocorreu? Nós temo, nós essa diversificação e o comércio nosso não sente tanto, né, não vende só naqueles momentos, duas, três vezes por ano, dependendo de duas, três cultura, né. E sim, é recursos que acabam gerando, né, dentro do comércio e isso vai pra uma cooperativa, vai pra uma farmácia, vai pra um...né, uma loja, vai, né, envolve todo... toda estrutura do... do município e da região mesmo, né. É uma compra de peça, é uma..., um equipamento, uma melhoria na própria qualidade de vida de cada um” (jan.2011).

O outro extensionista retoma e fala que “*o município dentro de suas limitações tem... é o que mais tem atuado ou feito algum, alguma coisa em benefício do desenvolvimento do Programa em si, né*” (jan.2011). Logo, identifica-se que, desde as primeiras tentativas de promover a interação e indução da participação de diferentes atores e instituições locais nas discussões que alavancaram o processo e experiências de Crissiumal, está sinalizada e marcadamente presente a tese da incrustação (*embeddedness* ou empoderamento).

Quanto à COOPER FONTE NOVA, um dos entrevistados comenta:

“eu acho que ela é fundamental pra o pessoal da agroindústria, né. Eu acho que ela regula, ela tem o marketing, faz... tem a tendência de ela organizar a produção, ela tá arrumando negócios pra frente então, eu acho que o Fonte Nova é uma cooperativa que defende os interesses deles como agroindústria, eu acho que... né, que o caminho realmente é longo, né. Mas eu acho que é essa aí, eu acho que eles tão indo crescer pra esse papel. Então, eu acho que poder ser uma maneira de tornar e qualquer Programa assim não é para todos, né, mas ao menos pra esses aí...” (jan.2011).

“a gente... acha que poderia ser talvez um pouco mais agressiva, mas não é tão simples assim também, né. Tem limitações de recursos, né, espaço e não ter uma produção tão segura, o ano todo regular, né. E sempre o comércio também, os outros de fora também tão sempre... procuram também sempre dar, ganhar o mais possível, né, o comércio é livre, né, negociação. Mas eu acho que foi, foi e é fundamental, sem isso não... não tem como, né. Eu acho que ela regula, ajuda a

¹²² O Via Lácteo – um dos primeiros Programas ocorrido no início do processo da Fonte Nova.

emissão de notas e poder vender fora do município, tipo assim, né, negócio, sem a cooperativa não teria como numa estrutura desse tipo aí funcionar eles” (jan.2011).

Já para o outro colega.

“em cada... e cada agroindústria separada, né, dali a pouco não teria espaço de... de crescimento com um conjunto, né, através da cooperativa isso facilita, né. Muitos Programas, né, que individual dali a pouco seria mais complicado ou bem complicado, né, merenda escolar, né, os PAA, né. Então, esse processo a cooperativa faz, organiza pelo menos, né. Faz o meio de campo todo aí, né” (jan.2011).

Nos últimos relatos, assim como, em outros, identificou-se novamente, – uma certa preocupação, comum a todos: a manutenção das relações sociais entre os atores envolvidos; e a contribuição que isto tem no alcance de um mercado. Assim como os frutos colhidos pela experiência para todos – o que nos leva à noção de uma construção social das relações mercantis. Então, nota-se que as discussões, o trabalho em grupo tem sido construído e possibilitado implementar uma gestão estratégica e uma certa autonomia, em termos de mercados alcançados, dentro e fora do município.

Então, nos diversos relatos presenciados identificou-se muito, em comum, à racionalidade do processo. O entendimento da sociedade e os objetivos do processo estão claros para todos. A questão é o trabalho em grupo, onde conta-se com a participação de toda a sociedade local, uma questão de coletividade.

Conforme um dos incentivadores do processo, “A... a lei do pacto Fonte Nova, é uma lei genérica assim que diz que “O município institui o Programa de Desenvolvimento Municipal estimulando agroindústrias” e tal”. “É uma lei... lei assim que obriga o poder público a apoiar, né...” (jan.2011).

Noutro comentário, outro dos importantes atores, do meio político da sociedade local e que, naquela época era extensionista, lembra que no início do Pacto Fonte Nova:

“a gente criou uma lei que nos permite assim incentivar qualquer iniciativa que for lá de... de... Se o cara nos provar aqui que ele quer criar cobra aí, né, vamos

supor, só pra gente ilustrar”, “que nos prova que tenha comércio pra isso, que isso tem mercado, que é isso é viável, nós... nós temos uma lei que nos permite... permite dar o auxílio, né”, “aí ele conversa com os técnicos e aí é arredondado mais ou menos o projeto, vai pro Conselho de Política Agrícola, que dá um aval”, “o nosso Conselho de Política Agrícola, ele é composto assim; são ‘x’ entidades ligadas à agricultura, né e ‘x+1’ agricultor pra dar... pra que seja um fórum de... de discussão e de... deles também, pra ver o ... né”, “não fique só na decisão do técnico. Porque o técnico já tá em outras instâncias, né então...” (jan.2011).

“Então, isso... isso é uma visão pública de todos aqui, né. Outra coisa assim que... os próprios Programas como o Fonte Nova, como esse... essa lei que eu falei há pouco que a gente criou que possibilita nós investir, injetar dinheiro na agricultura. Lei essa nossa que tem um nome de Programa Desenvolver, né, então, que nos permite assim, surgiu lá uma.. uma opção de... uma alternativa de diversificação ou nem que seja de diversificação não necessariamente tenha que ser, mas nos permite ajudar, né” (jan.2011).

Outro dos atores e grande incentivador no processo iniciado, fala do consenso trabalhado e construído na comunidade. Sobre as estratégias usadas para unir as entidades, que não eram unidas.

“cada reunião nossa tinha no mínimo um representante do Sindicato dos Trabalhadores e do Sindicato Rural, sem preconceito. Um representante da Igreja Católica e alguns representantes das Igrejas Evangélicas, sem preconceito, né. O... a Câmara dos Vereadores representada por vereadores escolhidos entre eles de forma democrática e todos os que quisessem participar. Nunca... né. A Associação Comercial, Cotrimaio e Cotricampo, né, sem nenhuma distinção. O Sicredi, porque eu vinha do Sicredi, o Sicredi, mas também se olhar lá o Conselho do Pacto Fonte Nova o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banrisul. Então, tratar isso sem nenhum, sem nenhuma discriminação. Isso gerou todo... muita discussão. Aqui se fazia os grupos, aqui tem... aqui é muito tradicional a fazer grupos assim de amigos que se reúnem uma vez por mês pra fazer festa” (jan.2011).

“e nós conseguimos fazer os empresários enxergarem que, se o produtor tiver renda, tiver dinheiro no bolso, ele fará negócios e com segurança, né. Isso é todo um processo, porque a gente tá com esse mesmo discurso durante um, dois anos, né, repetindo sempre essa mesma... essa mesma questão. Nós falamos tanto em leite que um dia apareceu um produtor pra mim e disse do padre no domingo “Eu não agüento mais. No domingo o padre em vez de fazer o sermão, ele falou 30 minutos, falou no mínimo 20 minutos da importância do leite. Faltou só fazer a consagração lá no...”(risos) “Em vez de vinho com leite” (risos) “nós vamos virar... nós vamos sair da monocultura da soja pra monocultura do leite”, porque nós tínhamos, trazíamos os padres, os pastores nas reuniões pra discutir desenvolvimento” (jan.2011).

Comentou-se que um dia qualquer, perguntou-se numa reunião:

“é. Na verdade, a partir da compreensão do que é a ACI, são os empresários. O que... qual é a atividade econômica, o município vive do que? da agropecuária”
 “Então, portanto a Associação Comercial tem que discutir... tem que discutir desenvolvimento rural” (jan.2011).

É uma questão de construção social, uma vez que muitos têm participado do processo. Então, questionou-se sobre vários assuntos. Percebe-se novamente, que há algo em comum no modo de pensar e agir: a coletividade, e que predomina no senso comum da sociedade local.

Ouvindo a representação do sindicato do trabalhador rural, quanto ao desenvolvimento rural. Relatou-se:

“eu penso que ele tem que ser participativo, tem que ser ouvido todas as categoria, né. Tu tem que ouvi desde... desde o minifúndio, né, dentro do município, todas as forças vivas, né, quando tu fala “as forças vivas” tu fala cooperativas, tu fala o Conselho, tu fala a Prefeitura Municipal, tu fala vereadores, né. Acho que toda essas força tem que ser ouvida primeiro pra depois se pensar num desenvolvimento” (jan.2011).

Interessante considerar que em muitos relatos foi mencionada a expressão “forças vivas” como a crença na força dos atores locais como expressão da racionalidade e da força da experiência local. Entretanto, quanto à existência de divergências, atritos:

“eu não tenho problema, eu vou dizer pra vocês, eu como o nosso concorrente, dizem oponente. Não me dou relativamente bem com o (...). Ele vem aqui e toma um chimarrão, eu converso com ele e, quanto ao Fonte Nova, não tem problema. EMATER, não temos problema, tá? Eu acho que aqui em Crissiumal tá correndo, não 100%, nunca, tá? Eu acho que tá concorrendo normalmente, a situação a...”,
 “Ah, eu vejo assim, aqui em Crissiumal é supernormal. Pode até não concordar, né, mas também não são inimigos e...né” “mas todo mundo no possível tão colaborando” (jan.2011).

Outro ator local, um supermercado. Sobre produtos, a gerência e uma das proprietárias comentam o seguinte:

“olha, pelo que eu saiba no passado o mercado trabalhava com praticamente todos os produtos. Hoje são alguns itens que tem aqui, tem melado, tem cachaça, tem mel, biscoito eu sei que não tem mais, até porque a gente tem uma padaria aqui dentro, então só tem os biscoitos daqui”, “no início eram todos os produtos que tinha aqui dentro”, “até porque tinha muita excursão, aí o pessoal vinha e ia

direto naquelas prateleira... na prateleira do Fonte Nova. Ficava exposto tudo junto (jan.2011).

“A cidade se identifica bastante com o Pacto Fonte Nova, com os produtos, tu lembra de Crissiumal, tu lembra do Fonte Nova. Eu acho que o nome marcou bastante a cidade” (jan.2011).

Já sobre o Fonte Nova, quanto a contribuição da experiência, foi relatado:

“eu acredito, porque agregou renda pra muitas famílias, conseqüentemente o mercado, ele ganhou com isso também, porque as pessoas tendo uma renda maior, né. E eu sei lá, porque eu quero dizer que o produto que o lá da agroindústria produzia e trazia pro mercado, acabava... porque o cara trazia os produtos, mas acabava levando alguma coisa do mercado. Então, o mercado também ganhou com isso. Eu acredito que o estabelecimento em si ganhou com isso, com as próprias excursões e porque o Programa era excelente, eu acho que ele agregou valor sim, ao assim pro mercado também”, “Não e se nós... o Programa até hoje tá ligado ainda ao Pacto Fonte Nova, porque a gente tem uma ligação, né, então, acredito que o mercado está inserido aí dentro do...eu acredito que sim” (jan.2011).

Sobre a indicação de pontos negativos:

“o bom é que a gente quer produtos de qualidade. Tem um selo, tu já sabia qual é o produto que tu adquiria, né. Então, eu acho que isso foi assim uma das coisas boas assim que trouxe muita qualidade nos produtos, né. E eram produtos mais naturais e isso tudo, né”, “Eu até nem vejo pontos negativos assim” (jan.2011).

Já, o proprietário de um dos restaurantes da cidade, comenta:

“o vinho eu trabalhava com várias marcas de vinho e hoje eu só tenho do Fonte Nova, porque eu acho que tem que valorizar o que é nosso. O salame eu tenho aqui, sucos que eu faço ao meio dia e a... o café também só produtos do Fonte Nova, né. E todos os produtos que... que eu posso consumir, que eu posso ter, eu tenho adquirido do Fonte Nova” (jan.2011).

Outro dos fundadores da Cooperativa e produtor de vassouras, sobre o Fonte Nova, união entre as entidades participantes e outras insituições, relata que:

“e bastante essa união, eu acho que é porque as pessoas tanto da EMATER quanto da Prefeitura, Secretaria da Agricultura, Cotrimaio e Cotricampo, todos se conhecem”, “Eu acho que por ali é que dá esses acordo, entre o conhecimento um com o outro assim eu acho que ali é mais fácil de fazer um acordo do que com pessoas que não se conhecem”, “que facilitou, eu, pra mim facilitou bastante esse acordo tudo, porque todos se conheciam, todos” (jan.2011).

Como outra das experiências ocorridas no processo, o produtor informa que no ano de 2008 recebeu, na cidade de Esteio, o Troféu Pioneirismo Rural em Agroindústria como uma das mais antigas agroindústrias. Então, o produtor mostra a máquina que construiu para a produção de vassouras (Fotografia 3) e relata “*Porque eles reconheceram que o meu produto é um produto de excelente qualidade*”, “*já tô industrializando vassoura, já há dezoito ano*” (jan.2011).



Fotografia 3: O produtor e sua máquina construída para auxiliar na produção de vassouras

Fonte: Cláudio Maia (jan.2011).

Interessante apontar, que em Crissiumal, tem sido caracteristicamente construído e coletivamente trabalhada a idéia de uma gestão cooperativa estratégica cujo ambiente e envolvimento dos associados é tal, que chega a quase prevenir articulações contrárias ao processo. Na racionalidade localmente construída, assim como, no âmbito dos cooperados a gestão tem sido conduzida de maneira estratégica, de forma que o ambiente e as vivências parecem não propiciar comportamentos oportunistas que tentem tirar vantagem das formas de comercialização, ou mesmo, eventuais situações, nas quais algum ator tente criar situações do tipo que forme grupos que tentem dominar o mercado onde estão inseridos (ou que estejam buscando inserção), uma vez que, tal constrangimento parece ser coletivamente percebido como uma situação que possivelmente enfraqueceria o conjunto dos produtores, face à sua realidade e ao mercado. Conseqüentemente, até o momento não se tem registro que algum produtor tenha se entregue a *ameaças* que venham a romper o clima de bom

entendimento necessário ao funcionamento do processo de desenvolvimento local, assim como, o de bom entendimento necessário ao funcionamento dos mercados alcançados.

Por outro lado, além de apresentar processos inovativos, assim como, iniciativas em torno de uma gestão estratégica do processo e envolvidos de Crissiumal, importante assinalar que, aí pôde-se identificar a aplicabilidade da tese da incrustação (*embeddedness*, ou empoderamento) visto que, não só nos relatos, mas nas ações, atividades implementadas e no discurso da sociedade local é forte e caracteristicamente identificável a preocupação em retratar a importância do esforço coletivo construído e estabelecido, assim como, a busca de coordenação dos atores. E, é nesta constatação, que pode-se novamente nos referir à sociologia econômica de Granovetter cujas proposições sociológicas fundamentais por ele defendidas são de que, primeiramente a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada referindo-se apenas aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; e, em segundo lugar, que as instituições sociais não “brotam” automaticamente tomando uma forma incontrolável; as instituições são construídas socialmente (STEINER, 2006, p.28).

Já, no item 5.2, a seguir, nas experiências verificadas na localidade de Santo Antônio da Patrulha, ver-se-á, por exemplo, contextos em que ou há conflitos entre as empresas que atuam no mesmo mercado em detrimento das iniciativas da pequena produção de propriedade familiar, ou há uma tentativa quanto à mudança da estrutura interna das experiências, surgindo, de certa forma, uma concepção do controle em termos de vendas e marketing, utilizando-se o discurso da padronização (os serviços de marketing parecem serem favorecidos em detrimento dos ligados à grande produção de regime industrial). As concepções a respeito dos controles são uma forma local de cultura, definindo a maneira de agir nessa forma de coesão particular, a concorrência (algo como uma certa agressividade mercantil, ou algo, assim como, um certo oportunismo, que coloca em risco as relações de confiança, o mercado ou sobre o mercado).

Logo, é importante esclarecer que, tanto na experiência de Crissiumal quanto na de Santo Antônio da Patrulha, o contexto social no qual estão inseridas as relações mercantis é crucial, assim como, a identificação das mediações sociais e das formas de articulação que

permitam a atuação dessas mediações. Conforme Steiner (2006, p.75), tal contexto é de importância na perspectiva da sociologia econômica.

5.2 A experiência de Santo Antônio da Patrulha

Este item aborda a caracterização da experiência realizada em Santo Antônio da Patrulha, iniciativas em torno da tentativa de padronização da produção local, assim como, retratar a concepção do processo em torno da Cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar e derivados, denominada por COOPERCANASUL, como uma representação de cooperativismo local. Tratar-se-á de caracterizar os atores envolvidos, o público alvo alcançado na participação e/ou interação no processo associativo, percepções de mercados e políticas alcançadas. Quanto às constatações, procurar-se-á relacioná-las a contribuições teóricas que possam dar conta como opção explicativa da amplitude e alcance das lidas diárias retratadas nos relatos apresentados, assim como, tentar-se-á identificar a lógica ou a racionalidade e a consequente percepção partilhada na experiência.

Pesquisando-se sobre o que a localidade apresentava como iniciativa ou mesmo alternativa produtiva e de inserção mercantil aos agricultores familiares, chegou-se ao denominado Programa de Qualificação Produtiva Puro Engenho, no qual os produtos identificados seriam, o melado de cana e o açúcar mascavo. Basicamente, a idéia era de “*certificação monitorada e controlada da matéria-prima*”, conforme consta no folder do Programa.

Conforme material fornecido pelo responsável local da EMATER/RS-ASCAR em Santo Antônio da Patrulha, “O Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e do Açúcar Mascavo, teve seu início em julho de 2006, a partir da iniciativa conjunta de entidades locais/regionais preocupadas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Local, da cana-de-açúcar e seus derivados, do município de Santo Antônio da Patrulha, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul”.

Conforme consta num dos informativos de divulgação do Selo Puro Engenho fornecido pela EMATER/RS, escritório de Santo Antônio da Patrulha, “Assim, agricultores familiares produtores de melado e açúcar mascavo, e empresas produtoras de rapadura foram mobilizados e incentivados a desenvolver um processo produtivo, da cana-de-açúcar ao produto final, com mais qualidade, seguindo normas que respeitam a legislação ambiental, trabalhista e sanitária. Dois anos depois, nasce uma linha de produtos com qualidade diferenciada, objetivando a conquista de um mercado cada vez mais exigente”. Somente as empresas participantes identificariam seus produtos, com o Selo de Empresa Participante no Programa de Qualificação Produtiva Puro Engenho, conforme a Figura 8.



Figura 8: Selo de Empresa Participante no Programa de Qualificação Produtiva Puro Engenho¹²³

Fonte: EMATER/RS, Escritório de Santo Santo Antônio da Patrulha.

5.2.1 Relatos e percepções de Santo Antônio da Patrulha¹²⁴

Nesta parte do estudo, apresentam-se considerações e percepções quanto à experiência de Santo Antônio da Patrulha.

¹²³ Conforme disponibilizado pelo SEBRAE, no ano de 2009, numa campanha nacional de divulgação para a conquista de potenciais clientes, levantamento mostrou nove estados como clientes potenciais para que as empresas envolvidas e a Cooperativa tivessem suas marcas divulgadas para 950 clientes potenciais, entre atacadistas e supermercadistas. O Programa voltado ao melado e o açúcar mascavo foi apresentado na Brasil Cachaça 2009, como modelo de governança empregado no Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e Açúcar Mascavo com produtos identificado pelo selo Puro Engenho. Disponível em <<http://www.sebrae-rs.com.br>>. Acesso em 12 jan. 2011.

Dada limitações no contato, a recolha indireta de informação via site, não foi possível elementos caracterizadores deste ator. Sendo possível apenas aproximar seus traços essenciais como: ligado à posição estrutural e a ação de atores empresariais, assim como variáveis socioeconômicas dos atores.

¹²⁴ Optou-se por denominar os entrevistados, tal como, por exemplo, agricultor SAP1, agricultor SAP2, e assim, sucessivamente. Na transcrição das entrevistas foi mantida a expressão e fala original do entrevistado.

Assim como na outra localidade objeto deste estudo, em Santo Antônio da Patrulha, inicialmente, o entrevistado ficou à vontade para tratar e falar, e esperava-se que à medida que se conversava fluísse o diálogo e as questões fossem sendo respondidas. Entretanto, num segundo momento e à medida que o tempo avançava, quando algumas questões não ficavam claras e/ou objetivamente discorridas, esclarecidas, nestes casos, as questões passaram a ser direta (formalmente) aplicadas. Entretanto, à medida que se conversava, notou-se que o entrevistado sentiu-se mais à vontade, a conversa mais relaxada, embora ainda permanecesse com aparente (ou certa) preocupação, desconfiança. De qualquer maneira, a amplitude e interesse apresentado quanto a exposição das experiências, lidas e/ou racionalidade local propiciou conteúdo que possibilitou a identificação e/ou caracterização do contexto no âmbito de Santo Antonio da Patrulha, tal como o ambiente da Cooperativa como movimento associativo local.

Neste momento transcrevem-se o relato do representante da COOPERCANASUL. Como o local, onde foi inicialmente construída a sede da Cooperativa está situada em local distante e de acesso dificultado, atualmente, a cooperativa está provisoriamente instalada num prédio cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, depósito a custo zero, assim como o transporte, quando necessário. Conforme a Fotografia 4, veja-se a identificação da Cooperativa.



Fotografia 4: Identificação da COOPERCANASUL

Fonte: Cláudio Maia (out.2011).

Em relação às potencialidades da COOPERCANASUL, a liderança da Cooperativa relatou que:

“tem potencial. Tem agricultor que quer produzir. Falta esse posicionamento. Falta equipamento para industrializar e vender. Não tem-se logística para vender, para entregar, para viabilizar” (out.2011).

“o final do negócio, a comercialização, isso não tem. Se houvesse comercialização, sem dúvida teria como expandir, e aí apareceriam mais propriedades” (out.2011).

Relatando que há dificuldades quanto à comercialização, assim como, problemas de logística de transporte aliada a falta de autonomia e capacidades próprias por parte de alguns dos agricultores familiares.

Quanto a alguns atores e/ou parceiros de trabalhos, foi relatado que:

“o SEBRAE¹²⁵, no início, montou toda a estrutura administrativa, de 2004 a 2006, estatuto, começou a trabalhar com os agricultores, porque achou um nicho. Não sei se foi o órgão público, ou eles mesmo, que viram esse potencial e deram o início” (out.2011).

“o SEBRAE, acharam que a cooperativa estava pronta. Existia a um, dois anos para um consultor. Deu dois anos, não tem mais dinheiro para pagar esse consultor. O SEBRAE fez a parte dele, e se foi, né. Não tem mais compromisso” (out.2011).

“Por outro lado, a EMATER é assistir o produtor na roça, no engenho, ela atende o produtor e dá esse acompanhamento. Trabalho que foi feito no decorrer desse período, de 2005 para cá, e o sindicato acompanhou isso. Para que um produto fosse de qualidade adequada para a cooperativa poder vender” (out.2011).

“a EMATER e o sindicato fazem a parte deles” (out.2011).

Nota-se que a atividade de assistência rural é de extrema importância e necessária às lidas diárias no meio rural, bem como, por outro lado é relevante e condiz com seu estatuto na capacidade de articulação e entendimento da lógica de funcionamento da pequena

¹²⁵ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

propriedade de produção familiar, como um empreendimento caracteristicamente rural e que, como tal, deve ser considerado. Pela tradição, em Santo Antônio da Patrulha, os empreendimentos são, predominantemente, tratados por engenho, ou mesmo pela denominação de alambique. Conforme relatado, “... a tratativa aqui é nosso engenho, alambique”, diz-se “vai lá no nosso engenho, alambique...” (out.2011).

Comentou-se, nas palavras do entrevistado, que a COOPERCANASUL e seus empreendimentos, engenhos e/ou alambiques poderiam ser considerados sustentáveis social, econômica e ambientalmente, desde que, houvesse a comercialização. Logo, nota-se em seu discurso que há dificuldades em relação aos canais ou alternativas de comercialização, pois tais precisam ser trabalhados estrategicamente para que se alcance mais vendas.

“são considerados, desde que haja a comercialização, e aí se cai dentro da cooperativa” (out.2011).

“por exemplo, nós temos indústrias¹²⁶ de rapadura que se viabilizaram, cresceram e, vai cair no problema da AGASA¹²⁷, pois não pensaram que esses produtores precisam ganhar, e ainda tem um grupo de meladeiros” (out.2011).

“e aí começamos a nivelar o preço da cooperativa, as indústrias começam a não querer pagar o preço justo ao produtor, que viabilize o produtor lá na roça. Mais, com os problemas logísticos e outros da cooperativa, não se consegue o preço justo” (out.2011).

“acaba que, a grande quantidade de produção, o produtor acaba indo para a fábrica” (out.2011).

“as fábricas visam o lucro, são predatórias, baixam o custo incluindo a matéria prima, além da qualidade não ser a proposta e ao nível da cooperativa..., acabam a comprar açúcar mascavo a R\$1,50/Kg e açúcar branco a R\$0,60/0,70/Kg e misturam, e dizem que é feito com açúcar mascavo” (out.2011).

¹²⁶ Interessante referenciar. Nos discursos da liderança e de agricultores, se faz presente a figura da indústria, da fábrica – figurando os chamados pela comunidade de, os grandes empreendimentos, localizados, administrativa e/ou também industrialmente em Santo Antonio da Patrulha e que, conforme as entrevistas e populares desenvolvem práticas e exercem grande influência no mercado dos produtos e da matéria-prima da região. Identificou-se algumas, como Da Colônia, Guimarães, Santo Antônio, Rio Grande, dentre outras fábricas. “além das grandes fábricas, há mais umas 20 pequenas que até terceirizam-se, e que vendem formal e informalmente” (out.2011).

¹²⁷ A antiga e extinta Associação Gaúcha de Açucareiros S.A., hoje indicativo nome do ali povoado localizado.

“não tem outra maneira de manter o homem no campo, se não houver o incentivo, a venda e o preço do produto. O incentivo seria a cooperativa fazer a compra, pagar bem” (out.2011).

Conforme o relato pôde-se ter uma idéia de como tem evoluído as coisas nesse mercado, assim como, em relação às experiências locais. Dada as influências dos grandes empreendimentos e seu poder de negociação, bem como, sua capacidade de contatar pequenos produtores familiares (fornecedores de matéria-prima) de outras regiões que, desse modo, gozam de uma vantagem mercantil via práticas de agressividade mercantil. Tal vantagem estratégica dos grandes empreendimentos acaba por desmontar e/ou condicionar os empreendedores locais, que muitas vezes são forçados à redução de preços ou outras decisões que fortemente influenciam seu funcionamento – como pequenos produtores locais de agricultura familiar – e que nestes casos já não podem esperar muito de sua condição em termos de competitividade e/ou posicionamento estratégico, mesmo num ambiente em que também atua a Cooperativa local, quando por falta de alternativas acabam por fornecer, a baixo custo para as referidas fábricas.

Também foi contado que está sendo qualificado um grupo de produtores de melado que, assim que estiverem em condições de comercializar seus produtos serão associados à cooperativa.

“há grupo de meladeiros, um trabalho de boas práticas, e que quando ser finalizado, serão trazidos para dentro da cooperativa” (out.2011).

O tal grupo é composto por 60 meladeiros que se pretende trazer como associados da Cooperativa. Um grupo que está sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entretanto, conforme a liderança, *“isso ainda não ocorreu devido a não liberação de recursos, oriundos de um projeto que está aguardado liberação, há mais de um ano, na prefeitura. Há grande falta de política... vontade política”* (out.2011). Nota-se então, que há uma possível falta de consenso quanto à importância estratégica da liberação de tais recursos, assim como, o contexto condicionado da qualificação para consequente filiação dos potenciais associados, situação que parece refletir um gargalo em termos de gestão da

Cooperativa e alcance de um mercado para seus produtos, que nesse caso, estão numa espécie de etapa de transição ou adaptação do processo de produção. Por outro lado, ao inferir sobre tal contexto de transição identifica-se certa carência de autonomia, ou por questões de recursos, ou questões estatutárias – pois há produtores em potencial que ainda não foram associados devido à necessidade de mudanças estatutárias – entre outras questões.

Conforme relato “*os meladeiros foi o único processo que realmente deu certo, pois todos têm licenciamento ambiental, boas práticas, para futuramente vir para a Cooperativa*” (out.2011). Há necessidade de posicionamento estratégico que possa adicionar no processo cooperativo tais produtores para que logo se tente alcançar mercados para sua produção.

Por outro lado, o entrevistado comentou que foi verificado o impacto da Cooperativa na localidade de Santo Antônio da Patrulha, assim como para a pequena produção de agricultura familiar, por exemplo, em termos do preço do melado e do açúcar mascavo (Tabela 3, a seguir), bem como a questão sanitária e a qualidade da água disponível. Atualmente são 24 associados.

Produto	Há mais de 10 anos, sem cooperativa	Hoje, com Cooperativa
Melado	0,98/1,00	1,60
Açúcar mascavo	1,30/1,50	2,50

Tabela 3: Preços de alguns produtos, ao produtor, em Santo Antônio da Patrulha (R\$/Kg), segundo a COOPERCANASUL
 Fonte: COOPERCANASUL, out.2011.

Conforme contatado com a Cooperativa, a partir do funcionamento da Cooperativa o produtor passou a ter um *preço melhor*, ou seja, alguma possibilidade de melhor preço, ante um histórico de cotação baixa.

No que refere-se a mercados alcançados, foi relatado que além da venda direta o mercado institucional também é alcançado pelos agricultores, uma vez que:

“30% da merenda escolar é fornecido pelo agregado EMATER, sindicato dos trabalhadores e cooperativa. Cooperativa recebe e envia para a escola. 23/24 produtores fornecem para merenda escolar¹²⁸ açúcar e melado. Esses não são cooperados, são grupos informais. Mas o dia que o estatuto permitir, eles serão cooperados e aí o fornecimento será com o nome da cooperativa. Eles também fornecem outros produtos, hortifrutigranjeiros, batata doce, aipim” (out.2011).

Assim como, em outras experiências, também há a presença do mercado institucional, sobretudo através de políticas públicas específicas. Falou-se sobre o fornecimento para o

“banco de alimentos de Caxias do Sul, 10 toneladas/ano de melado, açúcar mascavo e rapadura. São Leopoldo, PAA e merenda escolar, 3 toneladas a cada semestre de açúcar mascavo e melado. Porto Alegre, em 2010, colégios estaduais, 1.000Kg por semestre de açúcar mascavo. Campo Bom, 300 Kg de açúcar mascavo” (out.2011).

“hoje se está abrindo mão de vender porque não se tem estrutura para esse mercado...” (out.2010).

Então, quanto às políticas públicas, além do PNAE, o PAA também se faz presente.

Contrastando com os dados do IBGE constantes da Tabela 2, o colaborador da Cooperativa comentou que 47% da população de Santo Antônio da Patrulha está no meio rural, enquanto que 53% na cidade. Já para o entrevistado, “*o desenvolvimento rural depende de políticas públicas e incentivos, uma série de coisas, estradas, infraestrutura da própria propriedade*” (out.2011).

Quanto às potencialidades da agricultura familiar no município, respondeu que “*a produção de cana-de-açúcar tem um bom potencial, mas falta as políticas públicas*” (out.2011). Novamente, assinalou-se a importância das políticas públicas, o Governo. Entretanto, foi colocada a necessidade de políticas do governo. Em comparação à experiência de Crissiumal, observa-se que nos relatos apresentados, predominantemente, identificam-se dificuldades institucionais na concretização de ações estratégicas que alavanquem o processo cooperativo, quer seja, via o alcance de políticas, que por sua vez

¹²⁸ Alimentação Escolar.

alcancem mais mercados insituacionais, quer seja, via o acesso a outros mercados. Possivelmente, o discurso em torno de tal carência, pelo menos em parte, da forma como se apresenta, por um lado é devido à necessidade de uma melhor articulação institucional entre os parceiros da sociedade local, maior envolvimento articulado dentre as instituições locais, por outro lado, há o gargalo da mudança estatutária e conseqüente dificuldade para (ou na) inclusão de associados mais competitivos ao quadro social da Cooperativa.

Ao apontar que nem todas as potencialidades são exploradas, o entrevistado falou que:

“a questão do cooperativismo é essencial dentro dessas políticas públicas. O agricultor é agricultor, e ele espera muito das políticas públicas. Um movimento, capacitação, curso que vai ajudá-lo, impulsionar para desenvolver” (out.2011).

Entretanto, novamente pode-se identificar outro gargalo potencial, pois o discurso apresentado parece retratar limitação e/ou carência de certa autonomia ou, como referência Moreira (2006, p.18), contexto de *agency* – assim como, contexto que configure exemplos de *organized agency* – na adoção de ações e/ou iniciativas, tal como, empreendedoras quanto à gestão dos recursos disponíveis mesmo que tais recursos sejam escassos. E, no relato seguinte, pode-se verificar que há limitações quanto ao posicionamento estratégico de alguns atores locais.

“Mas hoje, vai fazer 6 anos de cooperativa, de prédio, e os vereadores não vem, nem vizitaram o prédio da cooperativa. Alias, apenas nesses dias que eles vão até o prédio da sede e se inteirar, não há fiscalização” “o problema sempre vai cair na falta de assistência, falta da... administrativa” (out.2011).

Novamente, no discurso verificou-se a necessidade de articulação e envolvimento coletivo no processo da Cooperativa, assim como, a articulação em torno dos interesses da coletividade local, pelo menos, no tocante aos negócios Cooperativos.

E, quanto às ações para superar/minimizar as limitantes

“seria fazer um movimento agrícola, um chamamento do próprio produtor para dentro das cooperativas, das associações. Porque na esfera federal se vê que se

faz mais do que o próprio município para o desenvolvimento agrícola. Só o que falta a regionalização, o chamamento, o direcionamento para chamar o agricultor para participar disso” (out.2011).

Para a liderança, as Políticas Públicas Federais são importantes e, de certa forma, acessadas. Entretanto, ao nível municipal há limitações, uma vez que, iniciativas implementadas não alcançaram a totalidade do público alvo, especificamente da pequena propriedade de produção familiar.

Quanto ao futuro da agricultura familiar no município/região. Comentou:

“estou vendo uma luz, como essas políticas que dão financiamento, compra de máquinas, o sindicalismo, sindicatos, FETAG, essas associações que até foram obrigadas a vir a dar participação junto ao produtor. As leis estão, eles, os próprios bancos no financiamento tem normas que obrigam que os sindicatos e até a EMATER vem à propriedade para dar uma assistência. Até esse Pólo de incentivo, a faculdade à distância, para até o próprio agricultor que consegue se instruir mais. Foram portas abertas dentro do próprio Governo, melhorar o nível cultural, até técnicas na cultura” (out.2011).

Referindo-se à trajetória, ao processo cooperativo, a liderança informou que “*em 2005, em agosto, iniciou-se*” (out.2011).

“Antes disso, houve um processo com o SEBRAE, EMATER, de reunir os agricultores. Até se sabe quem escolheu o local, recebeu-se verba, e foi feito lá – não há questão de logística. Mais ou menos 24 associados.” (out.2011)

“receberam isso, achando que era um baita negócio, achando que seria um grande negócio” (out.2011).

“queriam um centro de padronização, de fabricação da cana-de-açúcar para exportar cachaça. Só que a comercialização não aconteceu” (out.2011).

“hoje a comercialização é, praticamente, clandestina, não gerando imposto” (out.2011).

“hoje a garrafa¹²⁹ sairia R\$15/20,00 a garrafa, onde o armazém no interior, ou mesmo na cidade compra a R\$2,00 do produtor, em garrafa *pett* e vende a R\$8/9,00 a garrafa” (out.2011).

¹²⁹ Referindo-se a cachaça.

“e aí se conscientizaram de que se poderia melhor aprender a lidar com os derivados da cana-de-açúcar” (out.2011).

“enfim, os equipamentos que eram para a cachaça acabaram por estar aí, sem utilização, sem nem utilizar/produzir para a venda” (out.2011).

Finalizando, a partir deste último relato pode-se sugerir que a iniciativa retratada não alcançou objetivamente o agricultor e o pequeno produtor familiar, principalmente se considerar que, por exemplo, equipamentos para a produção de cachaça, conforme relatado, acabaram sem serem utilizados, nem ao menos produziu-se para alcançar algum mercado.

Noutro contato, conversou-se com o agricultor SAPI. O agricultor é produtor de rapadura, melado e outros, relatando ser antigo fundador da Cooperativa. Informa que possui 4 hectares de propriedade, herança de pai para filho, estando na 6ª geração. E que, anteriormente ao trabalho na propriedade, saiu e até trabalhou em contabilidade voltando na década de 70. Atualmente, não existindo mão-de-obra, trabalha ele e o filho.

Quanto à importância do trabalho Cooperativo, comenta que:

“favorece o produtor, o associado”. E, “que no momento a cooperativa não está coerente com a sua finalidade. “o espírito de cooperação, cooperativo não existe”” (out.2011).

“o SEBRAE é totalmente errado. Eles sugam, pedem comissão” (out.2011).

“no governo Olívio reuniram técnicos da EMATER, mapearam a região, levantaram potencialidades gado, frigoríficos, cana, e aí implantou-se por um tempo” (out.2011).

“e aí entrou o SEBRAE..., conseguiram uns 20 agricultores, justamente aqueles que não se identificavam” (out.2011).

“a instalação, não fica boa. Vigilância sanitária dificulta. Ministério da agricultura, legislação, e aí os agricultores já querem sair” (out.2011).

“tenho rapadura com rótulo meu a R\$0,65. A cooperativa a R\$1,30 para a prefeitura de Caxias do Sul para pagar comissão ao SEBRAE.¹³⁰” (out.2011).

¹³⁰ Refere-se a algum dos que representam o Serviço através de atividades como consultor.

Observou-se que há desacordo com a questão em torno do preço pago via cooperativa, assim como ser em detrimento dos serviços de terceiros. Por outro lado, nota-se que não há consenso entre o posicionamento Cooperativo e este ator, o que pode vir a propiciar ambiente não colaborativo na sociedade local, bem como, processos de discordâncias quanto às decisões tomadas. Novamente, aponta-se para o gargalo da falta de articulação estratégica e a ausência da tese da incrustação.

Também, conversou-se com o agricultor SAP2, liderança, cooperado, da localidade de Arroio da Madeira, antigo Arroio das Pedras. Sendo que o agricultor relata que a propriedade passa de pai para filho há mais de 40 anos. Sendo que ele trabalha na propriedade desde os 7 anos de idade. A família é constituída por quatro pessoas.

Conforme relatado, além de outros produtos para subsistência, iniciaram com cana-de-açúcar e cachaça, depois passando para rapadura, açúcar mascavo e melado, conforme demonstrados na Fotografia 5. Quanto às lidas diárias, informou que a nota eletrônica emitida na propriedade é utilizada para o açúcar mascavo e melado. Somente para a rapadura são emitidas notas de produtor pela Cooperativa, escritas à mão e no talão, ou seja, somente o produtor pode tirar nota eletrônica, enquanto que a Cooperativa tira a nota à mão no talão.



Fotografia 5: Santo Antônio da Patrulha – Açúcar mascavo, rapadura e melado

Fonte: Cláudio Maia (out.2011).

Conforme o agricultor SAP2, a localidade possui aproximadamente 120 famílias, das quais em torno de três vivem da somente da agricultura. Já, quanto aos limitantes da

agricultura familiar no município, relata que o baixo associativismo pode ser a explicação às dificuldades, por exemplo, de escoamento da produção, assim como, as limitações verificadas no meio rural local. Comentou-se que:

“falta união dos próprios associados, presença de menos de 50% de participação”
“aquisição de veículo, distribuição já que a distância é grande” (out.2011).

Quanto a questão do êxodo rural, masculinização, comentou sobre a facilidade de se ir trabalhar na cidade e com salário fixo, pois “*hoje é mais fácil ir trabalhar no calçadista a R\$600,00/mês do que ficar na roça*” (out.2011).

Quanto às políticas públicas, informou que acessou o PRONAF investimento, para construir a instalação para sua produção, mas depois que registrou empresa para emitir nota eletrônica, somente o irmão e a família puderam acessar tais políticas específicas. O acesso e o conhecimento, quanto às políticas públicas é obtido por interesse próprio e não via orientação da Cooperativa. Quanto à existência de políticas públicas municipais de desenvolvimento rural, respondeu que há carência de certa continuidade ao que foi implementado:

“não. Houve a tal Rota da Cachaça, específica, não me enquadrei porque estava fora da rota. Hoje a Rota existe mas não funciona muito bem” (out.2011).

Quanto à Cooperativa, o agricultor informa que possui 24 associados. Entretanto, quanto à sua localidade, na comunidade da região, comenta que “*muitos não querem nem saber da Cooperativa, principalmente se for só de cachaça*” (out.2011). Pois, a descrença e falta de confiança é bastante presente na memória local.

Também, informou que o preço do melado que era comercializado a R\$1,60/Kg, pela Cooperativa chega a R\$2,00/Kg (cabe lembrar que o valor informado pelo colaborador da Cooperativa foi de R\$1,60/Kg pela Cooperativa). Já, ao mencionar o Projeto Municipal

de Qualificação Produtiva Puro Engenho, no início melado a R\$0,60/0,70/Kg, hoje há mais de um ano o preço é de R\$1,60/Kg¹³¹.

No relato da extensão rural, o apoio da EMATER de Santo Antônio da Patrulha no programa de qualificação produtiva.

Nas percepções da realidade de Santo Antônio da Patrulha¹³²: Quem fica na propriedade é quem tem mais idade e sem perspectiva de ensinar para deixar seu legado para alguém. O mercado é a indústria de doces e rapaduras, açúcar industrializado, matéria-prima barata. O mercado local é muito fraco. Por outro lado, caracteristicamente, o não legalizado é o engenho, o legalizado é a indústria, a agroindústria. O alambique não se identifica com a agricultura familiar. A questão da legislação leva ao desinteresse e as pessoas saem da propriedade. A legislação é um fator que contribui para saída da propriedade. Na região falta a tradição de associativismo. Historicamente, estão arraigados na indústria. Na memória ainda persiste a AGASA, uma experiência que acabou por levar a crise ao meio rural.

Conforme a EMATER/RS-ASCAR em Santo Antônio da Patrulha, atualmente há em torno de 81 propriedades em condições, 1.100 hectares de potencial de produção de cana. São 400 hectares na ativa.

Quanto às potencialidades da região, o representante da EMATER informa que:

“ há riqueza enorme, solo bom, água, diversificação. Qualquer alternativa é viável, inclusive a localização do município e proximidade com a capital, feira de peixe, tilápia, piscicultura, embutidos, conservas, *chimier*. Muita coisa tem sido aproveitada” (out.2011).

¹³¹ Interessante assinalar que em Crissiumal há registro de melado comercializado a R\$3,75. Conforme comenta o produtor “... *mas deve ficar em torno disso ou talvez até um pouco mais, porque o ano passado eu tava com três reais, agora tô com três e setenta e cinco. E o custo não aumentou tanto assim*” (CRISSIUMAL, jan.2011).

¹³² A partir da gerencia regional adjunta da EMATER/RS-ASCAR em Porto Alegre.

Mas, um dos limitantes para a agricultura familiar no município, *“era o crédito, e que já está acessível. Novos nichos, mão-de-obra que muitos jovens saíram”*. *“outro limitante é a posse da terra, documentação da terra, do imóvel”* (out.2011).

“baixo associativismo, dificuldade de reunir as pessoas, a palavra cooperativa não é bem vista. O que levou a criação de associações” (out.2011).

Novamente, o baixo associativismo vem a ser retratado através dos relatos apresentados quanto a sociedade de Santo Antônio da Patrulha. E, quanto a estas limitações a EMATER/RS em Santo Antônio da Patrulha tem incentivado reuniões de comunidades para levantar as demandas e trabalhar pelas demandas, assim como, a organização das propriedades para se legalizarem. Ainda, conforme relatado legalizou-se três propriedades de produtores de arroz, uma de conservas, uma de *chimier* e rapadura, uma agroindústria de vassouras, três propriedades de embutidos, assim como, propiciou-se que, durante três dias de rodeio, no município de Gravataí, os produtores expusessem seus produtos, em situação legal possuindo no mínimo o Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Quanto ao futuro da agricultura no município, é vista como bem sucedida para uma parte da população. Já, no tocante ao agricultor da pequena produção familiar, foi relatado que as propriedades se identificam com a EMATER. Quanto ao parceiro Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) existe efetivamente a parceria e identifica-se a necessidade das famílias via sindicato rural. Por outro lado, o SEBRAE, no começo participou, mas não está mais em Santo Antônio da Patrulha e sim em município próximo. Na parceria há outras entidades que participam no Conselho Municipal.

Entre os problemas enfrentados pela atuação da EMATER na localidade é que a maioria de produtores é de grupos informais, inclusive para fornecer a merenda escolar não há condições. Tem-se incentivado a COOPERCANASUL como alternativa de atuação, entretanto, é relatado que há muito receio, desconfiança – há grande dificuldade em associativismo, assim como, não partilharem dos propósitos e atuação da Cooperativa.

Quanto ao Programa dos Meladeiros, foi informado que

“há muitas famílias em busca de se agroindustrializar. Atualmente se está buscando as outras famílias que estão fora do mercado, já que o município tem potencial, recursos. Meladeiros 10, 11 famílias; alambiques maioria ilegal, 20 ilegais; alambiques legais 4, 5 legais; aqueles ilegais preferem a venda ilegal e em bombonas de 20 litros para a região metropolitana ao preço de R\$3,00” (out.2011).

Atualmente o melado está cotado a R\$0,71/Kg e o açúcar mascavo a R\$1,50/Kg.

Por outro lado, novamente identifica-se que o baixo associativismo, a necessidade de certa crença ou confiança na atitude Cooperativa pode ser indicação, ou conduzir a outro gargalo no processo verificado na região. Há um déficit da capacidade de associativismo e na articulação de relações sociais que refletem no processo cooperativo.

Conversou-se com uma família de produtores, denominados Agricultor SAP3, os quais já haviam sido contatados há pouco mais de um ano, numa importante Exposição Feira realizada na região metropolitana de Porto Alegre. Naquela oportunidade conheceu-se um dos produtos típicos de Santo Antônio da Patrulha, conforme demonstrado na Fotografia 6.



Fotografia 6: Santo Antônio da Patrulha – Cachaça Encanto da Lagoa
Fonte: Cláudio Maia (jun.2010).

A propriedade que é localizada na localidade de Serraria Velha, onde duas pessoas produzem, possui em torno de 7 hectares. Planta-se cana, aipim e milho. Os agricultores, cooperados desde janeiro de 2010 referem à Cooperativa como a *grande esperança*. Entretanto, relatam que na localidade há necessidade de associativismo. Um associativismo que articule e que interfira. Relatando que naquela localidade não há outros cooperados e

que ninguém faz parte de uma cooperativa. *“aqui somos os únicos cooperados. é complicado falar de cooperativa na região. Há muita desconfiança”* (out.2011).

Já, o agricultor SAP4 que não é cooperado, da localidade de Alto Ribeirão, informa que busca sempre conhecimento para estar bem informado. Na produção, há cana-de-açúcar, mas também produz melado que é vendido com bloco do produtor. Informa que a propriedade passou de pai para filho, e que trabalhar na propriedade era o único meio de ficar por ali.

Sobre sua produção, informou que *“falta aperfeiçoar alguma qualidade, variedades. Ainda falta conhecimento. Recebemo umas trinta variedade lá de Santa Rosa, de São Paulo. testando”* (out.2011). Falando que *“o trabalho é gratificante. Trabalho em casa. É duro, pesado, sem feriado, mas dá bom”* (out.2011).

Segundo um dos agricultores, *“a cooperativa é o único meio de se consegui um bom preço. O pessoal não leva muita fé, para o meio rural porque não trabalho só cum um produto”*. Ainda informou que *“antes não podia ser associado, no outro galpão, que era mais rústico e não tinha como produzir no padrão”* (out.2011), mostrando as novas instalações e o potencial de produção.

Quando perguntado sobre o trabalho associativo, ou mesmo mutirão, como alternativa de superar a falta de mão-de-obra, respondeu que *“mutirão, ou coisa parecida, é complicado, não dá pra contá com os vizinhos, cada um qué mais para si”* (jan.2011).

Sobre políticas públicas, o agricultor acessa PRONAF, o custeio, o mais alimento. Acessando políticas públicas específicas construiu as instalações atuais (conforme a Fotografia 7).



Fotografia 7: Santo Antônio da Patrulha – Produção de cachaça e melado

Fonte: Cláudio Maia (out.2011).

Finalizando os relatos em Santo Antônio da Patrulha, quanto à cooperação, laços, interação na comunidade, relatos anteriores, contatou-se um produtor de embutidos e um comerciante, não cooperados, onde se verificou mais algumas caracterizações da região.

O comerciante informa que a EMATER tem como ponto forte a questão de orientar e oferecer a opção da merenda escolar como opção de comercialização de produtos locais, assim como, diz que o *“sindicato rural é muito seletivo, tendencioso e que não existe consenso. O sindicato do produtor rural não faz reunião, não é atuante. Enquanto que a associação comercial presta assistência e manda mala direta”* (out.2011). Já, o outro entrevistado, relata que: *“sou sócio do sindicato dos trabalhadores rurais, acesso a EMATER que é atuante e acessível. Acho que trabalho cooperativo, associativo, acho que o trabalho em conjunto sempre fortalece”* (out.2011).

Verificou-se que na localidade há déficit associativo e a necessidade de posicionamento estratégico de alguns atores. Por outro lado, há um crescente caráter empresarial em torno de atividades industriais que envolvem a cultura culinária regional e sua matéria-prima básica e, conseqüente o produto. Situação esta, que impulsiona nova prática organizativa da produção e comercialização de alguns (antigos) produtos, notadamente a cachaça, o sonho, a rapadura e o melado.

Também notou-se, que há um embate. Por um lado, uma concentração empresarial significativa que pode estar levando a agricultura da região, a que está condicionada a influência empresarial, a um setor conformado mais por empresas do que por famílias de

pequena produção familiar. Percebe-se que produção local vem sendo “fortemente influenciada” pela empresarial, que por sua vez, se apropria da oferta de matéria-prima formal e informal, tanto que, neste sentido, há uma questão particular a se colocar.

Quando, anteriormente, em nota de rodapé, falou-se sobre algumas ações praticadas por empreendimentos considerados grandes, no Quadro 4, retratou-se situação verificada com um agricultor no noroeste do Rio Grande do Sul e que, conforme relatos e confirmações relatadas em Santo Antônio da Patrulha é comum de ocorrer e até mesmo fora do Estado. Vejamos:

Conforme citado por atores locais, considerado o contexto de mercado e práticas que influenciam as condições de oferta local, pôde-se, acidentalmente, identificar, durante atividades acadêmicas e de pesquisa, em localidade situada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, um produtor local, cuja sua pequena propriedade familiar, agroindústria familiar de melado, destinava sua produção para dois mercados, geograficamente distantes e diferentes, e com características e/ou condições de venda diversa. Veja-se um pequeno produtor familiar, que possui sua marca, produto e logotipo próprios, localmente distribuído em localidades no noroeste do Estado, tradicionalmente produzindo, cuja propriedade e situação estavam caracteristicamente estabelecidas, mas que também enviava produção de melado para a região metropolitana do Estado.

Entretanto, constatou-se que em suas dependências, e que há algum tempo, já vinha recebendo todo material necessário, caixas de papelão personalizadas, embalagens diversas, etiquetas e todo o material para embalar e enviar seu produto, o melado, já embalado e identificado, como se fosse produto (de propriedade) original de outro fabricante (mas não era). Tal referência diz respeito a um grande empreendimento de Santo Antônio da Patrulha. Ou seja, um produto produzido artesanalmente no interior do Estado que é enviado para a região metropolitana do Estado, comercializado e distribuído

como se fosse produção de Santo Antônio da Patrulha (produzido no noroeste do Estado e vendido como se fosse produto original da região metropolitana).

O produtor ainda mostrou-se bastante satisfeito com o negócio, relatando:

“que um certo dia apareceu um homem, um vendedor, que me sugeriu este negócio. Não foi assinado nenhum contrato, nem documento. E quando o melado tá pronto, eu aviso ele que tá pronto e me diz como enviar” (set.2010).

“no início ele queria exclusividade pra ele, mas eu não podia deixar minha clientela daqui pra trocá por uma coisa que nem conheço o dono, sujeito que me paga. Mas aí experimentei, ela pagou certinho, e aí continuei até hoje” (set.2010).

Com certa ênfase, o produtor relata que *“deu pra tratar no particular doença aqui em casa, coração. Ajudá na faculdade da guria, e até comprá esse Voyage do ano novinho”* (set.2010).

Situação esta que, em parte, pode contribuir como uma externalidade negativa, influenciando os negócios em Santo Antônio da Patrulha, o que, por outro lado, pode possibilitar certa margem para barganha, e/ou poder de negociação em algumas situações.

Quadro 4: Algumas das práticas que podem influenciar o mercado, a/na localidade de Santo Antônio da Patrulha

Fonte: Elaborado com base no relato de um produtor de melado de uma localidade no noroeste do Estado (set.2010).

Empresas que são mais diretamente postas em questão por toda a interpelação da agricultura local que a opinião pública está realizando e que, de certa forma é referenciado neste estudo. No seu nível, tais unidades produtivas mais parecem vinculadas a um mundo agroindustrial e a mercados extremamente competitivos como projeções de sistemas agroalimentares nos moldes dos sistemas agroalimentares globalizados. De forma crescente parecem conformar a agricultura de Santo Antônio da Patrulha numa situação que leva a questões, tais como: que percentagem da agricultura familiar da região poderá integrar-se a esta dinâmica; quais são as forças principais que se articulam com as mesmas, e/ou quais são as possíveis linhas de evolução futura.

Já, por outro lado, está a necessidade de posicionamento estratégico dos atores locais via posicionamento coletivo organizado, cooperativismo ou não, assim como, a

necessidade de impulsionar alternativas de mercados, quer sejam institucionais ou privados, mesmo com uma possível alavancagem via políticas públicas específicas, ou com atitudes de caráter empreendedora, ou mesmo adoção de algumas práticas inovativas e não apenas eventuais iniciativas localizadas isoladas não pertencentes ao quadro associativo, mas que poderiam ser potencializadas se fossem mais articuladas a tais atores, grupos ou mediações coletiva e estrategicamente organizadas, que pudessem buscar alcançar interesses comuns.

5.3 Considerações ao capítulo 5

A partir do referencial teórico apresentado, a abordagem analítica sugerida e apropriando-se das considerações extraídas da análise dos setores produtivos dos municípios de Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha, optou-se pela análise que considerasse, comparativamente ou não, identificar elementos que contribuíssem para que o processo de desenvolvimento das experiências fosse o mais exitoso possível, assim como, evidenciasse possíveis gargalos que eventualmente não resolvessem, ou mesmo, acentuassem as desigualdades internas da sociedade local com consequências negativas no contexto de uma economia global. Por outro lado, buscou-se analisar o que, intuitivamente pode ser explicado, assim como, o que poderia estar por trás dos relatos, dados e experiências apresentadas.

Entretanto, a idéia aqui, é a de se partir de alguns dados econômicos, da identificação das mediações sociais e das formas de coordenação que efetivamente resultam em contextos de mediação social e, na tentativa de explicação aos comportamentos chegar-se aos fenômenos econômicos concretos.

Ao analisar o contexto das informações dos municípios de Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha, assim como, algumas reflexões a partir da Tabela 4.

Municípios	Estabelecimentos de agricultura familiar	Estabelecimentos de agricultura não familiar	Pop rural/Pop Total (%)	VAB Agrop./ VAB Total - Dados do Municipal (%) ⁽¹⁾	PIB Per Capita (R\$) ⁽⁴⁾	Rendimento Domiciliar Anual per capita (R\$) ⁽⁵⁾	Rend. Domiciliar Anual per capita / PIB per Capita (Absorção)
Crissiumal 2009/10	2 457	158	56,52	30,85	11 149,65	2 855,38	25,61
Santo Antônio da Patrulha 2009/10	2 864	420	29,16	13,99	12 559,82	2 845,00	22,65

Tabela 4: Crissiumal e Santo Antônio da Patrulha. Indicadores de estabelecimentos de agricultura familiar, Macrossetores produtivos e Taxa de absorção – 2010

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; Diretoria de Contas Nacionais.

Nota: VAB - Valor Adicionado Bruto; (1) Valor Adicionado Bruto da Agropecuária; (2) Valor Adicionado Bruto da Indústria; (3) Valor Adicionado Bruto de Serviços; (4) Produto Interno Bruto; (5) Excluído o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado (a) doméstico (a) ou parente do empregado (a) doméstico (a).

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, tanto em Crissiumal quanto Santo Antônio da Patrulha, verifica-se que há maior proporção de estabelecimentos rurais de produção familiar nos dois municípios se comparados com a agricultura não familiar; e, enquanto que em Crissiumal a população rural é superior a urbana, a agricultura familiar é representativa, em Santo Antônio da Patrulha a maior representatividade populacional é urbana, embora em termos absolutos, tenha mais estabelecimentos rurais de agricultura familiar do que Crissiumal. Assim como, Crissiumal é considerado um município rural, uma vez que comparativamente ou não, mais de 30% do seu VAB é gerado na agropecuária (o que se traduz, usualmente, em uma participação da população ocupada (PO) rural na PO total igual ou superior a um terço) (PAIVA, 2004, p.28).

Crissiumal apresenta vantagens comparativas, se for considerado que da riqueza gerada (PIB) em termos das taxas de absorção municipais da renda gerada, 25,61% é absorvido em Crissiumal, enquanto que, Santo Antônio da Patrulha retém 22,65% – a retenção da renda em Crissiumal é superior, se considerada a relação entre os rendimentos e a produção; assim como, em sua economia e crescimento, Crissiumal tem se baseado não

somente na produção e na exportação de produtos primários básicos¹³³, mas também na diversificação da produção e atrativos com valor agregado com o produto de exportação não se limitando a apenas um único produto ou item de produção, assim como, sua agropecuária é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. E como a demanda dos produtos agrícolas não tem que ser exclusivamente interna, isso possibilita a garantia de mercados externos de livre demanda, que são, usualmente, sua fonte de demanda autônoma necessária ao desenvolvimento de sua divisão regional mercantil.

Após a análise regional anterior, algumas considerações podem agregar mais informações ao contexto explicativo apresentado, numa outra perspectiva explicativa alternativa, à caracterização econômico-regional dos municípios em questão. Para tanto, retoma-se o referencial teórico buscando explicar o que empiricamente foi observado, observando-se o conjunto de regras sociais e não apenas econômicas, como o preço ou a maximização do lucro, que permearam o acesso ou a organização nos mercados alcançados, sejam eles, financeiros, agrícolas, de trabalho, entre outros.

Como toda organização passa a ser tratada como uma alternativa, em que os atores escolhem para sua coordenação alternativa ao mercado, sua instrumentalização se dá através de associações (que minimamente resolvessem os conflitos), regras e instituições que o estruturaram, condutas implícitas que perpassam na memória – embora não se tenha nada escrito, as pessoas continuam produzindo, ou perpetuando costumes há tempos – o saber fazer, coordenações de ações, dispositivos cognitivos coletivos. Neste estudo, as Cooperativas são as organizações ou movimentos associativos organizados como alternativa de inserção ao mercado.

Refletindo a partir das contribuições de Abramovay (2007), Beduschi e Abramovay (2004) e Requier-Desjardins (1999), que sob uma perspectiva teórica territórios não se definem por limites físicos, e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social, assim como, o benefício de uma abordagem que dá importância a contextos de

¹³³ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que por sua vez gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação de um ambiente; a abordagem territorial exige a análise de instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada, assim como, abordar os custos de transação sob um ângulo histórico e a partir da influência que sobre eles exercem as forças sociais que os constituem; sendo para tanto, necessário o estudo empírico dos atores¹³⁴ e de suas organizações, como crucial para a compreensão de situações localizadas; dando-se ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe, em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos – territórios como resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia a sua reprodução.

Após a reflexão realizada no parágrafo anterior, assim como as constatações verificadas no capítulo 3, pode-se pressupor, que a experiência de Crissiumal apresenta elementos que historicamente tem contribuído para que um processo de desenvolvimento alcance melhor resultado, seja ele, inclusivo ou não, com bem estar coletivo e menos desigualdades dada a ênfase na maneira como os atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local. Neste caso, a aplicabilidade analítica “territórios” pôde ser estudada a partir dos laços sociais entre os atores, o que nos remete, para além da natureza do processo de cooperação, em torno do qual se constroem os territórios, à compreensão das instituições públicas e dos próprios mercados que marcam a vida desta localidade e região.

Ainda quanto a Crissiumal, aos mercados alcançados pelos seus produtos, é adequada e objetiva a interpretação de Abramovay (2007), no sentido de que, mercados cuja construção e funcionamento são o produto histórico de formas determinadas de interação correspondentes a certas relações de forças entre grupos sociais. Os mercados como fruto das relações sociais entre seus atores, os mercados como estruturas sociais capazes de fornecer a seus participantes, regras de interação e referências cognitivas que moldam suas ações e relações.

¹³⁴ É claro que esses atores que provêm de vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas.

Por outro lado, apresentam-se elementos que podem contribuir no entendimento da problemática do desenvolvimento numa perspectiva de território. Partindo do conceito de território como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder – intuitivamente, parte-se do raciocínio de que o território é fundamentalmente definido e delimitado, por e a partir de relações de poder. A questão que se coloca é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço. Então, numa perspectiva crítica-comparativa, no caso de Santo Antônio da Patrulha, identificou-se o fenômeno da territorialização (territórios e a perspectiva do risco da globalização), já que o entorno, o contexto, predominantemente, remete a conjuntura local a tal problemática. Intuitivamente, a questão que se coloca é: Quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço?

Entretanto, a utilização da perspectiva territorial num contexto de risco da globalização, pode-se remeter a compreender territorialização – outro viés ou nível de entendimento: o da dominação. Citando BUCH-HANSEN (2003, p.323) ao analisar, em seu artigo, o processo de territorialização local como um espaço de disputa na Tailândia. Seguindo as idéias de Vandergeest e Peluso (1995)¹³⁵ sobre territorialização, o estudo foca a luta entre vários atores de diferentes níveis, onde as agências nacionais do Governo Tailandês estavam cada vez mais “espremidas” entre grandes Instituições, desde o local à cena global pelo acesso a terra, e pelo maior controle dos recursos naturais. Buch-Hansen (2003) cita as idéias de Vandergeest e Peluso (1995), que definiram territorialização como:

a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e reivindicando o controle (total) de uma área geográfica e, desta maneira, territorialização refere-se a exclusão e inclusão de pessoas dentro de uma área geográfica particular, e em torno do controle do que as pessoas fazem e seus acessos aos recursos naturais dentro dessas áreas (BUCH-HANSEN, 2003, p.323).

Para a geografia do desenvolvimento, isto significa que, as mudanças ou interações entre as forças econômicas, sociais e políticas estão refletindo no controle das pessoas e na

¹³⁵ VANDERGEEST, Peter; e PELUSO, Nancy Lee. Territorialization and State Power in Thailand. *Theory and society*, 1995. v.24. n.3. p.385-426.

utilização dos recursos naturais nos vários níveis da escala geográfica. Então, segundo tal definição pode-se pressupor que as mudanças e/ou (não) ações na área rural, no ambiente e processos produtivos locais, nas lidas diárias, assim como, nas decisões tomadas (por alguns atores do nível local ao regional) em Santo Antônio da Patrulha não podem ser entendidas, sem referir-se ao contexto das mudanças impostas por algumas organizações (e/ou instituições)¹³⁶ locais, regionais e algumas de amplitude nacional. As mudanças que estão ocorrendo nas áreas rurais de Santo Antônio da Patrulha durante a atual fase da globalização, podem ser entendidas como uma seqüência de um processo histórico contínuo onde algumas organizações há algum tempo tem sido favorecidas por um ambiente onde a competitividade mercantil agressiva tem sido presente, assim como, certa (não) ação, (não) parceria ou legitimação de algumas representações locais.

Por fim, mais um argumento a fim de entendimento ao contexto do meio rural de Santo Antônio da Patrulha quanto à baixa capacidade associativa ou de cooperação, assim como, situação própria da visão liberal, quer seja individualismo metodológico, interesse próprio. Observa-se que, historicamente a localidade tem apresentado baixa propensão ao associativismo, o que é comprovado pelos relatos apresentados pelos entrevistados e comunidades visitadas. Assim, a pecuária, a criação bovina, o cultivo de arroz, sobretudo o irrigado, destaca-se como atividade econômica importante no município, em detrimento daquelas atividades praticadas pela parcela de produtores da pequena produção. Estes últimos, não são tão bem *favorecidas* quanto os das atividades anteriormente citadas.

E, por outro lado, ainda quanto ao associativismo, em linhas gerais e no tocante à região metropolitana, buscou-se um estudo realizado pelo Laboratório de Observação Social (LABORS)¹³⁷, que embora não trate objetiva e especificamente de Santo Antônio da

¹³⁶ Tais organizações até poderiam ser as tais fábricas. As instituições até podem ser aquelas que são ditas de caráter assistência empresarial e não de caráter ou operacionalidade rural, mas que em determinado momento permeiam o mercado vis-a-vis a experiência local.

¹³⁷ Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo intitulado “Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social” é uma pesquisa empírica realizada como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul. O estudo realizado tem como objetivo geral contribuir para uma melhor compreensão dos fatores de natureza política, social e cultural que se encontram associados às desigualdades econômicas atualmente observadas entre as regiões do Rio Grande do Sul. Sendo que dos 1.473 questionários efetivamente aplicados, 521 foram na Região Nordeste

Patrulha, mas do COREDE, ao qual a localidade pertence, onde uma das principais preocupações da pesquisa foi “identificar as diferenças existentes entre as grandes regiões gaúchas no que se refere às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”¹³⁸ (LABORS, 2001, p.4).

Conforme o estudo do LABORS (2001, p.39), “o capital social compõe os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer com que seus membros se tornem propensos a colaborar no sentido da solução de problemas de interesse comum”. Então, nos Quadros 5 e 6, a seguir, pôde-se observar que a região metropolitana (que no estudo está inserida na denominada Nordeste 1), apresentou, em regra, baixos percentuais de participação nos diferentes tipos de entidades em comparação aos encontrados para as demais regiões, o que contribui à percepção do verificado nos relatos.

Tipos de Associações	Percentual de Respondentes que Afirmaram que são Membros e Participam				
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total
Igreja ou Grupo Religioso	30,1	59,6	72,2	37,9	46,5
Clube Esportivo	16,3	34,2	26,3	18,0	21,9
Sociedade Recreativa ou Clube Social	16,9	30,8	36,1	41,6	29,9
Organização Artística, Musical ou Educacional	10,4	19,2	13,7	9,8	12,4
Sindicado	11,3	14,6	17,3	15,1	14,2
Associação Comercial	5,4	13,3	12,8	8,8	9,2
Outra Entidade Empresarial	3,3	10,0	7,5	4,0	5,5
Partido Político	6,5	13,3	16,7	10,9	11,1
Entidade de Proteção ao Meio Ambiente	4,0	8,3	6,9	3,7	5,3
Entidade Profissional	9,6	22,1	21,8	12,7	15,2

1, na qual estão inseridos os COREDE's Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano do Delta do Jacuí. Portanto, a Região Metropolitana.

Conforme PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 177.

¹³⁸ Tais percepções constituíram naquilo que alguns autores denominam de “capital social” (LABORS, 2001, p.38-39)

Organização de Caridade	13,1	20,4	19,4	11,9	15,4
Cooperativa	3,6	9,2	10,1	4,5	3,7
Clube de Serviços	2,3	3,8	4,8	4,5	6,2
Associação de Pais e Mestres	9,6	21,7	22,4	9,3	14,4
Associação de Agricultores ou Pecuáristas	1,2	5,8	9,0	4,0	4,4
Associação de Bairro	7,1	12,9	9,3	7,2	8,6
Clube de Mães	1,9	3,8	8,4	2,9	3,9
Maçonaria	1,0	0,8	0,0	2,4	1,1
Outro Tipo de Associação	4,2	8,8	9,9	6,4	6,8

Quadro 5: Participação em Associações Voluntárias, por Regiões

Fonte: LABORS (2001, p.42).

Para validar os dados anteriores (apresentados do Quadro 5), no estudo realizado através de um teste estatístico baseado no Coeficiente de Concordância de Kendall, os resultados mostraram serem consistentes os resultados relativos apresentados aos diferentes tipos de entidades (veja no Quadro 6).

Região	Índice de Participação em Associações			TOTAL
	Baixo	Médio	Alto	
Nordeste 1	42,7	36,7	20,6	100,0
Nordeste 2	24,9	31,5	43,6	100,0
Norte	16,1	37,9	46,0	100,0
Sul	39,0	27,9	33,2	100,0
TOTAL	32,8	33,9	33,3	100,0

Quadro 6: Índice de Participação em Associações dos Entrevistados, por Região

Fonte: LABORS (2001, p.43).

Como a medida *Participação em Associações Voluntárias*, conforme o LABORS (2001) foi concebido como:

Um dos indicadores mais utilizados pela literatura para avaliar a dotação de capital social é a participação em associações voluntárias. A vitalidade da sociedade civil, evidenciada através da existência de uma densa rede desse tipo de associações, com ampla participação da população, tem sido uma das principais formas utilizadas pela literatura para caracterizar a abundância de capital social de uma região (LABORS, 2001, p.41).

Então, se tal *vitalidade da sociedade* fosse utilizada estrategicamente como potencializadora de articulações e de um posicionamento estratégico da coletividade organizada de Santo Antônio da Patrulha, a possibilidade de alcançar melhores resultados e representatividade local, seria bem mais promissora. Logo, essa cultura associativa mais fraca, identificada em Santo Antônio da Patrulha, se expressa por percentuais, consistentemente mais baixos, de habitantes que participam de associações, o que vem a comprovar que a baixa (ou não), a interação social, não retrata suficientemente contextos de cooperação e de partilha de produtos, conhecimentos e experiências entre atores, na formação de um ambiente onde atores – privados, públicos e associativos – relacionem-se consensualmente no plano local.

A partir das reflexões e contextos apresentados, conclui-se que, basicamente, as chaves explicativas da política agrária envolvem a existência de um movimento associativo, a implantação de um sistema específico de crédito com diversos prazos flexíveis, a busca da consolidação de uma extensa rede de instituições de caráter públicas no meio rural, assim como, a organização da produção, basicamente de perspectiva familiar.

Então, por um lado, no contexto das chaves do processo de institucionalização da política agrária, os princípios característicos do enquadramento técnico, social e econômico são alcançados pelo Governo em suas políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar quando a política agrícola brasileira tem agregado as características fundamentais da política agrária moderna. Por outro lado, sob a égide do Estado, a agricultura familiar coletivamente organizada e inserida no enquadramento que se faz presente nos preceitos da política agrária moderna, tem suas iniciativas potencializadas, assim como, melhores chances de alcançar um mercado para sua produção. Na figura 9, sintetiza-se a racionalidade da reflexão proposta.

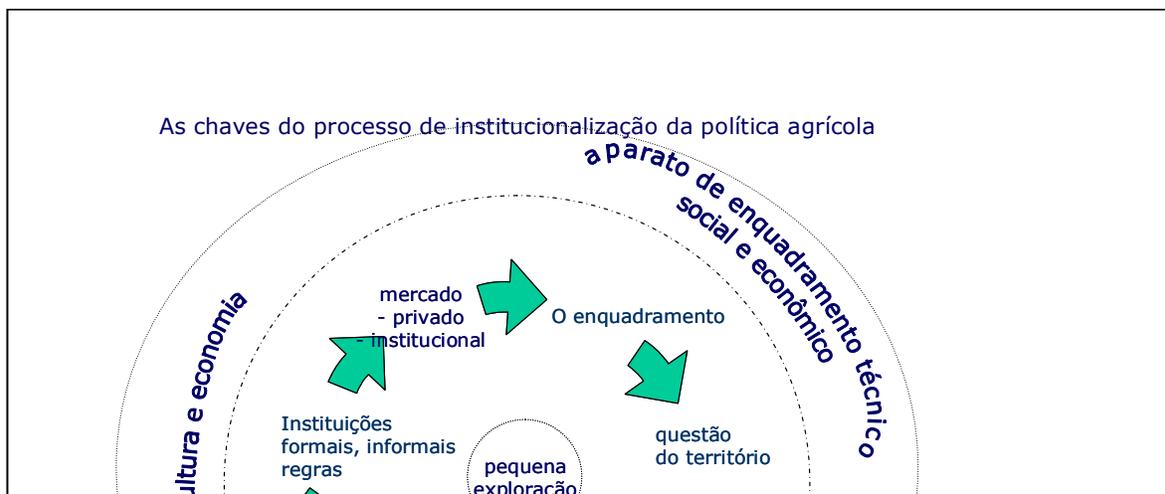


Figura 9: As chaves do processo de institucionalização da política agrária

Fonte: EMATER/RS, Escritório de Santo Santo Antônio da Patrulha.

Logo, a gestão territorial estratégica da interação social cuja participação e a ação coletiva potencializadas pela política pública contextualizam um ambiente em que regras, instituições formais e informais possibilitam alcançar mercados institucionais e privados aos produtos e serviços com atributos de aceitação de agricultura familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo proposto, intuitivamente, pode-se considerar que no estado atual da questão e ao menos no que se refere às produções provenientes do agrícola, não se pode determinar rigorosamente que modelo de exploração é o mais vantajoso do ponto de vista econômico para a coletividade. Entretanto, é possível refletir que boa parte dos problemas e interstícios atuais são provenientes do modo ou de como o desenvolvimento agrícola tem sofrido de um certo indeterminismo econômico. As considerações econômicas-sociais estruturais, aqui ressaltadas, assim como, sua importância para a constituição da exploração individual (sobretudo agrícola familiar, na perspectiva apresentada) e da política agrária moderna, têm apresentado constantemente reorientação e modernização, levando a ser referência indiscutível para o futuro desenvolvimento das explorações agrícolas. Pode-se,

também intuir que as concepções políticas e ideológicas adotam uma nova importância na eleição dos modelos de exploração, que convém desenvolver ou eliminar.

Quanto à política agrária, evidentemente, que uma das vantagens no sistema político agrário atual é permitir ao Estado aplicar disposições gerais da política agrária, adaptando-as aos contextos das situações locais. Considerando que, na administração nacional, o Estado tem a possibilidade de atuar mais especificamente no tipo de desenvolvimento que considera adequado – o caráter de coação da atual regulamentação sobre os Programas de Desenvolvimento é um dos meios disponíveis para impor sua concepção geral de desenvolvimento que, esquematicamente, e no caso brasileiro, também consiste em construir um setor produtivo que repouse numa política relativamente inclusiva de agricultores de pequena produção familiar, nomeadamente a agricultura familiar. Uma mudança tem assumido lugar desde a década de 1980, o período da redemocratização brasileira. Esta mudança que se tem constatado no discurso daqueles ligados à questão do modelo de desenvolvimento, sobretudo, quanto ao rural brasileiro. Dentre os discursos está à necessidade de diversificação, o que obviamente não desconsidera a contribuição do *modelo único*, aquele imposto anteriormente pelas instituições da modernização agrícola (meados da década de 1960/70 do século passado). Hoje, se tem o legado a reconhecer os méritos de uma agricultura, no mínimo dual, na qual os pequenos agricultores, a partir de um enquadramento, teriam um lugar para assegurar uma grande variedade de produções, segurança alimentar – sua e da sociedade, assim como, manutenção de uma vida rural equilibrada e digna.

Por outro lado, nos casos apresentados nesta tese, nas entrevistas realizadas, observou-se que, quando perguntado sobre a saída de pessoas do meio rural a maioria coloca de maneira clara, o que predomina algum consenso de que nas áreas rurais há grandes possibilidades de ficarem apenas aqueles produtores qualificados e de produtos de maior qualidade e padronização quanto à legislação, assim como, padrões de qualidade e certificação, mais especializados e inseridos no enquadramento que se faz presente nos preceitos da política agrária moderna. Contexto que indica que “La política de selección de los agricultores considerados más aptos y de eliminación de los demás ha sido común a

todos los países de la Europa occidental” (SERVOLIN, 1988, p.185), o que pode ser interpretado como uma característica-conseqüência da constituição dos princípios de política agrária moderna, sobretudo o que vem ocorrendo em contextos brasileiros, no sul do Brasil.

Quanto ao desenvolvimento rural, Estado e mercado, pelo menos antes da crise do ano de 2008, era certo que o fundamentalismo de mercado defendia que a intervenção do Estado não era necessária, assim como, era nociva. Entretanto, a intervenção no Estado, principalmente, no desenvolvimento rural tem toda a razão de ser, particularmente, em situações de declínio demográfico que são sintoma e resultado de problemas de desenvolvimento desigual. Conforme Moreira (2011),

quando se fala de intervenção do Estado parte-se da idéia de que no mundo rural em geral e nas zonas desfavorecidas em particular o desenvolvimento só muito dificilmente poderá ser completamente endógeno. Isto é, tanto a educação como a formação profissional e, sobretudo a inovação, dependem em grande parte de saberes e capacidades exteriores às zonas que sejam alvo de qualquer projeto de desenvolvimento rural (MOREIRA, 2011, p.78).

O que não significa descartar as visões *bottom up* de desenvolvimento ou que os saberes locais não sejam importantes e, muitas vezes determinantes. Muito pelo contrário, tal abordagem *bottom up* implica na participação da população como alvo e sujeito nas opções e alternativas de desenvolvimento sendo importante para o seu respectivo sucesso. Importante assinalar o aproveitamento para o desenvolvimento de produtos com um grau de diferenciação que lhes dê vantagens comparativas, conforme apontado, no estudo dos casos, apresentados neste estudo, no sul do Brasil.

Quanto às suas responsabilidades, o Estado se faz presente no processo de desenvolvimento, sobretudo, quando o mercado é incapaz de, por si só, promover o processo de desenvolvimento rural. Desde a década de 1970, os desenvolvimentos da teoria econômica mostram os limites do mercado – por exemplo, no conceito de falhas de mercado os quais conformam um dos problemas do desenvolvimento, assim como, a problemática em torno da proteção e conservação do meio ambiente ou as externalidades negativas. Por outro lado, na tentativa de sinalizar que políticas são importantes para a

complexidade do mundo rural – políticas que, por exemplo, possam promover o empreendedorismo rural, função empreendedora desempenhada de forma cooperativa –, há que se sublinhar que é importante garantir a materialização do empreendedorismo local, funções empresariais inovadoras e adaptadas às necessidades e contextos locais, que sejam capazes de dinamizar a economia e servir às necessidades das populações, o que, em outras palavras significa promover o desenvolvimento dos territórios (MOREIRA, 2011, p.81-82; 2010, p.54-55).

Em termos da globalização, muitas perspectivas em abordar o tema auxiliam na explicação das mudanças na geografia produtiva, para as quais a globalização constitui um forte elemento acelerador e intensificador dos processos que as determinam. Citando-se alguns clássicos, tal como Adam Smith e sua explicação, quanto às vantagens absolutas obtidas por indústrias ou territórios quanto à sua especialização produtiva; ou David Ricardo, quando estabelece o princípio das vantagens comparativas, ao demonstrar que a divisão do trabalho inerente à especialização produtiva induzida pelo mercado é benéfica para os territórios intervenientes¹³⁹. Também Cochrane (1979¹⁴⁰ apud MOREIRA, 2011), com o conceito de sem-fim tecnológico (*technological treadmill*) mostrando como, num ambiente de concorrência, a adaptação de inovações visando aumentar a rentabilidade econômica, via economias de escala, gera uma dinâmica que obriga todos os produtores que querem continuar no mercado a adaptar as inovações mais rentáveis, o que resulta na tendência para mudanças estruturais na agricultura, que historicamente tem se verificado – cada vez menos pequenas explorações, em detrimento do aparecimento de plantações, mais especializadas e produtivas – num movimento que levou a mudanças da geografia produtiva e a homogeneização da especialização geográfica das tecnologias utilizadas. Citando Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) que analisaram as relações entre o mundo agrícola e o mundo industrial, introduzindo os conceitos de apropriação e substitucionismo, como alternativa para explicar como, o mundo industrial cada vez mais apropria-se de tarefas exclusivas do mundo agrícola, assim como, é capaz de através das

¹³⁹ O princípio demonstra que com as trocas comerciais todos podem sair beneficiados e não que todos o sejam.

¹⁴⁰ COCHRANE, W. *The Development of American Agriculture: A Historical Analysis*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1979.

vantagens da produção industrial encontrar substitutos mais baratos para produções agrícolas tradicionais, que desta forma passam a se tornar obsoletas.

Com a globalização, esse processo de desenvolvimento desigual acelera, intensifica e aumenta seu alcance, não se identificando apenas no âmbito de um território nacional ou para poucos produtos, mas evidenciando a concorrência de muitos produtos de espaços econômicos diversos e muitas vezes distantes, assim como, as implicações que trouxeram aos processos de desenvolvimento rural. O que implicam cenários¹⁴¹ diferentes *vis-a-vis* situações estruturais, empreendedorismo e alcance de mercados para a sua produção.

Assim, num cenário, as zonas rurais podem se integrar a cadeias de comércio global sob a perspectiva da oferta – através da produção de bens ou serviços – por se tratarem de zonas onde há capacidade competitiva, estruturas favoráveis, custos de produção baixos e capacidade de adequar-se às exigências regulamentares e de padronização impostas pelos centros de decisão global, ou por possuírem imagens de marca privilegiadas que permite alcançar serviços globalizados, como o turismo, orgânicos; ou, sob a perspectiva da procura – por serem zonas onde a produção agrícola é rentável e concorre com outras atividades o uso de capitais e de recursos. Obviamente, neste cenário não se ajusta à realidade das zonas estudadas no caso, ao Sul do Brasil.

Já, noutro cenário, diga-se, em situações naturais e estruturais difíceis e ao qual só conseguem aceder algumas zonas restritas, as produções de bens e serviços locais que se conseguem adequar à exigências da globalização só têm capacidade competitiva se recorrerem à lógica de nicho de mercado, seja de produto ou de serviços. Neste cenário, mais do que no anterior, as potencialidades da oferta e a capacidade desta se ajustar à procura global dependem, sobretudo, de posicionamento estratégico, empreendedorismo e da lógica interna da sociedade e atores locais, assim como, *vis-a-vis*, lógicas exteriores.

Nos dois cenários anteriores, as políticas de desenvolvimento rural interessantes incidem, principalmente, na forma de potenciar as vantagens ou potencialidades existentes.

¹⁴¹ Conforme sugerido por MOREIRA (2010b).

Quanto ao terceiro cenário, o mais contrastante, pois, tratando-se de zonas rurais menos favorecidas, em condições naturais bem mais difíceis, com infraestruturas caracteristicamente deficientes em decadência ou com ausência de dinamismo econômico, e deficiência empreendedora. Deficiência empreendedora, no sentido da falta de empreendedorismo individual privado, não havendo nem mesmo outras instituições públicas ou privadas capazes de exercer ou induzir funções empresariais necessárias para desenvolver e/ou manter uma sociedade econômica e socialmente dinâmica. Um contexto cuja produção local não alcança ou compete com a produção global, salvo algumas ilhas de produção guiadas por interesses do exterior que influenciam a organização da oferta local, mas cujo dinamismo e âmbito restrito, pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento local generalizado necessário para reverter o insucesso. Então, para este cenário resta a possibilidade de alguma intervenção do Estado e que procure compensar a incapacidade empreendedora e concorrencial.

Logo, conforme Moreira (2010b),

Acontece porém que o fundamentalismo de mercado que comanda a globalização e a tirania financeira intimamente ligada à financiarização da economia vieram inviabilizar os instrumentos mais simples que permitiam aos Estados contrabalançar os efeitos mais negativos da concorrência global para com estes espaços. De facto, os Estados já não podem impedir que as zonas mais desfavorecidas sejam poupadas a essa concorrência. Não podem por barreiras às importações e também não podem subsidiar as produções dessas zonas. A única possibilidade que, neste quadro, resta aos Estados, é por em prática medidas de apoio como as que os países ricos podem fazer (MOREIRA, 2010b).

Contexto que remete à caracterização das políticas europeias, assim como, a política agrária moderna. Obviamente que o apoio que os países ricos podem dar às populações das suas regiões desfavorecidas, não tem qualquer semelhança com o que podem dar os países mais pobres às suas respectivas regiões deficitárias. De qualquer maneira, nos contextos em que as soluções que o mercado usualmente oferece estão inviabilizadas e o apoio do Estado é insuficiente, resta à manutenção ou o refúgio em formas de produção não capitalista, seja na agricultura familiar, ou trabalho artesanal, predominantemente de subsistência, assim como, atividades pluriativas.

Quanto à estratégia, o estado, a sociedade e o mercado: a questão do enquadramento. Se consideradas as origens da política agrária moderna, a hipótese de um vínculo entre a agricultura e o Estado, referencia-se as reflexões do avô da nova sociologia econômica, Karl Polanyi, cujo trabalho intitulado *A Grande Transformação* (1989) representa inspirações fundamentais, já que o mercado não é a única forma de organizar as transações nas sociedades atuais. Cita-se Polanyi (1989), sobre outros dois modos de regulação – reciprocidade (entre famílias, clãs e grupos) e distribuição (entre o Estado e a sociedade) – que continuam a coexistir com o mercado, e que, conforme Peixoto e Marques (2003, p.16) “aqui e ali assistimos até a uma revitalização e recuperação destas modalidades”.

Logo, a questão do enquadramento e do posicionamento estratégico dos atores assume importância para que uma alternativa ou processo de desenvolvimento seja caracterizado e potencializado. Então, sob a égide do Estado, assim como, a política agrária presente na maioria dos centros políticos estudados em todas as partes do mundo, e que se faz, caracteristicamente, na tendência da atualidade, sobretudo, a brasileira.

Então, supõe-se que todas as experiências que envolvam pequena produção de propriedade familiar podem ser potencializadas através de uma gestão social específica, fechando seu ciclo da subsistência, encontrando “facilidades” para implantar um sistema produtivo diversificado, do tipo policultura-pecuária. Por outro lado, uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial deve levar em conta alguns elementos¹⁴² que podem favorecer o processo de desenvolvimento; adotando o território como recurso analítico; a posição estratégica e a organização como alternativa para coordenação alternativa no mercado; regras e instituições que instrumentalizados pela cooperação, associativismo, governança participativa e uma certa autonomia ou contexto de *agency*; assim como, o papel das instituições em contextos locais, no que lembra de alguma maneira a leitura da Sociologia do Desenvolvimento numa perspectiva centrada no ator.

¹⁴² Organização, instituições, externalidades positivas, práticas participativas, uma sociologia do desenvolvimento focada no ator.

Todo esse contexto pressupõe um enquadramento, o que há séculos tem sido identificado nos países capitalistas, onde predomina a existência da exploração agrícola familiar, qual seja, caracteristicamente um conjunto de instituições, cujas formas são específicas ao setor agrário (cooperação, mutualismo, sindicalismo, administração pública) que vem se constituindo progressivamente num aparato de enquadramento técnico, social e econômico. Enquadramento este, que vem administrando as complexas relações entre a sociedade industrial (capitalista) e a sociedade agrária, e assegurando a reprodução desta pequena produção, sendo, portanto, coerente com as formas específicas dela – tudo isto estreitamente ligado a gestão dos problemas alimentares da população.

Refletir sob a contextualização da política agrária moderna, remete à uma produção agrícola baseada na exploração familiar renovada pela liberação de suas potencialidades em relação ao desenvolvimento global das sociedades capitalistas – característica manifestada em sua plena integração com os mecanismos do mercado – onde o próprio sistema estimula a unidade de produção para uma reprodução ampliada; conferindo importância e atenção ao progresso técnico e a sua difusão entre os agricultores onde criam-se progressivamente, um aparato de investigação e de desenvolvimento. Supõe-se também, a constituição de um sistema de crédito especificamente adaptado; onde, também, o tipo de exploração que se define e se promove, que fundamenta-se, cada vez mais próximo da produção pecuária intensiva, particularmente para a produção leiteira; onde produção e mercados estão mais regulados e planejados sob a atenção do Estado que é apoiado por movimentos e representações sociais e que por sua vez legitima a cooperação e o coletivo no processo de produção. Neste contexto, objetiva-se, respeitar as particularidades de cada ramo da agricultura, em termos de organização socio-econômica e em termos de sua função de fornecer alimentação ao menor custo possível, garantindo segurança do abastecimento nacional, também, existindo a busca pela sua participação no crescimento econômico, por exemplo, desenvolvendo suas capacidades de exportação e de contribuição para o equilíbrio da balança comercial.

Quanto às estratégias dos atores à luz das considerações teóricas, obviamente que a existência de redes sociais não é uma condição suficiente para que a estrutura social favoreça a atividade econômica. Um estudo de Granovetter (1995¹⁴³ Apud STEINER, 2006, p.95) “sobre a criação de empresas prova isto por meio de uma comparação, feita da perspectiva da sociologia econômica, entre redes técnicas em Java, nas Filipinas e em Bali”. Entretanto, uma rede social regida por uma norma de economia moral se revela um *handicap* para a criação de negócios (STEINER, 200, p.97), o que analogicamente, em Crissiumal pode se observar no ambiente que propicia projetos para o desenvolvimento de novas experiências de agroindústrias familiares.

Quanto à construção social de um mercado, num dos casos analisados, a localidade de Crissiumal, comparativamente, o êxito tem sido decorrente de variáveis sociais associadas à dinâmica cultural e política, ao ambiente de colaboração das alianças e à capacidade de desenvolver um modelo de desenvolvimento local devido a compreensões compartilhadas, a relações sociais de confiança e proximidade, mas também a condições organizativas e ao posicionamento estratégico dos atores locais. A grande ironia do processo de construção das agroindústrias se dá ao considerar-se que a partir da década de 1990, do século passado, foi implementado em Crissiumal, o processo em detrimento da defesa da produção e de estilos de vida local, predominantemente, de agricultura de base familiar de pequena propriedade, e que antes era dependente e fortemente descapitalizado devido a influência e dependência da monocultura de grãos e de grande escala dominante na localidade, sobretudo, no noroeste do Estado.

Uma agricultura em reestruturação. Em síntese, a consideração que se pode retirar da reflexão realizada sobre o estudo de caso, visto no contexto mais vasto regional e nacional, é de que os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, reúnem aí especificidades próprias, diversidades e articulações, que permitem confirmar a justeza da escolha dos municípios, localidades escolhidas.

¹⁴³ GRANOVETTER, Mark. The economic sociology of firms and entrepreneurs. In: PORTES, A. *The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. Russel Sage Foundation, 1995.

Tais especificidades revelam-se em aspectos positivos que, conforme relatos, possibilitam a ação dos atores locais e não locais com alcance e influência em mercados, mas também em aspectos negativos que constroem e/ou justificam a sua (não) ação, ou conforme Veiga (2005, p.136), o não exercício da sua capacidade transformadora.

Enquanto que, o lado das relações sociais e econômicas baseadas na agricultura local, no âmbito dos produtos e da economia local e regional neste estudo analisado, é possivelmente, o aspecto aqui mais saliente, quer na fase inicial dos processos e estratégias adotadas, quer na fase atual. O que em Crissiumal, assistiu-se à inversão da tendência altamente dependente e depressiva à monocultura da região, em Santo Antônio da Patrulha, conforme relatos, contatos, leituras e observações realizadas, predomina a expressão de que os elos parecem ser bastante fracos, pertencentes a escalas e níveis diferentes, quaisquer que sejam os articuladores ou atores locais e/ou o partido que esteja no poder local – compartilhados entre quatro ou cinco ideologias – parece não haver consenso, numa posição que, em termos de representatividade social e econômica, impede o diálogo local; enquanto que para o “poder agrícola” ou simplesmente o “mundo rural local” o poder local (assim como, lideranças atores locais) pouco resolve(m) em termos das questões que consideram-se aos empreendimentos empresariais, estas, que talvez pudessem ser resolvidas, alternativamente, em nível comunitário; mas o fato deste poder local (e/ou lideranças atores locais) representar interesses antagônicos (agricultores familiares, assalariados rurais) ou concorrentes (indústrias, fábricas ou serviços) torna-o incômodo. Ainda para o poder local, a adoção de autarquias ou mesmo consultorias, a integração empresarial local, adquirindo fatores e comercializando produtos para mercados distantes, desarticula e reduz drasticamente a agricultura do território local, postos de trabalho e coloca entraves à localização de atividades, o que dificilmente é conciliável com estratégias de fixação da população e desenvolvimento rural.

Em Santo Antônio da Patrulha, embora haja indicação de tendências negativas em detrimento da agricultura familiar, aquela que gira em torno dos produtos do tipo derivados da cana-de-açúcar, contudo alguns efeitos negativos apresentados podem vir a ser equilibrados com as tendências positivas tais como: a extensão rural focada na pequena

produção familiar; instalação de pólos de ensino superior e conseqüente geração de processos que possam potencializar o processo de desenvolvimento rural regional; a presença de alguns produtores familiares empreendedores individuais (isoladamente e não cooperados); acesso a políticas públicas federais, estaduais e municipais que tenham como público alvo especificamente a agricultura familiar. A indicação das tendências negativas, também pode ser equilibrada num contexto tal como um posicionamento estratégico – que se espera seja efetivamente – assumido pelos atores locais, em detrimento de um enquadramento nos moldes do caracterizado neste estudo como possibilidade para procurar alcançar melhores níveis de apropriação e retenção do processo de desenvolvimento e alternativas que possibilite acessar mercados para os produtos produzidos localmente.

Contudo, em Crissiumal, a economia e a sociedade local são hoje mais diversificadas e detêm uma certa autonomia produtiva, haja visto, a articulação político-administrativa, estando assim em melhores condições para poder aproveitar aspectos positivos que também se revelam, tais como: novas atividades econômicas e agroindustriais, e produtos que surgem, assim como, ao alcance de outros mercados; a busca pelo aprimoramento e padrões de qualificação profissional também como garantia de aceitação pelos novos mercados; revalorização do patrimônio social e relações sociais construídas em detrimento do reconhecimento da experiência local; mudanças culturais e nova identidade manifesta na revitalização econômica e social local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1º*. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teorias_dos_estudos_territoriais.pdf>. Acesso em 21 fev.2012.

BANDEIRA , Pedro S. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. *IPEA*. Textos para discussão, n. 630, fev.1999.

BEDUSCHI, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.14, n.3. p.35-70, set/dez.2004.

BIN WONG, R. Les émeutes de subsistance en Chine et en Europe occidentale. *Anales E.S.C.* n°2, mars-avril, 1983. p.234-258.

BRASIL. MDA. PAA. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em 05 jan.2012.

BRASIL. MDA. *PNAE*. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>. Acesso em 05 jan.2012.

BRASIL. Presidência da República. *PRONAF*: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 21 fev. 2012.

BUCH-HANSEN, Mogens. The territorialisation of rural Thailand: between localism, nationalism and globalism. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 94, n.3: 322-334, 2003.

CAÏS, Jordi. *Metodologia del análisis comparativo*. Cuadernos Metodológicos 21. Madri: CIS, 2002.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et alii. *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

CERVI, Ângela Roberta. *Mundo Colonial: a experiência do turismo rural no município de Crissiumal – Rio Grande do Sul*. Sistematização apresentada em Porto Alegre à Gerencia Geral. Crissiumal: EMATER/RS-ASCAR, 2006.

DAL SOGLIO, Fabio K.; KUBO, Rumi R. (Orgs.). *Agricultura e sustentabilidade*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DELGADO, Guilherme, C. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acessado em 22 set. 2009.

DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VII-VIII siècles*. Premier essor de l'économie européenne. Paris: Gallimard, 1973.

ETXEZARRETA, Miren. (Orgs.). *La agricultura española en la era de la globalización*. Madri: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Centro de Publicaciones, D.L. 2006. 742p.

FRIEDMAN, Karen J. *Bureaucracy, Land Reform, and Technological Progress: denmark 1755-1810*. Food Research Institute Studies. v.XVII, n.2, 1979.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo et al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GRAÇA, Laura Larcher. *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*. 1995. Tese (Doutorado) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, Lisboa, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*. v.91. n.03. p.481-510. nov. 1985.

HATCHUEL, Armand. Quel horizon pour les sciences de gestion? Vers une théorie de l'action collective. In: DAVID, A.; HATCHUEL, A; LAUFER, R. (Eds.) *Les nouvelles fondations des sciences de gestion*. Paris: Vuibert, Fnege, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

_____. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

KLATZMANN, Joseph. *L'agriculture française*. Paris: Le Seuil, 1978.

LABORS. Laboratório de Observação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social*. Relatório de análise dos resultados. Porto Alegre: LABORS, 2001.

LAXER, Gordon. Radical Transformative Nationalisms Confront the US Empire. *Current Sociology*. v.51. n.2. p.133-152. London: Sage Publications, 2003.

Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Agricultura Familiar*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 29 dez. 2011.

LINCK, Thierry. La economía y la política de la apropiación de los territorios. In: RIELLA, Alberto (Org.). *Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

LONG, Norman. *Development sociology: actor perspectives*. London and New York, Routledge, 2001. Tradução de Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez. Mexico: El Colegio de San Luis, 2007.

MACHADO, Jorge Alberto. *La Globalización (des)Controlada: crisis globales, desajustes económicos e impactos locales*. São Paulo: Tendenz, 2003. 300p.

MAIA, Cláudio Machado. *A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: UNISC/PPGDR, jan.2008. 103p. (Dissertação).

MALASSIS, Louis. *Economie agro-alimentaire*. T.1: Economie de la consommation et de la production agro-alimentaire. Paris: Cujas, 1929.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; MAIA, Cláudio Machado; MELO, Lenivaldo Manoel de. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MOREIRA, Manuel Belo. Desenvolvimento rural problemas e desafios. O Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. In: Guiomar et al. *Gestão de serviços dos ecossistemas em bacias hidrográficas*. Lisboa:EPAL, 2011.

MOREIRA, Manuel Belo. Empreendedorismo para as zonas desfavorecidas no contexto da globalização. In: RIELLA, Alberto; VERA, Sánchez (Eds.). *Globalización y perspectivas de la integración regional*. Murcia: (ReDeTIR) Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2010.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização e desenvolvimento rural no contexto de crise. In: *CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8º*. Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil: ALASRU, 2010b.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização econômica: gênese e reflexões prospectivas. In: RIELLA, Alberto (Org.). *Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

MOREIRA, Manuel Belo. *Globalização e agricultura: zonas rurais desfavorecidas*. Oeiras (Portugal): Celta, 2001.

NORTH, Douglass C. Economic performance through time. *American Economic Review*, 1994. v.84, n.03. p.359-368.

NORTH, Douglass C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 1991. v.05, n.1, p. 97-112.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em

<http://books.google.com.br/books?id=oFnWbTqgNPYC&dq=%22Institutions,+Institutional+Change,+and+Economic+Performance%22&pg=PP1&ots=sWivRfKmX1&sig=gjzm6E_uJvTzaPHMB2sBt1z3hAM&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=1&ct=result#PPA6,M1>. Disponível em . Acesso em 02 nov. 2009.

NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.

NUIJTEN, Monique; APPENDINI, Kirsten. El papel de las instituciones en contextos locales. *Revista de la CEPAL*. n.76. abr. 2002.

PACTO FONTE NOVA. Disponível em: < <http://www.pactofontenova.com.br>>. Acesso em 05 jan. 2012.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso*. Porto Alegre: FEE, 2006. (mimeo)

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; TARTARUGA, Iván G. Peyré. *Sabedoria e Ilusões da Análise Regional*. Porto Alegre: FEE, 2006b (mimeo).

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: *Documentos FEE*, Porto Alegre. n .59. Porto Alegre, 2004.

PAULET, Jean-Pierre. *A mundialização*. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Orgs.). *A Nova Sociologia Econômica*. Portugal, Oeiras: Celta, 2003.

POLANYI, Karl. *La Gran Transformación*. Traducción de Julia Várela y Fernando Álvarez-Uría. Madrid: Las ediciones de la Piqueta, 1989.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados : Cuáles puestas ? In: *X Aniversario de PRODAR*, Quito, Noviembre de 1999.

RIELLA, Alberto (Org.). *Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

RODRIK, Dani. *Feasible globalizations*. Harvard University, 2002. Disponível em: << <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrrik/Research%20papers/Feasglob.pdf> >>. Acesso em 22 dez. 2011.

RODRIK, Dani. Symposium on Globalization in Perspective: an Introduction . *The Journal of Economic Perspectives*. v.12, n.4. p.3-8. Autumn, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SERVOLIN, Claude. *Las políticas agrárias*. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion. Serie Estudios 53. Madri: MAPA, 1988.

SOARES, Fernando Brito. Breves reflexões sobre os fundamentos da Política Agrícola da União Européia. In: *Agricultura, economia e sociedade: ensaios em homenagem ao professor Fernando Estácio*. Lisboa: IFADAP, 2001. 511p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et all (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

SZTOMPKA, Piotr. *Sociologia del Cambio Social*. Madrid: Alianza, 1995.

VEIGA, José Francisco Ferragolo da. *Território e Desenvolvimento Rural*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2005.

WALLACE, William. *The Dynamics of European Integration*. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. *America and the World: The Twin Towers as Metaphor*. Charles R. Lawrence II Memorial Lecture. Brooklyn College, Dec.5, 2001. Disponível em: << http://essays.ssrc.org/sept11/essays/wallerstein_text_only.htm >>. Acesso em 18 fev. 2012.

WILKINSON, John. *Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas aos agricultores cooperados

1. Comente, brevemente, a origem de seus pais e avós. Origem de terra possuída: entrevistado; pais e avós do entrevistado.
2. Quais as atividades realizadas anteriormente ao trabalho na agroindústria (ou alambique)?
3. Como eram produzidas?
4. O que era consumido no estabelecimento e o que era comercializado?
5. Por que começou a dedicar-se à agroindústria (ou alambique)?
6. Em que período começou a produzir na agroindústria (ou alambique)?

7. Quem foram os primeiros a adotar a “idéia”?
8. Como a atividade era desenvolvida no início?
9. Qual foi o período em que mais se produziu na agroindústria (ou alambique)?
10. Quando e por que se deixou de plantar soja (ou produto característico de grande propriedade), ou outro produto qualquer, anterior a agroindústria (ou alambique)?
11. Qual é, ou quais são as principais atividades desenvolvidas no momento?
12. Há quanto tempo pratica e por que escolheu essa atividade? Continua plantando/cultivando na terra?
13. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria (ou alambique)?
14. Essa atividade proporciona renda suficiente para a família?
15. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria (ou alambique)?
16. Houve melhoria na qualidade de vida e emprego? Por quê?
17. Quais os horários e os períodos que se dedicam à agroindústria (ou alambique)?
18. Quantas horas por dia, em média, se dedica à atividade?
19. Qual era o rendimento médio mensal obtido das atividades realizadas anteriormente ao trabalho na agroindústria (ou alambique)?
 - a) até R\$ 200,00 [] b) R\$ 200,00 a 400,00 [] c) R\$ 400,00 a 600,00 []
 - d) R\$ 600,00 a 1.000,00 [] e) R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] f) mais de R\$ 2.000,00 []
20. Qual é o rendimento médio mensal obtido atualmente?
 - a) até R\$ 200,00 [] b) R\$ 200,00 a 400,00 [] c) R\$ 400,00 a 600,00 []
 - d) R\$ 600,00 a 1.000,00 [] e) R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] f) mais de R\$ 2.000,00 []
21. O que é sustentabilidade no seu entendimento?
22. Como acontece a entrega e o recolhimento da produção? O trabalho é realizado autonomamente? Ou para qual “agroindústria ou instituição” trabalha?
23. Qual é o percentual de “agricultores” em relação à procedência e sexo?

24. Você gosta de trabalhar na agroindústria (ou alambique)?
25. Pretende permanecer no meio rural ou localidade em que vive?
26. Como você considera o trabalho no meio rural?
27. Quais os principais problemas de trabalhar na agroindústria e morar no meio rural?
28. Como é a sua relação com a comunidade?
29. Quais as principais atividades não agrícolas desenvolvidas no município? Há quanto tempo pratica estas atividades?
30. Por que começou a trabalhar no setor na agroindústria (ou alambique)?
31. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria (ou alambique)?
32. Quais os horários e os períodos que se dedicam agroindústria (ou alambique)?
33. Quantas horas por dia, em média, se dedica à atividade?
34. Como você percebe a situação da agroindústria (ou alambique) hoje? Você considera uma atividade rentável para quem trabalha? O preço pago/recebido é justo?
35. Como você percebe a melhora na sua qualidade de vida?
36. O que é sustentabilidade no seu entendimento?
37. Quais as principais tarefas que você desenvolve e quais os principais produtos que você produz?
38. Quais as maiores dificuldades para trabalhar na agroindústria (ou alambique)?
39. É muito difícil para começar a trabalhar na agroindústria (ou alambique) familiar?
40. Para quem são vendidos os produtos?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas aos agricultores não cooperados

Caracterização do grupo familiar e propriedade

- I. Grupo familiar: (n. de pessoas, idade, escolaridade, trabalha só na propriedade)
- II. Tamanho da propriedade:
- III. Atividades a gerar renda na propriedade:
- IV. Atividades de subsistência:
- V. Sempre atuou nestas atividades/produção?

Sobre desenvolvimento rural

1. Como você define o desenvolvimento rural?

2. Quais são as principais potencialidades da agricultura familiar no município?
 - 2.1 Estas potencialidades, estão sendo exploradas? Se não, por quê?
3. Quais os principais limitantes da agricultura familiar no município?
 - 3.1 Quais seriam as ações necessárias para superar/minimizar estes limitantes?
4. Como você vê a questão do êxodo rural, migração, envelhecimento e masculinização do campo no município/região?
5. Como você vê o futuro da agricultura familiar no município/região?

Sobre a agroindústria familiar (ou alambique e/ou propriedade!?)

6. Como e por que surgiu sua agroindústria (ou alambique e/ou propriedade)? Por que optou por este ramo? Foi antes ou depois do processo de criação de Cooperativas na região?
7. Qual a produção anual da agroindústria (ou alambique e/ou propriedade)? Qual a renda anual (aproximada)? Esta renda aumentou, vem aumentando desde a criação da agroindústria?
8. Como é organizado o trabalho/mão-de-obra na propriedade?
Houve melhorias nas condições de vida desde a agroindústria? Quais?
9. Há preocupações/ações quanto à questão ambiental (resíduos, agroquímicos, desmatamentos)?
10. Como você vê o futuro da família em sua propriedade?
11. A família está satisfeita/feliz na propriedade?

Sobre a Cooperativa e as ações Cooperativas

12. Qual sua opinião sobre o processo de Cooperativas (associativo)?

13. Por que não participas do processo cooperativo/associativo ou da Cooperativa?
14. Poderias apontar aspectos positivos e negativos do processo e/ou da Cooperativa?
15. Na sua opinião, o o processo cooperativo/associativo promovem ou poderão promover um processo de desenvolvimento rural, tal como o definistes acima?
- 15.1 É possível observar impactos no município ou região?

Sobre laços fracos/enraizamento

16. Quais são as principais entidades que atuam no espaço rural do município? Todas participam do processo cooperativo/associativo/ da Cooperativa?
17. Quais são as principais ações/projetos que estas entidades promovem ou promoveram conjuntamente?
18. Estas ações conjuntas/coletivas têm contribuído para a agricultura familiar do município?
19. Como é a relação entre estas entidades? Há conflitos, divergências de idéias? Como são resolvidos?
20. Há entidades que por algum motivo não cooperam ou raramente o fazem? Por que?
21. Há alguma pessoa/liderança que mereça destaque especial quanto a sua trajetória do o processo cooperativo/associativo/ da Cooperativa?

Sobre políticas públicas

22. Sua família acessou ou acessa políticas públicas? Quais? Por que?
23. Quais as principais contribuições das políticas públicas para a agricultura familiar?

24. Em sua opinião, quais são os principais problemas das políticas públicas para a agricultura familiar?
25. Como a família toma conhecimento das políticas públicas existentes e passíveis de serem acessadas?
26. É possível observar mudanças na agricultura familiar, antes e depois do PRONAF? Quais seriam?
27. Há ou houve políticas públicas municipais de desenvolvimento rural? Quais seriam?
28. Gostarias de expressar mais alguma opinião sobre o tema (agricultura familiar, desenvolvimento rural, políticas públicas, agroindústrias, alambiques, Cooperativa...)

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas às lideranças ligadas ao processo cooperativo

Sobre desenvolvimento rural

1. Como você define o desenvolvimento rural?
2. Quais são as principais potencialidades da agricultura familiar no município/região?
 - 2.1 Estas potencialidades, estão sendo exploradas? Se não, por quê?
3. Quais são os principais limitantes da agricultura familiar no município/região?
 - 3.1 Quais seriam as ações necessárias para superar/minimizar estes limitantes?
4. Como você vê a questão do êxodo rural, migração, envelhecimento e masculinização do campo no município e região?
5. Como você vê o futuro da agricultura familiar no município/região?

Sobre processo cooperativo/associativo e a Cooperativa

6. Poderias relatar a trajetória histórica do processo cooperativo/associativo e a Cooperativa (destacando como se deu a organização dos atores locais e o papel das políticas públicas)?
7. Quais as principais potencialidades da Cooperativa?
8. Quais foram e quais são hoje os principais limitantes/problemas? Como seria possível superá-los?
9. A Coopercanasul (e suas agroindústrias e/ou alambiques e/ou propriedades) são sustentáveis social, econômica e ambientalmente? Por quê?
10. Sendo sustentável, há possibilidade de expandir estas iniciativas para região? O que é necessário para que isso ocorra?
11. Na sua opinião, por que não há mais experiências como a Cooperativa na região, já que os problemas são semelhantes? “O que o município tem de especial”?
12. Na sua opinião, a Cooperativa promove um processo de desenvolvimento rural, tal como o definistes acima?
 - 12.1 É possível observar impactos no município/região como um todo?
13. Há agroindústrias (e/ou alambiques e/ou propriedades no município que não participam do processo cooperativo/associativo e Cooperativa? Se há, na sua opinião, por que não participam?

Sobre laços fracos/enraizamento

14. Quais são as principais entidades que atuam no espaço rural do município? Todas participam do processo cooperativo/associativo e Coopercanasul?
15. Quais são as principais ações/projetos (além do processo cooperativo/associativo e Cooperativa) que estas entidades promovem ou promoveram conjuntamente?
16. Esta cooperação entre entidades têm contribuído para a agricultura familiar do município?
17. Como é a relação entre estas entidades? Há (ou houve) conflitos, divergências de idéias? Como são resolvidos?
18. Há entidades que por algum motivo não cooperam ou raramente o fazem? Por que?

Sobre políticas públicas

19. Qual é o papel das políticas públicas na agricultura familiar do município/região?
20. Quais são as políticas públicas mais acessadas pelos agricultores familiares do município?
21. Quais as principais contribuições das políticas públicas para a agricultura familiar?
22. Quais os principais problemas das políticas públicas acessadas?
23. É possível observar mudanças na agricultura familiar, antes e depois do PRONAF? Quais seriam?
24. Há (ou houve) políticas públicas municipais de desenvolvimento rural? Quais seriam? Se não há, qual o porquê disso?
25. Gostarias de expressar mais alguma opinião sobre o tema (agricultura familiar, desenvolvimento rural, políticas públicas, agroindústrias, alambiques, Coopercanasul...)

**APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas às lideranças -
cooperativados/associações/EMATER/etc.**

Sobre desenvolvimento rural

1. Como você, enquanto representante de sua instituição, define o desenvolvimento rural?
2. Quais são as principais potencialidades da agricultura familiar no município/região?
 - 2.1 Estas potencialidades, estão sendo exploradas? Se não, por quê?

3. Quais são os principais limitantes da agricultura familiar no município/região?

3.1 Quais seriam as ações necessárias para superar/minimizar estes limitantes?

4. Quais são as principais ações de sua instituição que visam a promoção do desenvolvimento rural tal como definido acima?

5. Como você vê a questão do êxodo rural, migração, envelhecimento e masculinização do campo no município e região?

6. Como você vê o futuro da agricultura familiar no município?

Sobre histórico, mercado, caracterização, contexto

1. As propriedades, agricultores, enfim, os atores melhor se identificam com a expressão agricultor familiar, empreendedor, alambique, agroindústria familiar ou simplesmente agroindústria?

2. O que representou, e/ou ainda representa, o SEBRAE/RS? Atividade de extensão, assistência ou consultoria?

3. O que representou, e/ou ainda representa, o SENAR?

4. O que representou, e/ou ainda representa, o FARSUL?

5. Desde que quando a Cooperativa atual em Santo Antônio da Patrulha? Atua ou, também, já atuou em alguma outra localidade?

6. É composta por quantos agricultores? E/ou empreendedores?

7. A Coopercanasul, os empreendimentos (e/ou propriedades e/ou agroindústrias e/ou alambiques) estão inseridos em algum tipo de APL (Arranjo Produtivo Local)?

8. Quem é o gestor do APL?

9. Há (ou houve) algum tipo de Programa, iniciativa e/ou Projeto que possibilitou a participação e/ou inserção das iniciativas (empreendimentos ou empreendedores) em Eventos, Festas ou acontecimentos na região (ou mesmo fora)?

10. Possuem algum selo de garantia, marca ou logomarca?

11. Como é realizada a comercialização, o marketing, divulgação, preços, distribuição?
12. Como é o processo de formação de preços?
13. Quem vende?
14. Quem são os clientes?

Sobre laços fracos/enraizamento

7. Quais são as principais entidades que atuam no espaço rural do município?
8. Quais são as principais ações/projetos que estas entidades promovem ou promoveram conjuntamente?
9. Estas ações conjuntas/coletivas têm contribuído para a agricultura familiar do município?
10. Como é a relação entre estas entidades? Há conflitos, divergências de idéias? Como são resolvidos?
11. Há entidades que por algum motivo não cooperam ou raramente o fazem? Por que?
12. Há alguma pessoa/liderança que mereça destaque especial quanto a sua trajetória do o processo cooperativo/associativo Cooperativo?

Sobre políticas públicas

13. Qual é o papel das políticas públicas para a agricultura familiar do município/região?

14. Quais as políticas públicas mais acessadas pelos agricultores familiares do município/região?
15. Quais são as principais contribuições das políticas públicas para a agricultura familiar?
16. Em sua opinião, quais são os principais problemas das políticas públicas para a agricultura familiar?
17. É possível observar mudanças na agricultura familiar, antes e depois do PRONAF? Quais seriam?
18. Há políticas públicas municipais de desenvolvimento rural? Quais seriam? Se não há, qual o porquê disso?

Sobre o processo cooperativo/associativo e Coopercanasul

19. Qual sua opinião sobre o processo cooperativo/associativo e a Cooperativa?
20. Sua entidade é parceira (ou coopera, presta ou prestou alguma assistência) do processo ou da Cooperativa? Se sim, qual sua atuação?
21. Quais as principais potencialidades destas experiências?
22. Quais os principais limitantes/problemas destas experiências? Como seria possível superá-los?
23. Estas experiências, na sua opinião, são sustentáveis social, econômica e ambientalmente? Por que?

24. Em sendo sustentáveis, há possibilidade de expandir estas iniciativas, para região? O que é necessário para que isso ocorra?

25. Na sua opinião, estas experiências promovem ou poderão promover um processo de desenvolvimento rural, tal como o definistes acima?

É possível observar impactos no município ou região?

26. Tens conhecimentos de agroindústria (e/ou alambiques e/ou propriedades) em Santo Antônio da Patrulha que não participam do processo cooperativo/associativo e Coopercanasul? Se há, na sua opinião, por que não participam?

27. Na sua opinião, por que não há mais experiências como o processo cooperativo/associativo e Cooperativa na região, já que os problemas são semelhantes? “O que município tem de especial”?

28. Gostarias de expressar mais alguma opinião sobre o tema (desenvolvimento rural, políticas públicas, agroindústrias, alambiques, Cooperativa...)